

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Caroline Correia Maciel

**HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA NAS LUTAS SINDICAIS DA EDUCAÇÃO
BÁSICA PÚBLICA DE CAMPO GRANDE/MS (2003-2015)**

Campo Grande – MS

2023

CAROLINE CORREIA MACIEL

**HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA NAS LUTAS SINDICAIS DA EDUCAÇÃO
BÁSICA PÚBLICA DE CAMPO GRANDE/MS (2003-2015)**

Tese de Doutorado apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – Faculdade de Educação, como requisito parcial para a Obtenção do grau de doutora em Educação.

Área de Concentração: Educação
Linha de Pesquisa: História, Políticas e Educação

Orientadora: Margarita Victória Rodriguez

Campo Grande – MS

2023

Maciel, Caroline Correia. 2023

Hegemonia e Contra-hegemonia nas lutas sindicais da Educação Básica Pública de Campo Grande - MS (2003-2015). / Caroline Correia Maciel. 2023
347 f.; il.

Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Faculdade de Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEdu - Campus Campo Grande, 2023.

Orientadora: Margarita Victoria Rodríguez

1. Sindicalismo docente 2. Educação Básica 3. Luta salarial 4. Formação de professores 5. Hegemonia. I. Maciel, Caroline Correia. II. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus Campo Grande. III. Hegemonia e Contra-hegemonia nas lutas sindicais da Educação Básica Pública de Campo Grande-MS (2003-2015).

CAROLINE CORREIA MACIEL

**HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA NAS LUTAS SINDICAIS DA EDUCAÇÃO
BÁSICA PÚBLICA DE CAMPO GRANDE/MS (2003-2015)**

Tese de Doutorado apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – *Campus* Campo Grande como requisito parcial para a Obtenção do grau de doutora em Educação.

Área de Concentração: Educação
Linha de Pesquisa: História, Políticas e Educação

Campo Grande, 28 de fevereiro de 2023

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Margarita Victoria Rodríguez
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Profa. Dra. Maria Dilnéia Espíndola Fernandes
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Profa. Dra. Silvia Helena Andrade de Brito
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. André Malina
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Ângela Celeste Barreto de Azevedo
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Às minhas razões de viver: Ana Clara e Ana Luiza.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, à Prof^a Dr^a Margarita Victória Rodriguez, pois mais uma vez aceitou orientar a minha pesquisa e contribuir com o meu desenvolvimento acadêmico. Obrigada, professora, pela paciência e compreensão com os limites que apresentei nesse processo.

Aos professores que ministraram aula no programa de Pós-graduação em Educação da UFMS, em especial aos da linha de pesquisa História, Políticas e Educação. Os conteúdos e discussões disponibilizados no decorrer das disciplinas foram fundamentais para sistematização da pesquisa.

Aos professores Dr André Malina e Dr^a Ângela Celeste Barreto de Azevedo por terem sido referências importantes na minha trajetória acadêmica e, nessas condições, ainda proporcionaram todo apoio necessário em cada processo, inclusive neste em que se consumou a defesa da tese. Aceitaram participar da banca e estiveram sempre disponíveis à uma boa conversa e orientação acerca dos textos acadêmicos que consegui desenvolver.

Às professoras Dr^a Maria Dilnéia Espíndola Fernandes e Dr^a Silvia Helena Andrade de Brito por, também, terem aceitado participar como membros da banca. Os seus pareceres foram fundamentais para a defesa da tese.

Aos professores que aceitaram participar da pesquisa e responderam aos questionários e às entrevistas. Esta pesquisa só existiu devido a disponibilidade desses docentes.

Às professoras e amigas Laís Toledo Tavares, Heloise Vargas de Andrade e Rebeca Cacho Barcelos e ao meu amigo Mateus Malina por terem colaborado com a tradução do resumo para a língua inglesa, com as transcrições dos documentos e das entrevistas e com a revisão do texto.

Aos amigos e camaradas dos grupos de estudo HISTEDBR/UFMS e Vitor Marinho/RJ, por compartilharem conhecimentos, experiências pessoais e acadêmicas e discussões, as quais influenciaram diretamente no modo como conduzi a pesquisa, bem como a minha vida pessoal e profissional.

Aos amigos e companheiros de luta que a experiência sindical me apresentou, em especial ao grupo autodenominado de "Aleatórios", pois com eles pude debater as inúmeras contradições, limites e avanços que o movimento sindical nos proporciona na atividade de luta pela hegemonia. Obrigada por não me deixarem sozinha nesse processo.

À Feliciano Ribeiro Correia e ao Alex Washington da Silva, minha mãe e meu pai, por me propiciarem condições materiais para que eu alcançasse os objetivos profissionais, pessoais e acadêmicos traçados previamente. Com a aprovação e subsídio de vocês o caminho foi possível. Agradeço juntamente, também, à minha irmã e amiga Danielle Correia Maciel Rigotti por estar presente e, sempre com um presente, em todas as minhas conquistas pessoais e profissionais. Vocês três, Irmã, Alex e Mam, são parte da minha vida e da minha história e não renuncio a nós.

Ao meu esposo e amigo Luiz Antônio Alves dos Reis, que diante de tantos percalços e ausências, tendo em conta o empenho e o sacrifício necessários para o desenvolvimento da tese, compreendeu a necessidade de minha ausência e, em muitos momentos, tomou à frente dos cuidados de nossa casa e das nossas filhas. A sua existência foi fundamental nesse processo.

Às minhas filhas Ana Luiza e Ana Clara, que são minhas companheiras de vida e me dão forças todos os dias para que eu possa lutar e persistir. Dedico esse trabalho a vocês duas como forma de me desculpar pelas inúmeras ausências necessárias.

À Vitória Fernanda Albuquerque dos Santos, ex babá da Ana Clara, que foi uma rede de apoio fundamental para que eu conseguisse, de fato, escrever por tempos mais longos. Sem o seu trabalho e os seus cuidados com minha filha, com toda certeza, eu não teria concluído essa tese.

Esse trabalho, portanto, como se vê, apesar de ter necessitado de um empenho individual importante, foi um processo totalmente coletivo, de modo que os distintos apoios e cuidados que recebi foram fundamentais para que eu concluísse esse momento de minha vida.

Grata, por tudo e por todos!

"Odeio os indiferentes. Como Friederich Hebbel acredito que "viver significa tomar partido". Não podem existir os apenas homens, estranhos à cidade. Quem verdadeiramente vive não pode deixar de ser cidadão, e partidário. Indiferença é abulia, parasitismo, covardia, não é vida. Por isso odeio os indiferentes" (Antônio Gramsci).

RESUMO

A presente pesquisa possui como objeto de estudo o sindicalismo docente da Educação Básica pública de Campo Grande/MS. Seu objetivo foi analisar o movimento sindical docente das redes municipal e estadual da Educação Básica pública do município de Campo Grande/MS a partir das lutas em torno do salário e da formação continuada entre os anos de 2003 e 2015. Para o desenvolvimento da pesquisa, foram investigadas as tensões ocorridas no interior do sindicalismo, do sindicalismo docente da Educação Básica pública brasileira e do sindicalismo docente da Educação Básica pública de Campo Grande/MS com base da totalidade, ou seja, considerando as relações estabelecidas na sociedade civil e na sociedade política da estrutura capitalista. Isto posto, as fontes de investigação definidas para alcançar o objetivo proposto foram: 1) referências bibliográficas; 2) documentos baseados nas atas do Sindicato Campo-grandense dos Profissionais da Educação Pública (ACP), nos noticiários locais e nas legislações que regulamentaram o salário e a formação continuada dos professores no período de investigação; 3) respostas de questionário aplicado em professores das redes municipal e estadual de Campo Grande/MS que iniciaram sua atuação na rede pública de ensino desde antes de 2003 até 2021; e 4) respostas de entrevista dos presidentes da ACP que estiveram no comando sindical entre os anos de 2003 e 2015. Para conduzir as análises das respectivas fontes, bem como dos desdobramentos de todos os processos da pesquisa, foi definido utilizar o sindicalismo como categoria de análise e a luta salarial e a formação continuada como elementos constitutivos da respectiva categoria. O referencial teórico escolhido se pautou na teoria gramsciana, com subsídio, especificamente, dos Cadernos do Cárcere v. 1, v.2 e v.3. A hegemonia foi a categoria do método que norteou a defesa da tese, mas os intelectuais, o centralismo democrático/orgânico, a consciência política/consciência política coletiva e a elevação do nível intelectual das massas foram conceitos e questões que dialogaram com a categoria central e contribuíram, também, para uma orientação de correlações coerentes e objetivas. Diante dos procedimentos metodológicos e dos aspectos teóricos apresentados, pôde-se considerar que as relações estabelecidas no sindicalismo e no sindicalismo docente brasileiro e local estiveram relacionadas as forças contraditórias manifestadas em distintos setores da sociedade civil e da sociedade política, as quais trabalharam cotidianamente para manter ou para resistir à hegemonia burguesa liberal. Nesse processo, identificou-se que, ainda que o movimento sindical docente da Educação Básica pública de Campo Grande/MS tenha manifestado avanços políticos e econômico-corporativos para a categoria docente em situações episódicas relevantes, os limites de seu processo formativo pareceram derivar do domínio da hegemonia liberal burguesa em suas concepções ético-morais e políticas. Com isso, o sindicalismo teórico prevaleceu como o movimento que conduziu a organização coletiva dos professores da Educação Básica pública de Campo Grande/MS, tendo em conta as distintas questões que indicaram dificultar o progresso real de uma nova hegemonia ou de um novo bloco histórico.

Palavras-chave: Sindicalismo Docente; Educação Básica; Luta salarial; Formação de Professores; Hegemonia

ABSTRACT

The present research has as object of study the unionism of public basic education teachers in Campo Grande/MS. The objective was to analyze the union movement of teachers from the municipal and state networks of public basic education in the municipality of Campo Grande/MS from the struggles around salary and training between the years 2003 and 2015. Initially, for the development of In this research, the tensions that occurred within the unionism and unionism of public basic education teachers in Brazil were presented from the totality, that is, considering the relations established in civil society and political society. Subsequently, the union movement of public basic education teachers in Campo Grande/MS gained centrality so that its singularities could be scrutinized, considering the universality previously discussed. That said, the research sources defined to achieve the proposed objective were: 1) documents based on the minutes of the Campograndense Union of Public Education Professionals (ACP), on local news and on union legislation and on those that regulated salary and continuing education of teachers during the investigation period; 2) answers to a questionnaire applied to teachers from the municipal and state networks of Campo Grande/MS between the years 2003 and 2015; and 3) interview responses from ACP presidents who were in union leadership in the time frame defined for the research. In order to carry out the analyzes of the respective sources, as well as the unfolding of all research processes, in an objective way, it was decided to use unionism as a category of analysis and wage struggle and continuing education as constitutive elements of the respective category. The theoretical framework chosen was based on Gramsci's theory, with subsidy, specifically, from *Cadernos do Cárcere* v. 1, v.2 and v.3. Hegemony was the category of method that guided the defense of the thesis, but intellectuals, democratic/organic centralism, political consciousness/collective political consciousness and raising the intellectual level of the masses were concepts and issues that dialogued with the central category and they also contributed to an orientation of coherent and objective correlations. Faced with this neatly systematized process, it could be considered that the relations established in Brazilian and local teacher unionism and unionism are related to the contradictory forces manifested in different sectors of civil society and political society, which work daily to maintain or to resist to liberal bourgeois hegemony. In this process, it was identified that, even though the public Basic Education teacher union movement in Campo Grande/MS has manifested political and economic-corporate advances for the domain of bourgeois liberal hegemony in its ethical-moral and political conceptions. As a result, theoretical unionism prevailed as the movement that led to the collective organization of public Basic Education teachers in Campo Grande/MS, taking into account the different issues that indicated hindering the real progress of a new hegemony or a new historical bloc.

Keywords: teacher unionism; Basic education; Wage struggle; Teacher training; Hegemony

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 — Foto do documento que registrou a alteração da ACP de associação a sindicato..	157
Gráfico 1 — Percentual de filiação dos professores das redes municipal e estadual que responderam o questionário.....	155
Gráfico 2 — Quantidade de atas por temas debatidos em Assembleia Geral entre os anos de 2006 e 2015.....	193
Gráfico 3 — Formação acadêmica e a sindicalização dos professores efetivos das redes municipal e estadual de Campo Grande/MS que iniciou sua atuação na Educação Básica pública desde antes de 2003 até 2021	250
Gráfico 4 — Panorama do nível de formação dos docentes da Educação Básica de Campo Grande/MS – 2007 a 2019.....	256
Quadro 1 — Remuneração dos professores das redes estaduais brasileiras no ano de 2019....	24
Quadro 2 — Diferença do piso salarial em redes municipais do estado do Mato Grosso do Sul (2017)	25
Quadro 3 — Panorama das produções acadêmicas em formato de artigo nas bases de dados Scielo, oasisbr e ANPED.....	27
Quadro 4- Teses e dissertações selecionadas sobre sindicalismo docente e às políticas educacionais encontradas nos bancos de dados da BDTD e da OASISBR.....	29
Quadro 5 - Definições e relações conceituais entre as categorias hegemonia e os intelectuais, o centralismo democrático, consciência política e a elevação do nível intelectual.....	488
Quadro 6 — A relação da hegemonia com a luta do sindicalismo docente em torno do salário e da formação continuada de professores.....	50
Quadro 7 — Fontes e instrumentos da pesquisa.....	57
Quadro 8 — Greves e paralisações dos docentes de Mato Grosso do Sul	124
Quadro 9 — Salário, Plano de Cargos e Carreira, Condições de Trabalho e Formação de professores a partir do PNE	137
Quadro 10 — Participação percentual por atividade econômica no município de Campo Grande – MS, proveniente da arrecadação ICMS – 2007 a 2016	151
Quadro 11 — Posicionamentos e encaminhamento da Assembleia Geral referente à Ata 18/2005 – rede municipal	172
Quadro 12 — Posicionamentos e encaminhamento da Assembleia Geral referente à Ata 3/2003 – rede estadual	178
Quadro 13 — Registros dos debates – Ata nº 12/2003	185
Quadro 14 — Relação de Cursos de Pós-Graduação ofertados pela Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande aos professores da rede municipal de ensino – curso, instituição parceira e número de participantes (2005-2009).....	266
Quadro 15 – Luta salarial da rede municipal e da rede estadual – de 2006-2008.....	296
Quadro 16 — Luta salarial da rede municipal e da rede estadual - de 2009 a 2011.....	298
Quadro 17 — Luta salarial da rede municipal e da rede estadual - de 2012 a 2015.....	300
Quadro 18 - Produções científicas em formato de artigo da plataforma de busca de dados da Scielo	331
Quadro 19: Produções científicas em formato de artigo da plataforma oasisbr	334
Quadro 20 - Produções científicas referente às publicações em anais da Anped	341
Quadro 21: Relatórios de pesquisa de teses e dissertações na página BDTD e oasisbr	343

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Panorama das filiações da ACP no período entre 2003 e 2015.....	16161
Tabela 2 — Quantidade de docentes contratados e efetivos nas redes municipal e estadual de ensino – 2011 a 2019.....	163
Tabela 3 — Percentual de filiação na ACP com base no total de professores ativos (por CPF) da Educação Básica pública de Campo Grande - MS (2011-2015)	164
Tabela 4 — Dados sobre a economia e financiamento da educação.....	174
Tabela 5 — Aumento do salário base do professor da rede municipal de ensino de Campo Grande - MS e do salário-mínimo brasileiro – 2002 a 2005	176
Tabela 6 — Aumento do salário base do professor da rede estadual de ensino de Campo Grande - MS e do salário-mínimo brasileiro – 2002 a 2005.....	187
Tabela 7 — Média de crescimento do PIB por mandato diretivo da ACP – 2003 a 2015....	190
Tabela 8 — Índice de inflação efetivo do Brasil pelo IPCA – 1999 a 2019	191
Tabela 9 — Média de crescimento do financiamento do Salário-Educação no município de Campo Grande/MS e no estado do Mato Grosso do Sul por mandato sindical entre 2006 e 2015.....	192
Tabela 10 — Crescimento dos salários da rede municipal e da rede estadual em comparação ao salário-mínimo (2003-2008).....	203
Tabela 11 — Crescimento dos salários da rede municipal e da rede estadual em comparação ao salário-mínimo (2003-2011).....	212
Tabela 12 — Desenvolvimento econômico e financiamento educacional (2010-2015).....	218
Tabela 13 — Crescimento dos salários da rede municipal e da rede estadual em comparação ao salário-mínimo (2003-2011).....	229
Tabela 14 — Posicionamento dos professores da Educação Básica pública de Campo Grande/MS (com início de atuação desde antes de 2003 até 2015) em relação às deliberações de greves e paralisações em assembleia, conforme a sua situação funcional e a sua formação acadêmica	261
Tabela 15 — Aumento no salário conforme habilitação - Planos de Carreira a partir das Leis Complementares n. 19 e n. 87	257

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP	Sindicato Campo-Grandense dos Profissionais da Educação Pública
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADUFMS	Associação dos Docentes da UFMS
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ATEMPA	Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAQi	Custo Aluno Qualidade Inicial
CAT	Central Autônoma dos Trabalhadores
CDDH	Centro de defesa da Cidadania dos Direitos Humanos Marçal de Souza Tupã
CF	Constituição Federal
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CGTB	Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
Conlutas	Coordenação Nacional de Lutas
Contraf	Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPPB	Confederação dos Professores Primários do Brasil
CSC	Corrente Sindical Classista
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCE	Diretório Central dos Estudantes
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FBP	Frente Brasil Popular
FENASE	Federação dos Supervisores de Ensino
FENOE	Federação Nacional dos Orientadores Educacionais
FEPROSUL	fundação da Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul

FES	Frente da Esquerda Socialista
FETEMS	Federação de Trabalhadores em Educação no Mato Grosso
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNP	Frente Nacional dos Petroleiros
FNT	Fórum Nacional do Trabalho
FPSM	Frente Povo Sem Medo
FS	Força Sindical
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
Funpresp	Fundo de Previdência Complementar dos Servidores Públicos
FUP	Federação Única dos Petroleiros
GRATEF	Gratificação de Regência
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IHU	Instituto Humanitas Unisinos
LC	Licença-capacitação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MNOB	Movimento Nacional de Oposição Bancária
MR8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTS	Movimento por uma Tendência Socialista
MUT	Movimento Unificador dos Trabalhadores
NCST	Nova Central Sindical de Trabalhadores
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCC	Plano de Cargos e Carreira
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCO	Partido da Causa Operária
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIB	Produto Interno Bruto

PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP	Partido Progressistas
Profeduc	Programa de Mestrado profissional em Educação
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSPN	Piso Salarial Profissional Nacional
PT	Partido dos Trabalhadores
PUA	Pacto de Unidade e Ação
SDS	Social Democracia Sindical
SED/MS	Secretaria de Educação do Mato Grosso do Sul
SEMED/CG	Secretaria Municipal de Educação/Campo Grande
SINPEEM	Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo
Sinpol	Sindicato dos Policiais Cíveis de Campo Grande MS
SINTED	Sindicato dos Trabalhadores em Educação
SINTEPP	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Estado do Pará
SISMMAC	Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba
STF	Superior Tribunal Federal
UGT	União Geral dos Trabalhadores
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização da Nações Unidas para a Educação, pela Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	Contextualização do objeto, justificativa e formulação do problema.....	18
1.2	Revisão da produção bibliográfica relacionada com o objeto de pesquisa ...	26
3.1.2.1	<i>Produções acadêmicas em formato de artigo</i>	<i>30</i>
1.2.2	<i>Teses e as dissertações</i>	<i>33</i>
1.3	Objetivos da pesquisa	41
1.4	Aspectos teórico-metodológicos	42
1.5	Metodologia	51
2	O SINDICALISMO BRASILEIRO E A DISPUTA POR HEGEMONIA....	58
2.1	A formação das classes sociais da sociedade capitalista.....	59
2.1.1	<i>O movimento de organização da classe trabalhadora na sociedade capitalista.</i>	<i>60</i>
2.2	O movimento sindical brasileiro e a influência da teoria neoliberal no processo de disputa por hegemonia	66
2.2.1	<i>O Sindicalismo e a consolidação da neoliberalização no Brasil nos anos de 1990</i>	<i>73</i>
2.2.2	<i>O movimento sindical brasileiro nos anos 2000</i>	<i>80</i>
2.2.2.1	Breve panorama político-econômico produzido no decorrer dos anos 2000.	81
2.2.3	<i>O sindicalismo brasileiro no governo PT: dos progressos aos regressos</i>	<i>90</i>
3	A DISPUTA POR HEGEMONIA E O MOVIMENTO SINDICAL DOCENTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA BRASILEIRA	105
3.1	O sindicalismo docente da educação básica pública.....	106
3.1.1	<i>As Políticas Educacionais Que Subsidiaram O Movimento Sindical Docente Da Educação Básica Pública A Partir De 1988.....</i>	<i>107</i>
3.1.2	<i>Hegemonia neoliberal e a sua influência na organização do sindicalismo docente.....</i>	<i>116</i>
3.1.3	<i>A disputa por hegemonia e o sindicalismo docente no Mato Grosso do Sul..</i>	<i>121</i>
3.2	As políticas educacionais implementadas no decorrer dos anos 2000	130
3.2.1	<i>O movimento sindical docente da Educação Básica pública brasileira no decorrer dos anos 2000</i>	<i>138</i>
4	A FORMAÇÃO DOS INTELECTUAIS E DOS SINDICALIZADOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA DE CAMPO GRANDE - MS E A LUTA SALARIAL	147
4.1	A Formação do município de campo grande - ms e a formação dos intelectuais que constituíram a educação básica pública de campo grande - ms	148
4.1.1	<i>O Sindicato Campo-Grandense dos Profissionais da Educação Pública (ACP): sua composição e estruturação</i>	<i>157</i>
4.2	O movimento sindical docente da educação básica pública de campo grande - ms e a luta salarial entre os anos de 2003 e 2005.....	169

4.2.1	<i>Sindicalismo docente e a luta salarial dos professores da Educação Básica pública da rede estadual de Campo Grande - MS (2003-2005)</i>	177
5	AS TENSÕES DO MOVIMENTO SINDICAL NA LUTA SALARIAL DE 2006 A 2015	190
5.1	O movimento sindical docente da educação básica pública de campo grande/ms e a luta salarial entre os anos de 2006 e 2015.....	190
5.2	AS tensões na luta salarial entre os anos 2006 e 2008	194
5.2.1	A luta salarial a partir do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN)	199
5.3	As tensões na luta salarial entre os anos de 2009 e 2011	204
5.4	As tensões na luta salarial entre os anos de 2012 e 2015	213
5.4.1	As conquistas salariais entre os anos de 2012 e 2015	224
5.4.2	A atuação das forças hegemônicas na luta salarial docente	221
6	A CONSTRUÇÃO E A DISPUTA POR HEGEMONIA E O DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA COLETIVA	232
6.1	O sindicalismo docente da educação básica pública de campo grande/ms e a regulamentação da formação continuada de professores (2003-2015)	233
6.2	O desenvolvimento intelectual dos professores da educação básica pública de campo grande/ms e o sindicalismo docente.....	248
6.3	O sindicalismo docente da educação básica pública de campo grande/ms e a formação continuada de professores por uma ótica dos líderes sindicais.....	259
7	CONCLUSÃO.....	271
	REFERÊNCIAS.....	28080
	ANEXO A— Quadro sobre a quantidade de atas, as discussões e as conquistas registradas sobre a luta salarial entre os anos de 2006 a 2008	Indicador não definido.96
	ANEXO B - Quadro sobre a quantidade de atas, as discussões e as conquistas registradas sobre a luta salarial entre os anos de 2009 a 2011	298
	ANEXO C - Quadro sobre a quantidade de atas, as discussões e as conquistas registradas sobre a luta salarial entre os anos de 2012 a 2015	300
	ANEXO D - Questionário para a diretoria das entidades reivindicativas da Educação Básica pública	302
	ANEXO E - Questionário para a diretoria das entidades reivindicativas da Educação Básica pública	307
	ANEXO F - Documentos fornecidos pela secretaria jurídica da ACP referentes à política salarial das redes municipal e estadual	312
	ANEXO G - Documentos fornecidos pela secretaria jurídica da ACP referentes à filiação das redes municipal e estadual	319
	ANEXO H - Documentos referentes ao termo de consentimento livre e esclarecido e à anuência dos presidentes da ACP sobre a transcrição das entrevistas	325
	ANEXO I - quadros referentes às produções acadêmicas encontradas em formato de artigo, de teses e de dissertações nas plataformas da scielo, da oasisbr, da anped e da bdtd.....	331

1 INTRODUÇÃO

A presente tese é resultado da pesquisa de doutoramento que possui como objeto de investigação o sindicalismo docente da Educação Básica pública de Campo Grande - MS. Seu objetivo constituiu-se em analisar o movimento sindical docente nas redes municipal e estadual da Educação Básica pública do município de Campo Grande - MS a partir das lutas acerca do salário e da formação continuada entre os anos de 2003 e 2015.

A escolha pelo objeto de estudo pode se explicar, especialmente pela minha atuação como professora da Educação Básica pública das redes estadual e municipal de ensino no município de Campo Grande - MS e, por conseguinte, participar do movimento de luta do magistério público observando a complexidade das relações do movimento sindical docente.

A vinculação do salário e da formação continuada no escopo da investigação foi definida tendo em conta que se referem, no primeiro caso, à temática de maior interesse dos professores, e no segundo caso, a um assunto com pouco debate e discussão no movimento sindical docente, todavia, que indica ser uma questão elementar para o desenvolvimento profissional e político da categoria, além de ter feito parte dos estudos que já realizei na elaboração da minha dissertação de mestrado¹.

A escolha do período de investigação entre os anos de 2003 e 2015 também apresenta relação com os estudos acadêmicos anteriores, os quais se orientaram a partir da regulamentação das políticas educacionais, com ênfase nas políticas de formação docente, no período dos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2016), bem como das múltiplas determinações que constituiu a sociedade civil e a sociedade política nesse momento histórico. É diante dessa base material que se pretende compreender o movimento sindical docente da Educação Básica pública de Campo Grande/MS.

Gramsci e Bordiga (1973), publicaram inúmeras apreciações e considerações a respeito do sindicato/sindicalismo, mas uma delas pode explicar os motivos pelos quais o movimento sindical docente, no recorte temporal demarcado (2003-2015), pode ser um objeto de estudo relevante. Nos termos dos autores:

¹Dissertação intitulada “Políticas de formação docente: implementação do programa institucional de bolsas de iniciação à docência (PIBID) no Mato Grosso do Sul” (MACIEL, 2017).

O Sindicato não é esta ou aquela definição de Sindicato: o Sindicato torna-se uma determinada definição e assume, assim, uma determinada figura histórica enquanto as forças e as vontades operárias que o constituem imprimem-lhe aquela direção e impõem à sua ação aquelas finalidades que estão afirmadas na definição (GRAMSCI; BORDIGA, 1973, p. 100-101).

Há uma concepção implícita na perspectiva anunciada, de modo que os autores compreendem o sindicato como um fenômeno histórico e dialético, haja vista a afirmação de que sua definição por si só é indefinida, pois se constitui conforme as vontades e a direção conduzidas pelas classes subalternas². Posto isto, considera-se que o sindicalismo docente da Educação Básica pública de Campo Grande - MS adquiriu seus sentidos, significados e orientações de acordo com o movimento orientado pela força dos trabalhadores docentes, o qual foi socialmente formado consoante às distintas questões imanentes ao desenvolvimento da sociedade capitalista no período definido para investigação.

Para compreender a organização societal entre os anos de 2003 e 2015, portanto, faz-se necessário apreender as mediações estabelecidas no processo histórico que influenciou a realidade social produzida no recorte temporal delimitado e, assim, alcançar o máximo de aproximações à concretude desenvolvida no entorno do sindicalismo docente.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO, JUSTIFICATIVA E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

De modo geral, os anos entre 2003 e 2015 foram marcados por um cenário de maior intervenção estatal no financiamento e na regulação das políticas educacionais quando

²Na obra gramsciana, as primeiras noções sobre o termo "subalterno" aparecem nos escritos pré-carcerários, empregadas para designar a submissão de uma pessoa a outras, mais especificamente no contexto da hierarquia militar. É, no entanto, nos Cadernos do Cárcere que Gramsci amplia largamente o significado desse conceito, demarcando seus nexos dialéticos com o Estado, a sociedade civil, a hegemonia, a ideologia, a cultura e a filosofia da práxis (SIMIONATTO, 2009). Claro que Gramsci não poderia prever o uso que foi feito dessa categoria de classes subalternas, mas isso não resolve a questão do motivo pelo qual Gramsci passou a utilizá-la, aparentemente em detrimento das noções mais consagradas no âmbito do marxismo, como proletariado, classe operária, campesinato. Certamente que a hipótese de que seria para contornar eventuais problemas com a censura carcerária não é uma explicação razoável. Talvez seja mesmo mais tentador afiançar que se tratou de um desenvolvimento em sua elaboração, que partiu da especificidade da questão operária em direção a níveis sempre mais altos de complexidade e generalidade, sempre em busca de explicação para a materialidade da esfera subjetiva antagônica no decorrer da História. Em busca dos elementos que poderiam compor uma nova sociedade civil anticapitalista, a indeterminação e fluidez sugerida pela expressão classes ou grupos subalternos poderia ser enriquecedora (DEL ROIO, 2007, p. 63).

comparados aos anos de 1990. Entretanto, a organização político-administrativa de descentralização reafirmada pela Constituição Federal de 1988, a qual previu a divisão de responsabilidades entre os entes federados (município, estado e Distrito Federal) no setor educacional, provocou assimetrias na materialização dessas políticas.

Além dessa condição de descentralização, a Constituição Federal de 1988 promoveu, também, a legalização das entidades sindicais do funcionalismo público, circunstância que propiciou, juntamente à autonomia dos estados e dos municípios no processo de implementação das políticas educacionais, uma condição de ampliação do sindicalismo brasileiro, inclusive acerca do movimento sindical docente. Houve, com isso, a configuração de singularidades nas tensões ocorridas entre os diferentes governos e sindicatos da Educação Básica pública, de modo que as pautas e as bandeiras de luta se mostraram de maneira *sui generis* e, desse modo, distante de uma unidade na organização coletiva dos professores.

Apesar disso, ressalta-se que as normatizações supracitadas fizeram parte do movimento de redemocratização do Brasil e, com isso, demonstrou, a partir da luta por hegemonia, significativas conquistas para a classe subalterna, especialmente na elaboração da Constituição Federal de 1988. Houve, desse modo, avanços no processo de valorização profissional dos professores, ainda que a organização sindical docente tenha se sistematizado de maneira fragmentada.

Cabe situar que a luta pela hegemonia no âmbito da legislação nos anos de 1980 foi fruto de uma crise econômica e produtiva mundial que se constituiu a partir de problemas provenientes do sistema de produção baseado no que se observa do fordismo/taylorismo³ e que se manifestou no Brasil no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980.

O cenário de recessão acima anunciado gerou inúmeras reivindicações de diferentes grupos da classe subalterna e impulsionou um processo de reestruturação produtiva do capital, de modo que a base de produção toyotista se manifestasse profícua para o nível de desenvolvimento do sistema capitalista. Esse novo processo produtivo foi marcado pelo aumento do desemprego, haja vista o desenvolvimento tecnológico sob maior eficiência das máquinas, as quais passaram assumir distintos postos de trabalho, o que gerou, consequentemente, novos tipos de ocupações subsidiadas pela informalidade.

Essa conformação produtiva e econômica supracitada exigiu dos trabalhadores novos critérios de conhecimentos básicos, o que viabilizou maior atenção das instituições públicas e

³Ver Antunes (2013).

privadas para promover “qualidade”⁴ na escolarização, considerando que se refere a principal ferramenta de formação em massa. Motta (2008) considera que esse novo padrão tecnológico de produção e de organização do trabalho exigiu e determinou uma reestruturação da produção capitalista com função econômica de inserção da escola, com vários fatores ideológicos fundamentais para legitimação dessa nova ordem. Entre eles, cita-se: a formação de um trabalhador polivalente, participativo e inovador; a desigualdade passou a ser uma questão de não qualificação; e o tempo foi designado como o fator decisivo para a passagem de um estágio subdesenvolvido para o desenvolvido⁵.

No campo político, a nova ordem produtiva toyotista foi mediada pela atuação do projeto neoliberal⁶ de forma globalizada. No Brasil, país dependente e subordinado à dívida externa, esse processo sofreu interferência política dos setores financeiros, inclusive no âmbito da educação, de modo que a valorização de competências individuais a partir da incorporação de elementos da teoria do capital social⁷ foi um aspecto que fez parte do desenvolvimento educacional e social (FRIGOTTO, 2003).

O movimento sindical também sofreu influência desse cenário político e econômico, especialmente após os anos de 1990. Boito Junior (1998) vai explicar que, contrariamente à

⁴O termo qualidade se encontra entre aspas quando se refere a qualidade educacional prospectada e controlada pelos setores financeiros e afirmada nas políticas neoliberais. Isso porque tal “qualidade” está atrelada aos avanços da ordem produtiva e não a uma perspectiva associada ao desenvolvimento do indivíduo em sua totalidade, assim como pode ser vista em Gramsci (2001) quando discute a necessidade da instituição da escola unitária e a mediação do trabalho como princípio educativo.

⁵ O termo desenvolvido e subdesenvolvido anunciado refere-se ao desenvolvimento capitalista.

⁶O neoliberalismo, mesmo que tenha um vínculo ideológico ao liberalismo clássico do século passado, teve sua origem logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte, onde o capitalismo era o modo de produção em potencial. Esse regime de Estado, que se formulou inicialmente por Hayek, na Inglaterra, foi uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista de bem-estar. Pode-se dizer, que se tratou de um ataque adverso a qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado. Hayek e seus companheiros argumentavam que o Estado de bem-estar social seria o novo igualitarismo que vinha destruindo a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, das quais dependia a prosperidade de todos. Esses neoliberais mantiveram, por mais ou menos 20 anos, o discurso da necessidade da desigualdade como um valor positivo para as necessidades das sociedades ocidentais. Até que, com o surgimento da crise dos anos de 1970, os argumentos mudaram, e passaram a afirmar que as raízes da crise estavam no poder excessivo dos sindicatos, os quais tinham corroído as bases da acumulação capitalista. Apesar da neoliberalização ser efetivamente desenvolvida após os anos de 1970, considera-se que esse foi um projeto organizado anteriormente, com o movimento de intelectuais orgânicos da classe burguesa. Porém, a culminância desse processo só ocorreu a partir da crise dos países de capitalismo avançado, os quais passaram por baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação (ANDERSON, 1995).

⁷Conceito desenvolvido por Putnam, o qual identifica uma alta densidade de associações e a existência de relações sociais de reciprocidade como as principais premissas de uma democracia vital e de um engajamento cívico efetivo. Estes fatores não apenas garantem o caráter democrático da sociedade civil, mas também determinam a performance dos governos locais e de suas instituições. A organização social, sustentada por uma rede de associações civis e por formas de cooperação baseadas em regras compartilhadas e em confiança recíproca, se mostrou fundamental para um bom desempenho das instituições e da eficiência da sociedade e de sua economia (FREY, 2003, p. 14).

organização reivindicativa e combativa dos anos de 1980, o sindicalismo passou por um período difícil no Brasil e manifestou uma característica propositiva com estratégias, por vezes, contraditórias, marcadas por conciliações com as políticas neoliberais.

A naturalização desse quadro político, econômico e ideológico gerou o alargamento da cultura do capital por meio da regulação do controle social a partir dos setores financeiros (PEDRINI; ADAMS; SILVA, 2007), os quais exigiram a ampliação de novos níveis de intelectualização pelo sistema de escolarização. Desse modo, houve maior atenção com a qualidade da Educação Básica mediante a implementação de políticas de valorização profissional, com o propósito de melhorias nos salários, na formação docente, nas condições de trabalho, entre outras propostas para o setor educacional.

Mas, mesmo que o movimento político-econômico e produtivo (neoliberalização e toytismo) no decorrer dos anos de 1990 e 2000 tenha sido configurado pelos ditames sinalizados pelos setores financeiros, é importante destacar que houve singularidades nos diferentes períodos em relação aos aspectos sociais estabelecidos, inclusive no campo das políticas educacionais e do movimento sindical.

Silveira (2009), Tiezzi (2004) e Martins (2005) vão explicitar que os anos de 1990 foram assinalados pelo ajuste neoliberal com delineamento marcado pela filantropia, mediante políticas compensatórias e assistencialistas, inclusive na educação; pelo solidarismo de responsabilização social; pelas privatizações; pelos cortes nas contas públicas e pela evidência dos setores financeiros no controle das decisões políticas e econômicas do país.

O sindicalismo, no mesmo período supracitado, segundo Boito Junior (1998), viveu um movimento de transformação em suas estratégias de reivindicação. De características reivindicativas, combativas e políticas, a organização dos trabalhadores, especialmente quando observada a Central Única dos Trabalhadores (CUT), passou a atuar em conciliação e proposição ao projeto neoliberal.

Todavia, é importante salientar que houve a organização de grupos contra hegemônicos no interior da própria CUT, bem como nos distintos sindicatos. Além disso, quando observado, especificamente, o sindicalismo docente e o cenário de descentralização do federalismo que o constituiu, considera-se que as tensões e as pautas desenvolvidas manifestaram características singulares, mesmo que sobre influências do movimento nacional.

Piton (2004) ao investigar o movimento sindical docente no período de 1995 a 2002 no estado do Paraná, por exemplo, identificou que o APP/Sindicato demonstrou nas relações da luta do magistério uma postura e condução combativa e reivindicativa, próxima, aliás, das

características percebidas nos anos de 1980, em resistência as políticas educacionais de cunho neoliberal instituídas pelo governo estadual, orientadas conforme a agenda dos organismos financeiros. Nesse processo, o governo do estado era vinculado ao partido Democratas (DEM) e os dirigentes do APP/Sindicato ao PT.

Essa situação evidencia que, ainda que o decorrer dos anos de 1990 tenham sido marcados por processos de conciliação que acabaram enquadrando o movimento sindical aos interesses do capital, percebe-se que as condições materiais instituídas na Educação Básica pública manifestaram formas singulares conforme as relações estabelecidas entre os governos (estaduais e municipais) e o movimento sindical docente.

No início dos anos 2000, com a vitória de Luís Inácio Lula da Silva, um líder sindical, do Partido dos Trabalhadores (PT), houve a esperança de resistência em relação à dominação dos setores financeiros, bem como às diferentes questões que geravam calamidade à classe trabalhadora mediante as estratégias do projeto neoliberal. Entretanto, no desenvolvimento do primeiro mandato do respectivo governo foram identificadas condições materiais e políticas que indicaram subordinação aos setores financeiros e a neoliberalização (ANTUNES, 2006).

Apesar disso, destaca-se que esse período se constituiu a partir de um movimento político singular, tendo em conta o seu caráter mais progressista em relação às políticas sociais e educacionais que possibilitou a implementação de programas de governo que visaram atender os interesses da classe trabalhadora.

Com isso, o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) manifestou algumas críticas em relação aos problemas causados pelas estratégias do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002), estabelecendo uma nova ordem neoliberal denominada pelas discussões acadêmicas como neodesenvolvimentismo, definido como um projeto de maior intervenção estatal para reduzir a pobreza e o caos social brasileiro (BOITO JUNIOR, BERRINGER, 2013).

Nesse momento histórico verificou-se a sistematização de políticas sociais e educacionais para a camada menos favorecida da população e, com isso, a partir de 2003 foi observada uma ampla esfera de direitos viabilizada aos mais pobres, inclusive no setor da educação (GENTILI; OLIVEIRA, 2013).

Especificamente em relação à educação, a regulação e o financiamento da União propiciaram a discussão e a implementação de planos e programas para aprimorar o avanço da Educação Básica pública. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (2007), a implantação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (2007), a criação do

Fundo de Manutenção de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB) (2006), a instituição do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) (2008) e o Plano Nacional de Educação (PNE) (2010) foram políticas educacionais que subsidiaram a valorização docente e a perspectiva de qualidade da Educação Básica.

Essa situação pode ser observada se analisada a remuneração dos professores dos diferentes estados brasileiros, que após mais de duas décadas de regulamentação das políticas de valorização docente previstas na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (1996), e, onze anos da implantação do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) (2008), ainda assim, mostra-se relevantemente distinta, desigual e discrepante. Segue, portanto, as remunerações das redes estaduais brasileiras no ano de 2019:

Quadro 1 — Remuneração dos professores das redes estaduais brasileiras no ano de 2019

Estado	Composição/Gratificação	Remuneração
Acre		R\$ 2.743,65
Alagoas		R\$ 2.195,13
Amapá		R\$ 3.416,17
Amazonas		R\$ 3.269,50.
Bahia	R\$ 2.145,36 Vencimento + R\$ 668,92 de Gratificação de Estímulo às Atividades de Classe	R\$ 2.814,28
Ceará	R\$ 2398,08 Vencimento + 527,58 Gratificação Regências + 381,00 PVR/FUNDEB (2014)	R\$ 3.306,66
Distrito Federal	Ensino Médio: R\$ 2919,79 Vencimento + 875,94 GAPED Licenciatura: R\$ 3695,93 Vencimento + R\$ 1.108,78 GAPED. (2014)	R\$ 3795,73 R\$ 4804,71
Espírito Santo		R\$ 2.194,63
Goiás		R\$ 2.544,96
Maranhão	R\$ 1003,45 (Vencimento) + R\$ 1049,59 (Gratificação)	R\$ 2047,04
Mato Grosso		R\$ 1.502,39
Mato Grosso do Sul		R\$ 3593,48
Minas Gerais	16 com aluno + 8 de preparação	R\$2.135,64
Pará	R\$ 1927,62 venc. + 80% Gratificação Escolaridade + 10 GAM + 425,50 VA	R\$ 4.242,18
Paraíba		R\$ 2025,26
Paraná	R\$ 1415,78 Remuneração + 413,02	R\$ 1828,80
Pernambuco		R\$ 2036,16
Piauí		R\$ 2.836,93
Rio de Janeiro		R\$ 2.211,25
Rio Grande do Norte		R\$ 2.419,73
Rio Grande do Sul	R\$ 1.260,20 (vencimento) + R\$ 1.195,15 (abono completo)	R\$ 2455,35
Rondônia	R\$ 2.218,25 + Gratificações	R\$ 2.218,25
Roraima		R\$ 2.749
Santa Catarina		R\$ 2.532,07
São Paulo	32 aulas + 3 ATPC	R\$ 2585,00
Sergipe	R\$ 2.298,80 (venc.) + R\$ 919,52 (adicional regência)	R\$ 3.218,32

Tocantins	R\$ 3.959,06
------------------	--------------

Fonte: (RANKING, 2018).

Nota-se, pelo quadro acima, que há diferentes aspectos que interferem na desigualdade da remuneração dos professores entre os estados brasileiros, entre eles, verifica-se: 1) o salário/vencimento, já que no Maranhão apresentou-se no valor de R\$ 1.003,45, no Paraná R\$ 1.415,78, em Rondônia R\$ 2.218,25 e no Distrito Federal R\$ 2.919,79; 2) a carga horária, haja vista que no estado de Minas Gerais a remuneração era referente à 24h/a e no estado de São Paulo era equivalente à 35h/a; e 3) os benefícios ou as gratificações que se mostraram de diferentes tipos e valores, como em abono complementar de R\$ 1.195,15 no Rio Grande do Sul, em 80% de gratificação escolaridade + R\$ 425,50 de Vale Alimentação no Pará e em adicional de Regência de Classe de R\$ 527,68 no Ceará.

Esse cenário pode ser considerado a partir das formulações analíticas de Oliveira e Sousa (2010, p. 23), à medida que defendem que “[...] quando a União formula proposições claras, tem grande capacidade de induzir outros entes federados, mesmo sem investimento de monta. Vale, pois, um olhar mais cuidadoso sobre esses mecanismos”. Ou seja, as políticas regulamentadas em âmbito federal contribuem para os avanços locais e regionais, mesmo sob a descentralização administrativa, todavia, esse processo merece atenção, de modo que os limites e os impasses para alcançar a igualdade salarial devem ser observados e debatidos, até porque essa desigualdade pode se revelar entre os próprios municípios do mesmo estado.

Com efeito, quando verificados os pisos salariais das diferentes redes municipais do estado do Mato Grosso do Sul, locus de interesse da presente pesquisa, identificou-se diferença de salário entre distintos municípios. Sobre isso, segue o quadro abaixo:

Quadro 2 — Diferença do piso salarial em redes municipais do estado do Mato Grosso do Sul (2017) – 40h semanais

Município	Piso salarial R\$
Campo Grande	3.560,04
Naviraí	2.973,32
Amambai	2.407,98
Bodoquena	2.300,00
São Gabriel do Oeste	2.135,64
Juti	2082,20
Nioaque	1919,08
Miranda	1.697,40

Fonte: (FETEMS, 2017); Organização: MACIEL (2018).

Observa-se pelo quadro 2, que foi manifesta uma disparidade no piso salarial de diferentes municípios do estado de Mato Grosso do Sul, sendo que, se comparados os pisos salariais das redes de ensino com o maior e o menor salário, ou seja, entre os municípios de Campo Grande e de Miranda no ano de 2017, houve uma defasagem de R\$1.862,64.

O cenário acima mencionado pode se explicar pelo desenvolvimento das relações constituídas entre os sindicatos e os governos dos municípios e dos estados que, de forma particular, considerando a autonomia dos entes federados, acabaram produzindo tensões e/ou conciliações de forma singular. Compreende-se, portanto, que essa configuração na implementação das políticas educacionais a partir das contradições da base material entre os anos de 2003 e 2015 deve ser, fundamentalmente, estudada, questionada e analisada de forma pormenorizada.

É na complexidade, portanto, dessa relação contraditória entre governos e sindicatos, que se pretendeu compreender como o movimento sindical docente da Educação Básica pública de Campo Grande - MS entre os anos de 2003 e 2015 desenvolveu a sua luta em torno do salário e da formação continuada.

A tese defendida é que ainda que o movimento sindical docente da Educação Básica pública de Campo Grande/MS tenha manifestado avanços políticos e econômico-corporativos para a categoria docente em processos episódicos relevantes, os limites de seu processo formativo pareceram derivar do domínio da hegemonia liberal burguesa em suas concepções ético-morais e políticas. Com isso, o sindicalismo teórico prevaleceu como o movimento que conduziu a organização coletiva dos professores da Educação Básica pública de Campo Grande/MS, tendo em conta as distintas questões que indicaram dificultar o avanço real de uma nova hegemonia ou de um novo bloco-histórico.

1.2. REVISÃO DA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA RELACIONADA COM O OBJETO DE PESQUISA

Para dialogar com a tese defendida, com o problema de pesquisa anunciado, bem como estabelecer aproximações à realidade do sindicalismo docente associado ao processo de implementação das políticas educacionais, uma revisão bibliográfica foi realizada sistematicamente. Com esse propósito, definiu-se dois momentos para a compilação das produções científicas. No primeiro, houve empenho para reconhecer as discussões em torno do sindicalismo docente a partir de publicações acadêmicas em formato de artigo e,

posteriormente, foi feita uma busca de produções acadêmicas acerca das dissertações e das teses.

Para o processo de busca e de seleção de artigos foi definido considerar os periódicos avaliados e classificados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e os artigos publicados nos congressos organizados pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa (ANPED). Para tal, utilizou-se as plataformas digitais da *Brasil Scientific Electronic Library* (SciELO), do Portal Brasileiro de Acesso Aberto à Informação Científica (oasisbr) e da ANPED. As teses e as dissertações foram selecionadas com base na Biblioteca Digital – Teses e Dissertações (BDTD) e no oasisbr.

Os principais descritores utilizados nos veículos de busca foram: “sindicalismo docente”; sindicalismo dos professores”; “movimento sindical docente”; sindicato; “sindicalismo docente política educacional”; e “sindicalismo docente Mato Grosso do Sul”. No primeiro momento, em relação à busca de artigos, sucedeu-se a seleção de trabalhos nacionais e internacionais que, de alguma maneira, apresentaram discussões associadas ao sindicalismo docente de forma geral.

No Anexo I, pode-se verificar de forma pormenorizada as publicações encontradas em formato de artigo, ou seja, o título, os autores, os anos de publicação, um breve resumo e as considerações gerais mais centrais. De maneira sintética, o quadro abaixo mostra um panorama geral desse primeiro momento de compilação dos artigos:

Quadro 3 – Panorama das produções acadêmicas em formato de artigo nas bases de dados SciELO, oasisbr e ANPED.

Plataformas de busca	Nº de artigos encontrados	Nº de artigos com discussões nacionais	Nº de artigos com discussões internacionais	Assuntos relacionados ao sindicalismo docente
SciELO	12	9	3	Políticas educacionais; centrais sindicais; história do movimento sindical; associativismo e sindicalismo; identidade docente; gênero e proletarização.
Oasisbr	14	7	7	Políticas educacionais; história do movimento sindical, em especial da Espanha e Portugal; e gênero.
ANPED	5	4	1	Trabalho docente; proletarização; e gênero.

Fonte: (SCIELO; OASISBR; ANPED, S/D); Organização: (MACIEL, 2022).

Observa-se, pelo quadro 3, uma diversidade de debates relacionados ao sindicalismo docente em âmbito nacional e internacional, mas, de modo geral, percebe-se cinco eixos de discussões centrais: políticas educacionais, história do movimento sindical, gênero, trabalho docente e proletarianização.

Mas, como o eixo das políticas educacionais é o tema de interesse da presente pesquisa, para o processo de buscas de teses e dissertações foram consideradas especificamente as produções que relacionaram o sindicalismo docente às políticas educacionais. Além disso, outras especificidades foram pontuadas, entre elas destaca-se: 1º) selecionar as inquirições desenvolvidas acerca do movimento sindical da Educação Básica pública, em âmbito nacional e podendo ser vinculada a uma perspectiva histórica; 2º) priorizar o recorte temporal associado ao período de estudo, ou seja, no decorrer dos anos 2000.

Para a seleção de teses e dissertações, os descritores utilizados nas plataformas da BDTD e oasib: “sindicalismo docente”; “sindicalismo docente políticas educacionais”; “sindicalismo docente Mato Grosso do Sul”. Com o primeiro descritor, apareceram 108 teses e dissertações na página da BDTD e no segundo descritor 34. Com o terceiro descritor não foi encontrado nenhum trabalho que associava o movimento sindical ao estado do Mato Grosso do Sul. As publicações nacionais que apareceram na plataforma de busca da oasib com os mesmos descritores foram repetidas as encontradas na BDTD.

Das pesquisas que apareceram a partir dos descritores utilizados, foram excluídas as teses e as dissertações com discussões vinculadas ao sindicalismo docente do ensino superior e as que apresentaram sua investigação no campo internacional sem nenhuma associação ao movimento sindical brasileiro. Com isso, 46 produções foram consideradas e um quadro com o detalhamento dos autores, das datas de publicação, dos títulos, dos descritores foi elaborado e pode ser conferido no Anexo I e abaixo segue um panorama da seleção das produções selecionadas e os temas mais debatidos quando consideradas as publicações sobre o movimento sindical e as políticas educacionais da Educação Básica pública brasileira:

Quadro 4 – Teses e dissertações selecionadas sobre sindicalismo docente e às políticas educacionais encontradas nos bancos de dados da BDTD e da OASISBR.

Produções Acadêmicas	Nº de produções -Sindicalismo docente e políticas educacionais	Nº de produções – Sindicalismo docente e outros assuntos	Temáticas relacionadas ao sindicalismo docente e as políticas educacional
Dissertação	7	20	Financiamento educacional e o caso APEOESP ⁸ ; trabalho docente, saúde do trabalhador, políticas públicas e enunciados sindicais; política educacional do governo José Serra e a atuação da APEOESP; políticas curriculares do município de Porto Alegre e os intelectuais orgânicos da ATEMPA ⁹ ; Educação Municipal de Goiânia e a atuação do Comando de luta; valorização do trabalho do professor com base nas políticas federais e estaduais de São Paulo e na atuação da APEOESP.
Tese	4	14	Luta sindical e o trabalho docente no estado do Pará; políticas de avaliação em larga escala e as tensões das confederações dos trabalhadores do Brasil e da Argentina; a luta sindical do STMS ¹⁰ em relação aos docentes da educação infantil; movimento sindical docente e a reforma educativa da Educação Básica paranaense.

Fonte: (BDTD; OASISBR, S/D); Organização: (MACIEL, 2021)

Observa-se, previamente, que existe uma predominância de pesquisas sobre o sindicalismo docente e as políticas educacionais na região sudeste do Brasil e sobre o trabalho docente. Além disso, verifica-se que a respectiva temática não é dominante nos debates acadêmicos, tendo em vista a quantidade de publicações sobre outros assuntos associados à luta sindical do magistério. Quando acessado o Anexo I, por exemplo, identificou-se um volume

⁸ Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo.

⁹ Associação dos Trabalhadores/as em Educação do Município de Porto Alegre.

¹⁰ Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Campinas.

importante de títulos que mostram a história da luta sindical em diferentes sindicatos e tempos históricos.

Como a presente tese busca abordar o movimento sindical associado às políticas educacionais a partir de um recorte teórico-metodológico sob um viés crítico baseado no materialismo histórico-dialético, após um estudo detalhado e pormenorizado, definiu-se organizar e apresentar a revisão de literatura com base nos artigos, teses e dissertações que indicaram maior proximidade ao eixo norteador da pesquisa (políticas educacionais) e à perspectiva teórica definida para defesa da tese.

Para viabilizar uma melhor compreensão desse processo compilatório e de reconhecimento do objeto na proposta supracitada, o artigo foi sistematizado em dois momentos: 1º) a apresentação e discussão geral sobre as publicações em formato de artigo, as quais buscaram identificar as evidências dos tipos de assuntos com maior debates sobre o sindicalismo docente em determinados períodos, e até mesmo as regiões que indicaram maior índice de produção; e 2º) o levantamento e discussão das teses e dissertações selecionadas sobre o sindicalismo docente associado às políticas educacionais.

1.2.1 Produções acadêmicas em formato de artigo

Assim como anunciado anteriormente, a busca por pesquisas publicadas em formato de artigo ou de trabalhos completos em anais de evento foi desenvolvida a partir de periódicos qualificados pela CAPES disponíveis nas plataformas da Scielo e da oasisbr, bem como por textos publicados na plataforma da ANPED.

Ao considerar as intenções da pesquisa sobre o movimento sindical docente a partir da luta em torno do salário e da formação continuada de professores, isto é, da implementação de determinadas políticas educacionais das redes de ensino de Campo Grande – MS, a pretensão foi escolher, especialmente, as publicações que apresentassem como período de investigação os anos 2000, haja vista que se refere ao recorte temporal estabelecido para inquirição.

Seis artigos foram priorizados para essa revisão de literatura. Entre eles, destaca-se o artigo de Gentili *et al.* (2004), pois, apesar de não abordar uma discussão específica dos anos 2000, exibiu mediações que indicaram contribuir com a compreensão do movimento sindical docente e das políticas educacionais de forma geral e no cenário latino-americano. Os autores debateram as reformas educativas da América Latina, o conceito de conflito, o cenário

quantitativo e qualitativo das tensões do setor educacional e os principais antagonistas desse processo que, segundo as investigações, se referiram aos governos nacionais. Além disso, os dados analisados evidenciaram que quase a totalidade dos confrontos ocorridos pela defesa da educação pública na América Latina foram provenientes de ações sindicais e, nesse processo, o Brasil foi o segundo país com maior duração desses enfrentamentos na educação.

Diante disso, considerou-se que o sindicalismo docente brasileiro mostrou importante representatividade na luta pela valorização da Educação Básica pública na história e, desse modo, indicou a necessidade de ampliação e aprofundamento de estudos acerca dessa temática em território nacional.

Melo (2013), com a pretensão de reconhecer as singularidades do movimento sindical docente brasileiro, definiu perscrutar dois sindicatos do estado de Minas Gerais – o Sindicato único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (SIN-UTE/MG) (1979) e o Sindicato dos Trabalhadores da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte (BH) (SIND-REDE/BH) (2007) – para realizar uma análise comparativa a respeito de diversas temáticas no campo das políticas educacionais. Além disso, o autor apresentou os conflitos entre os professores e o governo municipal na consolidação do SIND-REDE/BH – sindicato de perspectiva classista criado por um grupo de professores mediante evidências de que a diretoria do SIN-UTE/MG tinha aproximação ao Partido dos Trabalhadores (PT) quando o respectivo partido estava vinculado ao mandato do governo municipal e federal.

A análise da pesquisa supracitada evidenciou convergências e divergências entre os dois sindicatos investigados, tanto em relação à abrangência da organização, da estrutura e da sistematização das instituições, bem como dos desafios enfrentados em relação às ações e reivindicações desenvolvidas (MELO, 2013). Situação que mostra que as relações do movimento sindical docente, até mesmo no mesmo município, nesse caso em Belo Horizonte (BH), pode produzir singularidades e divergências na organização coletiva dos trabalhadores docentes.

Miranda (2006), em sua produção acadêmica sobre o movimento sindical docente, também reforçou as singularidades dos sindicatos municipais. A autora, mediante inquirição de três sindicatos do estado do Rio de Janeiro – Sindicato dos Profissionais da Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEPE-RJ); Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro (SINPRO-RIO); e União dos Professores Públicos do Estado (UPPES) – observou que o pensamento pedagógico e o projeto sindical de cada sindicato apontou particularidades, de modo que o SEPE-RJ apresentou um viés mais combativo quando comparado aos outros dois

sindicatos. No entanto, em ambas as entidades sindicais foi identificado disputas internas com dificuldade de unidade da categoria docente.

Essa configuração que se revelou nas evidências de Melo (2013) e de Miranda (2006) sobre o sindicalismo docente, reforça a complexidade desenvolvida nas relações da luta do magistério e indica que as tensões do movimento sindical podem estar presentes no interior dos próprios sindicatos.

Gouveia e Ferraz (2013) também auxiliam na compreensão da realidade do movimento sindical docente da Educação Básica pública na medida em que buscaram mapear o modo pelo qual, no contexto municipal, foram estabelecidas as estratégias para discutir as questões corporativas e gerais das entidades sindicais. Para tal, cinco sindicatos municipais dos estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul foram investigados: Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Dourados (SIMTED); Associação dos Trabalhadores em Educação Pública da Fazenda do Rio Grande (ASMEF); Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Araucária (SISSMAR) e Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba (SISSMAC).

Com apoio na história das políticas educacionais e do sindicalismo docente da Educação Básica no Brasil, bem como de dados documentais e de entrevistas, Gouveia e Ferraz (2013) consideraram que a organização das redes de ensino, sob autonomia dos entes federativos, consolidou sistematizações divergentes entre os diferentes governos investigados, assim como entre os movimentos reivindicativos perscrutados. Circunstância que corrobora com os impasses na construção de uma unidade da categoria.

Aliás, conforme as produções acadêmicas foram analisadas, verificou-se que as pesquisas que utilizaram mais de um sindicato no processo de investigação, evidenciaram entraves no processo de unidade na organização coletiva dos professores. Os resultados, portanto, indicam especificidades e diferenças na estrutura, na organização, nos posicionamentos e nos enfrentamentos dos movimentos sindicais.

Gouveia e Ferraz (2016) e Gouveia e Fernandes (2019) também abordaram a questão supracitada, mas ampliaram a discussão em torno do sindicalismo docente à medida que associaram o movimento sindical docente ao PSPN. Os autores fizeram considerações importantes sobre as mudanças de estratégias da categoria dos professores a partir de 2008. Verificaram que, na medida em que houve a implementação da Lei nº 11.738, a qual viabilizou a regulamentação do PSPN, os professores deixaram de fundamentar suas reivindicações salariais a partir dos diversos dispositivos de reajuste, como a inflação, por exemplo.

Diante disso, percebeu-se que a regulamentação das políticas educacionais a partir do governo central, mesmo que com limites e com dificuldades de materialização, haja vista a responsabilização dos estados e dos municípios, se referiu a um mecanismo favorável no processo de luta do magistério. Todavia, Gouveia e Fernandes (2019) chamaram atenção para a Emenda Constitucional nº 95/2016 que estabeleceu o teto de gastos por 20 anos e, conseqüentemente, deliberou a contenção de despesas públicas. De acordo com as autoras, esse cenário tendeu a viabilizar o fim do processo de valorização docente por meio do salário em um curto prazo e essa condição pode ter direta relação com a organização e com as estratégias do movimento sindical docente.

De modo geral, as produções em formato de artigo, explicitadas anteriormente, evidenciaram relevância do movimento sindical docente no processo de valorização da Educação Básica pública, em especial no processo de implementação do PSPN. No entanto, indicaram dificuldades na construção de uma unidade da categoria docente, tendo em conta as condições materiais viabilizadas pela autonomia dos estados e dos municípios na implementação das políticas educacionais.

1.2.2 Teses e as dissertações

Em continuidade ao levantamento bibliográfico e de acordo com o processo sistemático apresentado inicialmente nesse tópico, foram consideradas, para esse momento, três teses e cinco dissertações para auxiliar a compreensão do objeto investigado, considerando o recorte temporal e teórico-metodológico definidos para o desenvolvimento da pesquisa.

Assim como na busca dos artigos, pretendeu-se dar ênfase nas produções acadêmicas que abordaram o sindicalismo docente no decorrer dos anos 2000. Entretanto, assim como no bloco anterior, duas publicações foram selecionadas fora do recorte temporal, pois apresentaram discussões fundamentais sobre o sindicalismo docente vinculado as políticas educacionais, sendo que, os períodos de inquirição das respectivas produções está demarcado entre os anos de 1990 e início dos anos 2000, após a regulamentação da Constituição Federal de 1988, base das premissas para a implantação e materialização das políticas educacionais no período de investigação.

Piton (2004), entre as teses selecionadas, analisou os embates desencadeados pelo sindicalismo docente do estado do Paraná a partir das reformas das políticas educacionais ocorridas entre 1995 a 2002. A autora apresentou a situação mundial, nacional e estadual das

reformas educativas e dos conflitos docentes e avaliou as forças de sustentação e contestação das respectivas reformas no momento histórico estabelecido para investigação.

Os procedimentos metodológicos adotados para amparar a investigação e discussão supracitada se basearam no tipo de pesquisa bibliográfica e documental. Para tanto, foram escolhidos três setores principais para investigação: a Secretaria de Estado da Educação/PR; as Escolas/Colégios do Núcleo Regional de Educação de Pato Branco; e a APP/ Sindicato de Curitiba e Pato Branco.

Na Secretaria de Estado da Educação/PR, não foi aceito a metodologia que incluía a realização de entrevistas, e, portanto, foram utilizados os arquivos do setor. Já nas Escolas/Colégios do Núcleo Regional de Educação de Pato Branco foram entregues questionários em 67 Escolas Públicas Estaduais para os professores com maior tempo de docência na escola e para os diretores. Na APP/Sindicato foram feitas entrevistas com os dirigentes de Curitiba e Pato Branco enquanto, para os professores representantes, enviados questionários da APP/Sindicato nas escolas. Na instância governamental, foram estudadas as reformas educativas e suas relações entre os cenários nacional e mundial.

Mediante os mecanismos mencionados, pôde-se verificar que as políticas desenvolvidas pela SEED/PR, de cunho neoliberal, sofreram orientações do Banco Mundial (BM) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), situação que produziu conflitos durante o período pesquisado. Considerou-se, ainda, que apesar das políticas neoliberais diminuir o tamanho do Estado e influenciarem o sindicalismo docente a uma propositura predominantemente conciliatória e propositiva, a referência da categoria docente do estado do Paraná no campo da “esquerda” e o governo vinculado ao partido de “direita” levou a organização sindical a se manifestar, no período do respectivo governo, sob um caráter combativo, fato que não resultou necessariamente em conquistas quantificáveis imediatas, mas fortaleceu a condução e posicionamentos da categoria.

Em uma vertente mais específica em relação ao nível de ensino da Educação Básica, Búfalo (2009), com o interesse de investigar o processo reivindicatório da profissionalização na educação infantil, objetivou analisar como está sendo construída a profissão docente de creche no seio dos movimentos de resistências culturais. A complexidade da formação político-cultural das docentes foi contemplada nesta análise pela escolha do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Campinas (STMC) como objeto de estudo, o qual foi visto como um espaço educativo mais amplo, pleno de tensões e de lutas, em que se afirma o conceito de classes sociais.

Os procedimentos metodológicos da investigação ocorreram a partir da análise dos documentos do STMC, entre os anos de 1988 e 2001, e dos documentos legislativos da Secretaria Municipal de Campinas e do Ministério de Educação e Cultura (MEC). Além destes, contribuiu com esse processo três revistas da área da educação e um caderno de poesias, ambos publicados pelo Sindicato e produzidos por trabalhadoras e trabalhadores. Foram utilizadas duas categorias centrais para o desenvolvimento do relatório de pesquisa: docência de creche e movimentos de resistências culturais no exame dos documentos do sindicato. As análises das referidas categorias foram subsidiadas com base nos fundamentos teóricos de Thompson (1981, 1998), que, de acordo com Búfalo (2009), abriu caminhos, a partir do marxismo, para a percepção das culturas como dimensão fundamental de luta e tensão, além de reforçar o conceito de classe social estabelecido pelo autor.

Por meio dos encaminhamentos metodológicos, Búfalo (2009) destacou que não somente o salário estava presente nas pautas de reivindicações do Sindicato, mas a melhoria da formação docente também, de modo que fez ampliar a situação político-cultural das docentes da educação infantil. A incorporação das monitoras de creche no quadro do magistério demonstrou relevante conquista nesse seguimento, especialmente porque evidenciou um rompimento de dominância entre trabalho manual e trabalho intelectual, além de ter favorecido a intensificação da luta, pois aumentou a quantidade de trabalhadoras e trabalhadores na reivindicação pelas mesmas pautas. Diante disso, a produção de cultura relacionada à educação infantil foi encarada como uma conquista produzida e não um exercício naturalmente adquirido.

Percebe-se que há uma questão na investigação acima que converge com o objeto e o problema da presente pesquisa, que é o interesse em sondar a formação docente associada ao movimento sindical. Pelas evidências, o STMC incorporou nas pautas de luta a formação docente e esse processo implicou no desenvolvimento político-cultural das professoras e dos professores da educação infantil. Apontamento que corrobora com a importância de se investigar a luta em torno da formação continuada no município de Campo Grande - MS.

Com o propósito de compreender as conquistas e posicionamento do movimento sindical, o relatório de dissertação de Silva (2013) teve como objetivo analisar a relação entre a política educacional executada no governo José Serra, no estado de São Paulo, entre 2007 e 2010, e a atuação do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP). Três questões foram fundamentais para o desenrolar da pesquisa: 1ª) qual o padrão de política constituída no governo de José Serra, do PSDB? 2ª) qual o reflexo do padrão de política educacional para as condições e organização do trabalho docente na rede estadual

paulista? 3ª) Como a APEOESP reagiu ao tipo de padrão de política instituída pelo governo de José Serra?

Para alcançar os propósitos indicados foram utilizados como procedimentos metodológicos a análise documental, em uma perspectiva metodológica qualitativa. Foram investigadas a legislação educacional federal, a legislação educacional de São Paulo, as resoluções da Secretaria de Estado de Educação de São Paulo e os boletins da APEOESP. Revisou-se, também, inúmeras publicações setoriais do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e da APEOESP, de forma específica, os Boletins de Conjuntura elaborados pelo Dieese e os boletins Fax Urgente, elaborados semanalmente pela APEOESP (SILVA, 2013).

Com base nas fontes analisadas foi apontado que as políticas educacionais do estado de São Paulo sofreram influências das agências internacionais de financiamento (BID, BIRD, UNESCO, UNICEF) e as políticas educacionais federais induziram as reformas e as políticas educacionais do respectivo estado. Em relação às reivindicações da APEOESP foi observado que:

A partir das pautas de reivindicações do período do governo José Serra (2007-2010) pudemos perceber que elas parecem se reduzir às questões mais imediatas de preservação dos direitos da categoria. Vimos que a direção da APEOESP afirma ser a entidade um espaço de tomada de consciência de classe, onde os professores enxergam a necessidade de lutar frente a um Estado orientado pela apropriação privada dos bens públicos. No entanto, a APEOESP também se mostra uma entidade burocratizada, hierarquizada desde a sua base até o topo da estrutura sindical. Assim, a estrutura sindical da APEOESP se conforma aos limites do Estado capitalista periférico. Um Estado que à semelhança das grandes empresas flexibiliza contratos de um enorme contingente de trabalhadores (SILVA, 2013, p. 190).

Apesar dos limites do APEOESP em relação às imposições estruturantes, foi possível identificar que o sindicato encampou algumas greves, como de 2010, a qual conseguiu levar 40 mil professores às ruas da capital paulista. Mesmo assim, a prática sindical da APEOESP, durante os governos do PSDB, não conseguiu impedir que a escola pública se tornasse um direito social semipúblico ou uma quase mercadoria. Quando o referido sindicato “conseguiu” um espaço como participação paritária nos espaços institucionais do governo do Estado, após exigências das pautas sindicais, para que a entidade pudesse dar “voz” as reivindicações da categoria, pouco eram ouvidos pelo governo do estado, que se limitava a dizer que não poderia, unilateralmente, atender as demandas sindicais, pois o atendimento das demandas dependia do orçamento – que este seria competência da Secretaria da Gestão Pública (SILVA, 2013).

Silva (2013), tal como Piton (2004), ajuda a compreender que a propositura societária neoliberal manifestou influência das diretrizes dos organismos financeiros internacionais, interferindo na elaboração e na implementação das políticas educacionais locais desde os anos de 1990. E o movimento sindical docente, mesmo por meio de movimentos mais combativos, relevaram dificuldades em impedir o domínio ideológico, político e econômico dessa concepção no desenvolvimento da educação.

De forma mais pontual, Costa (2010), em sua tese, buscou analisar os Sistemas de Avaliação em larga escala da Educação Básica que foram viabilizados a partir dos anos de 1990 no Brasil e na Argentina, bem como as possíveis tensões e os jogos de influência que os contextualizaram. Tendo como premissa a relação Estado, escola e sociedade, levou-se em conta a organização docente e o mapeamento de suas principais lutas relacionadas à escola pública, democrática e popular.

Diante das questões levantadas, Costa (2010) utilizou como procedimentos metodológicos a comparação e uma abordagem dialética e qualitativa, com o objetivo de compreender as aproximações e distanciamentos de cada realidade dos países escolhidos na pesquisa. O campo empírico foi estabelecido sobre duas confederações: a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) (Brasil) e a *Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina* (CTERA) (COSTA, 2010).

Outrossim, a autora explicita que os procedimentos metodológicos da pesquisa se constituíram em três processos: 1º) Revisão bibliográfica em 13 teses e 54 dissertações com publicações entre 1997-2007, com a finalidade de buscar o entendimento da avaliação em larga escala enquanto política pública. 2º) análise de documentos referentes às atas da CTERA e da CNTE, os cadernos, livros, panfletos, e os sites de ambas as confederações. 3º) entrevistas com seis dirigentes da CTERA e da CNTE (COSTA, 2010).

Destacou-se, a partir dos procedimentos expressos, que a avaliação em larga escala se referiu à uma política de influência neoliberal, marcada por um caráter competitivo que se instituiu facilmente nas escolas públicas. As confederações demonstraram antagonismo em relação e essa concepção teórico-prática, inclusive a respeito da influência dos setores financeiros sobre as decisões da implementação da política pública nacional, entre elas a avaliação em larga escala. Compreenderam, ainda, que é imprescindível a insubordinação enquanto estratégia que dê conta da formulação de políticas que desemboquem numa sociedade com mais justiça social, direitos e igualdade. Ou seja, mais uma pesquisa que reforça o domínio

neoliberal no âmbito da educação, mas, nesse caso, foram apontados caminhos para fortalecer o enfrentamento a esse movimento dominante.

A tese de Luz (2017) investigou a implementação das políticas sobre o trabalho docente no estado do Pará, as quais foram regulamentadas pelos governos petistas de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2016), objetivou analisar o papel do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Estado do Pará (Sintepp) na organização dos professores e a repercussão de suas ações na luta pela valorização do trabalho docente da Educação Básica no estado.

O aporte teórico-metodológico para o desenvolvimento da tese supracitada se baseou no materialismo histórico-dialético e as categorias de análise foram: Estado, trabalho docente, sindicalismo e sindicalismo docente. Inicialmente foi realizado um estudo bibliográfico e documental vinculado às categorias estabelecidas e, posteriormente, houve a construção de uma base de dados com materiais produzidos pelo Sintepp por meio de jornais, boletins, revistas, cadernos de resoluções congressuais, cadernos de formação, atas, ofícios, entre outros materiais escritos que vierem contribuir com as fontes da pesquisa. Por último, realizou-se entrevistas semiestruturadas com os professores da Educação Básica pública (LUZ, 2017).

Após a investigação minuciosa em relação ao Sintepp e às políticas de valorização do trabalho docente no estado do Pará, foi apontado que o sindicato teve um papel importante nas conquistas relacionadas à valorização profissional e as entrevistas com os professores mostraram que os docentes reconheceram a entidade como fundamental para suas conquistas, inclusive seus relatos de apreciação ao Sindicato se relacionaram à história do Sintepp.

Rodrigues (2017) também apoiado no materialismo histórico-dialético, mas a partir de um relatório de dissertação, buscou apreender as noções de valorização do trabalho do professor presentes nas políticas educacionais federais e estaduais e, também, nas orientações interventivas da APEOESP.

Inicialmente, Rodrigues (2017), apresentou um estudo aprofundado sobre o conceito de valor e as noções relacionadas à determinação do valor da força de trabalho, bem como das especificidades do processo de trabalho do professor. Posteriormente, contextualizou, analisou e descreveu as políticas educacionais a partir da legislação federal, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, do Plano Nacional de Educação (2014-2024) e as políticas educacionais do estado de São Paulo entre 1997 e 2014. No campo do sindicalismo docente, especificamente por meio da APOESP, analisou as resoluções do 23º e 24º congressos estaduais que orientaram a intervenção sindical entre 2010 e 2016.

As análises sobre as referidas políticas e legislações evidenciaram que as leis federais e estaduais, os planos, a Constituição Federal e a APOESP demonstraram não estabelecer o real sentido de valor quando mencionavam a valorização do professor. Observou-se um caráter econômico, reformista, e de controle do governo, que ao esvaziar seu sentido real de valor e estabelecer novos sentidos, acabaram por controlar os condicionantes relacionados ao capital trabalho (RODRIGUES, 2017).

Diante da perspectiva de valorização docente apresentada, Rodrigues (2017) salientou a necessidade dos professores organizarem suas reivindicações de forma independente dos governos, com clareza de suas pautas, inclusive com possibilidades de discussões para além de questões econômicas, retomando até mesmo o real sentido de valor no discurso da valorização do professor com destaque ao seu sentido axiológico, seu papel social.

Sendo assim, identifica-se, de acordo com as publicações de Luz (2017) e Rodrigues (2017), que o movimento sindical docente se mostrou como um mecanismo importante para as conquistas dos direitos dos professores, entretanto, percebeu-se que as interferências dos governos prejudicaram a elaboração de pautas e conceitos de forma autônoma e independente, de modo que há um processo de naturalização nas concepções políticas e ideológicas instituídas pelos governos.

No estado do Mato Grosso do Sul, *locus* de estudo da presente pesquisa, dois relatórios de dissertação com investigação acerca do sindicalismo docente e das políticas educacionais foram encontrados. Entre eles, destaca-se a dissertação de Miguel (2012), cuja proposta buscou inquirir a Federação dos Trabalhadores da Educação do Mato Grosso do Sul (FETEMS), que se refere a entidade representativa da rede estadual de ensino no respectivo estado. A autora objetivou analisar o processo de implantação e implementação do Plano de Cargos e Carreira (PCC) docente no período entre 1996 e 2010.

Os instrumentos de investigação utilizados para alcançar o objetivo proposto foram os documentos em formato de atas de assembleias gerais e de boletins eletrônicos disponibilizados no site da FETEMS e da CNTE, especificamente, os que apresentaram a questão da valorização do magistério via implementação do PCC e do PSPN. As produções bibliográficas que discutiram o movimento capitalista no período em que houve a implementação do PCC, bem como as literaturas que subsidiaram as exposições e as análises sobre o sindicalismo docente também foram elementares (MIGUEL, 2012).

A autora salientou que apesar de a FETEMS ter feito a luta pelo PCC antes mesmo de ter sido regulamentado, o debate acerca da sua reformulação foi deixado em segundo plano,

tanto pela federação, quanto pela categoria dos professores. Além disso, evidenciou-se, também, a predominância da luta do magistério acerca do salário, mesmo que apresentada de forma imediata e superficial no processo de reivindicação (MIGUEL, 2012).

A outra dissertação com investigação em torno do sindicalismo docente vinculado às políticas educacionais no estado do Mato Grosso do Sul foi à publicação de Stockmann (2015). O autor abordou o movimento sindical docente associado à luta pela conquista da hora-atividade. Seu objetivo se constituiu em explicar a contribuição do sindicalismo docente na consolidação das políticas trabalhistas, principalmente sobre o tempo voltado para a preparação do trabalho junto aos alunos. Para tal, foram utilizados como instrumento de investigação referências bibliográficas, documentos (atas de reunião) e entrevista semiestruturada com as lideranças sindicais, inclusive os antigos dirigentes sindicais da FETEMS e da FEPROSUL (atual FETEMS).

Verificou-se, a partir das análises das fontes estabelecidas, que não foi possível compreender a consolidação do 1/3 da hora-atividade sem compreender a história da luta pela valorização docente em seus diversos âmbitos. Aliás, os documentos investigados indicaram que a implantação da hora-atividade está diretamente atrelada ao debate orçamentário, que envolveu, também, o Plano de Cargos e Carreira e o Piso Salarial. Mais do que isso, a pesquisa elucidou que os trabalhadores da educação devem estar sempre vigilantes em relação às suas conquistas, tendo em conta que pode haver regressos ou progressos conforme os governos que se estabelecem no poder (STOCKMANN, 2015).

Os debates e as evidências apresentadas na revisão bibliográfica desenvolvida em torno do sindicalismo docente vinculado às políticas educacionais indicaram alguns interesses de investigação predominantes, entre eles explicita-se a prevalência do *lócus* de estudo na região Sudeste, seguida da região Sul. Situação que aponta a necessidade de perscrutações nas outras regiões do Brasil, considerando a autonomia dos estados e dos municípios para implementação das políticas educacionais, as desigualdades provocadas por essas condições, as ações e os posicionamentos singulares que acabam sendo produzidos nos distintos sindicatos da Educação Básica pública.

Além disso, identifica-se que os movimentos reivindicativos acerca das diferentes políticas de valorização profissional foram pouco investigados. Com isso, observaram-se escassas pesquisas sistemáticas sobre a luta em torno das condições de trabalho, da formação de professores, do plano de carreira, da jornada de trabalho, da hora-atividade e até mesmo do salário, que é um assunto de maior interesse dos trabalhadores de forma geral.

Apesar desses hiatos que ainda precisam ser investigados, considera-se que os resultados obtidos pelas diferentes produções acadêmicas selecionadas evidenciaram os seguintes aspectos: 1) o projeto neoliberal indicou significativa influência na implementação das políticas educacionais nas distintas redes de ensino; 2) o movimento sindical da Educação Básica demonstrou dificuldades para a construção de uma unidade entre a categoria docente, mesmo nas relações internas dos sindicatos; e 3) o sindicalismo docente pareceu exercer um papel importante na conquista dos direitos dos professores, mesmo quando manifestou limites em sua organização e estrutura.

Essas considerações contribuíram e reforçaram a identificação do problema anunciado no item anterior¹¹, bem como a relevância do objeto e do *lôcus* de estudo da presente pesquisa. Outrossim, a compilação e exploração das produções acadêmicas permitiu identificar às discussões convergentes entre si e, desse modo, viabilizou condições de mediar as análises da elaboração da tese em consonância com os debates verificados na maioria das publicações. Ou seja, a influência neoliberal na implementação das políticas educacionais e no interior do sindicalismo docente, os impasses da organização sindical em construir uma unidade da categoria docente e as conquistas alcançadas pelo grupo de professores, tendo em conta as pautas sindicais sistematizadas previamente, são apontamentos que estarão presentes no processo de defesa da tese.

1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

Para a defesa da tese, objetivou-se, de forma geral, analisar o movimento sindical docente das redes municipal e estadual da Educação Básica pública do município de Campo Grande - MS a partir das lutas em torno do salário e da formação continuada entre os anos de 2003 e 2015.

De maneira específica, pretendeu-se:

- Analisar as tensões produzidas no movimento do sindicalismo brasileiro a partir dos anos de 1980;
- Analisar as tensões produzidas no movimento do sindicalismo docente brasileiro a partir dos anos de 1980;

¹¹Como o movimento sindical docente da Educação Básica pública de Campo Grande/MS entre os anos de 2003 e 2015 desenvolveu a sua luta em torno do salário e da formação continuada?

- Compreender a formação dos intelectuais que constituíram a Educação Básica pública, bem como os sindicalizados, do município de Campo Grande - MS a partir da totalidade;
- Analisar o movimento sindical docente da Educação Básica pública de Campo Grande - MS, considerando as relações constituídas na sociedade civil e na sociedade política entre os anos de 2003 e 2015;
- Identificar as forças hegemônicas e contra-hegemônicas do sindicalismo docente da Educação Básica pública de Campo Grande/MS no processo de luta em torno do salário e da formação continuada de professores.

1.4 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A teoria gramsciana foi definida como aporte teórico para examinar as relações tensionadas no interior do sindicalismo docente. A escolha pelo respectivo referencial se consumou por considerá-lo um sistema de pensamento profícuo para compreensão dos antagonismos desenvolvidos na sociedade capitalista.

Se apropriar de tal teoria para análise e desenvolvimento da pesquisa significa defender uma concepção histórica e dialética para apreensão da realidade. A história, nessa perspectiva, se constitui sob orientação de superações pela ação, além da intrínseca relação com a filosofia. Sendo assim, para se fazer ciência a partir desse referencial, não se deve assimilar a pesquisa em um processo constante, regular e uniforme, tampouco estabelecer previsibilidade e formulações mecânicas dos acontecimentos (GRAMSCI, 2014).

Além disso, considera-se, também, que a verificação dos fatos particulares, na propositura supracitada, é parte do processo investigativo, de modo que é impossível excluir a utilidade prática de determinadas “leis de tendência” mais gerais, que correspondem, na política, às leis estatísticas, as quais sofrem críticas pelas ciências humanas, por vezes, pois estão relacionadas ao progresso de algumas ciências naturais. Entretanto, a utilização da estatística não deve ocorrer como lei essencial, operando de modo fatalista e com uma superficialidade programática. (GRAMSCI, 2014).

Com base em tais prerrogativas que se buscou compreender o movimento sindical docente da Educação Básica pública de Campo Grande - MS considerando alguns processos organizativos associados à estatística, no entanto, mediando as análises a partir da totalidade e

da complexidade histórica e multideterminada. Como apoio para esse processo, definiu-se utilizar os fundamentos teóricos contidos em Gramsci (2001; 2014; 1973; 2000).

Outro ponto que merece destaque e que terá centralidade no decorrer da defesa da tese, são as mediações das análises com suporte das categorias. Sobre isso, faz-se importante apreender que:

As categorias constituem a articulação interna da sociedade burguesa [...]. As categorias exprimem [...] formas de modo de ser, determinações de existência, frequentemente aspectos de uma sociedade determinada [...] são objetivas, reais (pertencem a ordem do ser, são categorias ontológicas) [...] o pesquisador as reproduz teoricamente (e, assim, também pertencem à ordem do pensamento – são categorias reflexivas). Por isso mesmo, tanto real, quanto teoricamente, as categorias são históricas e transitórias: as categorias próprias da sociedade burguesa só têm validade plena no seu marco (um exemplo: trabalho assalariado) [...] (NETTO, 2011, p. 47).

Há duas questões que merecem atenção: 1) que as categorias são válidas enquanto são reais e articulam-se no desenvolvimento da sociedade; e 2) que elas são históricas e transitórias. Ou seja, as categorias são constituídas de conceitos, que podem ser alterados ou se tornarem inexistentes conforme as transformações histórico-sociais. Um exemplo desse processo, é a categoria classe subalterna utilizada por Gramsci, a qual apresenta definições distintas conforme as transformações da sociedade. No feudalismo as classes subalternas eram os servos e vassalos, na sociedade capitalista são os distintos tipos de trabalhadores assalariados.

É nesse sentido que duas categorias foram definidas para análise e, por conseguinte, para a defesa da tese, são elas: Hegemonia e Sindicalismo. Entretanto, salienta-se que outros conceitos, como consciência política/consciência política coletiva; centralismo orgânico/democrático ou democracia; elevação do nível intelectual; intelectuais; a luta salarial; e a formação continuada também fizeram parte deste processo, pois dialogaram constantemente com as categorias centrais.

Para melhor visualizar essa sistematização, as categorias foram organizadas em duas partes: 1) hegemonia (categoria do método) – em diálogo com os conceitos de consciência política/consciência política coletiva; de centralismo orgânico/democrático ou de democracia; da elevação do nível intelectual; e dos intelectuais; 2) sindicalismo (categoria de análise) – em diálogo elementos associados à luta salarial e a formação continuada.

O caráter histórico expresso no significado da categoria hegemonia pode ser elucidado pelas discussões de Malina (2016), à medida que o autor explica que o termo foi derivado do grego *hghemonia*, o qual manifestou relação às questões de superioridade no comando de um

exército e na modernidade atingiu uma acepção associada à capacidade de direção política e cultural de um grupo social sobre outro.

Há, com isso, dois sentidos diametralmente opostos, que é o significado de domínio, como em “hegemonismos”, em que Mao Tse-tung indica a condição de dominação de um país sobre o outro sem ser imperialismo, e o sentido de liderança, tendo implícita a noção de consentimento. Em relação ao segundo sentido, mais utilizado pela tradição marxista, pode ser observado que:

[...] tanto os mencheviques como Lenin usam o termo para indicar liderança política na revolução democrática, baseada numa aliança com segmentos da classe camponesa. Buci-Glucksmann (1979) discute como foi usada por Bukharin e Stalin na década de 1920 essa expressão, cujo pleno desenvolvimento como conceito marxista pode ser atribuído a Gramsci (BOTTOMORE, 1988, p. 284).

Ou seja, a hegemonia não se refere a uma categoria exclusiva da teoria gramsciana, mas é consoante entre diferentes comentaristas marxistas que se refere a um conceito chave dos *Quaderni del cárcere* (BOTTOMORE, 1988).

Em relação ao processo de apropriação do conceito de hegemonia por Gramsci, sabe-se que os escritos anteriores ao cárcere¹²apresentaram, ainda que brevemente, “a palavra para referir-se ao sistema de alianças que a classe operária deve criar para derrubar o Estado burguês e servir como a base social do Estado dos trabalhadores” (GRAMSCI, 1978, p. 443). Nos Cadernos do Cárcere¹³, o termo foi aplicado, também, para explicar o modo como a burguesia estabelece e mantém a dominação na sociedade capitalista. Ao discutir as diferentes manifestações da dominação burguesa, descreve o Estado como força mais consentimento e explicita que:

Nas condições modernas [...] uma classe mantém seu domínio não simplesmente por meio de uma organização específica da força, mas por ser capaz de ir além de seus interesses corporativos estreitos, exercendo uma liderança moral e intelectual e fazendo concessões, dentro de certos limites, a uma variedade de aliados unificados

¹²8 de novembro de 1926. Em consequência das “medidas excepcionais” adotadas pelo regime fascista depois de um obscuro atentado contra Mussolini ocorrido em Bolonha, Gramsci – apesar de desfrutar de imunidade parlamentar – é preso junto com outros deputados comunistas e recolhido ao cárcere de Regina Coeli, em isolamento absoluto e rigoroso. 18 de novembro de 1926. Com base na Lei de Segurança Pública, Gramsci é condenado ao confinamento por cinco anos, sob controle policial [...]. Num primeiro momento, parece que seu destino seja a Somália, então colônia da Itália. Alguns dias depois, porém, é informado de que será confinado numa ilha italiana (GRAMSCI, 2014, p. 63).

¹³Convidado por um editor amigo, antes da prisão, para reunir em coletânea alguns desses artigos, Gramsci se recusou a fazê-lo, alegando que, tendo sido escritos “para o dia-a-dia”, tais artigos eram destinados a morrer “tão logo se encerrasse o dia”. Contudo, pouco tempo depois de preso, numa carta à cunhada Tatiana Schucht, de 19 de março de 1927, Gramsci comunica-lhe um programa de trabalho intelectual a ser desenvolvido no cárcere, um trabalho que – diversamente de sua produção pré-carcerária, voltada para o “dia a dia” – ele pretendia que viesse a ser agora algo “desinteressado”, *fur ewig*, ou seja, para sempre (GRAMSCI, 2014, p. 7).

num bloco social de forças que Gramsci chama de bloco histórico. Esse bloco representa uma base de consentimento para uma certa ordem social, na qual a hegemonia de uma classe dominante é criada e recriada numa teia de instituições, relações sociais e ideias. Essa “textura de hegemonia” é tecida pelos intelectuais que, segundo Gramsci, são todos aqueles que têm um papel organizativo na sociedade (BOTTOMORE, 1988, p. 284).

A hegemonia, constituída a partir das inúmeras forças que se revelam na sociedade civil e na sociedade política, compõe um bloco histórico, que, todavia, tais forças internamente são manifestadas, também, expressões teórico-práticas contra hegemônicas, de modo que atuam contrariamente às organizações e ideologia burguesa.

Quando Gramsci (2001) discute a questão dos intelectuais, mostra que o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político podem se expressar da seguinte maneira

1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “ legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem” , nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (GRAMSCI, 2001, p. 21).

Sendo assim, a hegemonia se desenvolve pelo consenso “espontâneo” da grande massa ou de maneira coerciva, sendo que a segunda é assegurada no âmbito da legislação para disciplinar os grupos da classe subalterna que operam de forma contra hegemônica, já que segundo Piote (1970) os aspectos que formam o senso comum e a visão do mundo são compostos por distintos elementos, sendo que alguns deles funcionam de maneira antagônica à ideologia dominante, como, aliás grande parte da experiência cotidiana.

A ideologia na perspectiva gramsciana não dissemina simplesmente o interesse da classe econômica. Desse modo, não há um desenvolvimento com influência unilateral das expressões políticas, econômicas, ideológicas e, portanto, cultural da classe dominante e dirigente. Apesar da base material favorecer os processos de consensos, seja de forma espontânea ou coerciva, considera-se que há um terreno de luta no andamento e na formação dos diferentes setores que constituem a sociedade (MOUFFE, 1979).

Nessa complexidade de significados sobre hegemonia, faz-se importante ressaltar a relação que Gramsci atribui ao conceito quando aborda a questão diretiva e dominante com

referência ao movimento hegemônico e contra hegemônico entre as classes sociais. Sobre isso, explicita-se que:

No que diz respeito ao significado que deve ser atribuído à “hegemonia”, desde o início, Gramsci oscila entre um sentido mais restrito de direção em oposição a “domínio”, e um mais amplo e compreensivo de ambos (direção mais domínio). Com efeito ele escreve que uma classe é dominante em dois modos, isto é, é dirigente e dominante. É dirigente das classes aliadas, é dominante das classes adversárias. Portanto, uma classe desde antes de chegar ao poder pode ser dirigente (e deve sê-lo): quando está no poder torna-se dominante, mas continua sendo também dirigente (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 365-366).

Percebe-se que a hegemonia, na perspectiva gramsciana, possui um caráter de movimento, de forma que as diferentes forças demarcadas pelas classes sociais atuam constantemente em todo tecido social. É na luta pela hegemonia que a classe dominante se empenha em permanecer dominante e dirigente e, assim, a classe subalterna ou dominada faz o embate para alcançar a direção e, posteriormente, o domínio político e cultural.

A formação de um novo bloco histórico pela classe subalterna, segundo o projeto de Gramsci (2000), se pauta na criação de uma sociedade regulada, que deve funcionar por meio da expansão da hegemonia no interior da sociedade civil, de modo que a sociedade política, no âmbito coercitivo, se torne mais restrita. Nos termos do autor:

Na doutrina do Estado, sociedade regulada, de uma fase em que o Estado será igual a Governo e Estado se identificará com sociedade civil, dever-se-á passar a uma fase de Estado – guarda-noturno, isto é, de uma organização coercitiva que protegerá o desenvolvimento dos elementos da sociedade regulada em contínuo incremento e que, portanto, reduzirá gradualmente suas intervenções autoritárias e coativas. E isso não pode fazer pensar um novo liberalismo, embora esteja por se dar o início de uma era de liberdade orgânica (GRAMSCI, 2000, p. 245).

Essa sociedade regulada, portanto, deve ser alcançada por meio “da luta de “hegemonias” políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real” (GRAMSCI, 2014, p. 103).

Nesse processo, a consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (consciência política) é um prenúncio de autoconsciência e, portanto, da possibilidade de unificação teórico-prática para atingir níveis de homogeneização suficientes para a conquista de uma nova hegemonia. Esse movimento não é mecânico, mas histórico e pode se apresentar inicialmente por meio de um sentimento de separação, de independência quase que instintiva,

que pode progredir até uma aquisição real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária (GRAMSCI, 2014).

A concepção de hegemonia em Gramsci (2014; 2001; 2000) demonstrou, desse modo, um caráter de complexidade, de forma que não se encontrou nos Cadernos do Cárcere v.1, v.2 e v.3, que foram os livros definidos para a formação do referencial teórico da pesquisa, um texto ou um momento/fato específico para explicar a hegemonia em si. Ao contrário, percebeu-se que existiu um diálogo da respectiva categoria com os distintos assuntos levantados e escritos por Gramsci no cárcere.

Os textos manuscritos no processo de encarceramento remeteram a hegemonia, portanto, a um movimento de forças contrárias, as quais foram discutidas a partir do senso comum, da concepção do mundo, da sociedade civil, da sociedade política, entre outros elementos constitutivos e desenvolvidos na sociedade capitalista.

Aliás, Gramsci (2014; 2001; 2000), quando abordou a questão da hegemonia, analisou diferentes cenários, que vão da economia à religião. Por isso, alguns conceitos específicos foram definidos para permitir uma análise mais objetiva para defesa da tese, todavia, no decorrer do texto outros elementos também se incorporaram às discussões. Mas, designadamente sobre a relação da categoria hegemonia com os conceitos demarcados, segue o quadro abaixo:

Quadro 5 — Definições e relações conceituais entre as categorias hegemonia e os intelectuais, o centralismo democrático, consciência política e a elevação do nível intelectual

Conceitos	Hegemonia
Intelectuais	Para Gramsci, todos os homens são intelectuais, todavia, nem todos assumem a função de intelectuais. Os sujeitos e os grupos de intelectuais que assumem essa função criam para si e de forma orgânica, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe conferem homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político e, portanto, cultural. Desse modo, o alcance da hegemonia necessita de uma massa organizada, mediada por uma elite intelectual com função diretiva e organizativa. Aliás, essas relações devem ser sempre pedagógicas, tanto entre os que assumem a função de intelectual, quanto entre os que não assumem.
Centralismo democrático/orgânico ou democracia	O centralismo orgânico ou democrático, a partir de Gramsci, representa um tipo de organização que deve propiciar que a força do comando seja influenciada pelas forças das massas populares. O autor faz críticas às supostas organizações que se colocam manifestam como democráticas, mas estabelecem distintos tipos de desenvolvimento sob a influência de escassos grupos de intelectuais, sem ligação com as massas e com o predomínio de uma parte sobre o todo. Quando faz críticas às organizações que as denominou de burocráticas, é porque almejou a possibilidade da organização das massas para o alcance de uma nova hegemonia. Inclusive, defendeu que entre os inúmeros significados de democracia, o mais realista e concreto é quando este se conecta ao conceito de hegemonia, pois só há democracia de fato quando o grupo dirigente permite leis que favoreçam e possibilitem a passagem molecular dos grupos dirigidos para o grupo dirigente.
Consciência política/Consciência política coletiva	As relações de força que são desenvolvidas na sociedade civil e na sociedade política são distinguidas, para Gramsci, em diversos momentos e graus. Quando o autor apresenta as três fases de desenvolvimento da consciência política, sendo a primeira estrutural, a segunda a homogeneização e a solidariedade no interior das profissões e, posteriormente, entre as profissões e a terceira quando a classe subalterna atinge a consciência política, ideológica e cultural, discute de maneira implícita a necessidade da classe subalterna desenvolver-se nesses níveis para alcançar a hegemonia cultural.
Elevação do nível intelectual	A autoconsciência crítica significa a criação de uma elite de intelectuais representada por uma massa humana que só pode se tornar independente “para si” mediante um processo de organização (em sentido lato). E, essa organização não é exequível sem intelectuais, dirigentes e organizadores empenhados na elaboração conceitual e filosófica. É preciso, portanto, levar em conta que o progresso para uma nova amplitude e complexidade de estrato dos intelectuais

	está diretamente relacionado à elevação a níveis superiores de cultura e a ampliação do círculo de influência com a passagem de sujeitos ou grupos mais ou menos importantes para o estrato de intelectuais especializados. Se refere a um movimento análogo ao da massa dos simples, que também precisa produzir um processo intelectual-moral superior aos níveis estabelecidos <i>a priori</i>. Ou seja, a elevação do nível intelectual das massas e a superação do predomínio das ideologias tradicionais que constituem o senso comum, são prerrogativas fundamentais no processo da luta pela hegemonia.
--	--

Fonte: (GRAMSCI, 2000); (GRAMSCI, 2001); (GRAMSCI, 2014).

De acordo com o que foi explicitado no quadro 5, consideram-se tais discussões centrais, as quais subsidiaram as análises em torno do objeto, que é o sindicalismo docente da Educação Básica pública de Campo Grande/MS. Para dar nexos e objetividade à pesquisa, o sindicalismo foi escolhido como categoria de análise e a luta salarial e a formação continuada foram os elementos constitutivos que deram conexão e robustez à investigação.

A escolha da categoria de análise e de seus elementos constitutivos foi definida pelos seguintes motivos: 1º) o sindicalismo, por ser o assunto central na defesa da tese; 2º) a luta salarial, por ter se mostrado como o tema que mais aparece nas pautas reivindicatórias e demandas do movimento sindical docente; e 3º) a formação continuada, por incorporar a uma das principais discussões da teoria gramsciana, que é a formação, por ser um conteúdo que esteve presente nos meus estudos anteriores e por não apresentar produções e evidências significativas com relação ao sindicalismo docente.

Para entender o modo pelo qual esses dois grupos de categorias puderam se concatenar para dialogar com a realidade do movimento sindical docente no processo de luta em torno do salário e da formação de professores, o quadro a seguir elucida essas possíveis relações.

Quadro 6 — A relação da hegemonia com a luta do sindicalismo docente em torno do salário e da formação continuada de professores

Categoria/elementos constitutivos	Conceitos e relações a partir da teoria gramsciana
Sindicalismo	Gramsci, em seu processo de formulações teórico-práticas acerca do sindicalismo, não manifestou uma única compreensão sobre o respectivo movimento, mas, duas discussões chamaram atenção. A primeira considera que o sindicalismo não possui uma definição absoluta, tampouco passiva, já que se refere a um fenômeno histórico e orienta o seu desenvolvimento a partir das vontades dos trabalhadores e a segunda, que manifestou centralidade nas discussões para a defesa da tese, que é a perspectiva denominada como sindicalismo teórico. Essa segunda, considerada como um tipo de manifestação estritamente burocrática da classe subalterna, impede o desenvolvimento para além da fase econômico-corporativa e permite influências intelectuais e morais do liberalismo burguês, de modo que não atinge níveis importantes de autonomia e independência do grupo subalterno. Esse modo burocrático e dependente que o sindicalismo manifesta aponta prejudicar a homogeneização e a consciência crítica dos trabalhadores para elaborarem um modo de desenvolvimento próprio, ou seja, uma nova hegemonia.
Formação continuada	A concepção gramsciana de formação associa a categoria hegemonia a categoria dos intelectuais, pois compreende que os elementos sociais empregados no trabalho profissional não devem cair na passividade intelectual, isto é, devem ter à sua disposição (por iniciativa coletiva e não de indivíduos, como função social orgânica reconhecida como de utilidade e necessidade pública) institutos especializados em todos os ramos de pesquisa e de trabalho científico, de forma que encontre todos os subsídios necessários para qualquer forma de atividade cultural que pretendem empreender. A organização acadêmica, nessa perspectiva, deverá ser reorganizada e vivificada de alto a baixo. Ademais, faz-se importante unificar os vários tipos de organização cultural existentes: academias, institutos de cultura, círculos filológicos, integrando o trabalho acadêmico tradicional com atividades ligadas à vida coletiva, ao mundo da produção e do trabalho. Além disso, seria importante que a colaboração entre esses organismos de cultura e a universidade fossem estreitas. A finalidade é obter uma centralização e um impulso da cultura nacional que sejam superiores ao das filosofias tradicionais. Nessas condições, considera-se que um governo pode organizar melhor a alta cultura e negligenciar a cultura popular. Desse modo, um sistema de governo pode ser repressivo ou expansivo. É expansivo quando facilita e promove o desenvolvimento a partir de baixo, ou seja, quando eleva o nível de cultura nacional-popular e torna possível uma seleção de “excelências intelectuais” numa área mais ampla. Nesse processo, é útil uma certa “estratificação” das capacidades e hábitos, bem como da formação de grupos de trabalhos sob a direção dos mais aptos e evoluídos, pois aceleram a preparação dos mais atrasados. Quando os governos propiciam a elevação intelectual das massas, com incentivo a tal prerrogativa, ampliam as condições de autoconsciência crítica, de homogeneização em um nível que supere as ideias passadas e, assim, cria maiores condições de disputa pela hegemonia.
Luta salarial	Marx associa o salário ao “nível de vida” ou a “renda”, e diz que a luta dos assalariados só pode ter um sentido: uma luta defensiva contra a tendência objetiva do sistema capitalista ao aumento da exploração em todas as suas formas. Luta defensiva, contra a diminuição do salário, e ao mesmo tempo para aumentar o salário existente. Marx aponta na seção VI, que a questão do salário não pode de modo algum se resolver “por si mesma” através da “distribuição”, entre operários e outros trabalhadores assalariados, dos “benefícios” do desenvolvimento, ainda que espetacular, da produtividade. A questão do salário é uma questão de luta de classe. Ela se resolve não “por si mesma”, mas pela luta de classe, sobretudo pelas diversas formas de greve que mais cedo ou mais tarde levam à greve geral. As discussões de Gramsci sobre o salário estão calcadas na concepção de Marx, pois enfatiza que o salário não pode ser um remédio para crise, já que a sociedade capitalista é constituída por outros questões que afetam a questão produtiva. Esse

	propósito, assim como no entendimento das outras categorias, deve ser constituído pela reorganização da cultura hegemônica para que os trabalhadores possam obter o controle dos meios de produção e do consumo, de modo que o salário não seja um aspecto de controle de outrem para obter melhores condições humanas. Para tal, há necessidade da elaboração teórico-prática de caráter contra-hegemônica, de maneira que os intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, num processo de autoconsciência coletiva e de apropriação de uma nova concepção de mundo, busquem a direção da massa popular e, portanto, possa conquistar a hegemonia cultural e política
--	--

Fonte: Fonte: Marx (2011); Gramsci (2001; 2014; 1973). Organização: (MACIEL, 2021).

O aporte teórico apresentado, bem como as discussões centrais para a defesa da tese, elucidou, previamente, as possibilidades de relações que o sindicalismo docente pode promover enquanto instituição que se manifesta no movimento da sociedade civil. Mas, para ampliar a compreensão da pesquisa, a frente segue os caminhos perpassados para a investigação do sindicalismo docente da Educação Básica pública de Campo Grande MS na luta em torno do salário e da formação continuada nos anos entre 2003 e 2015.

1.5 PASSOS E PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

Para mediar a defesa da tese e, sobretudo, alcançar os objetivos propostos na presente pesquisa, o caminho definido em síntese se constituiu, inicialmente, em compreender e analisar a história do sindicalismo e do sindicalismo docente brasileiros a partir do movimento da sociedade civil e da sociedade política engendrado no Brasil a partir de 1980. Posteriormente, foi decidido, de forma específica, analisar as relações produzidas na luta em torno do salário e da formação continuada de professores, considerando a organização sindical conduzida pela ACP.

O propósito foi possibilitar a compreensão das forças antagônicas de um objeto singular e específico sem abandonar a sua relação com o movimento desenvolvido na totalidade. Nessa perspectiva, buscou compreender as tensões pronunciadas entre os trabalhadores docentes da Educação Básica pública e os governos responsáveis por materializar as políticas de salário e de formação de professores.

Foi realizado, preliminarmente, um levantamento bibliográfico com as produções acadêmicas que apresentaram os debates que vincularam o sindicalismo docente às políticas educacionais. Esse procedimento ajudou a estabelecer maior aproximação à realidade do objeto investigado, bem como identificar a existência de lacunas que puderam indicar e orientar possibilidades de inquirição.

Após esse momento elementar, o processo sistemático para apresentar os conteúdos que viabilizaram a defesa da tese, ficou organizado em cinco capítulos. No capítulo I, as discussões foram pronunciadas a partir da formação da sociedade moderna e, portanto, do sindicalismo, de forma que o seu movimento pôde ser identificado em transformação, assim como as mudanças inerentes à sociedade capitalista. Para tal, foram utilizadas literaturas clássicas e contemporâneas da teoria marxista para subsidiar esse processo. Entre elas, cita-se: Gramsci (1973, 2014, 2001, 2000), Antunes (1985, 2006, 2009, 2013, 2014), Pinto (2016), Boito Junior (1998), Jardim (2008), Sória (2014), Braga (2014), Galvão (2009, 2013), Campos (2019) e Pimenta (2019).

No capítulo II, foi abordado o desenvolvimento do ensino público brasileiro a partir da Constituição Federal de 1988 e a sindicalização dos grupos de professores da Educação Básica pública do Brasil e do estado do Mato Grosso do Sul. Para mediar as distintas informações, foram utilizadas as seguintes referências bibliográficas: com alusão ao MS – Biasotto e Tetila (1991), Miguel (2012), Ferreira Junior (2003), Rodriguez e Fernandes (2012, 2013), e Stockmann (2015); e para o cenário nacional destaca-se principalmente Gindin (2013; 2015), Piton (2004), Rodrigues (2017), e Melo (2013). Para análise explicita-se Gramsci (1973, 2014, 2001, 2000).

Após compreender as tensões e as relações constituídas no sindicalismo docente de forma generalizada, o capítulo III buscou apresentar, de forma específica, diferentes fontes relacionadas à formação dos intelectuais da Educação Básica pública de Campo Grande – MS, bem como dos sindicalizados, e fontes vinculadas à luta salarial nos anos de 2003 e 2005 (período da primeira gestão investigada). No capítulo IV, as fontes utilizadas foram associadas à luta salarial com referência aos anos entre 2006 e 2015 (período em que a gestão sindical foi comandada pela mesma chapa e presidente).

O capítulo V apresentou uma análise da luta em torno da formação continuada de professores da Educação Básica pública do município. Nesse processo, foram consideradas às legislações vinculadas ao incentivo à formação continuada das duas redes de ensino, municipal e estadual, o nível acadêmico e intelectual dos professores do ensino público do município e a sua relação com o sindicalismo docente, e, o olhar dos líderes sindicais sobre o incentivo à formação continuada em seus momentos de comando do sindicato.

Para tanto, foram utilizados quatro tipos diferentes de fontes de pesquisa nos capítulos III, IV e V: documentos, respostas de questionário, resposta de entrevista e notícias. Sobre os documentos, foram investigados:

- As atas de assembleias gerais do Sindicato Campo-grandense dos Profissionais da Educação (ACP) entre os anos 2003 e 2015: ATA REGISTRO DE ASSEMBLEIAS GERAIS – ESTADO E REME – 05/08/96 A 24/05/2007; ASSEMBLEIA GERAL ESTADO/REME – LIVRO 01/07/2007 A 10/08/2015; e LIVROS – ATAS – ACP ASSEMBLEIAS;
- O Estatuto do Sindicato Campo-grandense dos Profissionais da Educação Pública (ACP) (2018) e da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS) (2022)¹⁴;
- Documentos viabilizados pela Secretaria Jurídica da ACP sobre as políticas salariais e a quantidade de filiação por ano. O respectivo setor sistematizou as informações sobre o percentual de reajustes, a incorporação de Regência de Classe e a quantidade de filiados ativos, inativos, contratado e efetivos por ano e por rede de ensino no período definido para investigação (2003-2015) e forneceu os dados em formato de quadro. Tais documentos podem ser visualizados no Anexo F e G;
- As legislações que regulamentaram o salário, especialmente a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (1996) e a Lei n. 11.738, referente ao Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) (2008);
- As legislações que regulamentaram a formação continuada de professores de Campo Grande/MS - a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (1996); os Planos Nacionais de Educação (PNE) (2001-2011;2011-2020; 2014-2024); Capítulo III da Lei Complementar n. 19 de 15 de julho de 1998; Decreto n. 10.343 de 22 de janeiro de 2008; Lei Complementar n. 190 de 22 de dezembro de 2011; e Lei Complementar 87/2000 de 31 de janeiro de 2000;
- Notícias de jornais eletrônicos locais nos anos de 2003, 2010, 2014 e 2015 – períodos em que houve movimentos de paralisação e de greve.

Além de tais documentos, dois questionários distintos foram elaborados e aplicados nos professores da Educação Básica pública de Campo Grande/MS, um para obter respostas dos

¹⁴As datas dos estatutos são posteriores ao período de investigação, pois o acesso às informações necessárias ocorreu em um tempo posterior ao recorte temporal. Os estatutos são atualizados sob a incorporação de textos aprovados em assembleia e não é realizado a cada ano um novo estatuto em sua integralidade. As informações utilizadas na pesquisa, sobre as filiações, tanto da ACP quanto da FETEMS, não foram alteradas entre o período de investigação e o ano de acesso, por isso, não houve problema em utilizá-los de forma atualizada.

professores que estavam em sala de aula e o outro dos professores que foram membros da diretoria da ACP. Apesar disso, as questões, mesmo que diferentes, foram baseadas na categoria e nas subcategorias de análise, ou seja, no sindicalismo docente, na luta salarial e na formação docente, respectivamente.

A elaboração das questões dos dois questionários foi influenciada pelas escalas¹⁵ de atitudes desenvolvidas por Lickert (1932) e por Chisnall (1973), mas foram estruturadas, também, questões abertas, tendo em conta que se percebeu a necessidade de obter informações dos sujeitos pesquisados em relação a determinados aspectos que, por ora, indicou a impossibilidades de sistematizar respostas fechadas. Os questionários passaram por testes em uma população equivalente e sofreram ajustes para melhorar a fidedignidade para aplicação na pesquisa e podem ser visualizados no Anexo D e E.

Diante do cenário de pandemia no processo de coleta de dados, os questionários não foram aplicados presencialmente. Para alcançar a participação do maior número de professores nessas condições, foram realizadas mediações com os diretores das redes estadual e municipal para conseguir autorização para divulgar nos grupos de *WhatsApp* das escolas e conseguir o contato direto (privado) com os docentes. Desse modo, foi possível realizar esse processo de aplicação de modo genérico (pelos grupos de *WhatsApp*) e de forma específica (por comunicação particular).

Apesar desse *modus operandi*, por meios remotos, viabilizar a possibilidade de atingir uma quantidade maior de professores em menor tempo, vale considerar que o questionário foi postado em diferentes grupos de escolas e encaminhado no contato privado de vários professores em um tempo bastante curto, o que gerou certo distanciamento entre pesquisador e supostos pesquisados na aplicação do respectivo instrumento, resultando em dificuldades para aceitação desses docentes.

Não obstante, 146 docentes aceitaram participar da pesquisa e responder o questionário. Esse número foi aceito sem a criação de novas estratégias para ampliação de respondentes, pois representou uma proporcionalidade de professores sindicalizados e não sindicalizados

¹⁵Uma escala de atitude é uma resposta específica para uma determinada situação, que para ser avaliada, deve-se considerar que existem diversas atitudes. O número de atitudes que uma pessoa pode ter em relação a uma determinada situação dependerá de uma variedade de estímulos à qual é submetida. A escala de Likert (1932) corresponde a uma escala de cinco pontos, de forma que os respondentes podem expressar suas opiniões a partir de concordo totalmente a discordo totalmente. Essa possibilidade permitiu, após estudos do autor, que se obtivesse maior acuidade nas opiniões apresentadas pelos sujeitos da pesquisa. Chisnall (1973) afirma que as escalas de Likert além de serem mais confiáveis, são simples de construir e permitem obter informações mais acuradas sobre o nível dos sentimentos dos respondentes em relação a uma questão, pois não precisam se restringir ao simples concordo/discordo ou sim/não.

participantes da pesquisa aproximada ao cenário geral de professores sindicalizados e não sindicalizados ativos em Campo Grande/MS.

Em relação à amostragem para aplicação dos questionários, foi levado em conta os conhecimentos da estatística básica e decidiu-se organizar um grupo relevante dos docentes. Para contemplar respostas de professores em circunstâncias similares, mas que poderiam, porventura, apresentar opiniões singulares, definiu-se, a partir de Bussab e Morettin (2002), utilizar uma amostragem estratificada, na medida em que essa proposta busca viabilizar uma divisão da população por subgrupos relativamente homogêneos.

relação aos professores da diretoria sindical, especificamente, foi determinado utilizar a categoria de amostragem acidental (conveniência), tendo em vista que seriam investigados todos os sujeitos que aceitassem responder o questionário.

Isto posto, ficou estabelecida a participação de professores com lotação em escolas nas sete regiões urbanas (Anhaduizinho, Bandeira, Centro, Imbirussu, Lagoa, Prosa e Segredo) de Campo Grande - MS, bem como que fossem provenientes de escolas centrais e periféricas nessas regiões. Além disso, julgou-se importante que respondessem ao questionário os professores com tempo de início de atuação profissional na Educação Básica pública distintos: anterior a 2003, entre 2003 e 2009, entre 2010 e 2015 e a partir de 2016. Ademais, almejou-se conseguir a participação de professores efetivos e contratados.

Por esses motivos supracitados, foram realizadas mediações com diretores e diretoras de todas as regiões urbanas e, apesar dos entraves para convencer a participação dos professores na pesquisa, quando verificadas as respostas, identificou-se que os outros critérios definidos para amostragem foram alcançados.

O processo de aplicação do questionário com os professores membros da diretoria da ACP também realizado de maneira remota, foi mediado pelo secretário-geral da entidade no ano de 2021. Esse grupo evidenciou resistências relevantes e desinteresse na participação da pesquisa, de modo que apenas 6 professores responderam o questionário, sendo 4 da diretoria atual e 2 referentes a gestão anterior.

Em relação às entrevistas, dois professores que lideraram e conduziram a gestão da ACP entre os anos 2003 e 2015 foram entrevistados: professor Jaime Teixeira, que foi presidente da entidade no recorte temporal da pesquisa entre os anos de 2003 e 2005, e o professor e Secretário Geral das gestões comandadas pelo professor Geraldo Alves Gonçalves (2006-2014). Ao observar que o professor Geraldo Alves Gonçalves esteve com problemas de saúde e não

pôde participar da pesquisa, o Secretário Geral¹⁶ de sua gestão aceitou fazer parte da pesquisa e, portanto, respondeu a entrevista.

Para entrevistar os Presidentes e o Secretário Geral que atuaram na ACP entre 2003 e 2015 foi definido utilizar a entrevista semiestruturada. As questões iniciais que guiaram as respectivas entrevistas também estiveram baseadas nas categorias e subcategorias de análise definidas na pesquisa (sindicalismo, salário, formação de professores).

A inquirição em seres humanos, e que constituem instituições específicas, exige submeter a pesquisa ao Comitê de Ética. Com efeito, para a elaboração da presente tese foram realizados os procedimentos necessários e, após as anuências da Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande - MS (SEMED), da Secretaria Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul (SED-MS), e da ACP, a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de ética e a investigação em torno dos professores, prevista previamente, foi efetivada.

Antes do processo de aplicação do questionário, os professores das escolas e os que integraram a diretoria da ACP tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para terem ciência sobre a pesquisa, o anonimato e a confidencialidade, o tempo em que os dados ficarão sobre a guarda do pesquisador, a possibilidades de recusa em participar da pesquisa a qualquer momento e o contato do pesquisador e do Comitê de Ética.

Para compreender, de forma resumida, o processo metodológico da pesquisa, segue um panorama das fontes e instrumentos utilizados no quadro a seguir:

¹⁶O Secretário Geral, na hierarquia da estrutura diretiva da ACP, não seria o primeiro substituto direto, caso o presidente não se fizesse presente. O primeiro posto que substituiria o professor Geraldo Gonçalves (2006-2015) no processo de entrevista, portanto, seria a vice-presidente, que, inclusive aceitou participar da pesquisa e realizar a entrevista. No decorrer da entrevista a vice-presidente relatou que o Secretário Geral da época seria a pessoas mais próxima do presidente da ACP. Sendo assim, foi decidido realizar a entrevista, também, com o Secretário Geral. Como as respostas dos dois entrevistados foram similares, decidiu-se proceder a transcrição apenas do Secretário Geral, devido a sua proximidade com o professor Geraldo Gonçalves.

Quadro 7 — Fontes e instrumentos da pesquisa

Fontes	Instrumentos	Local
Documentos – atas; jornais eletrônicos; Estatuto; documentos internos não oficiais; Legislação acerca do salário, condição de trabalho e formação de professores	----- ---	ACP
Respostas/informações dos docentes das redes municipal e estadual.	Questionário	Escolas Municipais e Estaduais de Campo Grande - MS
Respostas/informações dos docentes que foram membros da diretoria da ACP entre 2003 e 2015.	Questionário	ACP
Respostas/informações de docentes que foram Presidentes das entidades reivindicativas entre 2003 e 2015.	Entrevista	ACP

Fonte----- Organização: Maciel (2020).

Compreendidos os processos de investigação para defesa da tese, bem como os objetivos e o referencial teórico, a seguir inicia-se o desenvolvimento da pesquisa, o qual está sistematizado em cinco capítulos: o primeiro intitulado “O sindicalismo brasileiro e a disputa por hegemonia”; o segundo “A disputa por hegemonia e o movimento sindical docente da Educação Básica pública brasileira”; o terceiro “A formação dos intelectuais e dos sindicalizados da Educação Básica pública de Campo Grande - MS e a luta salarial”; o quarto “As tensões do movimento sindical na luta salarial de 2006 a 2015; e o quinto “A construção e a disputa por hegemonia e o desenvolvimento da consciência política coletiva.

2 O SINDICALISMO BRASILEIRO E A DISPUTA POR HEGEMONIA

Tendo em conta os aspectos teórico-metodológicos e o objeto de investigação definidos na presente pesquisa, o propósito desse capítulo foi compreender, numa perspectiva histórica, as relações multideterminadas produzidas no sindicalismo brasileiro as quais estiveram imbricadas no movimento político, cultural e econômico tanto da sociedade civil quanto da sociedade política e, por consequência, no processo de disputa por hegemonia. Com apoio em Antonio Gramsci (2014), pretende-se conhecer o sindicalismo no Brasil buscando atingir a consciência de sua historicidade, de suas fases de desenvolvimento e das contradições entre as concepções de mundo que se manifestaram na história.

Por isso, tendo em vista a compreensão do movimento do sindicalismo brasileiro enquanto produto do processo histórico até hoje desenvolvido, apresenta-se aqui uma maneira de estabelecer maior aproximação da realidade do sindicalismo docente da Educação Básica pública no Brasil e no Mato Grosso do Sul.

Para tanto, decidiu-se sistematizar os conhecimentos do presente capítulo em torno de três pontos de discussão: 1º) o sindicalismo e a formação das classes sociais na sociedade moderna; 2º) a maneira com que o sindicalismo brasileiro se manifestou e se transformou conforme o movimento produtivo, político e ideológico estabelecido no país, com ênfase no período a partir de 1980; 3º) As singularidades presentes no sindicalismo brasileiro no decorrer dos anos 2000.

A escolha por esse caminho histórico e dialético para compreender e situar o objeto de pesquisa, também pode estar pautada nos fundamentos de Marx (2013) à medida que afirma que para analisar a realidade concreta, é fundamental compreender a lei de movimento da história, dos detalhes de seu desenvolvimento, da transição de uma forma a outra, de uma ordem de inter-relação a outra e os efeitos manifestados na vida social, e não apenas a lei que rege determinado tempo histórico. Nas palavras do autor, “a investigação tem de se apropriar da matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente após consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real” (p. 129).

Por isso, para identificar o estágio de desenvolvimento do movimento sindical docente da Educação Básica pública no decorrer dos anos 2000 no Brasil, definiu-se como premissa encontrar o nexos interno constituído em seu movimento real a partir da história que, para Marx (2013), se relaciona a um movimento social regido por um processo histórico-natural. Isto

posto, segue nos próximos itens o processo de formação e de transformação do sindicalismo de forma genérica e, de maneira mais específica do sindicalismo brasileiro.

2.1 A FORMAÇÃO DAS CLASSES SOCIAIS DA SOCIEDADE CAPITALISTA

O nexó interno que conduziu a existência e as transformações do sindicalismo e, por conseguinte, do sindicalismo docente está relacionado ao movimento estabelecido na sociedade moderna. Compreender, portanto, a constituição das classes sociais originárias dessa sociedade e as suas relações de dominação, de direção, da organização produtiva, política, econômica e ideológicas é elementar para analisar a realidade concreta e as relações produzidas nos sindicatos dos trabalhadores docentes.

Para tal, tem-se como pressuposto que o modo de produção capitalista foi formado por um tipo de trabalhador que se tornou uma mercadoria, assim como qualquer outra. A sua força de trabalho ficou disposta a venda no mercado para o domínio/exploração do possuidor da propriedade privada e dos meios de produção e o trabalho realizado passou a possuir um valor que é representado de forma monetária pelo salário. (MARX, 2013). Esse processo implicou em uma relação de dominação entre o possuidor da propriedade privada (burguês) e o trabalhador que produz sua riqueza, de modo que o primeiro se refere à classe dirigente e dominante, e o segundo à classe dirigida e dominada.

Para Gramsci (2001), esse cenário concerne um processo de formação de um novo bloco histórico¹⁷ que se manifesta sob elementos de uma nova cultura: moderna. E, nessa dinâmica, explicita a formação dos intelectuais orgânicos que pertencem ao grupo social originado no mundo da produção econômica dessa sociedade moderna/capitalista. Esses intelectuais criam para si, de forma orgânica, uma ou mais camadas de intelectuais que lhes conferem homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político.

Os empresários, por exemplo, enquanto grupo que desenvolve seus intelectuais orgânicos, possuem certa capacidade dirigente e técnica, não apenas em sua atividade restrita,

¹⁷ Gramsci, em críticas à concepção de história ético-política, de homem em geral e de natureza humana em Croce, expõe na carta à cunhada Tatiana a possibilidade de se pensar uma história unitária da Europa. Tal unidade se constitui na relação entre os intelectuais e as massas populares, entre dirigentes e dirigidos, entre governantes e governados, a qual ocorre mediante adesão orgânica de um sentimento de paixão que se torna compreensão do mundo e, portanto, saber (não mecanicamente, mas de forma viva). Desse modo, é criado uma relação real de representação e se realiza a vida do conjunto, a única que é força social, criando, assim, o bloco-histórico (LIGUORI; VOZA, 2017)

visto que necessitam organizar a sociedade em geral em todo seu complexo organismo de serviços até o organismo estatal, tendo em conta que precisa criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe (GRAMSCI, 2001).

Apesar dessa premissa de sustentação e manutenção da classe burguesa, a sociedade moderna foi constituída mediante um movimento contraditório, pois, na mesma medida em que utilizou de sua força material e ideológica para o avanço do capital, estabeleceu, nessa dinâmica, um cenário de precarização e antagonismo nas condições materiais da classe trabalhadora que se refere à classe subalterna na contemporaneidade, de maneira a criar reações subversivas de tipos distintos e em tempos históricos diferentes.

Postas tais reações, André Malina (2016), ao interpretar os fundamentos gramscianos sobre a relação entre as categorias dos intelectuais e da hegemonia, explica a existência de movimentos contraditórios presentes no desenvolvimento da classe subalterna no processo de disputa por hegemonia. O autor, a partir de sínteses, aborda a questão do homem de massa e ressalta a falta da consciência teórica clara nas ações homogeneizadas e de antagonismo dos grupos subalternos. Ressalta, ainda, a possibilidade de duas consciências teóricas, uma que é intrínseca à ação que une aos seus pares na transformação concreta do mundo e a outra que é acrítica e herdada historicamente.

Há consequências expressas nesse processo, especialmente, em relação à constituição da consciência acrítica, entre elas destaca-se:

[...] ela liga a um grupo social determinado, influi sobre a conduta moral, sobre a direção da vontade, de uma maneira mais ou menos intensa, que pode até mesmo atingir um ponto no qual a contraditoriedade da consciência não permita nenhuma ação, nenhuma escolha e produza um estado de passividade moral e política (GRAMSCI, 2014, p. 103).

Essa condição contraditória contribuiu, não isoladamente, com as dificuldades de mudanças revolucionárias, as quais também foram fortalecidas, segundo Friedrich Engels (1975), a partir das condições materiais que se sucederam, já que a burguesia vislumbrou avanços econômicos e poder, inclusive, por meio do Estado.

A constituição das classes sociais da sociedade moderna gerou, por consequência, a formação de seus intelectuais e pode-se entender que a organicidade desses diversos estratos intelectuais que surgiram nessa nova cultura, mostra sua expressão em dois grandes planos superestruturais: a sociedade civil e a sociedade política ou Estado propriamente dito. Esses

planos correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda sociedade. Os intelectuais são utilizados pelo grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político (GRAMSCI, 2014).

Mas, assim como já retro citado, e ainda sob reforço das análises de Marx (2013), as lutas de classes são estabelecidas em um processo contraditório em que um dos segmentos vivencia condições materiais suficientes para sobrepujar o outro. No entanto, esse processo é infinito e a busca em superar a oposição de classe está sempre presente no concreto desenvolvimento da história.

Para compreender o sindicalismo/sindicalismo docente nessa perspectiva dialética, não se deve considerar, portanto, a sua realidade em linhas constantes, regulares e uniformes, na expectativa de atender um problema prático da previsibilidade dos acontecimentos históricos. É preciso superar a concepção que se apropria da metodologia histórica com o propósito de prever o futuro da sociedade. Se a previsão ganhar protagonismo na ação, se refere a um esforço voluntário que contribui concretamente para se criar um resultado previsto, que tende a se revelar não como um ato científico de conhecimento, mas como a expressão abstrata do esforço que se faz, ou seja, o modo prático de se criar uma vontade coletiva (GRAMSCI, 2014).

Sendo assim, para estudar o sindicalismo, bem como o sindicalismo docente, pretende-se com ao longo dessa pesquisa, considerar as contradições inerentes ao movimento da sociedade capitalista, as quais se manifestaram em diferentes elementos e momentos de luta por dominação ao passo que se manifestaram no processo de disputa por hegemonia.

2.1.1 O movimento de organização da classe trabalhadora na sociedade capitalista

Assim como mencionado no item anterior, a formação da sociedade moderna produziu a composição da classe burguesa como dirigente e da classe subalterna como dirigida. As condições estabelecidas pelo progresso burguês em detrimento dos trabalhadores, provocou inúmeras reações da classe dirigida tendo em conta os distintos processos de precarização de suas condições humanas.

Engels (1975) vai destacar que diversas revoltas ocorreram contra as condições materiais da classe proletária logo após o início do desenvolvimento da indústria e, para ele, a forma mais brutal delas foi expressa por meio do crime: “A necessidade venceu o respeito inato pela propriedade” (p. 269), e o roubo e outros delitos se intensificaram com a expansão da indústria. No entanto, essa forma de se opor e se rebelar contra a fome e a miséria que se

instalava nunca obteve eficácia e relevante aceitação social e pode ser considerada a maneira menos evoluída de protesto.

Outra demonstração de oposição contra a burguesia ocorreu no início do desenvolvimento industrial, quando os operários resistiram violentamente contra a inserção das máquinas. Nesse período, houve perseguição dos primeiros inventores das máquinas e, isoladamente, ocorreram significativas revoltas a partir da demolição das oficinas e destruição dessas máquinas. No entanto, essas medidas não foram suficientes para impedir a força da maquinaria no avanço da indústria (ENGELS, 1975).

Diante da dificuldade em reverter a situação estrutural, outras formas de organização da classe dirigida foram identificadas na história para que a burguesia, mediante a sua hegemonia que se fortalecia nos aparelhos privados e estatais, não intensificasse as situações desumanas que assolavam os trabalhadores que produziam suas riquezas.

A conquista do direito à sindicalização foi uma das maneiras que os trabalhadores encontraram para amenizar que problemas eram produzidos à sua classe. O decorrer dos anos de 1860 foram marcados pela expansão do sindicalismo como a organização predominante dos trabalhadores, não somente na Inglaterra, que se refere ao país de maior desenvolvimento do capital industrial, mas por todo o mundo. Apesar de ser o sistema predominante de organização da classe dirigida, Antunes (1985) explica que os processos de luta constituídos nos sindicatos se manifestaram com perspectivas políticas internas distintas, ora com maior resistência, fortalecimento e ascensão dos trabalhadores, ora sob a condição de conciliação de classes e subjugado aos interesses da classe dominante.

No ano de 1919, Gramsci publicou um artigo no *Ordini Nuovo*¹⁸ questionando os trabalhadores sobre o modo como vinham encaminhando a luta da classe e explicita:

A teoria sindicalista faliu completamente na experiência concreta das revoluções proletárias. Os sindicatos demonstraram a sua incapacidade orgânica para incorporar a Ditadura Proletária. O desenvolvimento normal do Sindicato está assinalado por uma linha de decadência do espírito revolucionário das massas: aumenta a força material, esmorece ou desaparece completamente o espírito de conquista, debilita-se o impulso vital, à intransigência heroica sucede a prática do oportunismo, a prática do “pão e da manteiga”. O incremento quantitativo determina um empobrecimento qualitativo e

¹⁸ Em abril de 1919, Gramsci, Tasca, Togliatti e Umberto Terracini decidem criar a revista *L'Ordini Nuovo* (A Nova Ordem), com o subtítulo “Resenha semanal de cultura socialista”. Gramsci foi o secretário de redação (GRAMSCI, 2014, p. 52). Antes de ser preso pelo governo fascista de Mussolini, Gramsci atuou contra o respectivo governo por meio de publicações de artigos para os operários, tanto na *L'Ordini Nuovo* como no jornal organizado pelos membros do Partido Comunista Italiano (PCI), o jornal *L'Unità*. Gramsci fez parte do PCI como membro do executivo. Em 1924 foi eleito deputado de Vêneto (GRAMSCI, 2014).

uma acomodação fácil nas formas sociais capitalistas, determina o surgimento de uma psicologia operária piolhenta, estreita, de pequena e média burguesia. [...] deve-se concluir que o sindicalismo não é meio para revolução, não é um momento da revolução proletária, não é a revolução que se realiza, que acontece: o sindicalismo não é revolucionário, a não ser pela possibilidade gramatical de unir as duas expressões (GRAMSCI; BORDIGA, 1973, p. 61-62).

Ou seja, Gramsci e Bordiga sinalizavam, naquele momento histórico, o limite do sindicalismo em avançar na práxis de uma nova hegemonia da classe subalterna. Além de tais considerações, Gramsci (1973) vai explicitar que o sindicalismo é uma forma de organização própria da sociedade capitalista e, pelos seus próprios limites, não possuiria potencial para sua superação, pois a sua configuração de organização compreende os operários não como produtores, mas como assalariados e vendedores da mercadoria trabalho.

Contudo, em 1920, em outro artigo publicado no *Ordini Nuovo*, reforçou que a legalidade sindical foi uma importante conquista da classe operária, apesar de não ser a última e definitiva conquista. Sobre isso, destaca que:

Se os funcionários da organização sindical consideram a legalidade industrial como um compromisso necessário, mas não eternamente, se eles dirigem todos os meios de que o Sindicato pode dispor, para melhorar as relações de força em sentido favorável à classe operária, se eles desenvolvem todo o trabalho de preparo espiritual e material necessário para que a classe operária possa, em um determinado momento, iniciar uma ofensiva vitoriosa contra o capital, e submetê-lo a sua lei – então o Sindicato é um instrumento revolucionário, então a disciplina sindical, mesmo quando dirigida a fazer com que os operários respeitem a legalidade industrial, é disciplina revolucionária (GRAMSCI; BORDIGA, 1973, p. 102).

A ideia de instrumento revolucionário associa-se à luta por hegemonia que pode ser coibida ou desenvolvida na sociedade de forma geral. Tanto que Gramsci (2014) vai considerar que as relações que traduzem a hegemonia são sempre pedagógicas e perpassam toda a sociedade, desde os conhecimentos transmitidos entre gerações que devem ser superados dialeticamente, até o contato indivíduo-indivíduo, seja entre intelectuais, seja entre os que não possuem essa função. Em tese, o alcance da hegemonia necessita de uma massa organizada mediada por uma elite intelectual com função organizativa e diretiva.

Essa perspectiva revolucionária de sindicato foi significativamente pronunciada no movimento inicial da formação sindical mediante a influência das vertentes comunista e anarquista. Mas, com o tempo, outros projetos de atuação sindical foram identificados em diferentes países e sindicatos. Dentre esses projetos, cita-se as seguintes tendências: reformista,

cujo objetivo pretendeu apenas obter a melhora dos trabalhadores no sistema capitalista; cristã, mediante a proposta de desenvolver funções sociais por meio do capitalismo, além de rejeitar a violência e a luta de classes; e corporativista, mediante subordinação e dependência do Estado fascista de Mussolini a partir da ideia de paz social e da colaboração entre classes (ANTUNES, 1985).

Além das concepções supracitadas, Boito Junior (1996) ajuda a compreender esse processo entre o sindicalismo e a hegemonia e apresenta a seguinte síntese:

De um lado, há o campo do peleguismo. Fruto da estrutura sindical corporativa de Estado, esse campo é composto pelos dirigentes sindicais cuja prática é essencialmente governista. São politicamente conservadores, combatem as correntes reformistas mais avançadas e as correntes revolucionárias, e, no plano da ação reivindicativa, distribuem-se num espectro que vai da passividade completa, ponto no qual se situa a maioria dos pelegos, à ação reivindicativa moderada e localizada. Os pelegos são esmagadora maioria dos dirigentes sindicais brasileiros, mas têm como hábitat típico, ainda que não exclusivo, os sindicatos menores e mais fracos. De outro lado, temos o campo politicamente bastante heterogêneo das correntes sindicais reformistas e revolucionárias, cuja unidade provém, fundamental e minimamente, da orientação combativa que implementam no plano da ação reivindicativa. Dependendo do período considerado, as correntes integrantes e as correntes dirigentes desse campo variam. Estão ou estiveram nele os comunistas, os nacionalistas, os socialistas e, mais recentemente, os cristãos de esquerda e os petistas. O sindicalismo combativo é, em termos numérico, minoritário, mas é hegemônico nos sindicatos mais importantes do país (BOITO JUNIOR, 1996, p. 02).

As diferentes concepções e termos apresentados sobre o movimento sindical reforça o seu caráter de aparelho privado de hegemonia que se manifesta de distintas maneiras no desenvolvimento da luta por garantia de direitos, que por sua vez está vinculado à dinâmica de disputa por hegemonia. Nesse sentido, é considerado instrumento que pode contribuir com o fortalecimento da hegemonia vigente, bem como produzir movimentos contra hegemônicos, ou seja, em antagonismo às prerrogativas do *status quo*.

As elaborações teóricas de Gramsci (2000) ajudam apreender essa perspectiva de sindicalismo produzido pela classe subalterna, mas que propende a fortalecer a classe dirigente mediante à subordinação das prerrogativas do liberalismo econômico em detrimento do avanço do poder da própria classe social. Em seus termos, ressalta que:

Diverso é o caso do sindicalismo teórico, na medida em que se refere a um grupo subalterno, o qual, por meio desta teoria, é impedido de se tornar dominante, de se desenvolver para além da fase econômico-corporativa afim de alcançar a fase de hegemonia ético-política na sociedade civil e de tornar-se dominante no Estado. [...]

A questão apresenta-se com maior complexidade no movimento do sindicalismo teórico: é inegável que, neste último, a independência e a autonomia do grupo subalterno que ele diz exprimir são sacrificadas à hegemonia intelectual do grupo dominante, já que o sindicalismo teórico não passa de um aspecto do liberalismo, justificado com algumas afirmações mutiladas e, por isso, banalizadas da filosofia da práxis (p. 47-48).

O sindicalismo teórico mostra, a partir da teoria gramsciana, a influência cultural e, portanto, intelectual do liberalismo econômico, que representa a manifestação filosófica central da hegemonia burguesa, na organização coletiva dos diferentes tipos de profissionais que se movimentam a partir dos sindicatos. Circunstância que cria adversidades para os grupos da classe subalterna desenvolverem independência e autonomia para alcançarem tal hegemonia ético-política e, com isso, o domínio estatal.

Essa condição supracitada indica a complexidade no processo de formação da autoconsciência dos intelectuais orgânicos que compõem o movimento sindical. Isso porque as concepções baseadas no peleguismo, no reformismo, no corporativismo e no cristianismo como projeto sindical, manifesta, a partir de Gramsci (2014), a presença de um determinismo mecânico e religioso como concepção de mundo das massas populares, as quais apresentam dificuldades dos grupos subalternos em assimilar e tomar para si uma nova concepção do mundo que supere a naturalização da dominação burguesa e das ideias do velho mundo. Essas combinações entre o novo e o velho, como o caso do projeto de um sindicalismo cristão, culmina em convicções extremamente débeis e conformistas conforme os interesses das classes dominantes (GRAMSCI, 2014).

As sínteses estabelecidas sinalizam que o sindicalismo faz parte do movimento contraditório da sociedade capitalista, o qual aponta a manifestação de perspectivas distintas no processo da luta econômico-corporativa, bem como da disputa por hegemonia, tais como: reformistas, corporativas, religiosas e até mesmo revolucionária. Essas tendências e posicionamentos no interior das entidades representativas dos trabalhadores estão associadas às concepções de mundo expressas pelos intelectuais que compõem e organizam tais instituições. Gramsci (2001) auxilia na compreensão desse cenário anunciado à medida que associa as singularidades da base material das diferentes nações ao tipo de consciência formada pelos seus intelectuais.

Tendo em conta o recorte temporal da presente pesquisa, cujo período foi demarcado entre os anos de 2003 e 2015, pretende-se, a frente, apresentar o processo formativo dos intelectuais que fizeram parte do movimento sindical brasileiro com base nas influências

multideterminadas que se constituíram nas singularidades da base material brasileira, especialmente a partir de 1980.

2.2 O MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO E A INFLUÊNCIA DA TEORIA NEOLIBERAL NO PROCESSO DE DISPUTA POR HEGEMONIA

Para identificar a maneira pela qual os trabalhadores e os intelectuais brasileiros passaram a se organizar e a se manifestar na luta por melhores condições humanas e profissionais, principalmente no período entre 2003 e 2019, faz-se necessário elucidar as transformações no campo produtivo, político e sindical, considerando a ascensão da teoria liberal com repercussão no Brasil a partir de 1990.

Compreender esse processo de desenvolvimento do capitalismo e da formação da classe subalterna na base material de investigação é elementar, pois conforme os fundamentos de Gramsci (2001), a constituição e o modo de desenvolvimento de uma nação influenciam no processo de formação da consciência de seus intelectuais.

Cabe salientar que essas singularidades produzidas nas diferentes nações estão associadas à totalidade, que é o movimento próprio viabilizado pela estrutura capitalista. Considera-se, desse modo, que o desenvolvimento produtivo, econômico e de sistematização do trabalho no Brasil, apesar de suas particularidades, esteve alinhado ao capital mundial. Consequentemente, as lutas e formas de exploração tomaram proporções internacionais.

Sobre esse processo, Antunes (2009) esclarece que:

O mundo do trabalho tem cada vez mais uma conformação mundializada. Com a expansão do capital em escala global e a nova forma assumida pela divisão internacional do trabalho, as respostas do movimento dos trabalhadores assumem cada vez mais um sentido universalizante. Cada vez mais as lutas de recorte nacional devem estar articuladas com uma luta de amplitude internacional. A transnacionalização do capital e do seu sistema produtivo obriga ainda mais a classe trabalhadora a pensar nas formas internacionais da sua ação, confrontação e solidariedade (ANTUNES, 2009, p. 223).

Com efeito, o processo global que concedeu a ampliação e avanço do capitalismo industrial, logrou, também, novas organizações da classe trabalhadora sob influências de novos tipos de intelectuais orgânicos que emigraram gradativamente para o Brasil. Segundo Antunes (1985), as insatisfações populares em relação às debilidades do Estado Novo nos anos de 1940,

por exemplo, foram marcadas por significativa atuação do Partido Comunista que foi constituído em diversos países e no Brasil, criado em 1922, com a denominação de Partido Comunista do Brasil (PCB). O respectivo partido liderou, inclusive, importantes movimentos populares acerca da liberdade democrática.

Houve, ainda, sob influência do PCB, conquistas no campo do movimento sindical, de forma que após uma fase extremamente repressiva para o sindicalismo, iniciou-se um trabalho de substituição das lideranças associadas ao peleguismo por lideranças representativas da classe operária. Foi criado, nesse processo, o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) (1945) – organismo intersindical de carácter horizontal que rompia com a estrutura vertical e com a interferência injustificável nos órgãos de classe – o qual fortaleceu o movimento sindical com delineamento de interesse à classe trabalhadora e com maior liberdade (ANTUNES, 1985).

Além do MUT, as lideranças do PCB criaram várias comissões de fábricas, dentro das próprias fábricas, ampliando a presença dos sindicatos. Suas reivindicações voltavam-se contra a fome e a carestia, mas não se limitavam ao plano econômico. Criaram o Pacto de Unidade Intersindical, que se tornou posteriormente o Pacto de Unidade e Ação (PUA) (1961), o qual avançou no rompimento da estrutura sindical vertical e agregou mais de 100 organizações sindicais (ANTUNES, 1985).

Essa configuração propiciou um movimento de homogeneização da classe subalterna no Brasil sob influência internacional, o que ajudou fortalecer a organização dos trabalhadores brasileiros no final dos anos de 1970. Com isso, foi desenvolvido um novo sindicalismo na década seguinte com o surgimento de um movimento mais reivindicativo e político no sindicalismo dos anos de 1980. Tal movimento contribuiu, inclusive, com a luta mais ampla (para além das questões corporativas profissionais) da classe trabalhadora. Boito Junior (1998) vai explicar a respectiva situação e afirmar que:

Depois de um longo período em que a quase totalidade dos sindicatos oficiais esteve a serviço da ditadura militar, a crise econômica e política do final dos anos 70 criou a oportunidade para a afirmação de um novo sindicalismo a partir da luta dos metalúrgicos do ABC. Desde então, a luta sindical de massa reconstituiu-se, e parte do sindicalismo brasileiro afirmou-se como movimento reivindicativo e político. Foi um movimento fundamental na luta contra a ditadura militar, contribuiu para a ampliação dos direitos sociais na Constituinte, despertou os setores mais ativos das classes trabalhadoras urbanas para o apoio à luta pela reforma agrária e contribuiu muito para mobilização popular pelo impeachment de Collor. Além dessa presença importante nos acontecimentos políticos e sociais, o sindicalismo foi a principal força responsável pela criação do Partido dos Trabalhadores (p. 140).

Os intelectuais da classe trabalhadora pareceram, nesse período, adquirir um grau maior de autonomia e autoconsciência crítica, demonstrando avanços no que Gramsci (2000) vai apontar como o desenvolvimento da consciência política coletiva da classe subalterna. Conforme o autor, é possível transitar de uma fase de maior conformação estrutural até maneiras com maior identificação e solidariedade no interior e entre os grupos profissionais ou, ainda, atingir um nível cultural próprio da classe social.

Esse avanço na organização coletiva dos trabalhadores, com ampliação do grau de identificação e de solidariedade, repercutiu no modo de atuação dos sindicatos e no alcance de conquistas sociais importantes, como a criação de um partido de massa da classe trabalhadora, o Partido dos Trabalhadores (PT)¹⁹, a qual sofreu importante influência do movimento sindical brasileiro. Gramsci (2001) em relação ao partido de massa, considera que:

Com o crescimento dos partidos de massa e com a sua adesão orgânica à vida mais íntima (econômico-produtiva) da própria massa, o processo de standardização dos sentimentos populares, que era mecânico e usual (isto é, produzido pela existência ambiente de condições e pressões similares), torna-se consciente e crítico (p. 148).

Esse movimento orgânico foi manifestado nos anos de 1980 no Brasil com expressão na criação do PT e, também, por outras exteriorizações vinculadas ao sindicalismo brasileiro como, por exemplo, mediante a criação da CUT – Central Única dos Trabalhadores - em 28 de agosto de 1983. O sentimento popular mais consciente e crítico revelado nesse processo se revelou a partir dos posicionamentos e das estratégias sindicais mediadas pela CUT, os quais se apoiaram no combate à política de desenvolvimento pró-monopolista, pró-imperialista e pró-latifundiária do Estado brasileiro. Além dessa política, a central sindical apresentou uma plataforma de intervenção ativa na luta pela democracia. Entre o seu Congresso de fundação e seu terceiro Congresso regular, em 1988, aprovou palavras de ordem sob encaminhamentos baseados nos posicionamentos e nas estratégias mencionadas. Entre elas, cita-se: não pagamento da dívida externa, estatização dos sistemas financeiros, de saúde, de educação e do transporte coletivo, reforma agrária sob controle dos trabalhadores e contrariedade à privatização das estatais.

¹⁹Não cabe aqui considerar o desenvolvimento do PT após sua criação, se houve um rompimento ou distanciamento dos interesses relacionados à classe que lhe deu origem, mas de identificar na conjuntura observada a dinâmica de uniformidade e intimidade da classe subalterna. Além disso, salienta-se que o processo de homogeneização manifestado para a criação e desenvolvimento do partido nunca adotou uma concepção revolucionária para a constituição de um novo bloco-histórico.

Não obstante, é importante destacar que ocorreram movimentos de greve nos anos de 1980 com a participação ativa de diferentes grupos de trabalhadores. Entre eles, ressaltam-se os metalúrgicos e os trabalhadores da indústria automobilística, química e petroleira, trabalhadores da construção civil, funcionários públicos estaduais e federais, professores da rede pública, trabalhadores dos transportes urbanos, médicos, funcionários da saúde e bancários. No decorrer da década outros setores foram se incorporando à greve geral, como os comerciários, indústria têxtil, ferroviários, aviários, eletricitários e trabalhadores da indústria do couro e de calçado. Houve, também, uma crescente participação de regiões com menor tradição sindical, aumentando de onze para vinte dois estados participantes entre as greves de 1983 e 1989 (BOITO JUNIOR, 1998).

Essa situação, segundo Neves (2005), gerou maior socialização da participação política com crescentes organizações de grupos e classes sociais na defesa de seus interesses a partir de aparelhos privados de hegemonia na sociedade civil. Sobre isso, Coutinho (1994, p. 77) vai explicitar que:

[...] com a multiplicação das organizações dos trabalhadores (partidos, sindicatos, etc.), a própria burguesia tem também de criar organismos fora do Estado, a fim de concorrer com os próprios operários. Também ela cria associações profissionais, cria ou hegemoniza partidos de massa que defendem seu projeto de classe. O mesmo ocorre, em seguida, com as camadas médias. [...] Já não existem mais, de um lado, indivíduos atomizados, puramente “privados”, lutando por seus interesses econômicos imediatos, e, de outro, o Estado e seus aparelhos, como únicos representantes dos interesses ditos públicos. Surge uma complexa rede de organização de massa, de sujeitos políticos coletivos.

A politização da sociedade civil foi ocorrendo gradativamente ao longo do século XX, conforme o desenvolvimento urbano-industrial brasileiro, ainda que se manifestasse traços de autoritarismo no cenário brasileiro. Nesse processo, a disputa pela hegemonia política e cultural, intelectual e moral na aparelhagem estatal e na sociedade civil pelo proletariado se tornou uma realidade (NEVES, 2005).

No âmbito produtivo, essa conjuntura supracitada esteve associada ao processo de hipertrofia dos setores de serviços, como o comércio e as finanças, e o baixo crescimento econômico, em geral. Tal circunstância obrigou as empresas a reverem suas estratégias de gestão, entre elas, agregar importância às novas tecnologias, a redução de custos de produção e a personalização de seus processos e produtos. Sendo assim, as iniciativas exigiram patamares mínimos de flexibilidade, qualidade, baixos preços finais e atendimento preciso (OLIVEIRA, 1996).

Com referência novamente à indústria automotiva, o modelo organizacional do trabalho de Taiichi Ohno, proprietário da Empresa *Toyota Motor Company*, denominado como sistema toyotista, adequou-se perfeitamente a conjuntura econômica dos anos de 1970, e assim, abriu suas fronteiras a partir de 1980 (ANTUNES, 2009). Nota-se que, juntamente a essa transição nos campos produtivo e político, devido à crise da década anterior, é que houve um fortalecimento da organização dos trabalhadores.

Harvey (2008), sobre a ascensão dessa nova forma produtiva, com prospecção da deflação, argumenta que tal organização apresentou características voltadas à acumulação flexível em confronto a rigidez do fordismo. Para o autor, os principais pontos de flexibilização se encontraram nos processos de trabalho, nos mercados de trabalho e nos padrões de consumo. Em diálogo com a questão levantada por Antunes (2009), o autor explicita que esse novo processo acumulativo implicou em um nível relativamente alto de desemprego estrutural, rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos de salários reais modestos e o retrocesso do poder sindical.

O impacto da forte volatilidade no mercado, o aumento da competitividade e o estreitamento da margem de lucro propiciou que os empregadores pudessem tirar proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de força de trabalho excedente impondo contratos de trabalho mais flexíveis (HARVEY, 2008).

Um exemplo desse processo de alteração na base produtiva brasileira pode ser explicitado pela reordenação da empresa metalúrgica Zanini S.A em Sertãozinho (São Paulo). Fundada em 1950, a empresa viveu e sobreviveu às crises e as transformações do processo de acumulação produtiva. A viabilização do Proálcool, nos anos de 1960, alavancou o crescimento da empresa aos moldes fordista/taylorista. Em contrapartida, a crise da chamada “década perdida” no país, levou a Zanini, em 1980, a reduzir o número de funcionários e a se juntar a empresa Dedini. Posteriormente, separaram-se e a Zanini reorganizou a empresa conforme o modelo toyotista, o qual exigiu nova ideologia, novos meios e relação de produção (SANTOS, 2013). Para sustentar a crise do sistema taylorista/fordista, portanto, uma nova prática (teoria-prática) se instalou nas empresas a partir da década de 1980.

Segundo Melo (1985, p. 166-7), a prática dessa nova cultura de organização do trabalho teve como objetivo: 1) possibilitar e fundamentar a reprodução de valores para permitir a interiorização de certas condutas e, ao mesmo tempo dos princípios que as legitimam; 2) incorporar concretamente os valores de consideração à pessoa e de eficácia que legitimam as práticas e ocultam os objetivos reais da organização capitalista; 3) subordinar o indivíduo à

organização por vantagens concedidas, em contrapartida ao trabalho; 4) transformar o máximo de energia individual em força de trabalho; 5) pôr em prática uma política de gestão de afetos que favoreça o investimento inconsciente e maciço na organização e influência sobre o aparelho psíquico dos indivíduos; 6) e, por fim, individualizar as relações do sujeito (trabalhador) à organização. Nessa concepção o sucesso individual é valorizado em detrimento à solidariedade. Dessa forma, evitam-se as reivindicações coletivas.

Para Antunes (2009), o final do século XX e o início do século XXI, particularmente nos países capitalistas avançados, com repercussões significativas nos países de Terceiro Mundo dotados de uma industrialização intermediária, notou-se uma desproletarização do trabalho industrial e uma diminuição da classe operária tradicional. Simultaneamente, observou-se a subproletarização do trabalho, em decorrência das formas diversas do trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado e vinculado à economia informal.

A situação acima anunciada associa-se a subsunção do trabalho ao mundo de uma nova geração de máquinas e trouxe a substituição do trabalho estável, herdeiro da fase taylorista-fordista, pelos mais distintos modos de informalidade, para atender as necessidades tecnológicas (seja pela vigência da máquina-ferramenta autônoma do século XX, seja pela máquina informacional-digital dos dias atuais). Entre os novos tipos de trabalho, destacam-se: o trabalho atípico, os trabalhos terceirizados (com sua enorme gama de variedade), o “cooperativismo”, o “empreendedorismo” e o “trabalho voluntário” (ANTUNES, 2013)

Juntamente a reestruturação produtiva vinculada à Terceira Revolução Industrial, houve no campo político-econômico a influência das ideias de Friedrich Hayek para auxiliar esse novo processo de trabalho. Sob as referências do liberalismo, Hayek (2010) afirmou que a sociedade, mediante o avanço do totalitarismo, foi se afastando progressivamente das ideias básicas que erguera a civilização ocidental. Tal referência sobre o totalitarismo se vinculava ao socialismo. Considerou, portanto, que a liberdade e o individualismo tinham sido abandonados tendo em conta o coletivismo e planificação econômica, estabelecidos pelo socialismo. A respectiva teoria ainda reforçou que o bem comum ou o bem-estar geral interferiria diretamente na liberdade individual dos indivíduos e enfatizava que a felicidade de milhões não poderia ser aferida numa escala única de valores.

Essa base ideológica desenvolvida por Hayek, denominada no meio acadêmico por neoliberalismo ou neoliberalização, foi efetivamente incorporada e disseminada após os anos de 1970 quando iniciada a crise estrutural nos países de capitalismo avançado. Perry Anderson (1995), em uma análise historiográfica, considerou que esse movimento teve sua sistematização

por intelectuais orgânicos da classe burguesa e se tratou de um projeto que buscou restaurar os princípios do livre mercado e desestabilizar o financiamento do Estado de bem-estar social.

O Governo inglês, por influência de Hayek, consolidou o primeiro regime neoliberal no mundo. Margareth Thatcher, em 1979 assumiu o governo do país britânico e foi pioneira a instituir o respectivo projeto societário. Em 1980 Reagan chega à presidência dos Estados Unidos, posteriormente, em 1982, Kohl assume na Alemanha e em 1983 Schlute atinge o poder na Dinamarca, ambos promovendo em seus países a frente neoliberal. Logo em seguida, quase todos os países da Europa ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria, compartilharam desse novo regime de governo (ANDERSON, 1995).

A condição de renegociação da dívida externa abriu as portas para os organismos financeiros, calcados no projeto neoliberal, com o propósito de realizar um ajuste estrutural. Nesse contexto, está inserido a reforma do Estado e o controle econômico, cultural e político dos países credores, inclusive o Brasil (LEHER, 1999).

O suporte político para as transformações conjunturais anunciadas anteriormente iniciou-se, gradativamente, com o fim da ditadura cívico-militar, teve continuidade no governo Sarney (1985-1990), se efetivou, por meio das reformas ampliadas em vários setores, a partir do governo Fernando Collor de Mello (1990-1992) com significativas reformas no governo do Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1994-2002). Dessa forma, a década de 1990 caracterizou-se por uma reorganização política nos diversos campos da sociedade, com vistas ao modelamento da perspectiva neoliberal.

Com isso, percebeu-se um movimento de desestatização arraigado do controle de crédito para evitar inflação, dos cortes de gastos públicos com a exoneração de funcionários contratados, da política de desembolsos estatais vinculados à arrecadação, da extinção dos Ministérios da Habitação e Bem-Estar Social, da Reforma e Desenvolvimento Agrário, da Irrigação, da Ciência e da Tecnologia, além das imposições dos setores financeiros perante às novas determinações de uma orientação neoliberal (SILVEIRA, 2009).

Sendo assim, as ideias de Hayek expressas mediante a liberdade individual, o individualismo, contra o coletivismo e a planificação econômica se materializaram por meio de programas governamentais baseados na filantropia, com ações individuais e voluntárias, e a diminuição do volume do Estado, com a proposta que não houvesse interferências do Governo na economia, tampouco no controle de renda.

Com isso, considera-se que o processo de disputa por hegemonia desenvolvido no decorrer dos anos de 1980, foi marcado por avanços no desenvolvimento da consciência política

da classe subalterna por meio de processos de homogeneização e autoconsciência crítica e por reações da classe dirigente a partir da ampliação na participação de grupos da respectiva classe nos distintos aparelhos privados de hegemonia. A reestruturação produtiva e ideológica, bem como a atuação de grupos massificados na política foram manifestações relevantes para a manutenção da hegemonia vigente.

Nessa perspectiva, surgem-se também, de forma singular, novas formas de antagonismo e organização dos trabalhadores brasileiros, especialmente a partir de 1990. A frente, segue como se configurou o movimento sindical sob influência da neoliberalização.

2.2.1 O Sindicalismo e a consolidação da neoliberalização no Brasil nos anos de 1990

Apesar do fortalecimento da classe trabalhadora a partir do desenvolvimento da consciência política coletiva no decorrer dos anos de 1980, Boito Junior (1998) vai salientar que as classes dominadas nunca formaram um bloco homogêneo. Do mesmo modo, o movimento estabelecido a partir da neoliberalização também não atingiu os grupos de trabalhadores de forma igual. Sendo assim, considera-se que os diferentes sindicatos se manifestaram de forma singular diante do desenvolvimento produtivo e do processo de ideologização do projeto neoliberal.

Apesar das singularidades nas manifestações sindicais, há uma questão que foi comum entre os trabalhadores brasileiros: as alterações no setor produtivo indicaram a radicalização nas condições da vida dos trabalhadores de forma geral, e diversos aspectos e setores contribuíram para a precarização aguda nas relações de trabalho.

Não apenas o desenvolvimento e avanço das máquinas, as quais substituíram o trabalho humano, foram responsáveis pelo crescimento do desemprego. A base do liberalismo econômico instituído, o qual se baseou na abertura econômica, também pode ser considerado um indicador relevante para alta taxa de desemprego nos anos de 1990. Tal fundamento pode se explicar pelo quadriênio de 1992-1995, ao passo que a importação brasileira cresceu 142% enquanto a exportação apenas 30%. Nessa perspectiva, é possível ainda observar que a redução dos gastos e investimentos governamentais na área social paralisou a criação de empregos no setor público; a tolerância governamental frente ao trabalho infantil, excluindo milhares de trabalhadores adultos; a desregulamentação do mercado de trabalho com a desindexação dos salários; a facilitação empresarial de demissão sumária de trabalhadores; o desrespeito aos direitos estabelecidos em convenções e acordos coletivos, ou seja, a supressão de direitos

trabalhistas, entre outras medidas de precarização do contrato de trabalho também auxiliaram no aprofundamento do desemprego brasileiro (BOITO JUNIOR, 1998).

As inúmeras alterações no cenário brasileiro, bem como internacionalmente, provocaram no campo sindical do país um remanejamento político a partir de novas orientações das direções sindicais, as quais contribuíram para reduzir a capacidade de resistência no processo de ascensão das políticas neoliberais. Houve, portanto, a rearticulação do sindicalismo caudatário mediante a criação da central Força Sindical em 1991, cuja entidade contou com apoio político e financeiro do governo Collor (1990-1992), de empresários e da mídia. Fora essa situação, a corrente dominante da Central Única dos Trabalhadores (CUT) (1983) também mudou de estratégias e adotou como ideia o sindicalismo propositivo, a qual levava a conciliação com o neoliberalismo (BOITO JUNIOR, 1998).

Deve ser considerada nesse processo de maior interferência da classe burguesa no movimento sindical, a reação da classe dirigente em relação ao endurecimento e ampliação da organização da classe trabalhadora. Juntamente às alterações produtivas, vivia-se um momento de politização da sociedade civil e a disputa por hegemonia entre as classes sociais (NEVES, 2005).

Após anos marcados pela construção de um sindicalismo combativo, surge, nos anos de 1990, uma abertura na preparação da luta dos trabalhadores mediante maior conciliação com governos, empresas e com proposituras subjugadas ao projeto neoliberal. Sobre esse cenário, Boito Junior (1998, p. 141), ao abordar o sindicalismo brasileiro e o projeto neoliberal, explicita que “A década de 1990 tem sido um momento difícil para o sindicalismo no Brasil. Ele não deixou de ser um movimento social importante, mas sua capacidade de intervenção na luta política e social diminuiu” (BOITO JUNIOR, 1991, p. 140-141).

Percebe-se, portanto, que as estratégias da classe dirigente no processo de disputa por hegemonia, especialmente no decorrer dos anos de 1990, provocaram efeitos significativos para o fortalecimento da cultura hegemônica. A reestruturação produtiva e a influência da teoria neoliberal como referência ideológica e filosófica da sociedade civil produziram impacto na autonomia intelectual e nas condições materiais da classe subalterna, com decorrências no sindicalismo, o que viabilizou um caráter mais próximo ao sindicalismo teórico, portanto, à concepção sindical baseada no peleguismo.

Não ao acaso, a CUT, que era a maior referência das lutas populares brasileiras, bem como a maior oposição dos governos nos anos de 1980, perdeu seu posto político e reivindicativo nos anos de 1990 para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST),

que se tornou um movimento social crescente com ampliação para o setor urbano. Diante disso, o MST passou a agregar não apenas os camponeses que vinham para cidade, mas trabalhadores assalariados e desempregados que pretendiam se estabelecer como camponeses. Foi, portanto, o respectivo movimento que polarizou politicamente com os governos neoliberais (BOITO JUNIOR, 1998).

As alterações teórico-práticas no movimento sindical brasileiro, em especial as estratégias e os posicionamentos da CUT, foram relevantes para a transformação da luta dos trabalhadores de forma geral. Isso porque a respectiva central sindical era potente no processo de mobilização, de modo que atingia o recrutamento de trabalhadores de diferentes áreas e setores industriais.

Cavalcante (2014) vai explicar que os primeiros anos de inserção do projeto neoliberal, especialmente mediante as privatizações, foram os mais duros para o trabalhador devido às mudanças nas formas de contratação, situação que impôs grandes desafios para as ações sindicais. Com a alteração do interlocutor no processo de contratação, retirando do Estado tal função e dando lugar aos proprietários privados que estabeleciam maneiras diferenciadas de negociação, abertamente ofensivas e mais interessadas na relação individual com o trabalhador, ocorreram dificuldades nas ações sindicais e, por conseguinte, acerca da organização dos trabalhadores.

Outros aspectos também se mostraram fundamentais para os impasses do movimento sindical e dos trabalhadores de forma geral. Um deles gira em torno do sentimento de insegurança e de instabilidade proveniente da flexibilização da jornada de trabalho, da remuneração e das demissões, haja vista a diminuição dos empregos formais, das garantias e dos benefícios estipulados por lei. Considera-se, ainda, que o uso intenso das terceirizações, seja no campo das “atividades fins” ou das “atividades meio”, provocou uma redução notável na base dos sindicatos tradicionais. Essa conjuntura apresentada perdurou até meados dos anos 2000, implicando em circunstâncias desfavoráveis à mobilização dos trabalhadores contra a precarização das suas condições de vida e de trabalho (CAVALCANTE, 2014).

A CUT, diante das contradições que assolavam a sociedade civil, abandonou a postura e estratégias do sindicalismo característico dos anos de 1980, alegando, segundo sua avaliação, ter sido meramente defensivo e reivindicativo. Para os dirigentes da entidade tratava-se de abandonar a postura de apenas se opor e ser contra e passar apresentar alternativas concretas para todos os problemas importantes da política nacional. Com isso, incorporaram às palavras

de ordem definidas nos anos de 1980 ‘propostas para as políticas de abrangências nacional’ (BOITO JUNIOR, 1998).

Parte dos documentos da CUT, bem como os discursos de suas lideranças, indicou abandonar a concepção de oposição entre a classe trabalhadora e o bloco formado pelo governo e empresários e adotou uma suposta oposição entre a sociedade civil e o governo, abandonando o antagonismo aos empresários/capitalistas. Com isso, passaram a esconder a existência de interesses de classes em confronto na sociedade. Era como se as dificuldades dos trabalhadores fossem decorrentes do acaso ou de uma política equivocada. Tais concepções associadas ao método propositivo condicionou uma postura conciliatória com o neoliberalismo, observada, inclusive, nas propostas de política industrial e educacional (BOITO JUNIOR, 1998).

Sobre as políticas propositivas industrial (elaborada em 1994) e educacional (elabora em 1995) pela CUT, Boito Junior (1998, p. 183, 184, 186 e 187) destaca que:

[...] a Executiva Nacional da CUT parte do pressuposto de que a economia brasileira precisa “reestruturar-se”. A introdução de novas tecnologias, a reformulação dos processos de trabalho, a abertura do comércio exterior e a especialização produtiva, que vem sendo apresentadas como algo inexorável pela política econômica neoliberal, são aceitas pela CUT. O documento apresenta apenas ressalvas e adendos a esses objetivos, subordinando a eles as demandas dos trabalhadores. O crescimento e a reestruturação seriam obtidos através de alguns recursos como o aumento dos investimentos estrangeiros na economia brasileira e os incentivos fiscais e creditícios às empresas privadas [...] já a proposta de política educacional [...] traz o ambicioso título Rumo a Construção de um Projeto Educacional para o País. Nesse documento, a CUT estabelece seu diagnóstico e os objetivos de sua Campanha Nacional em Defesa da Educação. Não defende o ensino público e gratuito como solução para a educação brasileira. Pelo contrário, estabelece que a rede privada de ensino integra, e deve continuar integrando, o “sistema nacional de educação” [...] Esse documento não denuncia as práticas mercantilistas da rede privada e sua natureza elitista [...] É uma proposta de política educacional conivente com a nova burguesia de serviços do setor educacional.

As propostas explicitadas nos documentos da CUT reforçam as mudanças ocorridas na postura e ações do movimento sindical sob influência da referida central. Ao levar em conta a significativa influência da CUT no movimento reivindicativo e político dos trabalhadores dos anos de 1980, considera-se relevante tais alterações em seus documentos, haja vista ser uma referência no processo da luta pela garantia de direitos dos trabalhadores. As alterações ocorridas, não somente em relação aos encaminhamentos da entidade, mas também no campo produtivo e político, dificultaram o fortalecimento da classe trabalhadora.

Esse contraponto acerca dos trabalhadores pode ser evidenciado também quando diante das disputas de poder da classe dominante (capital financeiro internacional e capital bancário nacional em oposição aos interesses da burguesia industrial), a CUT buscou aliar-se à classe dominante industrial contra o desemprego a partir das câmaras setoriais. Mas, mediante organismo tripartite, com a reunião de representantes do governo, empresários e sindicato dos trabalhadores de um setor econômico ameaçado pela abertura comercial, os trabalhadores, com a representação da CUT não demonstraram eficácia para barrar o crescimento do desemprego. Apesar da entidade sindical encontrar nas câmaras setoriais a “salvação da lavoura”, o desfecho disso foi que apenas três de vinte seis câmaras setoriais organizadas pelos governos Sarney e Collor chegaram a estabelecer acordo com os sindicatos dos trabalhadores e no governo FHC todas estavam esvaziadas (BOITO JUNIOR, 1998).

Ressalta-se que a estratégia composta pelas câmaras setoriais mostrou desenvolver um movimento de parceria e colaboração, entretanto, em um processo desigual, especialmente sobre as decisões dos sindicatos. Tal organização foi importante para o desenvolvimento da indústria no processo de ascensão neoliberal, principalmente por sua relação com o Estado, mas perdurou apenas enquanto apontou relevância para os interesses burgueses (BOITO JUNIOR, 1998).

Percebe-se que a mudança de estratégia e posicionamento da CUT mediante caminhos de conciliação e proposição não se mostrou significativa para a conquista de direito dos trabalhadores no período em discussão. Pode-se considerar que houve um retrocesso no campo do sindicalismo brasileiro, haja vista a falta de engajamento político dos trabalhadores e avanços, inclusive, sobre as ações de cunho salarial. Sobre isso, Boito Junior (1998) vai destacar que é importante compreender que a CUT fazia oposição à corrente neoliberal, contrariamente à Força Sindical, no entanto, passou a ser um movimento contraditório na medida em que adotou uma concepção propositiva e conciliadora como centralidades de seu movimento.

Haja vista a influência e amplitude da CUT sobre os diferentes grupos de trabalhadores, pode-se considerar que o posicionamento de conciliação e proposição repercutiu nos diferentes setores de trabalho, inclusive no setor público que, a partir da decisão de 1988, quando foi deliberada a sindicalização do setor público e, por conseguinte, a filiação a CUT, houve maior aproximação do respectivo setor às decisões da CUT, mesmo que muitos sindicatos ainda tenham permanecidos autônomos, com outros posicionamentos inclusive. Houve, com isso, uma significativa quantidade de sindicatos oficiais do setor público vinculados a Central.

Conforme os dados da CUT (1997), 25% dos trabalhadores de sua base eram provenientes do setor estatal e 34% dos sócios se constituíam no respectivo setor. Além dos servidores públicos, 39% dos trabalhadores da base cutista estavam no setor rural, 23% no setor de serviços e 12% no setor industrial. Para representar a relevância da CUT para o movimento sindical, dados do Comin – Conselho de Missão Entre Povos Indígenas (1994) - ainda reforçam que a entidade possuía 1.917 sindicatos filiados.

Percebe-se, portanto, que após a liberdade sindical estabelecida pela Constituição Federal de 1988, houve um aumento na criação de sindicatos oficiais, mesmo que esses, em sua maioria, tenha sido originário das associações organizadas antes da regulamentação deliberada. O setor público, especialmente, vivenciou este cenário e diante disso, percebe-se que houve uma situação com relevante complexidade, pois na mesma medida em que passaram a existir mais sindicatos com relações aproximadas ao Estado, ou seja, com maior controle, ampliou-se, também, a unificação de setores de trabalho possibilitando, aparentemente, uma esfera fortalecida para a classe trabalhadora.

No entanto, quando verificado o volume e intensidade das mobilizações representadas por paralisações, greves e a quantidade de jornadas de trabalho não trabalhadas, identificou-se que os anos de 1990 representaram a decadência da força dos trabalhadores. Silva (2005) mostra que depois de se alcançar um pico de 1.298 greves no setor público no ano de 1989, por exemplo, houve uma queda de tal mobilização nos anos posteriores, com 826 em 1990, 649 em 1991 e apenas 315 em 1992. Na mesma proporção ocorreu a diminuição no número de grevistas. Da participação de 14.258.304 trabalhadores no ano de 1990, registou-se apenas 2.044.747 no ano de 1992. Em relação as jornadas não trabalhadas, os dados indicaram uma derrocada de 189.210.807 jornadas perdidas em 1989 para 19.593.646 em 1992.

Percebe-se, com isso, que ocorreu um aumento no volume de sindicatos vinculados à CUT a partir da conquista do direito à sindicalização do setor público. Entretanto, a quantidade, nesse caso, não provocou melhora na qualidade do movimento sindical, considerando o desenvolvimento da consciência política e, portanto, o progresso da autonomia e da emancipação da classe subalterna. Considera-se, portanto, que a influência neoliberal no movimento sindical prejudicou os trabalhadores no processo de disputa por hegemonia.

Essa condição pode ser explicada pelo consentimento da classe dirigida, sendo sumariamente dominada pelo prestígio da classe dominante e dirigente, inclusive, sob auxílio do Estado, que é parte de sua estrutura. Isto posto, a classe dirigida se torna mais suscetível e diante de seu reduzido poder intelectual e organizativo, sua massa populacional referencia-se

nos discursos do senso comum influenciado pela classe dominante. De modo geral, os intelectuais são os mediadores dessa aliança estabelecida entre as classes sociais, portanto, da dominação da classe dirigente. Todavia, esse processo não é linear e ocorre mediante lutas internas e gerais, com inversões momentâneas ou mais perenes; progressivas e recrudescidas, com mais ou menos participação da classe dirigida tanto nas estruturas de poder quanto nos aparelhos privados de hegemonia (MALINA, 2016).

Com base nisso, considera-se que os anos de 1990 foram marcados, de forma geral, pela luta da classe dirigida sob um caráter mais recrudescido quando comparados à década anterior, que se manifestaram de maneira mais progressista e com maior participação dos trabalhadores, tendo em conta a organização do movimento sindical.

Mas, apesar desse cenário generalizado, conformado a partir de um movimento conciliador e propositivo das organizações sindicais, mesmo sob uma conjuntura de avanço da precarização das questões formais e contratuais do trabalho, destaca-se que ocorriam, também, circunstâncias em que os trabalhadores se manifestavam de forma mais combativa, como é o caso do setor público.

A exemplo disso, no ano de 1995 foi desencadeada a greve nacional dos petroleiros, motivada por questões salariais, fato que acabou por motivar um grande movimento dos trabalhadores do setor público contra as reformas estruturais, previdenciárias e administrativas. Entretanto, o Estado, parte da estrutura dirigente, no processo de disputa por hegemonia, utilizou de seus mecanismos de poder coercitivo e recorreu a uma ação imediata do Governo Federal por meio do Decreto n. 1.480, que objetivou disciplinar as greves do setor público (SILVA, 2005). Sobre tal Decreto, ficou previsto que:

O decreto era uma clara resposta ao movimento grevista: proibia o abono e a compensação das faltas dos servidores em greve; determinava o desconto dos dias parados no cálculo de tempo de serviço para aposentadoria; previa a imediata exoneração dos ocupantes de cargo de confiança que participassem de “movimentos de paralisação de serviços públicos” ou que não enviassem ao “órgão de pessoal respectivo” a lista com o nome dos servidores em greve (SILVA, 2005, p. 138).

Como dispositivo da classe dirigente, que buscou frear o avanço dos grupos subalternos por meio do Estado “educador” na disputa por hegemonia no decorrer dos anos de 1990. Com efeito, os impasses da classe trabalhadora se fizeram presentes no respectivo período, de forma que gerou dificuldades no enfrentamento das privatizações de empresas, especialmente nos governos do FHC.

Em relação às contradições das organizações sindicais, pode-se elucubrar que a possibilidade de liberdade sindical permitiu a criação de sindicatos e centrais sindicais com ideias e propostas aproximadas ao governo, ou seja, por um viés liberal, como é o caso da Força Sindical criada em 1991 (BOITO JUNIOR, 1998). Essa situação reforçou o apoio ao projeto neoliberal que reverberou sobre a realização de privatização de empresas estatais no momento histórico anunciado, fato que faz considerar que o posicionamento conciliatório e propositivo predominante do movimento sindical no respectivo período favoreceu o fortalecimento da hegemonia vigente, haja vista a tendência de resignação do sindicalismo sobre as prerrogativas ideológicas, filosóficas e materiais desenvolvidas pela classe dirigente.

Essa formação de sindicalismo com manifestações mais fragilizadas e conciliatórias, as quais foram viabilizadas pelo processo de politização da sociedade civil e pelas relações de poder estabelecidas na disputa por hegemonia, apresentou repercussões nos anos que se seguiram. Em continuidade, portanto, o próximo item apresenta como se desenvolveu o movimento sindical no decorrer dos anos 2000, considerando as transformações ocorridas na conjuntura brasileira.

2.2.2 O movimento sindical brasileiro nos anos 2000

De forma sucinta, cabe retomar que o desenvolvimento social dos anos de 1990 no Brasil foi influenciado pela reestruturação produtiva globalizada e pelo projeto societário neoliberal, os quais geraram transformações significativas no campo ideológico e material da sociedade civil e da sociedade política.

Esse movimento provocou forte impacto sobre as condições de vida dos trabalhadores, de modo que foram regulamentadas reformas que precarizam o contrato e os tipos de trabalho por meio da informalidade/flexibilização, na mesma medida em que se fomentou a privatização das estatais brasileiras, a egressão do Estado sobre a produção de bens e serviços para a sociedade e a responsabilização de entidades filantrópicas, de empresas privadas e da sociedade civil sobre ações de enfrentamento ao caos social estabelecido historicamente.

Esse cenário promoveu debilidades sociais, logo, a necessidade de novas medidas de contenção da pobreza e da miséria. Com isso, o projeto neoliberal permaneceu como centralidade político-econômica, mas sob novos elementos para a manutenção da hegemonia burguesa. Para melhor compreender esse movimento, segue, sucintamente, detalhes das alterações da base material que se constituiu, especificamente, entre os anos de 2003 e 2015, as

quais vão contribuir para compreender os aspectos que influenciaram as formas de manifestações dos trabalhadores por meio do sindicato no período anunciado.

2.2.2.1 Breve panorama político-econômico produzido do decorrer dos anos 2000

Mesmo que as medidas do projeto neoliberal não tenham beneficiado as condições de vida dos trabalhadores, a ocorrência da Queda do Muro de Berlim, em 1989, propiciou que os movimentos com aproximação ao projeto de governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) estabelecessem contornos de distanciamento a uma proposta anticapitalista e, assim, se configurassem a uma perspectiva reacionária com desenvolvimento para superação da crise do capital.

Sendo assim, a apologética mistificação de Fukuyama, que dialogou com a ideia do fim da história, concluindo que não existiria mais socialismo versus capitalismo devido à Queda do Muro de Berlim, fomentou o encaminhamento de grupos socialistas e progressistas, em fase de desencanto, à aproximação ao ideário neoliberal com o mesmo pragmatismo existente nas intenções políticas do grupo conservador (ANTUNES, 2006).

Esse movimento supracitado ocorreu em diferentes países. A esquerda britânica, por exemplo, com Tony Blair, em 1997 viveu um processo de modernização no Partido Trabalhista inglês com abandono de seu caráter social-reformista e mostrando maior aproximação às características do Partido Democrático norte-americano. Levando em conta o desgaste do neoliberalismo tradicional de Margaret Thatcher (1979-1990) e Jonh Major (1990-1997), Tony Blair (1997-2007) se apoiou nos “novos” setores da burguesia britânica, com um caminho alternativo entre a social-democracia clássica e o neoliberalismo. Tal situação indicou um distanciamento das pautas trabalhistas e sindicais, eliminando qualquer indício que pudesse remeter ao socialismo. (ANTUNES, 2006).

No Brasil, a falta de sucesso do projeto neoliberal, permitiu que o Partido dos Trabalhadores (PT) ganhasse robustez e, sob significativas alterações em seus discursos, Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) conseguiu ganhar as eleições no ano de 2002, assumindo em 2003. Para compreender as mudanças de posicionamento do principal candidato do PT, o metalúrgico mais conhecido como Lula, destaca-se a sua manifestação em 1977, na Tribuna Metalúrgica, quando liderava o movimento da resistência dos trabalhadores:

[...] não arredaremos pé deste movimento porque nossa pretensão se firma em fato e é reconhecidamente justa. Haveremos de esgotar todos os recursos, correr todos os riscos, para cobrar a quem de direito aquilo que nos foi ilegalmente subtraído (Tribuna Metalúrgica, n. 43, setembro de 1977, p.3).

Da mesma forma, corrobora seu discurso em 1978, quando toma posse na direção do sindicato e expressa no ABCD Jornal, edição número 6 de 29 de abril a 6 de maio (1978, p. 2): “Depois de sete meses, cheguei lamentavelmente à conclusão de que a classe empresarial não quer negociar com seus trabalhadores, mas tirar toda sua força física, até a última gota de suor. Por isso, está na hora de deixar o diálogo de lado e partir para exigência. Sem medo de nada”. Percebe-se que, no período mencionado, cujo cenário demonstrava um movimento sindical combativo e político, os discursos do futuro candidato se caracterizavam em aproximação ao movimento estabelecido.

Os posicionamentos e discursos de Lula, bem como sua condição de ser um sindicalista, despertou nos trabalhadores brasileiros a esperança, segundo Antunes (2006), de resistência aos setores financeiros, à contenção do fluxo de capitais para o sistema financeiro internacional, ao combate do projeto da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), à recuperação da dignidade do salário mínimo, à luta contra os transgênicos, ao início da reforma agrária, entre outras questões que geraram calamidade à classe trabalhadora. Apesar de tais expectativas, foi observado após a posse de Lula, um processo de conciliação de classes mediante, por exemplo, à contínua subordinação aos setores financeiros, especialmente sem resistência ao pagamento de dívidas provenientes de altos juros do banco, tampouco sobre posicionamentos, discursos e ações provenientes de seu histórico no movimento sindical.

Antunes (2006, p. 13) ainda vai explicitar que “as forças de esquerda que se credenciaram para demover o neoliberalismo, quando chegam ao poder, frequentemente se tornam prisioneiras da engrenagem neoliberal”. Situação que configurou o cenário brasileiro com a chegada do PT e, por conseguinte, do Presidente Lula (2003-2010) ao poder.

Lula, em 2002, chegou a publicar uma carta aberta ao povo brasileiro e apresentou uma proposta de coalizão entre partidos e classes. Tranquilizou os especuladores internacionais, os credores da dívida externa brasileira e os empresários, com intenções de acalmar o mercado e capital financeiro nacional e internacional (NUCCI, 2013). Esse plano de alianças foi reforçado, inclusive, em uma entrevista fornecida, cuja retórica situou-se em defesa às críticas recebidas quando assumiu o poder:

É engraçado: quando a direita fazia articulação, estava tudo bem. Quando o ACM articulava para apoiar Fernando Henrique Cardoso, a imprensa o via como gênio, o gênio da política, o gênio que constrói. Quando éramos nós, a imprensa dizia: “Onde é que já se viu o PT conversar com essa gente?”. Mas nós conversamos. Nós tínhamos aprendido a fazer política e que, quando você faz uma política de coalizão, os aliados têm que participar do governo. E assim em qualquer democracia do mundo. E vai continuar a ser assim. Enquanto não tiver uma reforma política no Brasil, vai ser assim: quem ganhar, quem quiser governar, vai ter que conversar com o Congresso, vai ter que conversar com a Câmara, vai ter que conversar com o Senado, vai ter que conversar com o movimento sindical, vai ter que conversar com os empresários. E assim que se governa (LULA, 2013, p.19).

A defesa de Lula na entrevista deixa claro, pela sua concepção, que a situação de governança requeria um posicionamento distinto do que era atribuído enquanto um sindicalista, e que, portanto, não haveria possibilidades do seu governo se esquivar dos interesses mercadológicos, financeiros e empresariais, mesmo que ainda existisse diálogo com o movimento sindical.

Essa situação pode estar aproximada às discussões de Gramsci (2014), quando se refere ao determinismo mecânico e à contradição da consciência. Mesmo considerando a contradição inerente à sociedade capitalista, avalia como perigosa a circunstância de caso um subalterno venha se tornar dirigente e responsável pela atividade econômica de massa. Destaca que “Se ontem era irresponsável, já que era resistente a uma vontade “estranha”, hoje sente-se responsável, já que não é mais resistente, mas sim agente e necessariamente ativo e empreendedor” (GRAMSCI, 2014, p. 106). Reforça, portanto, a necessidade de uma unidade crítica como pressuposto para que a luta atinja maior distanciamento do determinismo mecânico e da contradição da consciência política da classe subalterna.

Na contramão de uma unidade crítica, portanto, o próprio PT, enquanto partido de massa, mostrou-se, por meio de uma matéria publicada no jornal “O Estado de São Paulo”, no ano de 2002, que o posicionamento apresentado pelo Presidente Lula, bem como pelo partido, estava aproximado das demandas da classe dirigente:

Em 23 anos, no lugar de fazer a revolução que sonhava para o Brasil, o PT se revolucionou a si mesmo [...] A metamorfose custou anos de discussões, mas lentamente a maioria do partido enrolou a bandeira do socialismo e adotou um programa moderado e nacionalista, sem rupturas e sobressaltos, dirigido a atrair o empresariado. Em fevereiro de 1980, o PT pedia a reforma agrária ampla sobre o controle dos trabalhadores, a educação e a saúde pública e gratuita. A palavra socialismo ingressou oficialmente no vocabulário petista em 1981, introduzida por Lula no Primeiro Encontro Nacional do PT. O discurso esquerdista foi a marca do PT nos anos seguintes. Em 1985 atacou o que em 2002 se transformaria em sua própria

bandeira: o pacto social. A flexibilização começaria antes das alianças com outros partidos. Em 1983, com o manifesto dos 113, se propôs um projeto que blindasse a direção petista contra as organizações da esquerda que atuavam no partido. Foi o surgimento daquilo que se transformaria na moderada “Articulação Unidade e Luta”, que sustenta Lula até o presente. Por proposta do grupo, o PT mudou a consigna de “governo dos trabalhadores” para “governo democrático popular”, abrindo o terreno para alianças [...]. Ainda mantinha posições históricas como o não pagamento da dívida externa, a ruptura com o FMI e as estatizações. Foi com esse programa que Lula se candidatou a presidente em 1989. Em 1994 foi derrotado por Cardoso e seu Plano Real [...]. Em 1998, tendo Brizola como candidato a vice-presidente, mas ainda longe do centro, Lula tentou um discurso a favor da estabilidade econômica. Abandonou-se a proposta de suspender o pagamento da dívida, mas o programa propunha ainda revisar as privatizações, um imposto sobre as empresas privatizadas e renegociar a dívida interna. Um erro que o PT não repetiu em 2002, quando definitivamente se vestiu de moderado, defendeu o pagamento das dívidas interna e externa, comprometeu-se a cumprir os contratos com as privatizadas e o acordo com o FMI (EDITORIAL, 2002, p. 6).

Pode-se considerar que o movimento político, econômico e ideológico proveniente da potência neoliberal no mundo, e nos anos de 1990 no Brasil, tocou também o ideário político do PT. De forma gradativa, portanto, associou às respostas sociais de recorte classista às propostas de interesse do capital e adotou estratégias que o permitiram assumir o poder. Como consequência, abandonou as intenções mais radicais que colocava os interesses do trabalhador em evidência.

Com efeito, os governos de Lula (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2016), tiveram alguns limites no que tange a melhoria ou transformação na vida dos trabalhadores brasileiros. A falta de um projeto acerca da alteração estrutural nas relações de trabalho foi o maior dos seus problemas. Sobre essa questão, o sociólogo Ricardo Antunes, em entrevista fornecida ao Instituto Humanitas Unisinos (IHU) em 26 de abril de 2014, considerou que, de fato, os números indicam que houve um aumento no campo do emprego formal, mas, em contrapartida, ainda foi observada uma enorme rotatividade da população ativa no país do novo proletário precarizado, subordinado a demasiada intensidade de trabalho. E, segundo o sociólogo, esperava-se que uma administração que viesse governar para os trabalhadores iria enfrentar a questão da superexploração do trabalho, as mortes no trabalho, os sofrimentos, as terceirizações e o emprego supérfluo, elementos que não foram tocados.

Apesar dos apontamentos supracitados, Pochmann (2013) vai indicar que houve no período do governo Lula um aumento de 54% no salário-mínimo em termos reais, uma queda, ainda que vulnerável, no desemprego e no trabalho informal. Além disso, o autor anunciou a

incorporação de mais de 12 milhões de famílias no programa Bolsa Família e a inclusão bancária e creditícia de milhões de brasileiros com a diminuição do endividamento público.

Em relação às superações nas condições do trabalho e na renda dos trabalhadores quando comparado ao período anterior ao governo PT, verificou-se que, entre os anos de 1981 e 2003, houve uma estagnação na renda dos brasileiros, com variação média anual de 0,2% e a situação geral do trabalho piorou em 14%, principalmente na taxa de ocupação e formalização dos empregos gerados, além da conservação da desigualdade na distribuição pessoal de renda, com redução do ritmo em 0,1%. Em um cenário diverso, constatou-se que, no ano de 2008, ocorreu uma ampliação da seguridade social para os grupos com baixa renda ou situação de vulnerabilidade. Foi verificado, por exemplo, que 10% dos grupos de sujeitos mais pobres tinham 25% de seus rendimentos dependentes das transferências monetárias e os 10% mais ricos tiveram 18% do rendimento per capita dos domicílios. Essa situação permitiu identificar que após trinta anos, 58,3% das famílias na base da pirâmide social receberam transferências monetárias, assim como 40,8% do total dos domicílios mais ricos do país. Houve, nesse cenário, um aumento de 7 vezes para as famílias de baixa renda e 1,7 para as famílias de maior rendimento (POCHMANN, 2013).

A conjuntura explicitada anteriormente indica que houve ações do governo PT expressas por um viés assistencialista, e de fato buscou amenizar as condições precárias do trabalhador, no entanto, sem uma alteração no processo produtivo e no tipo de trabalho, fato que manteve a classe trabalhadora sobre a mesma condição de subordinação. Antunes (2014) ajuda a compreender essa circunstância na medida em que ressalta o enriquecimento dos inúmeros setores empresariais proporcionado pelo respectivo governo, como os envolvidos na Copa FIFA, os grandes capitais do agronegócio, a produção de *commodities*, a transnacionalização da economia e o crescimento das empreiteiras, os quais definem uma política muito bem-sucedida aos grandes capitais.

No campo político, a dinâmica desenvolvida pelo governo PT no decorrer dos anos 2000 foi denominada como neodesenvolvimentismo. Para Boito Junior e Berringer (2013), esse novo termo representa a situação objetiva de busca pelo crescimento econômico do capitalismo brasileiro, sem romper com o projeto neoliberal ainda vigente no país. Segundo os autores, o prefixo “neo” dessa nova frente política brasileira se associa às diferenças encontradas entre o desenvolvimentismo de 1930 e 1980. Elucidam, portanto, que o neodesenvolvimentismo é oriundo do desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal, de modo que apresenta

significativas diferenças entre as duas formas de regime político. Dessa forma destacam seis diferenças:

O neodesenvolvimentismo (i) apresenta um crescimento econômico que, embora seja muito maior do que aquele verificado na década de 1990, é bem mais modesto que aquele propiciado pelo velho desenvolvimentismo; (ii) confere importância menor ao mercado interno; (iii) atribui importância menor à política de desenvolvimento do parque industrial local; (iv) aceita os constrangimentos da divisão internacional do trabalho, promovendo, em condições históricas novas, uma reativação da função primário exportadora do capitalismo brasileiro; (v) tem menor capacidade distributiva de renda e (vi) o novo desenvolvimentismo é dirigido por uma fração burguesa que perdeu toda veleidade de agir como força anti-imperialista [...] As taxas menores de crescimento do PIB são as taxas possíveis para um Estado que aceita abrir mão do investimento para poder rolar a dívida pública; o papel de menor importância ao mercado interno é decorrente da manutenção da abertura comercial; a função primário-exportadora é a opção de crescimento possível para uma política econômica que não pretende revogar a ofensiva que o imperialismo realizou contra o parque industrial brasileiro; e todas essas características impedem ou desestimulam uma política mais forte de distribuição de rendas (BOITO JUNIOR; BERRINGER, 2013, p. 2-3).

Juntamente a essa discussão acerca da política constituída no decorrer dos anos 2000, especialmente ao governo PT, pode-se destacar também que o referido governo permaneceu sob a influência e subordinação dos setores financeiros. Tal afirmação se mostra procedente à proporção que se percebe imbricadas as informações e intencionalidades presentes no Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001 – Luta contra a Pobreza e as ações dos governos que estiveram do poder (BANCO MUNDIAL, 2000).

Após o relatório acima mencionado indicar dados e justificativas da miséria e pobreza potencializada no mundo, apresentou como estratégias de contenção da pobreza: a) Incentivar investimentos privados eficazes; b) Expansão para os mercados internacionais; c) Criar um patrimônio para os pobres; d) Abordar as desigualdades baseadas no sexo, etnia, raça e posição social; e) Infraestrutura e informação para as áreas rurais e urbanas; f) Lançar as bases políticas e jurídicas para um desenvolvimento inclusivo; g) Criar administrações públicas que promovam o crescimento e a equidade; h) Promover a descentralização e o desenvolvimento comunitário; i) Promover a igualdade entre os sexos; j) Eliminar as barreiras sociais; k) Reforçar o capital social dos pobres. Além dos encaminhamentos estratégicos mostrados, ainda foram colocados em pauta outros aspectos como a Segurança e as Ações Internacionais como forma de reduzir a pobreza (BANCO MUNDIAL, 2000).

No primeiro mandato do governo Lula (2003-2006), a falta de recursos para investir em políticas públicas, orientou que as ações políticas fossem desenvolvidas, predominantemente,

sobre o corte de gastos e o aumento da exportação. Esforço que objetivou o cumprimento com o pagamento dos juros da dívida pública (FLEURY, 2003). Além disso, empenhou-se para aprovar a Reforma da Previdência, a Reforma Tributária e o projeto das Parcerias Público-Privadas (PPP). Ou seja, foi um período de governo eficiente quando comparado ao governo FHC, se estabelecida relação ao projeto neoliberal e ao fortalecimento do setor privado e financeiro (FREITAS, 2007).

Nota-se, portanto, que apesar de o PT ter se originado como um partido de massa da classe trabalhadora, quando assumiu o poder do Estado, que é parte da estrutura de dominação da classe dirigente, mobilizou esforços importantes em seu primeiro mandato para fortalecer a hegemonia burguesa. Situação que corrobora com as explicações de Malina (2016) quando explica os fundamentos gramscianos e ressalta que, o fato de a classe dirigida ocupar espaços no campo político, fruto de lutas contra-hegemônicas, não promove condições, como regra ou consequência, de dominação ou, ainda, de direção. Sendo assim, a classe dirigida e dominada não se torna hegemônica, simplesmente, por ocupar espaços políticos, tampouco é suficiente para abolir a sociedade de classes.

Essa condição observada no desempenho do governo do PT que, mesmo que tenha logrado do poder central da nação, ainda assim, demonstrou dificuldades em dar a direção política com base nas orientações previstas pelos interesses dos trabalhadores. Apesar de ter sido um movimento relevante para o grupo subalterno, a luta por hegemonia foi permanecida internamente, sem avanços significativos relacionados à autonomia e à emancipação da classe trabalhadora.

O governo Lula conduziu as políticas públicas para o grupo subalterno a partir da implementação de políticas assistencialistas e, mesmo que tenha mostrado similaridade ao governo FHC, indicou maior robustez e intervenção estatal financeira, característica de um governo neodesenvolvimentista. Sem se distanciar das propostas do documento do Banco Mundial, pautou-se na descentralização dos programas e das políticas, na maior participação comunitária, na focalização do público-alvo, na concentração do gasto social em investimentos mais do que em custeio e integração dos programas e políticas, ampliando seus efeitos sinérgicos (FREITAS, 2007).

Com base na regulamentação da Constituição Federal de 1988 sobre a Seguridade Social brasileira (saúde, previdência e assistência social), os programas que se sobrepuseram no primeiro mandato do governo Lula foram: a ampliação de financiamento para o Sistema Único

de Saúde (SUS) (1990); o Programa Fome Zero (2003); o Programa Bolsa Família (2003); e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (2005) (FREITAS, 2007).

Apesar de implementadas políticas sociais assistencialistas no primeiro mandato do governo Lula (2003-2006), ressalta-se que as possibilidades de consolidação de um novo projeto de desenvolvimento econômico do governo PT só se estabeleceram no seu segundo mandato, entre 2007 e 2010. Somente em meados de 2006 iniciou-se uma prática com maior intervenção do Estado nas decisões produtivas, econômicas, educacionais e sociais (LAMOSO, 2012).

Por evidências apontadas por Pochmann (2013), Antunes (2014), Freitas (2007) e Boito Junior e Berringer (2013), a questão do trabalho e da renda nos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) engendraram um contexto complexo e contraditório repleto de tensões inerentes ao modo de produção capitalista, sobretudo, no momento de crise. Identificou-se que, na medida em que destinaram políticas e ações para a classe trabalhadora com aumento do emprego, renda e políticas assistencialistas focalizadas para a parcela mais miserável da população, também subsidiaram significativamente a classe burguesa sem resistências em relação ao tipo de trabalho precarizado, flexível, terceirizado e superexplorado estabelecido para a expansão e enriquecimento das grandes empresas no processo de reestruturação produtiva, assim como previsto pelo documento do Banco Mundial – 2000.

Apesar da complexidade e contradição proveniente da base material estabelecida no período estudado, é fato que houve um desenvolvimento e ampliação do capital, especialmente entre meados de 2006 até 2011. Sobre tal movimento, Pinto (2016) aponta que após os anos de liquidez financeira internacional, entre 2002 e 2011, marcados pelas baixas taxas de juros nos países centrais, juntamente as trocas fixadas com o Brasil, com elevação de 37%, houve, a partir de 2012, conflitos na conjuntura mundial sinalizados pela deterioração externa, que, por consequência, atingiu a piora das contas públicas e a desaceleração da acumulação.

Pinto (2016, p.26) ainda ressalta as consequências políticas advindas de tal crise econômica:

[...] a frente política desenvolvimentista foi se desarticulando ao longo do primeiro mandato da presidenta Dilma, acirrando as tensões de classe tanto no âmbito do bloco no poder quanto no sistema político-partidário (cena política), uma vez que as condições que viabilizaram essa frente foram desfeitas. A presidenta teve de recuar em boa parte das medidas adotadas no início de seu mandato, com exceção das desonerações

Iniciou-se, dessa maneira, ao longo da segunda metade do primeiro mandato do governo Dilma (2011-2014) dificuldades em alavancar investimentos públicos e privados, o que gerou um ônus também no balanço de pagamento e na designação de renda mediante o fundo público (PINTO, 2016).

De acordo com Gramsci (2000), o Estado é, realmente, concebido como organismo próprio do grupo dirigente e dominante, de modo que empenha forças necessárias para expansão máximo desse grupo. Tal empenho se refere a um tipo de desenvolvimento que busca incorporar todas as energias nacionais, ou seja, a vida estatal coordena e incorpora, também, os interesses gerais dos grupos subordinados, formando equilíbrios instáveis entre os interesses do grupo dominante e do grupo dominado, todavia, esses equilíbrios fazem prevalecer os interesses do grupo dominante.

Em momentos de crise econômica, portanto, assim como manifestado no período do governo Dilma, há uma tendência de maiores perdas do grupo subordinado para prevalecer os interesses do grupo dominante. Não ao acaso, no respectivo período, houve maior influência de condições postas a partir da concepção político-econômica neoliberal, o que dificultou a manutenção da renda pelo fundo público e maior destinação de verbas para a amortização de juros, dívidas e investimento no setor privado.

Para elucidar essa situação supracitada, pode-se verificar o orçamento geral da União, no ano 2014, por exemplo, que destinou recursos insuficientes para os fins públicos, mas apresentou um total de gastos de R\$ 2,168 trilhões do tesouro nacional e 45,11% foram reservados para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública. Ou seja, R\$978 bilhões (BRASIL, 2014) dos recursos públicos foram designados aos bancos. Essa situação, marcada pelo fortalecimento do setor financeiro e privado, com maior destinação de recursos públicos ao setor privado, em tempos de crise, minguou as políticas de assistência social, inclusive àquelas concernentes à renda dos brasileiros.

A crise econômica associada à conjuntura neoliberal gerou, por consequência, um período de conflito político-econômico, de modo que as classes burguesas começaram a se posicionar insatisfeitas com o programa neoliberal adotado pelo governo no poder - PT, inclusive setores que foram significativamente beneficiados, como é o caso dos segmentos industrial e agronegócio (MACIEL, 2015).

No ano de 2015, portanto, mediante um movimento midiático nacional pró-*impeachment*, foi viabilizada uma plataforma pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), com o lançamento do documento “Uma ponte para o futuro”, do qual se

tomou como premissa o excesso de gasto com políticas públicas adotado pelo governo PT. Assim, anunciaram a necessidade de um ajuste fiscal por meio de cortes com gasto público (MANCIBO, 2017). Com efeito, na data de 12 de maio de 2016 a presidenta Dilma Rousseff sofreu o *impeachment* e realmente esse plano orquestrado pela classe burguesa obteve significativas vitórias, retirando importantes conquistas da classe trabalhadora.

Percebe-se, com isso, que o processo de luta por hegemonia, em tempos de crise do capital, manifestou-se sob forte empenho das classes burguesas para que seus interesses permanecessem prevalecidos e a sua hegemonia política, econômica, ideológica e, portanto, cultural continuassem dominantes. Para tal, os interesses dos grupos subalternos foram potencialmente prejudicados com esforços relevantes da atuação estatal.

Compreendido o movimento estabelecido na sociedade civil e na sociedade política entre os anos de 2003 a 2015, pretende-se apresentar, a seguir, as manifestações contidas no sindicalismo brasileiro, no respectivo período, enquanto parte desse processo.

2.2.3 O sindicalismo brasileiro no governo PT: dos progressos aos regressos

Para elucidar o movimento sindical brasileiro no decorrer dos anos 2000, cabe situar, assim como apresentado no item anterior, que esse período teve significativa presença administrativa do governo PT que, apesar de ser caracterizado socialmente e pelo próprio partido como um partido de massa que possuiu uma concepção de mundo que buscou defender os interesses da classe trabalhadora, demonstrou com sua ascensão no poder relevante aproximação, inclusive mediante ações e implementações de políticas, a um tipo de política de desenvolvimento vinculada ao capital financeiro e privado.

Esse cenário supracitado pode ser reforçado e elucidado, por exemplo, pelas discussões do PT na Câmara em defesa dos fundos de pensão relacionados ao setor financeiro. Uma entrevista associada ao Fundo de pensão dos Funcionários do Banespa (Banesprev) foi concedida à Jardim (2007) e em uma das afirmações foi mencionado que “a cultura dos fundos de pensão sempre esteve presente na agenda de uma pequena elite do PT. Foi o pessoal do PT quem fincou esse debate na Câmara” (p. 58).

Em conformidade ao PT, o movimento sindical brasileiro apontou contribuições nesse processo de avanço do setor financeiro a partir do desenvolvimento público à medida que as lideranças sindicais tentaram promover um casamento entre capital e trabalho, sob o discurso de utilizar o mercado e o setor financeiro a favor do assalariado. Havia um núcleo duro de

sindicalistas para disseminar essa ideia. A expressão desse movimento foi identificada quando a CUT e a Força Sindical (FS) passaram a reivindicar a criação de sistema de previdência complementar privada para seus associados (JARDIM, 2008).

No ano de 2003 e 2005, portanto, no governo Lula, houve duas reformas a partir de emendas constitucionais (41/2003 e 47/2005) em que com foco no serviço público, as respectivas medidas introduziram os planos previdenciários complementares: os fundos de pensão. Para reforçar essa perspectiva do governo PT na atuação previdenciária via setor financeiro, explicita-se que em abril de 2012 a presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei 12.618/2012, cujas normas viabilizaram o fim da integralidade da aposentadoria, com a fixação de um teto de R\$ 3.600 e criou o Fundo de Previdência Complementar dos Servidores Públicos (Funpresp) (SÓRIA, 2014).

O PT, com o auxílio das centrais sindicais, especialmente da CUT e da FS, estabeleceu aproximação ao desenvolvimento do setor financeiro via fundos de pensão, alicerçado ao discurso de favorecimento do trabalhador assalariado. No entanto, verificou-se que as ações por tal concepção retiraram direitos dos trabalhadores mediante o fim da integralidade da aposentadoria beneficiando, exclusivamente, o setor financeiro, haja vista a necessidade de complementação via fundos de pensão. Ou seja, o que poderia ser uma escolha do trabalhador, se configurou em necessidade.

Apesar dessa perspectiva de aproximação do PT e da CUT ao setor financeiro, em certa medida, expressar surpresa, Sória (2014) vai revelar que não existiram mudanças teórico-ideológicas em relação ao seu projeto societário. A autora vai expressar que mesmo que se tenha percebido variações e inflexões, tanto da CUT quanto do PT, relativas à conjuntura política no período de governo FHC, por exemplo, o projeto societário não indicava alteração em suas concepções.

A CUT e o PT posicionaram-se contrariamente aos planos de reforma e previdência dos chamados tucanos nos anos de 1990 (como no caso do documento final da Concut – Congresso Nacional da CUT - quando fizeram resistência contra a reforma neoliberal e privatista da previdência tucana, bem como em 1998, quando o partido votou contra a proposta de Emenda à Constituição que permitia a instituição de fundos de pensão fechados no setor público), mas quando o PT assumiu o poder, mudaram de posicionamento com aprovação de uma reforma aproximada à proposta do governo FHC. José Dirceu, ministro da Casa Civil, afirmou que o PT sempre compreendeu a previdência como foi feita a reforma (SÓRIA, 2014). Tal discurso indicou que, assim como explicitou Jardim (2007), não houve alteração teórico-ideológica do

PT e da CUT em relação aos fundos de pensão e à previdência, mas sim inflexões no debate político com o governo tucano.

Em relação à previdência complementar, a Proposta de Emenda Constitucional, popularmente conhecida como PEC, original do governo FHC não propunha nada diferente das propostas cutistas e petistas. Todavia, a maneira com que a CUT e o PT apresentaram sua concepção teórico-ideológica acerca da previdência e dos fundos de pensão fizeram com que muitos trabalhadores aceitassem a proposta, haja vista que nunca viveram outra maneira de organização previdenciária. Diante disso, encararam esse movimento de maneira positiva (SÓRIA, 2014).

Cenário que indica uma tendência do sindicalismo brasileiro no decorrer dos anos 2000, sob influência do PT, com proposituras privatistas aproximadas às prerrogativas do liberalismo. Com isso, verificou-se certa dependência intelectual e ideológica da hegemonia burguesa desenvolvida a partir do revigoramento do organismo financeiro para o desenvolvimento do setor público. Pelas fontes bibliográficas vistas anteriormente, esse cenário manifestou consentimento da classe subalterna, que demonstrou certo obscurantismo para ao menos elaborar possibilidades de avanço da transformação do grupo subalterno em dominante. Fato que reforça o movimento sindical do país associado ao sindicalismo teórico.

Apesar dessa tendência da CUT e do PT, a partir do favorecimento das reformas e da política de aproximação ao setor financeiro, esse movimento não foi homogêneo e provocou insatisfações no interior do próprio movimento sindical. Destaca-se, sobre esses conflitos internos das entidades representativas, as divergências em torno da mudança de posição do sindicalismo petroleiro vinculado à CUT sobre o plano de benefício e a cobrança de dívidas da patrocinadora Petros e o rachamento na Federação Única dos Petroleiros (FUP), mediante a formação da Frente Nacional dos Petroleiros (FNP) que passaria a disputar os sindicatos da categoria. Cabe salientar que, no ano de 2000, existiram ações da FUP voltadas para o pagamento de dívidas da Petros (SÓRIA, 2014). Explicita-se, diante disso, que “o sindicalismo da CUT, na forma da FUP, estaria mesmo disposto a reformar o fundo de pensão de modo a ajustá-lo ainda mais à dinâmica do mercado” (p. 362).

A prioridade do sindicalismo-CUT, ou de seu núcleo dirigente, a “elite sindical dos fundos de pensão” mostrou-se predominante em torno do fortalecimento dos fundos enquanto concentradores e geradores de riquezas, em um grau até superior à atividade fim dos fundos que seria a provisão de benefícios previdenciários. Todavia, no interior do sindicalismo dos bancários, por exemplo, a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro

(Contraf)-CUT sofreu oposição por meio do Movimento Nacional de Oposição Bancária (MNOB)/Conlutas, diante de seus posicionamentos favoráveis ao setor financeiro em detrimento aos trabalhadores (SÓRIA, 2014).

Sendo assim, percebe-se que, mesmo que tenha sido evidente o domínio e fortalecimento da hegemonia liberal na direção e orientação do sindicalismo brasileiro no decorrer dos anos 2000, houve, no interior dos próprios sindicatos, enfrentamentos a tais direcionamentos e a organização de movimentos contra-hegemônicos com importante influência de grupos da classe subalterna, como é o caso da Conlutas. Considera-se, portanto, que o sindicalismo, enquanto aparelho privado de hegemonia, manifestou-se, no período investigado, como um instrumento de disputa por hegemonia, haja vista as manifestações de grupos que foram oposições ao movimento hegemônico que permeou a luta sindical e criaram proposituras sob um viés subsidiado por prerrogativas publicistas e mais solidárias

Em conformidade com a análise comentada, Sória (2014) vai considerar que o sindicalismo teve um papel decisivo na viabilização (ou não) das reformas previdenciárias, tendo em conta a potência do movimento sindical e a ideologia que subsidiou ou inspirou suas ações. Esse processo de disputa político-ideológica no interior do movimento sindical, propiciou condições de avigorar um sistema previdenciário público estatal amplo e generoso, inclusive, quando se percebeu um movimento sindical poderoso, pautado ideologicamente por valores próprios do “estatismo”. Contudo, não pareceu ser o caso do sindicalismo-CUT a partir do decorrer dos anos 2000, o qual pareceu permeável às propostas e iniciativas do mercado.

Para apreender a materialidade do processo de conciliação entre os governos petistas e o sindicalismo brasileiro, é importante acessar como ocorreu esse movimento. Braga (2014) vai ressaltar que, no primeiro mandato do governo Lula, aproximadamente metade dos cargos superiores de direção e assessoramento – cerca de 1300 cargos – foram ocupados por sindicalistas, além de ocuparem, também, posições estratégicas nos fundos de pensão das empresas estatais. A Petrobras, Furnas Centrais Elétricas e o Conselho Administrativo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foram entidades de grande prestígio, assumidas pelos sindicalistas.

Outra situação de importante destaque em relação ao processo de parceria entre o sindicalismo e o governo PT foi a reforma sindical ocorrida no governo Lula, mediante a Proposta de Emenda à Constituição nº 369 de 2005. Tal regulamentação viabilizou o aumento do imposto sindical, de forma que propiciou a transferência de 100 milhões de reais para as organizações reivindicativas. Circunstância que reforça a estratégia estatal para consolidar a

colaboração entre Governo e sindicato em prol do investimento capitalista do país (BRAGA, 2014).

O Sindicato dos Bancários de São Paulo, assim como inúmeros sindicatos filiados à CUT, exemplificam o movimento desse processo. O respectivo sindicato alinhou-se desde o início do governo as premissas e estratégia do governo Lula. Foi, inclusive, por meio da cúpula dos bancários de São Paulo que foi afiançada a relação entre a burocracia sindical petista e o capital financeiro, haja vista que os setores da burocracia sindical se transformaram em gestores dos fundos de pensão e dos fundos salariais dos funcionários do Banco do Brasil (a Previ), da Petrobrás (a Petros) e da Caixa Econômica Federal (a Funcef) (BRAGA, 2014).

Há argumentos que sustentam a ideia de que a sistematização de liquidez e rentabilidade dos ativos financeiros dos fundos pelos sindicalistas que assumiram as gestões tenha gerado emprego e renda aos trabalhadores, além de um papel importante na seleção de investimentos ecologicamente sustentáveis. Entretanto, o contraponto indica estratégias de fusões e aquisições de empresas no país, o financiamento da oligopolização econômica com efeitos de intensificação de trabalho, o enfraquecimento da negociação dos trabalhadores e o enxugamento dos setores administrativos das empresas, além da crescente participação de projetos duvidosos de infraestrutura, como o caso da usina Belo Monte, uma das principais preocupações dos ambientalistas brasileiros. Os fundos de pensão administrados pelos sindicalistas transformaram-se em peças-chave para o modelo de desenvolvimento brasileiro no período do governo do PT. Por meio de entrevistas com dirigentes sindicalistas, a opinião era predominantemente favorável ao governo Lula, com a justificativa de comparação com o governo FHC (BRAGA, 2014).

Essa dificuldade de alteração do status quo e de contrapor a hegemonia vigente, pode estar associada à organização teórico-prática para que o grupo subalterno atinja certo nível de criticidade que o permita não apenas reproduzir o que é menos ruim, mas compreender a realidade e elaborar um esquema que eleve a capacidade de progresso do grupo subalterno em se tornar dirigente:

É por isso que deve-se chamar atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa, para além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos. [...] Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se distingue e não se torna independente “para si” sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas especializadas na elaboração conceitual e filosófica. Mas este processo de criação dos intelectuais é longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e de recuos, de debandadas e de reagrupamentos (GRAMSCI, 2000, p. 104).

Se estabelecermos mediações ao cenário investigado, considerando o PT enquanto partido de massa da classe subalterna e o sindicalismo como instrumento de luta do respectivo grupo, considera-se que as contradições presentes nos governos do PT, bem como sua influência no interior do movimento sindical, especialmente pela manutenção e fortalecimento da hegemonia vigente, pode estar relacionada, dentre tantas questões, ao reduzido empenho em criar uma unidade teórico-prática a partir de uma elite de intelectuais da classe trabalhadora que pudesse avançar filosoficamente na perspectiva de tornar uma massa humana independente “para si”. Tal situação contribuiu para o avanço do capital por meio dos fundos de pensão e o prejuízo dos trabalhadores que foram se distanciando gradativamente de um projeto de fundo de pensão público e solidário.

As contradições presentes na hegemonia populista do governo PT, mediante a acumulação produtiva, a regulamentação trabalhista, a aproximação e complementação dos sindicatos brasileiros, mostraram respostas de insatisfação massificada especialmente a partir de 2011. No referido ano verificaram-se greves e paralisações na indústria da construção civil, atingindo algumas obras principais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal. Sobre tal situação cita-se a paralisação de:

22 mil trabalhadores parados na hidrelétrica de Jirau e 16 mil na hidrelétrica de Santo Antônio, ambas em Rondônia; alguns milhares na hidrelétrica de São Domingos, em Mato Grosso do Sul; 80 mil trabalhadores grevistas em diferentes frentes de trabalho na Bahia e no Ceará; dezenas de milhares no complexo petroquímico de Suape em Pernambuco, e por aí vai... Tudo somado, o Dieese calculou em 170 mil o número de trabalhadores que somente em março de 2011, cruzaram os braços. Podemos mencionar ainda outras importantes greves nacionais ocorridas em 2011, como a dos bancários – com ampla participação dos teleoperadores terceirizados pelos bancos – e a dos trabalhadores dos correios, por exemplo, o impulso grevista permaneceu ativo em 2012. Nas obras de Belo Monte, cerca de 7 mil trabalhadores espalhados por todas as frentes de trabalho da usina hidrelétrica cruzaram os braços por 12 dias. No Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), localizado em Itaboraí, pelo menos 15 mil trabalhadores entraram em greve no dia 9 de abril, permanecendo 31 dias parados (BRAGA, 2014, p. 398).

Ressalta-se que as insatisfações e motivações operárias se pautaram em reajuste de salários, adicional de periculosidade, equiparação salarial para as mesmas funções, direito de voltar para as regiões de origem a cada noventa dias, fim dos maus-tratos, melhoria da segurança, da estrutura sanitária e da alimentação dos alojamentos. Percebe-se, portanto, motivações aproximadas ao velho regime de trabalho fabril, agora ampliado pelas terceirizações e subcontratações (BRAGA, 2014).

Essa situação corrobora com as explicações de Malina (2016), quando apoiado aos fundamentos gramscianos sobre a hegemonia e os intelectuais, afirma que certos alcances de poder da classe dirigida, fruto de uma luta contra-hegemônica, não a faz dirigente, tampouco dominante.

Pochmant (2013) auxilia em tal compreensão à medida que aponta que o governo do PT, de fato, se desenvolveu a partir de uma tendência progressista, especialmente no que desrespeito às condições da renda dos trabalhadores. No entanto, quando se identificou os aspectos estruturantes do trabalho, a partir de Antunes (2014), e o movimento sindical brasileiro de forma geral, por meio de Braga (2014) e Sória (2014), observou-se que a manutenção e o fortalecimento da hegemonia burguesa baseada no neoliberalismo foram predominantes, de modo que se criaram “novos” impasses para o avanço cultural proveniente dos impulsos dos trabalhadores.

Mas, assim como já anunciado anteriormente sobre a disputa por hegemonia no interior dos próprios sindicatos, da mesma maneira que a CUT alterou seu posicionamento ideológico quando o PT chegou ao poder, se afastando de ações de resistência ao governo, especialmente sua corrente majoritária, existiu nas correntes minoritárias a resistência ao neoliberalismo. Diante disso, houve importantes iniciativas das centrais sindicais no primeiro mandato do

governo Lula, como a campanha nacional pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário, em 2004. Participou dessa ação a CUT, a FS, a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), a Social Democracia Sindical (SDS), a Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT), e a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) (GALVÃO, 2013). No ano de 2007, a CGT, a SDS e a CAT fundiram-se na União Geral dos Trabalhadores (UGT) (GALVÃO, 2009).

Ainda que a CUT tenha participado de reivindicações pontuais no período do governo Lula a partir de iniciativas favoráveis aos direitos e melhoria dos trabalhadores, verificou-se que a respectiva entidade não assumiu uma posição de confronto ao governo na Reforma da Previdência em 2003, além de ter defendido a negociação de pontos polêmicos, como a oposição à greve convocada por entidades dos servidores, grande parte vinculadas a ela. Esse fato implicou em conflitos entre os dirigentes cutistas e as correntes minoritárias da Central, os quais passaram acusá-la de governista (GALVÃO, 2013).

Esse conflito no interior da Central Sindical provocou a desfiliação e a cisão de correntes de esquerda que consideravam que a CUT vinha indicando uma prática hegemônica e governista. Em consequência desse processo, foi criada a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), a partir do Movimento por uma Tendência Socialista (MTS), em 2004; a constituição da Intersindical, em 2006, pela Frente da Esquerda Socialista (FES); e a origem da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), em 2007, pela Corrente Sindical Classista (CSC) (GALVÃO, 2013).

Com isso, nota-se a criação de grupos contra-hegemônicos no interior dos sindicatos para combater o fortalecimento da hegemonia neoliberal. Apesar disso, o governo Lula, em seu segundo mandato, conseguiu aproximação de uma parte significativa do movimento sindical, não somente da CUT, mas também da FS que era oposição ao seu governo. A conformidade da FS com o governo foi mediada pela nomeação de um de seus principais dirigentes, Luiz Antônio de Medeiros, para o cargo de secretário de Relações de Trabalho, do Ministério de Trabalho e Emprego. E, mesmo que o governo PT movimentasse o debate sobre a proposta de flexibilização das relações de trabalho de contratos atípicos, a FS mudou o posicionamento que tinha no período do governo FHC e passou a defender a proposta de flexibilização do governo PT (GALVÃO, 2013).

Em relação a esse cenário de enfrentamento e conciliação das diferentes entidades representativas no governo Lula, existiu desde o seu primeiro mandato, a intenção de realizar a reforma sindical em um primeiro momento e a reforma trabalhista posteriormente. Galvão (2007) explica que Lula iniciou os debates no Fórum Nacional do Trabalho (FNT) anunciando

ser necessário realizar o fortalecimento dos sindicatos, para depois negociar a reforma trabalhista.

Sobre a reforma sindical, após discussões no FNT sobre a composição de representantes do Estado, trabalhadores e empresários em oito grupos temáticos – organização sindical, negociação coletiva, sistema de composição de conflitos, legislação do trabalho, organização administrativa e judiciária do trabalho, normas administrativas sobre condições de trabalho, qualificação e certificação profissional, micro e pequenas empresas, autogestão e informalidade – foram encaminhados para apreciação do governo o Relatório Final da Reforma Sindical em 2004. Tal relatório seria aproveitado na redação final da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 369/05 (SANTOS, 2008).

Para conhecimento dos pontos apresentados na PEC 369/05 segue a descrição abaixo:

A PEC 369/05 principia-se tratando da representatividade nas mais variadas gradações sindicais. A agregação de trabalhadores e de empregados definir-se-ia pelos critérios de setor econômico e/ou ramo de atividade, de acordo com o definido pelo Conselho Nacional de Relações do Trabalho (CNRT). A representatividade seria conceituada como de natureza comprovada (se atendidos os pré-requisitos dispostos na PEC) ou de natureza derivada (caso as centrais sindicais, confederações e federações do mesmo ramo econômico – e com número de trabalhadores sindicalizados superior ao mínimo necessário para o reconhecimento da representatividade – por ventura empregassem o excedente dessa representação na criação de novos sindicatos). Estes novos sindicatos deveriam atrelar-se as centrais, confederações e federações que utilizariam a representação excedente na criação de um ou mais sindicatos. As receitas das entidades sindicais passariam a ser: 1. Contribuição associativa, 2. Contribuição de negociação coletiva, 3. Frutos do rendimento de seu patrimônio, 4. Doação e legados [...] A contribuição associativa teria teto estipulado de 1% da remuneração do ano anterior do trabalhador [...] Estas contribuições seriam rateadas da seguinte forma: 10% para as centrais sindicais; 5% para as confederações; 10% para as federações; 70% para os sindicatos; 5% para o Fundo Solidário de Promoção Sindical (FSPS), que custearia as atividades do CNRT (SANTOS, 2008, p. 102, 103, 104).

Além dos pontos anunciados acima, outras questões também foram abordadas na PEC, como a estipulação do percentual e/ou do número de trabalhadores para legalização das Centrais, Confederações, Federações e representação nos locais de trabalho e algumas implicações sobre o direito de greve (SANTOS, 2008).

Mesmo que parte do relatório tenha sido constituído na PEC 369/05 e discutido entre grupos de representantes do Estado, empresariado e sindicalistas, Santos (2008) e Galvão (2009) explicitam que não houve um cenário favorável para aprovação da respectiva PEC, tanto em relação aos empresários quanto das entidades sindicais. Uma das questões que convergiam

o conflito entre Estado, empresários e entidades sindicais era o fato de o governo tratar a reforma sindical com prioridade em relação à reforma trabalhista.

Mesmo que o governo tenha conquistado a aproximação da CUT e FS, e também o fato da PEC favorecer o financiamento das centrais, Branco (2006) vai reforçar que a resistência das forças de esquerda e do sistema confederativo, bem como a paralisação da agenda governamental desde 2005, haja vista as denúncias de corrupção, promovendo a desistência do governo em dar sequência à tramitação da reforma sindical no Congresso. Diante desse cenário, o governo, à época, substituiu uma reforma ampla por duas medidas provisórias. Uma viabilizava a criação do Conselho Nacional de Relações de Trabalho, para tratar do registro, financiamento e representatividade dos sindicatos, e a outra reconheceria legalmente as centrais sindicais que comprovassem a filiação mínima de 100 sindicatos.

Em 2007 houve negociação entre o Ministério do Trabalho e Emprego e as Centrais Sindicais sobre as questões de critérios de representatividade e acerca dos repasses da contribuição sindical (GALVÃO, 2009). Essa situação mostra que de alguma maneira o governo intencionava articular um movimento conciliatório e de controle acerca das entidades sindicais para que, posteriormente, fosse possível realizar gradativamente a reforma trabalhista.

Distante de se suspender a reforma trabalhista, ao levar em consideração os conflitos indicados no governo Lula, Galvão (2007) aborda que esse processo foi consumado paulatina e sutilmente, assim como ocorreu as alterações no campo sindical, e sem debates. Mesmo sobre posicionamentos contrários, não houve interrupção ou enfrentamento por parte do governo acerca da flexibilização de direitos, mesmo que tenha feito em ritmo mais lento que o governo FHC.

Ademais, foram regulamentadas medidas que viabilizaram a redução do papel fiscal na autuação das empresas, com a ampliação de possibilidades de infrações desse setor, como é o caso da Lei 11.457/2007 e a emenda 3 do projeto de lei do ex-senador Ney Suassuna (PMDB-PB), a qual coibiu a fiscalização do trabalho, na medida em que remeteu para a Justiça do Trabalho a comprovação do vínculo empregatício, impedindo os fiscais de autuar os infratores. No âmbito do funcionalismo público, também houve significativos conflitos, pois foram instauradas mesas de negociação para se discutir reajustes salariais e plano de cargo e carreira, e os servidores reclamavam que não eram efetivamente ouvidos, além de que muitos acordos firmados não eram cumpridos (GALVÃO, 2009).

A repercussão das ações do governo com relação aos direitos dos trabalhadores se manifestou no âmbito sindical de forma conflitante mediante o desenvolvimento de um

processo fragmentado no campo das Centrais Sindicais. Para além das relações estabelecidas de conciliação e resistência das centrais sindicais, foi demonstrado por meio de protestos organizados pelas próprias Centrais (em abril de 2007), que mesmo sob o levantamento da mesma palavra de ordem “Nenhum direito a menos, só direitos a mais”, existiram posicionamentos e discursos distintos. Enquanto a Conlutas mobilizava suas bases contra as reformas neoliberais de Lula, a CUT concentrou suas bandeiras na defesa do veto à emenda 3. Esse distanciamento se intensificaria posteriormente, à proporção que a Conlutas, Intersindical, MST e as pastorais sociais, mediante a criação do Fórum Nacional de Mobilização contra as Reformas, organizaram a marcha contra as reformas em outubro e, apenas em dezembro a CUT, FS, UGT, NCST, e CTB encaminhariam outra manifestação, a 4ª Marcha da Classe Trabalhadora (GALVÃO 2009).

Evidencia-se, portanto, que a luta por hegemonia no interior do sindicalismo brasileiro em meados da primeira década dos anos 2000 circunscreveu uma situação de fragmentação e conflito interno das centrais sindicais, sob relevante interferência e controle do governo Lula por meio de troca de interesses. Essa situação provocou dificuldades de enfrentamento às políticas neoliberais, de modo que foram mais pronunciadas no movimento da CUT e da FS. Apesar disso, o movimento contra-hegemônico manifestado, principalmente, pela Conlutas e pela Intersindical, contra as pautas neoliberais, não permitiu uma concepção unilateral, pacífica e servil em relação à hegemonia vigente.

Essa dificuldade da classe trabalhadora em avançar no processo de uma nova concepção de mundo pode ser explicada por Gramsci (2014), à medida que o autor discute os impasses em substituir às velhas concepções, ou ainda, em combinar o velho e o novo. Em seus termos, argumenta que:

Na realidade, estes elementos variam de acordo com o grupo social e com o nível cultural do referido grupo. Mas, a pesquisa é interessante, sobretudo no que diz respeito às massas populares, que mais dificilmente mudam de concepção e que em todo caso, jamais a mudam aceitando a nova concepção em sua forma “pura”, por assim dizer, mas – apenas e sempre – como combinação mais ou menos heteróclita e bizarra. [...] Estas considerações, contudo, conduzem à conclusão de que as novas convicções estão em contradição com as convicções (igualmente novas) ortodoxas, socialmente conformistas de acordo com os interesses das classes dominantes (p. 108-110).

Ou seja, há, historicamente, dificuldades da classe subalterna em aceitar uma nova concepção de mundo para seu desenvolvimento. Mas, mais do que isso, as combinações estabelecidas entre o velho e o novo ou as convicções aceitas pareceram conformar-se com os

interesses da classe dirigente. Fundamento que explica a dificuldade do PT e do sindicalismo brasileiro em sistematizar um movimento teórico-prático a partir de novas convicções que tenham como premissa a autonomia, a independência e o domínio dos trabalhadores. Contrariamente, o presidente Lula (2003-2010), em seu governo, fortaleceu as convicções ortodoxas que indicaram favorecer a hegemonia burguesa, inclusive com interferência direta no movimento sindical.

As condições políticas, econômicas e sociais nos mandatos do governo Lula permitiram interferências importantes do governo na organização sindical, de forma que estabeleceram uma relação de parceria. Todavia, o movimento amplo dos governos de Dilma Roussef (2011-2016), marcado pela Nova Matriz Econômica (NME) e, contraditoriamente, por um processo de desaceleração econômica e estagnação seguida de recessão, foi assinalado por singularidades no processo de disputa por hegemonia, inclusive no âmbito sindical.

As consequências recorrentes da falta de estabilização, do crescimento dos juros e da dívida pública do governo Dilma (2011-2016), juntamente ao movimento midiático, implicaram no que Campos (2019) vai expressar como “estelionato eleitoral”, tendo em conta as dificuldades de se cumprir as propostas de governo que pudessem favorecer, em certa medida, a classe trabalhadora. Com isso, percebeu-se a ocorrência de um significativo afastamento da respectiva classe.

Os movimentos sociais, bem como o sindicalismo, manifestaram um distanciamento da letargia vivida nos governos anteriores. Em 2012 foram realizadas 877 greves, inclusive fora do movimento sindical, provenientes de categorias tradicionais como os docentes universitários e os bancários. Em 2013, as grandes capitais viveram protestos juvenis contra o aumento na passagem do transporte público, que agregaram outros movimentos de esquerda, reunindo, em São Paulo, 20 mil pessoas que foram fortemente reprimidas pela Polícia Militar, fato que favoreceu o descontentamento da classe trabalhadora. Além dessa manifestação em São Paulo, na outra semana, 2 milhões de pessoas foram às ruas com protestos a favor da educação, saúde, transporte público, segurança nos “padrões FIFA”, entre outras reivindicações. As Centrais Sindicais também se manifestaram e convocaram dois dias de paralisação. De modo geral, foram computadas no respectivo ano 2050 greves, superando os anos de 1980 (CAMPOS, 2019).

Apesar do cenário de protestos nos anos de 2012 e 2013 contra as medidas do governo PT, as eleições de 2014 foram definidas pela vitória de Dilma Roussef (2011-2016), mas com um resultado acirrado. Diante da conjuntura estabelecida, foram impetrados pedidos de

impeachment, além de manifestações por intervenção militar de partidos de direita. Tais protestos contaram com a participação de movimentos sociais de direita, como os Movimentos Brasil Livre e Vem para Rua, e de sindicatos como FS e CGTB. Ressalta-se que a FS rompeu com o governo Dilma e apoiou Aécio Neves, candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), oposição do governo nas eleições (CAMPOS, 2019).

Tendo em conta as reações ocorridas pós eleições de 2014, com significativa relevância para encaminhamento de um golpe, o PT, PCdoB, CUT e CTB organizaram uma manifestação em apoio ao governo de Dilma Rousseff (2011-2016) e contra o golpe. Não obstante, as manifestações denominadas “Verde-Amarelo”, sucedidas dois dias depois, obtiveram um movimento intensificado por todo país, reunindo milhares de pessoas. Em continuidade desse cenário, o ano de 2015 foi marcado por manifestações de ambos os lados e, em relação à contrariedade ao impeachment, mais algumas Centrais Sindicais passaram a se posicionar, como é o caso da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) e a Intersindical-Central. Todavia, a Intersindical-Instrumento e a CSP-Conlutas não se manifestaram sob o entendimento que essa era uma situação que não cabia aos trabalhadores (CAMPOS, 2019).

Ainda que tenha ocorrido uma relevante mobilização das Centrais Sindicais para impulsionar as bases para protestos contra o golpe jurídico-parlamentar, considera-se que não houve sensibilização suficiente das massas. Diante disso, foram criadas duas frentes de partidos e movimentos sociais: a Frente Brasil Popular (FBP), composta pelo PT, PCdoB, Partido da Causa Operária (PCO), MST, União Nacional dos Estudantes (UNE), CUT e CTB; e a Frente Povo Sem Medo (FPSM), formada pelo Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), PSOL e Intersindical-Central juntamente a outros movimentos sociais (CAMPOS, 2019).

Nota-se, portanto, que a crise econômica mundial com repercussões no governo de Dilma Rousseff (2011-2016) promoveu uma crise política que viabilizou um cenário de manifestações “espontâneas” e, em certa medida, perigosas e desorientadas. Inicialmente, grupos da classe subalterna se desvincularam da parceria com o governo PT, no entanto, ao perceberem movimentos de massa da classe dominante organizados, com pautas de desfavorecimento da classe subalterna, a disputa por hegemonia se deslocou do interior dos sindicatos para os movimentos que perpassaram a sociedade política e a sociedade civil como um todo.

Esse processo complexo e desorientado pode ser compreendido a partir de Gramsci (2000), à medida que elucida que:

O processo é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas [...]. A crise cria situações imediatas perigosas, já que os diversos estratos da população não possuem a mesma capacidade de se orientar rapidamente e de se reorganizar com o mesmo ritmo. A classe dirigente tradicional, que tem um numeroso pessoal treinado, muda homens e programas e retoma o controle que lhe fugia com uma rapidez maior do que a que se verifica entre as classes subalternas; faz talvez sacrifícios, expõe-se a um futuro obscuro com promessas demagógicas, mas mantém o poder, reforça-o momentaneamente e dele se serve para esmagar o adversário e desbaratar seus dirigentes, que não podem ser muito numerosos nem adequadamente treinados (p. 60-61).

Ou seja, a crise de hegemonia da classe dirigente está vinculada a um declínio no modo de viver e de pensar. As consequências desse processo são inesperadas e podem ser perigosas para a classe subalterna, já que se refere a um movimento que tende a se manifestar a partir de sistematizações distintas e em tempos diferentes. A classe dirigente possui melhor estrutura, organização e treinamento para recuperar o controle e continuar a dar a direção da sociedade civil e da sociedade política.

Em mediação à crise político-econômica com repercussões no Brasil, pode-se observar que o PT alicerçou seu governo em bases teórico-práticas hegemônicas, mediante trocas de interesses associadas ao avanço do capital. Tal sistematização criou problemas em torno da consciência política coletiva da classe subalterna, de modo que, a falta de organização das massas populares, já que seu desenvolvimento ocorreu predominantemente sobre as bases neoliberais, criou um cenário desorientado no processo de crise de hegemonia, de forma que o sindicalismo e as frentes sindicais mudaram de posicionamento e organização entre os anos de 2012 e 2014.

Isso porque as classes burguesas rapidamente se desenvolveram no interior da sociedade civil e da sociedade política, haja vista o movimento de massa que surgiu a partir de 2012 e a conquista do *impeachment*, os quais viabilizaram um novo programa político-econômico a partir da atuação de intelectuais orgânicos da burguesia no parlamento para retomar o controle e progresso do neoliberalismo às custas dos sacrifícios dos trabalhadores brasileiros.

No ano de 2014 os movimentos sociais, bem como o movimento sindical, criaram maior unidade no processo de disputa por hegemonia, mas o retorno das massas não foi suficiente para conter o progresso da retomada neoliberal. Sendo assim, considera-se que o respectivo ano foi marcado pelo avanço no desenvolvimento da consciência política coletiva da classe

subalterna, inclusive sob importante influência das centrais sindicais, todavia, com importante avanço da burguesia na direção da sociedade civil e na sociedade política.

Considerando essas contradições supracitadas, Pimenta (2019) destaca algumas evidências importantes sobre a estrutura do sindicalismo no país. Para o autor, o formato profundamente estatal e institucionalizado, a baixa representação e legitimação das bases, o oportunismo das direções e a fraca inserção dos sindicatos nas novas categorias e nos setores mais precarizados se mostraram problemáticas relevantes para a dificuldade da organização dos trabalhadores.

Em face de tais problemáticas apresentadas, as quais implicam no processo de emancipação da classe subalterna, bem como do movimento contraditório estabelecido, o próximo capítulo apresenta como propósito compreender o desenvolvimento do sindicalismo docente da Educação Básica pública brasileira na história, com recorte temporal associado às análises deste capítulo, ou seja, a partir de 1980.

3 A DISPUTA POR HEGEMONIA E O MOVIMENTO SINDICAL DOCENTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA BRASILEIRA

O sindicalismo brasileiro, enquanto aparelho privado de hegemonia, mostrou-se estar intrinsecamente relacionado ao movimento da sociedade civil e da sociedade política. Com isso, a disputa por hegemonia a partir do movimento sindical manifestou-se como um processo sinuoso, isto é, que não se exibiu de maneira linear e estanque, pois conforme as alterações político-econômicas, ideológicas e sociais foram sendo manifestadas no período investigado, o processo de luta por hegemonia também foi sendo modificada.

Ressalta-se que essa dinâmica de contínuo antagonismo para alcançar o domínio e a direção da sociedade com mediação do sindicalismo apresentou, inclusive, influências internacionais, as quais formam a engrenagem globalizante da sociedade capitalista. Considerar as relações que se estabeleceram na totalidade da história é fundamental para auxiliar possíveis análises acerca das questões singulares do sindicalismo docente da Educação Básica pública no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul.

Para compreender de forma singular o sindicalismo docente da Educação Básica pública, definiu-se como necessário assimilar o processo de formação e transformação da Educação Básica pública, em especial no que tange as políticas educacionais. Sendo assim, esse capítulo objetivou identificar a luta por hegemonia a partir dos posicionamentos e estratégias dos professores que protagonizaram a história da luta sindical do magistério da Educação Básica pública do Brasil e do Mato Grosso do Sul a partir de 1980. Para tal, foi definido sistematizar o capítulo em dois momentos: 1º) Análise da formação da Educação Básica pública brasileira a partir da Constituição Federal brasileira de 1988 e o processo de sindicalização docente em âmbito nacional e no estado do Mato Grosso do Sul; e 2º) Análise da implementação das políticas educacionais brasileiras entre 2003 e 2015 e a configuração do movimento sindical docente no Brasil.

Conforme a sistematização supracitada, busca-se a frente apresentar a análise em torno do movimento sindical docente da Educação Básica pública a partir dos anos de 1980, considerando a dinâmica estabelecida na sociedade civil e na sociedade política, especialmente, do Brasil.

3.1 O SINDICALISMO DOCENTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

As transformações na base material, ou seja, as diferentes maneiras em que se constituiu a sociedade capitalista na história, puderam manifestar singularidades distintas em tempos históricos e lugares diferentes, bem como nos diversos setores que alicerçaram a respectiva organização societal. O sindicalismo, nessa perspectiva, também vai apresentar suas singularidades, de modo que o movimento sindical docente da Educação Básica pública, especificamente, já possui, inicialmente, um aspecto *sui generis* à medida que estabelece sua luta sob relação direta com o Estado (seu empregador). Tal condição determina que a sua vida funcional esteja vinculada à regulamentação das políticas públicas educacionais.

Para compreender o processo de disputa de hegemonia em torno desses dois organismos sociais (o Estado e o sindicalismo), que podem se manifestar em parceria ou em antagonismo, faz-se importante explicitar o conceito de Estado a partir de Gramsci, que se refere à concepção adotada para análise.

De forma genérica, portanto, compreende-se que o Estado é oriundo de um grupo específico, que é dirigente e dominante, e se destina a criar as condições favoráveis para a sua expansão máxima, ainda que seu desenvolvimento se apresente como força motriz de uma expansão universal para conceber o equilíbrio de todas as energias nacionais. Nessas condições, o Estado não é apenas o aparelho de governo, mas é, também, o aparelho privado de hegemonia ou a sociedade civil. Os indivíduos, a partir de tal cenário, se identificam organicamente com o grupo dominante e o Estado, de modo que se manifestam como “funcionários” do Estado, não por considerarem empregados pagos ou, porque submetidos ao controle hierárquico estatal, mas em razão de suas ações se assinalarem em conformidade aos fins do Estado (GRAMSCI, 2000).

Em termos diretos, pode-se considerar que:

Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e Governo, identificação que é, precisamente, uma reapresentação de forma corporativa-econômica, isto é, na confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção). Numa doutrina do Estado, que conceba este como tendencialmente capaz de esgotamento e de dissolução na sociedade regulada, o tema é fundamental. Pode-se considerar o elemento Estado-coerção em processo de esgotamento à medida que se afirmam elementos cada vez conspícuos de sociedade regulada (ou Estado ético, ou sociedade civil) (GRAMSCI, 2000, p. 244).

O Estado não é, portanto, somente o governo, mas pode ser também o governo. É parte da estrutura hegemônica burguesa e perpassa os aparelhos privados de hegemonia, bem como a sociedade política, atuando de forma coercitiva ou persuasiva para manter a hegemonia vigente. O propósito da classe subalterna, com isso, é alcançar o esgotamento do Estado-coerção para atingir condições de desenvolvimento da sociedade regulada, ou seja, que não necessite de forças impositivas entre as classes sociais.

De modo geral, o controle estatal pode se manifestar de diferentes maneiras e em distintos setores. Atualmente, na Educação Básica brasileira, as orientações são firmadas a partir da Constituição Federal de 1988, de forma que prevê, no Art. 208, por exemplo, que a “Educação Básica é obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 1988), e, ainda no parágrafo 1º cita que “o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo” (*ibidem*). Apesar desta configuração atual, alguns processos de adequação foram regulamentados conforme as disputas de interesses do Estado moderno no Brasil e dos trabalhadores da educação que constituem a Educação Básica pública.

Logo, para entender as tensões e as singularidades constituídas no sindicalismo docente da Educação Básica pública entre os anos de 2003 e 2015, foi definido compreender, mesmo que brevemente, as relações estabelecidas entre as organizações coletivas do professorado e o processo de reformulação da Educação Básica pública no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, considerando a sua elaboração sob influência do processo de redemocratização brasileira. Para tal, a frente segue o processo de desenvolvimento das políticas educacionais que subsidiaram a luta do sindicalismo docente da Educação Básica pública a partir do período anunciado.

3.1.1 As Políticas Educacionais Que Subsidiaram O Movimento Sindical Docente Da Educação Básica Pública A Partir De 1988

O movimento social constituído no cenário brasileiro contra o regime militar e favorável à redemocratização do país, inclusive com a participação efetiva dos trabalhadores docentes, favoreceu a ocorrência de novas regulamentações para subsidiar o desenvolvimento da Educação Básica pública. É importante demarcar que essa formulação de novas normas se situa em um momento de tensões entre grupos da classe dirigente e da classe subalterna, de modo que diferentes concepções de mundo disputavam a hegemonia política, ideológica e, portanto,

cultural no campo da sociedade civil e da sociedade política. Nesse processo, os trabalhadores mostraram uma robusta presença, mas a classe dominante não hesitou em manter sua hegemonia mediante as influências neoliberais provenientes de uma cinesia mundial.

De acordo com Neves (2005), tanto o bloco de forças que representou a sociabilidade burguesa quanto o bloco de forças que agregou ideias, ideais e práticas do proletariado foram se constituindo como sujeitos políticos coletivos que passaram a disputar a hegemonia política e cultural, intelectual e moral da sociedade brasileira na aparelhagem estatal e na sociedade civil. Nesse processo, os anos finais de 1980 atingiram um nível de desenvolvimento importante das forças progressistas e o refluxo momentâneo das forças de conservação.

A participação da classe subalterna na luta pela hegemonia foi fundamental para garantir alguns interesses sinalizados pelos trabalhadores em educação na reforma das políticas educacionais. Assim, desde a Constituição Federal de 1988, houve manifestações que visaram encaminhar melhoras em diferentes aspectos da educação. Entre as melhorias previstas, pode-se destacar as normatizações acerca das condições de trabalho, do salário e planos de cargo e carreira, assim como explicitado no Art. 206. (2006):

Art. 206 - V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006); VII - garantia de padrão de qualidade; VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)²⁰.

As normativas constituídas em 1988, portanto, propiciaram premissas que viabilizaram a composição do quadro de docentes da Educação Básica pública com plano de cargo e carreira, e ingresso exclusivamente por concurso público, a garantia das condições de trabalho por meio do padrão de qualidade da educação e um valor mínimo para o docente receber mediante um piso salarial. No ano de 2006, a Emenda Constitucional fortaleceu a questão do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) com a perspectiva de amparo da lei federal.

Para assegurar determinados preceitos, foi regulamentado pela Constituição Federal de 1988 o financiamento para a Educação Básica pública, o qual deliberou que:

²⁰A redação do inciso V anteriormente a 2006 era: V - valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; O inciso VIII não existia antes do ano de 2006 (BRASIL, 1988).

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. § 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)²¹ (BRASIL, 1988).

Desde a regulamentação de 1988 foi estabelecido um percentual mínimo dos impostos arrecadados pela União e pelos entes federados para aplicação na educação. Entretanto, ficou subentendido que, tanto a União quanto os municípios e os estados, poderiam aplicar um valor maior, mas nunca menor, do que o que estava previsto nos termos. Cabe ressaltar que tais conquistas alcançadas foram fundamentais para o desenvolvimento da Educação Básica pública e subsidiaram a luta do magistério.

Ainda que o sistema educacional brasileiro nunca tenha sido nacionalmente centralizado (CURY, 2008), a expressão dos trabalhadores numa perspectiva de superação do regime autoritário centralizado era de regulamentar o processo de gestão político-administrativa da educação de forma descentralizada. Com efeito, especialmente sobre o aspecto do financiamento, a regulamentação da Constituição Federal de 1988 permitiu estabelecer uma proteção contra os cortes orçamentários mais radicais, na mesma medida em que propiciou autonomia aos entes federados no processo de materialização das políticas educacionais. Esse sistema descentralizado apresentou-se normatizado da seguinte maneira:

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. § 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996) (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal, portanto, despertou, de certo modo, esperança nos professores das redes públicas, de melhoria em suas condições de vida e profissional, haja vista que a redistribuição e a garantia de financiamento indicaram a possibilidade da existência de

²¹A redação do Parágrafo 3º, anteriormente ao ano de 2009, era: § 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do plano nacional de educação (BRASIL, 1988).

subsídios necessários para materializar os direitos conquistados no processo de regulamentação das políticas educacionais. Outrossim, cabe salientar que outros documentos, além da Constituição Federal, também foram pensados e elaborados para reforçar o desenvolvimento do sistema educacional brasileiro.

Sob essa égide, em março de 1990, o Brasil participou da Conferência para Todos, em Jomtien, na Tailândia, convocada pela Organização da Nações Unidas para a Educação, pela Ciência e a Cultura (UNESCO); pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Banco Mundial. Esta conferência teve como propósito construir a base dos planos decenais de educação, de modo a assegurar o direito à educação e contribuir com os esforços mundiais pela universalização da Educação Básica (BRASIL, 1993).

Por essa conferência foi possível identificar a tendência neoliberal no movimento de construção das políticas educacionais do Brasil e do mundo e, com isso, o interesse dos sistemas financeiros e de suas organizações de fomento no processo de regulamentação dessas políticas. No Plano Decenal de Educação brasileiro, elaborado a partir da Conferência de Jomtien, nota-se o projeto neoliberal universal em evidência, conforme foram sendo estruturadas as metas para os dez anos seguintes. Entre elas, acentua-se a Meta Global que indica “incrementar, em cerca de 50%, os atuais níveis de aprendizagem nas matérias do núcleo comum, tomando como referência os novos padrões de conteúdos mínimos nacionais e de competências básicas a serem nacionalmente determinadas com a participação dos sistemas de ensino” (BRASIL, 1993, p. 42).

Frigotto (2003) ajuda a compreender as condições apresentadas e salienta que os anos de 1990 indicaram um marco da ascensão neoliberal no plano educacional a partir da retomada da teoria do capital humano. Segundo o autor, esse contexto evidenciou a valorização das competências individuais dos trabalhadores a partir da incorporação de elementos da teoria do capital social²².

De modo geral, os anos de 1990 foram marcados pela recomposição, consolidação e aprofundamento da hegemonia burguesa brasileira, que se constituiu por meio de uma

²²Conceito desenvolvido por Putnam, o qual identifica uma alta densidade de associações e a existência de relações sociais de reciprocidade como as principais premissas de uma democracia vital e de um engajamento cívico efetivo. Estes fatores não apenas garantem o caráter democrático da sociedade civil, mas também determinam a performance dos governos locais e de suas instituições. A organização social, sustentada pppor uma rede de associações civis e por formas de cooperação baseadas em regras compartilhadas e em confiança recíproca, se mostrou fundamental para um bom desempenho das instituições e da eficiência da sociedade e de sua economia (FREY, 2003, p. 14).

pedagogia que se efetivou por intermédio da repolitização das relações de produção e redefinições nas relações entre sociedade civil e sociedade política. A luta pela hegemonia a partir das premissas socialistas foi manifestada por segmentos minoritários de esquerda, já que a classe trabalhadora fundamentou sua retórica e suas ações em conformidade à teoria neoliberal, formulando, portanto, a nova pedagogia da hegemonia (NEVES, 2005).

Desse modo, considera-se que no processo de disputa por hegemonia dos anos de 1990, à mesma medida que a classe trabalhadora fortaleceu e conquistou determinados direitos mediante a reforma regulamentada a partir da Constituição de 1988, a burguesia também, por meio das normativas educacionais, buscaram assegurar seus interesses de modo a garantir a manutenção do modo de produção capitalista.

Diante desse conflito de interesses, o Plano Decenal elaborado para ações dos anos de 1990 apresentou em suas metas elementos que objetivaram a valorização do magistério da Educação Básica pública, bem como a qualidade desse nível de ensino. Entre essas Metas Globais, destaca-se:

Ampliar progressivamente a participação percentual do gasto público em educação no PIB brasileiro, de modo a atingir o índice de 5,5%; Dotar todas as escolas de ensino fundamental, urbanas e rurais, estaduais e municipais, de condições básicas de funcionamento; aumentar progressivamente a remuneração do magistério público, através de plano de carreira que assegure seu compromisso com a produtividade do sistema, ganhos reais de salários e a recuperação de sua dignidade profissional e do reconhecimento público de sua função social (BRASIL, 1993).

Além da elaboração do Plano Nacional de Educação, no ano de 1993 e com um prazo de dez anos, que inclusive estava previsto na Constituição Federal de 1988, em 1996 houve a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases que ajudou a endossar o propósito de valorização do magistério e da Educação Básica pública. Sobre isso, foi regulamentado que:

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: I – ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; III – piso salarial profissional; IV – progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho; V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho; VI – condições adequadas de trabalho (BRASIL, 1996).

Nesses termos, a valorização do magistério que vinha sendo expressa no final dos anos de 1980, ficou mais robusta com a Lei de Diretrizes e Bases, pois reforçou a exigência e a necessidade da estabilidade funcional, do piso salarial profissional, dos planos de cargo e carreira dos professores associados à formação continuada, da jornada de trabalho adequada, inclusive para planejamento e estudo, e das condições adequadas de trabalho. Como a presente tese tem como propósito dialogar com as políticas de salário e de formação continuada de professores, esses elementos que serão enfatizados nas próximas exposições. Além disso, entende-se que como o plano de cargo e carreira do magistério está diretamente associado ao salário e à formação continuada, o mesmo também será abordado nas discussões.

Ainda sobre a propositura de valorização do magistério, entre os princípios elaborados na Lei de Diretrizes e Bases, consta no Art. 3º, inciso VII, “a valorização do profissional da educação escolar” e, no item IX, a “garantia de padrão de qualidade” (BRASIL, 1996). Com isso, entende-se e reforça-se que houve uma perspectiva de melhoria da Educação Básica mediante a valorização profissional com um propósito estabelecido pelo Plano Nacional de Educação de “ampliar progressivamente a participação percentual do gasto público em educação no PIB brasileiro, de modo a atingir o índice de 5,5%” (BRASIL, 1993) para subsidiar as metas e objetivos previstos pelas políticas educacionais que vinham sendo implementadas.

Além disso, ressalta-se também a aprovação do Fundo de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), que tinha como propósito ampliar uma política de fundos para o desenvolvimento da Educação Básica e valorização profissional, inclusive com percentual voltado especificamente ao salário dos professores, assim como indica o Art. 7º da Lei 9424, de 20 de dezembro de 1996, com a normativa de que:

Os recursos do Fundo, incluída a complementação da União, quando for o caso, serão utilizados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, assegurados, pelo menos, 60% (sessenta por cento) para a remuneração dos profissionais do Magistério, em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público (BRASIL, 1996).

Vale salientar que a relação educação-trabalho sempre se caracterizou como o elo fundamental para o desenvolvimento e manutenção do modo de produção capitalista (GRAMSCI, 2001) e, especificamente no decorrer dos anos de 1990, a educação formal

representou a necessidade de adequar os sujeitos ao processo de automação da Terceira Revolução²³.

As regulamentações das políticas educacionais contidas em diferentes documentos, com ampliação do financiamento, bem como com perspectiva para valorização profissional, indicaram o interesse do Estado burguês em investir na Educação Básica pública para efeito de massificação no processo de formação humana. Nesse contexto, as políticas educacionais neoliberais serviram de estratégia na formação para um novo tipo de trabalho. Sobre esse movimento, Freitas (1999) vai explicitar que os anos de 1990, denominados “Década da Educação”, representaram um período de aprofundamento das políticas neoliberais na tentativa de salvaguardar a crise de hegemonia iniciada nos anos de 1970. Sendo assim, a educação apresentou-se como ferramenta fundamental no processo de formação/adequação em massa.

Foi inevitável, portanto, a exigência em ajustar a formação docente à nova maneira de pensar e se comportar para formação do novo tipo de trabalhador necessário à reestruturação produtiva constituída. Isto posto, o movimento de valorização profissional da Educação Básica pública manifesto na reforma das políticas educacionais incorporou também a necessidade de ampliação da formação de professores.

Rodríguez e Vargas (2008) verificaram que a temática acerca da formação de professores vinha sendo debatida em fóruns internacionais desde meados da década de 1960, inclusive, com importantes intervenções dos organismos como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura – UNESCO – e a Organização Internacional do Trabalho – OIT. Múltiplos encontros internacionais foram identificados, principalmente após os anos de 1970, com propostas de delineamento de diretrizes em relação às reformas educacionais, a formação de professores e à profissionalização do trabalho docente.

As repercussões dos debates internacionais sobre a formação de professores, em especial no cenário brasileiro, foram evidenciadas principalmente na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases – 1996. Cabe ressaltar que, no período dos anos 1990, internacionalmente continuava ocorrendo encontros e discussões em torno da educação e, por conseguinte, a respeito da formação de professores. A exemplo, cita-se a VI Reunião de Ministros de Educação

²³De forma sintética é possível destacar sete novas tendências que vem emergindo no cenário mundial nos últimos anos, e que vem ganhar corpo ao longo dos anos de 1990, a partir da virtuosa expansão do complexo eletrônico. São elas: 1) o peso crescente do complexo eletrônico; 2) um novo paradigma de produção industrial – a automação integrada flexível; 3) Revolução nos processos de trabalho; 4) transformação da estrutura e das estratégias empresariais; 5) As novas bases da competitividade; 6) a “globalização” como aprofundamento da internacionalização; 7) as “alianças tecnológicas” como nova forma de competição” (COUTINHO, 1992, p. 71).

da América Latina e do Caribe, ocorrida em maio de 1996, que foi contemplada com a elaboração do documento *Educación, Democracia, Paz y Desarrollo*. Esse documento viabilizou algumas recomendações em relação aos professores, as quais estão destacadas abaixo:

a) Profissionalizar os educandos e ampliar sua visão; b) Fomentar o desenvolvimento de uma imagem social positiva da carreira docente, para tanto, devem ser adotadas medidas para melhorar sua situação de trabalho. O aumento do salário deve estar diretamente vinculado com sua formação permanente e seu desempenho; c) Desenvolver planos de formação de longo prazo dirigidos aos docentes em serviço. Recomenda-se uma formação orientada ao conjunto da escola conforme as necessidades do projeto pedagógico; d) Melhorar as práticas de contratação de docentes e adotar critérios integrais de certificação, que levem em consideração as novas exigências profissionais e as qualidades pessoais necessárias que todo docente deve ter para enfrentar os desafios da transformação educativa (OREAL/UNESCO, 1996 apud RODRÍGUEZ e VARGAS, 2008, p. 46).

Nota-se, portanto, que o respectivo documento considerou a importância da formação continuada associada ao salário e aos planos de cargo e carreira dos professores, com o propósito de melhoria da qualidade da Educação Básica.

Posteriormente, em outubro de 1996, em Genebra, foi realizada a 45ª Reunião da Conferência Internacional de Educação patrocinada pela UNESCO, cujo tema central foi referente “ao papel dos docentes num mundo em processo de mudança”. Com isso, o professor, ao ser reconhecido como um ator chave nos processos de transformação da educação, bem como no processo de reestruturação produtiva, recebe maior atenção com propostas políticas que atenderiam o problema docente em seu todo (RODRÍGUEZ; VARGAS, 2008).

A Lei de Diretrizes e Bases em 1996, em consonância ao propósito de formação de professores, estabelecido nos debates e nos documentos internacionais da educação, por meio do Art. 63, regulamentou a ampliação e fomento da formação docente no processo inicial e continuado, assim como explicitado a seguir:

Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão: I - cursos formadores de profissionais para a Educação Básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental; II - programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à Educação Básica; III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

Tal normativa reforça a tese de que os institutos superiores passam a ser considerados no mesmo plano que as universidades, assim como explicita Sguissard (2000), sem alteração

no processo de formação inicial, e indica maior atenção à implementação de programas para a formação continuada de professores.

No Art. 67, ainda da Lei de Diretrizes e Bases, que aponta a necessidade de valorização profissional mediante a implantação de planos de cargo e carreira, foi estabelecida também a possibilidade de ampliação na formação continuada por meio dos incisos II e IV. O primeiro, respectivamente, normatizou o “aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim” e o segundo a “progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho”.

Com isso, pode-se considerar que os anos de 1990 foram marcados por reformas nas políticas educacionais da Educação Básica pública, de forma a salientar a valorização profissional com maior importância, inclusive, à formação continuada de professores. Contudo, mesmo que os principais documentos que visavam regulamentar a Educação Básica pública tenha apresentado esses elementos em suas normativas, o mecanismo de gestão político-administrativa de descentralização, determinado pela Constituição Federal de 1988, que viabilizou a divisão de responsabilidades entre os entes federados (município, estado e Distrito Federal) no setor educacional, propiciou desigualdades na materialização das políticas educacionais.

Diante do cenário descentralizador de maior destinação de recursos e de poder aos governos dos estados e dos municípios, os trabalhadores da educação, aqui em especial os professores, viveram a experiência de uma situação de dependência da boa vontade de prefeitos e governadores para que as políticas educacionais implementadas pelos principais documentos da educação fossem materializadas. Como consequência, as manifestações reivindicativas da categoria dos professores da Educação Básica pública se mostraram singulares em diferentes estados e municípios.

Se esse movimento no âmbito da Educação Básica pública for analisado em sua totalidade, percebe-se que a disputa pela hegemonia perpassou a regulamentação das legislações nacionais mediante a conformação de propostas progressistas e conservadoras que se manifestaram nesses documentos, tendo em vista o cenário tensionado para elaboração da Constituição Federal que repercutiu na regulamentação dos outros documentos nacionais (LDB e PNE). Todavia, essa luta não foi cessada nessa instância, de forma que o processo de descentralização federativa promoveu um processo de fragmentação nas relações de disputa, as quais migraram para as relações de conflito ou parceria estabelecidas entre os governos e sindicatos locais.

Desse modo, os estados e os municípios desenvolveram a implementação das políticas educacionais de maneira distinta, o que implicou em tipos de reivindicações e lutas singulares nos diferentes sindicatos nos anos de 1990. Sobre isso, segue o subitem a seguir.

3.1.2 hegemonia neoliberal e a sua influência na organização do sindicalismo docente

Assim como mencionado no capítulo anterior, os anos de 1990 se referiram a um período de ascensão da neoliberalização no Brasil, o qual foi denominado por Neves (2005) como a nova pedagogia da hegemonia. Em oposição a esse movimento, havia, oriundo do processo de luta contra a ditadura civil-militar e em prol da redemocratização, uma importante manifestação e organização dos trabalhadores e de partidos de massa com perspectivas progressistas e com pautas que interessavam a classe trabalhadora. O sindicalismo, de forma geral, sofreu influências desses partidos e o movimento sindical docente também.

Segundo Gindin (2015), o sindicalismo docente nos anos de 1990 foi consolidado sob um forte movimento de identificação com a CUT, que era predominantemente aproximada ao PT. Conforme fontes baseadas em um Congresso da CNTE²⁴ que ocorreu no ano de 1991, 58,2% dos delegados participantes expressaram aderir ao PT e o partido que seguia nas preferências era o PCdoB com 8% de adesão. As delegações dos trabalhadores em educação eram das mais numerosas em congressos da CUT nos anos de 1990, juntamente aos trabalhadores do setor financeiro-bancário. Além disso, o maior sindicato cutista à época era a APEOESP. De modo geral, o espaço sindical que fazia oposição à CUT era a Força Sindical, que indicava proximidade ao governo federal, mas não tinha presença dos professores da Educação Básica pública.

Apesar da significativa presença dos partidos progressistas na composição e no movimento dos sindicatos, a derrota do PT e a vitória do PSDB nas eleições presidenciais promoveu uma situação complexa e difícil para o processo de reivindicações e garantia de direitos. As greves ocorridas em 1993 em diferentes estados indicaram um período de crise nas mobilizações, de modo que a justiça apresentou um comportamento com jurisprudência que declarava as greves ilegais com imposições de multas aos sindicatos. Essas multas não eram executadas de fato, mas cumpria-se uma pressão necessária para as negociações e o não avanço

²⁴Em 1989, a CPB se converteu na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e, um ano depois, unificou-se com a Federação Nacional de Orientadores Educacionais, com a Federação Nacional de Supervisores Educacionais e com a Coordenação Nacional de Servidores do Ensino Público (GINDIN, 2015, p. 200).

nos direitos sindicais dos professores. Apesar da desmobilização dos trabalhadores docentes, bem como dos trabalhadores de forma geral, as entidades sindicais continuaram crescendo (GINDIN, 2015).

Assim como apresentado no capítulo anterior, o período anunciado apresentou um movimento complexo, pois na mesma medida em que se ampliou as filiações dos sindicatos à CUT, inclusive dos sindicatos da Educação Básica pública, a nova pedagogia da hegemonia influenciou a constituição de um sindicalismo propositivo e conciliador, com maior aproximação ao Estado.

Aparentemente, quando essa parceria não foi estabelecida, o Estado “exerceu o seu poder no somatório de força ou coerção mais consentimento” (MALINA, 2016, p. 72). Esse processo pode ser mais bem fundamentado quando se considera que o Estado produz novos consensos na sociedade com um corte de classe e a partir de um complexo de disputas em que o uso da força, da persuasão (MALINA, 2016) ou, até mesmo, do direito que se manifesta como atividade coercitiva, que, na prática é a correspondência “espontânea livremente aceita” e meio de tornar o grupo dominante homogêneo mediante um conformismo social (GRAMSCI, 2000).

Esses elementos supracitados explicam a atuação do Estado burguês do Brasil na formação de novos consensos no interior do sindicalismo e do sindicalismo docente, os quais estiveram conformados à hegemonia neoliberal. O direito, no processo de contenção das mobilizações e das greves, mostrou-se como uma ferramenta coercitiva fundamental para conter o antagonismo e ampliar a conformação da hegemonia vigente.

Em relação ao crescimento das entidades reivindicativas dos professores, inclusive das centrais sindicais, mesmo sob um contexto de desmobilização, foi a municipalização proveniente da descentralização das políticas educacionais. Esse fato provocou a necessidade de criação de sindicatos de base nos municípios. Como exemplo desse processo, explicita-se o Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo (SINPEEM) que, em um período de dez anos, de 1989 a 1999, aumentou a quantidade de sócios de 3.600 para 34.000 filiados. Diante disso, a CNTE, a partir de 2002, passou a promover a incorporação dos sindicatos de trabalhadores em educação de base municipal, de forma que no congresso de 2011 havia 13 desses sindicatos municipais na confederação (GINDIN, 2015).

Ainda que o cenário geral do sindicalismo docente brasileiro se apresentasse em crescimento em relação às filiações nas entidades reivindicativas da categoria, é fundamental compreender que o discurso sindical que ganhou força nos anos de 1980, a partir de um recorte classista e que visava autonomia da classe trabalhadora, perdeu força no decorrer de 1990,

especialmente no caso da Articulação Sindical²⁵, que se refere às chapas influenciadas pelo PT. Esse cenário pode ser explicado pelas dificuldades em consolidar avanços sindicais a partir de medidas de maior enfrentamento a governos neoliberais e antissindicalistas (GINDIN, 2015).

Mas, além da Articulação Sindical, houve outros movimentos no interior dos sindicatos dos professores, ainda que de forma minoritária, que também disputaram a direção dos sindicatos e formaram posicionamentos contra-hegemônicos, ou seja, contra a nova pedagogia da hegemonia, que era o antagonismo às políticas neoliberais que se manifestava no campo da educação. De acordo com Gindin (2015), destaca-se a Corrente Sindical Classista (CSC), organizada pelo PCdoB, e o Movimento dos Trabalhadores Socialistas (MTS), com militantes do PSTU expulsos do PT.

Apesar dos impasses para o avanço no direito dos trabalhadores, ressalta-se que as relações produzidas no interior dos sindicatos no processo de luta para garantia de direitos, assim como para as exigências da materialização das políticas educacionais regulamentadas a partir de regulamentações federais, se manifestaram de forma singular nos diferentes sindicatos da Educação Básica pública, tendo em conta os posicionamentos dos governos locais (seja referente aos municípios ou estados) e das chapas eleitas para a diretoria dos sindicatos, além de outras questões relacionadas à participação da categoria nas decisões dos sindicatos.

No estado do Paraná, por exemplo, os trabalhadores em educação, junto ao APP/Sindicato, sob o governo de Lerner (1996-2002), vinculado ao partido DEM, o qual expressava uma concepção de mundo, bem como atitudes políticas, inclusive regulatórias, em consonância às orientações do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do BM – os principais organismos financeiros que vinham encampando o movimento neoliberal de reforma da educação - demonstraram um posicionamento combativo a partir de enfrentamentos aproximados daqueles frequentes dos anos de 1980. Considera-se, ainda, que as manifestações e posicionamentos da categoria dos professores e APP/Sindicato foram fundamentais para manter os direitos conquistados anteriormente, mesmo que não tenha ocorrido ganhos significativos (PITON, 2004).

Sobre o movimento sindical constituído pelo APP/Sindicato entre 1995 e 2002, o presidente da entidade reivindicativa à época, por meio de entrevista, relatou sobre as

²⁵Além da Articulação Sindical organizada pelo PT, havia também a Corrente Sindical Classista sistematizada pelo PCdoB, o Movimento dos Trabalhadores Socialistas, com militantes do PSTU expulsos do PT (GINDIN, 2015).

contradições presentes no cenário político brasileiro do período e como o respectivo sindicato se manifestou à tal situação:

Acho que a crise atingiu a APP/Sindicato, não somos a-históricos, mas eu vejo uma diferença significativa com outros sindicatos da educação, ou do setor produtivo da sociedade. Fizemos no estado um intenso movimento da categoria não atingimos 100% isso seria querer que toda a massa dos trabalhadores tivesse a mesma perspectiva, mas conseguimos neste período, com toda a dificuldade, com toda a descrença – de que não adianta, de que não é possível, conseguimos criar um movimento social de resistência. Foi um volume muito grande, e esse volume é que foi criando na categoria que já discutia os pressupostos do neoliberalismo desde 1980, mas que nos anos 90 sentiu na carne o que se dizia da atuação em si (...). Então esse volume de mobilização foi uma tática interessante que nós adotamos no sindicato, porque nós tínhamos que colocar as pessoas em movimento para que elas pudessem ser vistas, fazer o movimento de resistência. E elas mesmas de acreditarem que era possível e que era a única forma de, no coletivo poder resolver as suas angústias individuais, vamos dizer assim, que são coletivas, mas que as pessoas traduzem como sendo delas (PITON, 2004, p. 214).

Percebe-se, pelo relato do presidente do APP/Sindicato, que existiu uma perspectiva, da diretoria pelo menos, de organização sindical baseada na concepção de luta que atingiu os trabalhadores nos anos de 1980, inclusive como uma representatividade de movimento de massa mediante uma perspectiva coletiva e transformadora, na busca por melhores condições de trabalho e de salários. Mas, apesar de parecer estarem orientados por este entendimento, não é negado o movimento contraditório de disputa por hegemonia que marcou o período dos anos de 1990 e a dificuldade em avançar no desenvolvimento da consciência política coletiva, haja vista o impasse de identificação entre os profissionais e entre a classe subalterna diante do cenário de conformação com as prerrogativas hegemônicas baseadas no individualismo e na meritocracia.

Na mesma perspectiva, a vice-presidente do APP/Sindicato, também em entrevista, reforça o posicionamento do respectivo sindicato, mas não deixa de expressar, mesmo que não propositalmente, as contradições presentes na luta do magistério no governo Lerner e na concepção de mundo do sindicato:

Nós fizemos um movimento de sindicalismo combativo, havia um debate nacional muito grande, colocava entre o propositivo e o combativo. Não tinha como ser propositivo. Não somos contrários ao sindicalismo propositivo, mas no governo Lerner não tinha qualquer perspectiva de se fazer proposições, nada era acatado, aliás, nem ouvido. Então, o movimento era de resistência mesmo, de enfrentamento por completo, diversas vezes fomos chamados de radicais que não sabíamos negociar, isso

passa porque somos uma categoria que tem o intuito das “boa maneiras”, temos que conversar sempre porque essa é a condição de se conseguir alguns avanços, mas nós sabíamos o tempo todo que embora demarcássemos as negociações, íamos lá com propostas, com nossa pauta de reivindicação, mas não éramos ouvidos então a tática que seguíamos para estratégia final sempre foi a de enfrentamento, a combatividade. Por isso nos diversos movimentos de ocupação nós chegamos a ter 4, 5, 6 interditos proibitórios. Tinha-se ocupação prevista para o dia seguinte, nós tínhamos os interditos proibitórios à meia noite. Não podíamos ocupar nem a praça, multa de 100 mil dia, nós dizíamos vão cobrar na justiça, mas nós temos que fazer a ocupação. Nós não divulgamos, mas sempre tinha quem sabia quando a gente ia para um órgão público. Então essa dinâmica acabou sendo um grande movimento de resistência. O sindicalismo tem uma queda terrível enquanto movimento de resistência nos anos 1990. Não poderia deixar de ser diferente que o sindicalismo docente também, mas na APP, com todas as dificuldades nós conseguimos fazer um bom combate, muito embate, muito enfrentamento (PITON, 2004, p. 215).

O APP/Sindicato, mesmo diante de um processo de conciliação de classes que prosperava no movimento da sociedade civil e da sociedade política, mostrou dificuldades, diante das condições estabelecidas no estado do Paraná, de se apoiarem nessa manifestação de conciliação e proposição, sendo necessário posicionamentos e ações combativas na luta pelos direitos dos trabalhadores docentes. Sendo assim, considera-se que o referido Sindicato também foi atingido pelo propósito de conciliação de classes e se apropriou de tal concepção, todavia, os impasses nas relações com o governo impossibilitaram a atuação nessa perspectiva.

Diante de tais conflitos apresentados, se faz necessário situar que os membros diretores do APP/Sindicato tinham aproximação ao PT, tanto que o Presidente à época, professor Lemos, se tornou deputado pelo respectivo partido em 2009. Além disso, verificou-se, a partir de Piton (2004), que a gestão que esteve na diretoria entre 1995 e 2002 encaminhou a filiação da entidade sindical à CUT, de modo que relataram preocupação em exercer um movimento mais amplo da classe trabalhadora pelo sindicato do magistério.

Os relatos dos membros diretores do APP/Sindicato e as evidências apresentadas por Gindin (2015), indicaram, portanto, que o sindicalismo docente, apesar de ter apresentado sua organização a partir de singularidades que se desenvolveram nas relações de poder entre os governos e a categoria dos professores, manifestou-se em justaposição com as forças antagônicas em disputa apresentadas na sociedade civil e na sociedade política no período investigado.

Com isso, foi possível identificar o protagonismo da CUT e, portanto, a sua influência no movimento sindical docente, tendo em conta o crescimento das filiações na central sindical, bem como a interferência da perspectiva propositiva e conciliadora que predominou as suas

atuações nos anos de 1990, a qual, por exemplo, se mostrou presente, no movimento do APP/Sindicato, haja vista os relatos da diretoria sindical que fez questão de reforçar seu apoio a tal concepção, mesmo em situações mais combativas. Além disso, a ascensão do PT enquanto partido de massa também manifestou atuação na organização sindical dos professores, já que quase 60% dos delegados da CNTE demonstraram, em um congresso, aderirem ao PT e a Articulação Sindical ter sido um movimento relevante na disputa das direções sindicais.

Não obstante, considera-se que, ainda que a nova pedagogia da hegemonia tenha sido predominante no interior do sindicalismo docente, assim como foi no sindicalismo brasileiro, a disputa por hegemonia esteve presente no interior de alguns sindicatos no período anunciado tendo em conta a organização dos movimentos da CSC e do MTS, por exemplo, no processo de disputa das direções dos sindicatos.

Para identificar como foi esse processo de disputa por hegemonia no sindicalismo docente no estado de Mato Grosso do Sul e no município de Campo Grande/MS, o item a seguir pretende mostrar o movimento da ACP (Sindicato Campo-Grandense dos Profissionais da Educação Pública) e da FEPROSUL/FETEMS (Federação de Trabalhadores em Educação no Mato Grosso do Sul) no decorrer dos anos de 1980 e 1990.

3.1.3 A disputa por hegemonia e o sindicalismo docente no Mato Grosso do Sul

A história mostra que os anos de 1980, no Brasil, foi um momento em que ocorreu um processo de desenvolvimento da consciência política coletiva da classe subalterna, de forma que os diferentes grupos profissionais passaram a se organizar com maior autonomia e independência e com agrupamentos em maior volume e unidade.

A categoria dos professores fez parte desse movimento e passou a ter maior presença nas mobilizações dos trabalhadores bem como nas greves gerais. Mesmo sob ameaças e demissões dos governos estaduais que ainda eram controlados pelos militares, houve um importante protagonismo do professorado, até mesmo em regiões periféricas, em que o movimento operário era mais fraco. Ressalta-se que os docentes foram peças importantes na participação e fomento das centrais sindicais, como no caso da criação da CUT em 1983 e apresentou um importante movimento por meio da Confederação dos Professores do Brasil (CPB) - alterada em 1979 de Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB) para CPB (GINDIN, 2015).

Se no campo social esse período foi assinalado pela atuação de partidos progressistas e revolucionários, especialmente mediante o combate à ditadura cívico-militar, no âmbito sindical, especialmente acerca do sindicalismo docente, houve relevante destaque do PT, do PCB, do PCdoB, do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8) e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). As direções das associações docentes eram normalmente disputadas por lideranças dos respectivos partidos (GINDIN, 2015).

Salienta-se, ainda, que os professores foram um dos grupos com maior participação nas greves e mobilizações, juntamente aos metalúrgicos, aos trabalhadores volantes rurais e aos funcionários públicos e que, as greves dos professores eram, em média, as mais extensas e com maior número de trabalhadores. Além disso, as associações se implantaram na base da categoria com maior realização de assembleias, com a eleição de representantes sindicais nas escolas, com o crescimento dos índices de participação eleitoral e com a formação de um discurso classista da esquerda brasileira, de modo que demonstraram se identificar como trabalhadores da educação. Essa moção manifestada, inclusive com exigências dos direitos trabalhistas e sindicais, contribuiu com a sanção dos planos de cargos e carreira, o encaminhamento de uma nova Constituição e as eleições diretas em 1989 (GINDIN, 2015).

O movimento supracitado manifestou, portanto, uma perspectiva de sindicalismo que propiciou o desenvolvimento do grupo subalterno para além da fase econômico-corporativa e com certa autonomia intelectual em relação à hegemonia estabelecida, já que, especialmente, o início dos anos de 1980, ainda havia influência do comando autoritário militar. Por esse motivo, o movimento sindical foi fundamental para as conquistas dos trabalhadores por meio da Constituição Federal de 1988, inclusive dos trabalhadores da educação, e das eleições diretas. Diante disso, considera-se um distanciamento da concepção sindical baseada no sindicalismo teórico no período anunciado.

Então, o movimento nacional influenciou o sindicalismo docente do Mato Grosso do Sul, pois ao final dos anos de 1970 o comportamento da categoria dos professores ainda permanecia sob um caráter moroso e conciliador (FERREIRA JUNIOR, 2003; BIASOTTO E TETILA, 1991), mas, no início dos anos de 1980 os posicionamentos e as ações das organizações coletivas dos professores indicaram maior aproximação ao movimento nacional, assim como foi manifestado nos diferentes grupos profissionais do Brasil.

As mudanças anunciadas anteriormente no cenário da luta do magistério da Educação Básica pública podem ser explicadas por distintas circunstâncias, no entanto, merece destaque o cumprimento das deliberações congressuais do Encontro Nacional da Confederação de

Professores do Brasil, que implicou em uma passeata no dia 27 de março de 1980 como mobilização para campanha salarial da categoria; o repúdio da base da categoria dos professores contra a proposta aprovada em negociação com o governo sem consultar a massa do professorado; posicionamento por meio de assembleia de 22 delegações rejeitando o acordo fechado entre o governo e a diretoria da FEPROSUL e a deliberação de indicativo de greve geral da categoria após 13 de maio, caso o governo não voltasse a negociar a pauta salarial na íntegra (FERREIRA JUNIOR, 2003).

Essa alteração no comportamento da categoria dos professores de Mato Grosso do Sul produziu consequências importantes ao professorado. Sobre isso, Ferreira Junior (2003) vai salientar que:

Assim, o governo publicou, em 15 de outubro de 1980 o Decreto nº 710, que efetivou os quase seis mil professores remanescentes do estado de Mato Grosso do Sul. Todos foram enquadrados na condição de funcionários públicos estáveis do estado de Mato Grosso do Sul. Este procedimento jurídico, conseqüentemente, acarretou outros reajustes salariais para o professorado como um todo. A partir daí, cada professor passou a contar com o direito que tinha adquirido em função de sua habilitação (Nível) e do tempo de serviço prestado (Classe) enquanto servidor público estadual efetivo (p. 82).

O cenário de Mato Grosso do Sul, marcado por vitórias funcionais dos docentes da Educação Básica pública, juntamente ao movimento nacional dos trabalhadores com encaminhamento a um novo sindicalismo mais combativo e que, por consequência, repercutiu na categoria dos professores do estado, produziu na luta do magistério sul-mato-grossense manifestações diferentes do que vinha sendo apresentadas nos anos anteriores .

Com isso, foi registrada uma quantidade significativa de mobilizações e greves da educação formal no estado nos anos de 1980, indicando uma mudança no perfil das reivindicações do professorado. O quadro a seguir sistematiza e explica o processo reivindicativo do respectivo período:

Quadro 8 — Greves e paralisações dos docentes de Mato Grosso do Sul

Data	Movimento Reivindicativo	Descrição
27 março de 1980	Passeata	Mobilização em prol de uma campanha salarial
27 de maio de 1981	Greve – Dia de Protesto	Contra o reajuste de 15%
1981	Paralisação todo dia 10 de cada mês	Contra os atrasos nos salários.
1981	Greve	Contra o reajuste de 50% que ocorreria somente em março de 1982. A Greve foi alastrada pelo estado atingindo um total de 55 municípios.
1983	Greve	Contra o atraso de pagamento dos salários referentes a transição administrativa entre os governos de Pedro Pedrossian e Wilson Barbosa Martins. Atingiu todas as unidades estaduais de ensino.
1984	Greve	Por melhores condições de vida e de trabalho.
3 de outubro de 1986	Paralisação	Para fazer concentração na governadoria enquanto ocorriam as negociações entre o governo e a FEPROSUL.
1986	Greve	Pela alteração no estatuto do magistério e um piso de 3 salários-mínimos.
1987	Greve	Pelo pagamento do piso de 3 salários-mínimos com efeito retroativo.
1987	Passeata	Foram para rua 20.000 professores das redes municipal e estadual de ensino para reforçar a greve geral que estava sendo persistente.

Fonte: (FERREIRA JUNIOR, 2003); (BIASOTTO; TETILA, 1991). Organização: (MACIEL, 2020).

É importante salientar que, embora o movimento reivindicativo do magistério da Educação Básica pública do Mato Grosso do Sul tenha se alastrado por todo estado, ganha-se destaque na literatura desse campo a Associação Douradense de Professores (ADP), no município de Dourados e a ACP, no município de Campo Grande - MS, como sendo as grandes mobilizações ocorridas em Campo Grande – MS.

Biasotto e Tetila (1991) fizeram uma análise desse movimento de luta do magistério da Educação Básica pública nos anos de 1980 e as melhorias nas condições de trabalho e salário conquistadas pela categoria. Os autores consideram que, quando comparados aos anos anteriores, as questões estruturais das escolas públicas foram melhoradas, mas não ao ponto de

se aproximar de uma educação pública de qualidade e sob condições ideais. Inclusive explicitaram que:

Pouco, muito pouco se fez, nesses últimos dez anos para melhorar a imagem da escola pública. É verdade que os governos que se sucederam na administração do Mato Grosso do Sul não foram absolutamente insensíveis a situação dos prédios escolares. Harry Amorim Costa, por exemplo, em seus parcos seis meses de mandato estabeleceu um plano de descentralização das verbas públicas destinadas a reforma e conservação das escolas, que funcionou relativamente bem. Harry repassava os recursos para as prefeituras que, por sua vez contratava as empreiteiras para realizarem os serviços. Depois de Harry voltou a centralização. Outro governo que se preocupou com as escolas foi o de Wilson Barbosa Martins, só que em termos de construção, não de reformas. Barbosa diminuiu em cerca de 50% o déficit escolar do Estado, calculado em 80, 81 em, aproximadamente, 140 mil crianças e hoje em cerca de 81 mil. Mas mesmo minguadas, as verbas para manutenção das escolas públicas têm sido obtidas. Dir-se-ia que essas verbas, ao menos, permitem manter as escolas em pé. E, para o movimento reivindicatório do MS, esse fato é significativo e pode ser considerado uma grande vitória (BIASOTTO; TETILA, 1991, p.196).

Sendo assim, pode-se considerar que o movimento sindical nacional dos anos de 1980 influenciou o sindicalismo docente em Mato Grosso do Sul e, como consequência, interferiu na melhoria estrutural da educação pública, ainda que não tenha sido as condições ideais e reivindicadas em sua totalidade.

Sobre as questões salariais, as quais eram a centralidade das reivindicações, foi destacado que:

Em primeiro lugar deve-se considerar que ao se organizar o movimento, os salários estavam defasados em mais de 100%, portanto não havia como desprezar esse fato. Depois deve-se levar em conta que o processo de inflação no Brasil seguiu uma trajetória semelhante ao movimento reivindicatório: começou com certa timidez e foi-se tomando muito forte com o passar do tempo. A inflação nesse aspecto levou grande vantagem sobre o movimento reivindicatório e cresceu muito mais. Como uma nuvem de gafanhotos que destrói toda plantação onde passa, a inflação tem corroído brutalmente os salários dos trabalhadores brasileiros, inclusive, evidentemente, o dos professores. Como se disse acima, o magistério viu-se praticamente obrigado a permanecer em constante estado de alerta para não permitir uma brutal defasagem salarial e nesse sentido o movimento pode ser considerado vitorioso (BIASOTTO; TETILA, 1991, p. 208).

Elucida-se, com isso, que o movimento sindical docente teve sua importância no processo da luta e da conquista salarial, mas pode-se compreender, pela respectiva citação, que o sindicalismo docente se relaciona com inúmeras questões que o influencia e o movimenta. Com isso, as conquistas salariais não são alcançadas somente a partir da força das organizações reivindicativas, contudo, estas são parte das relações que contribuem com o progresso dos

grupos subalternos. De qualquer modo, fica evidenciado que o movimento contra-hegemônico é um aparato que precisa permanecer em constante alerta para que não ocorram formas brutais de defasagem salarial, bem como de regressos sobre os direitos de forma geral.

Não ao acaso, Biasotto e Tetila (1991) vão explicar que antes do fortalecimento da organização reivindicativa dos anos de 1980, ouvia-se falar, por parte de diferentes governos, sobre a realização de concursos públicos e a estabilidade funcional, entretanto, essas questões nunca se concretizavam. Todavia, no decorrer dos anos de 1980, com a pressão do movimento reivindicativo nacional e local, dois concursos públicos foram realizados.

Nota-se, portanto, que o movimento da luta do magistério da Educação Básica do Mato Grosso do Sul, sob influência dos trabalhadores docentes e de outros grupos profissionais em âmbito nacional, contribuiu com avanços significativos para professorado do estado.

Se no estado de Mato Grosso do Sul o fortalecimento da organização dos trabalhadores permitiu conquistas importantes, mesmo que não ideais, nacionalmente, Gindin (2015) vai elucidar que o crescimento de filiações e a unificação das entidades reivindicativas favoreceu importantes triunfos para a categoria dos professores pela nova Constituição Federal promulgada em 1988, como o caso do direito à greve e a sindicalização dos funcionários públicos. Além disso, ressalta-se a regulamentação para criação de um plano de carreira para o magistério público com piso salarial profissional (art. 206). Ademais, destaca-se que o cenário político estimulado pela redemocratização configurou menor intervenção estatal no movimento sindical.

É importante salientar, atentando que os anos de 1980 foram um avanço em relação à unidade dos trabalhadores por meio das centrais sindicais, que a FEPROSUL viveu um conflito interno em que os professores do PCB e PCdoB manifestaram a necessidade de filiação da entidade à CUT, mas a direção, composta em sua maioria pelo PMDB e que tinha a hegemonia do movimento, era contra a filiação da Federação à respectiva central sindical. Apesar disso, no decorrer dos anos de 1980, com o crescimento de professores vinculados ao PT no estado, bem como na capital, houve o fortalecimento da defesa pela vinculação à CUT. Contudo, a FEPROSUL se filiou à respectiva central sindical apenas no ano de 1989 (RODRIGUEZ; FERNANDES, 2013).

Com isso, pode-se definir que o sindicalismo docente do Mato Grosso do Sul postergou em fazer parte do movimento mais ampliado dos trabalhadores por meio das centrais sindicais. Todavia, a virada de chave para que a FEPROSUL se filiasse à CUT ocorreu com o

fortalecimento do movimento contra-hegemônico organizado pela influência política dos professores de esquerda vinculados ao PCB, PCdoB e PT.

No Mato Grosso do Sul, a legalização sindical do setor público normatizada pela Constituição Federal de 1988 viabilizou alterações na composição da estrutura da FEPROSUL, possibilitando que se inserissem os servidores administrativos em sua base, transformando-se em uma federação de sindicatos de base e não mais de associações, modificou sua nomenclatura de FEPROSUL para Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS) e filiou-se à CUT (STOCKMAN, 2015). Para esta filiação à CUT, foram produzidos enfrentamentos internos por quase uma década, pois a hegemonia do movimento indicava a posição de não vinculação à respectiva central sindical.

Dessa forma, a organização que se constituía na luta sindical dos profissionais da Educação Básica pública no Mato Grosso do Sul, por meio da FETEMS, no decorrer dos anos de 1990, indicou maior aproximação às centrais sindicais, inclusive com filiação à CUT e sob uma perspectiva de maior unidade dos trabalhadores.

No município de Campo Grande - MS, diante da regulamentação sindical do setor público, a Associação Campo-Grandense dos professores se tornou Sindicato Campo-Grandense da Educação Pública, no ano de 1989, mas sua sigla manteve-se como ACP por motivos de preservação da história da entidade, não havendo também muitas mudanças nas ações e posicionamentos da entidade no processo da luta do magistério. Se no âmbito estadual, pela FETEMS/FEPROSUL houve, após quase uma década de debates, maior preocupação com a unidade dos trabalhadores ao final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, na ACP houve resistência da entidade, mediante o comando do PMDB na direção do sindicato, em vincular-se à CUT. Com isso, mesmo que a FETEMS tenha conseguido unificar os trabalhadores na maioria dos sindicatos municipais no interior do estado por ramo de atividade com a filiação à CUT, na capital, o maior sindicato em termos numéricos, não foi favorável a esse feito (RODRIGUEZ; FERNANDES, 2013).

Além disso, os setores dos tradicionais especialistas em educação se juntaram à direção da ACP contra a unidade dos trabalhadores em educação por ramo de atividade, mesmo sob orientação pela unificação das Federações a que eram vinculados - a Federação Nacional dos Orientadores Educacionais (FENOE); e a Federação dos Supervisores de Ensino (FENASE) (RODRIGUEZ; FERNANDES, 2013).

Apesar do posicionamento singular presente no município de Campo Grande/MS, existia um grupo de professores reconhecidos pela CUT e identificados como Oposição Cutista

de professores de Campo Grande, que fazia o enfrentamento contra os posicionamentos contra a unificação dos trabalhadores, entre outras questões. Esse grupo, que tinha disputado as eleições para direção da ACP e perdido por três vezes consecutivas, foi fundamental para o fortalecimento da entidade no processo de sua democratização (RODRIGUEZ; FERNANDES, 2013).

Nota-se que, enquanto a CUT estabelecia suas disputas a partir de correntes internas que manifestavam maior aproximação ou distanciamento ao Estado e à nova pedagogia da hegemonia, no Mato Grosso do Sul, por meio da FEPROSUL/FETEMS e da ACP, dentre as disputas internas manifestadas, a defesa por filiar-se ou não à CUT passou a ser uma das pautas. Sendo assim, percebe-se que há singularidades no processo de disputa pela hegemonia, porém, essas singularidades estão relacionadas ao movimento que se estabelece na totalidade.

Apesar das disputas internas, Rodriguez e Fernandes (2013) vão explicitar que, ainda que tenha ocorrido alteração na regulamentação acerca do sindicalismo do setor público com a mudança de associação para sindicato, a ACP permaneceu refém de um corporativismo de colaboração entre as classes de caráter otimista, mesmo em situações conflitantes e pessimistas. Segundo as autoras, as maiores transformações ocorridas acerca da entidade foram a intensa transformação do seu patrimônio material e imaterial. Em relação ao primeiro, destaca-se o empenho para construção do Espaço de Formação e Clube de Campo nos anos de 1990 e, sobre o segundo, explicitam-se ações, no final dos anos de 1990 e início dos anos 2000, que congregassem cada vez mais professores e especialistas em educação inativos por meio da Secretaria dos Aposentados. Essas práticas assistencialistas foram marcadas, segundo Gouveia e Ferraz (2011), pelo associativismo docente de antes de 1988.

Se no interior da ACP, as fontes bibliográficas indicaram a existência de movimentos contra-hegemônicos na disputa pela hegemonia sindical, nas relações estabelecidas entre a ACP e os governos, a hegemonia vigente, contida nas forças de Estado, não indicou antagonismo.

Sobre as lutas do magistério da Educação Básica pública sul-mato-grossense e campo-grandense estabelecidas nos anos de 1990, pode-se verificar, com base em Stockman (2015), que apesar do governo estadual de Mato Grosso do Sul, que entrou no poder em 1991, ter apresentado o mesmo projeto societário do governo federal, houve algumas conquistas importantes dos professores da rede estadual, como foi o caso da implementação da eleição direta para diretores e a criação do Colegiado Escolar previsto no decreto nº 5.868/1991 reformulado pelo decreto nº 8.273/1995.

Em relação a esse processo, Rodriguez e Fernandes (2013) vão argumentar que a condução do movimento sindical no município de Campo Grande pela ACP e no estado pela FETEMS se configurou de maneira distinta à medida que, enquanto as eleições para direção esteve em curso na rede estadual desde 1991 sob um processo de mobilização, na rede municipal permaneceu-se, nos anos de 1990 e no decorrer dos anos 2000, sob a nomeação com prerrogativa do Prefeito sem questionamentos do sindicato sobre esse direito, pelo menos até o decorrer da primeira década dos anos 2000.

Se por um lado a conquista pela gestão democrática na rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul tenha sido bastante significativa, por outro lado, os anos de 1990 foram um período de entraves na ampliação da máquina pública para viabilizar a materialização das conquistas estabelecidas pelas políticas educacionais em sua totalidade. Segundo Stockman (2015), a CNTE e a FETEMS tiveram um papel fundamental diante das dificuldades que se manifestaram nesse ínterim pela materialização de um plano de carreira que assegurasse o piso salarial, as condições de trabalho, a jornada de trabalho e a hora-atividade. Entretanto, diante da necessidade de o aumento de verbas para financiar as propostas dos trabalhadores que se manifestavam via entidades sindicais juntamente ao avanço neoliberal no cenário brasileiro, houve dificuldades para avançar com as propostas dos trabalhadores.

Desse modo, a proposta de 50% para o planejamento de aulas que já tinha sido materializada no Mato Grosso e que era pauta de luta dos trabalhadores pela CNTE e pela FETEMS perdeu força com o avanço do cenário neoliberal e, em 1998, tal conquista foi suprimida pela Emenda Constitucional nº 12. Sendo assim, o referido estado retrocedeu em relação à jornada de trabalho e os outros estados não avançaram na proposta que era desejo dos trabalhadores docentes (STOCKMAN, 2015).

Especificamente na rede municipal de ensino de Campo Grande, Rodriguez e Fernandes (2013) vão destacar a relação entre a luta sindical e a política educacional implementada para a educação infantil. Conforme as autoras, tal relação esteve calcada no aprofundamento da dinâmica público/privada, com repercussões na contratação de professores de forma terceirizada, no repasse de verbas para entidades sem fins lucrativos de caráter não governamental e na escassez de manifestações reivindicativas sobre tais questões.

Diante disso, considera-se que os anos de 1990 estiveram assinalados por um cenário problemático para os trabalhadores docentes considerando o avanço do neoliberalismo, o qual dificultou a implementação de distintas políticas regulamentadas nos principais documentos da educação. Esse progresso neoliberal, também considerado, por suas diferentes nuances, como

a nova pedagogia da hegemonia, influenciou a organização sindical docente que, mesmo diante da legalização do sindicalismo do setor público, promoveu um movimento numa perspectiva de conciliação e subordinação, com relevantes características do movimento associativo em que a ACP foi originada.

Diante do processo de esgotamento social em relação ao neoliberalismo e à mudança de comando do poder executivo presidencial, pretende-se, à frente, apresentar e analisar como se desenvolveu a materialização das políticas educacionais e do processo de luta para garantir os direitos dos trabalhadores docentes da Educação Básica pública brasileira no decorrer dos anos 2000.

3.2 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS IMPLEMENTADAS NO DECORRER DOS ANOS 2000

Os anos de 1990 foram marcados pelo robustecimento do projeto neoliberal como resposta a uma crise de hegemonia do grupo dominante. Essa crise produziu antagonismo em diversos setores da sociedade civil e da sociedade política, os quais permaneceram latentes no respectivo período. A proposta de desregulamentação do mercado como estratégia para erradicar a fome, por exemplo, e melhorar as condições de vida da população não foi suficiente para barrar as forças antagônicas provenientes da classe trabalhadora.

Houve, portanto, um movimento contra-hegemônico liderado pelo PT e, especialmente pelo metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva que apresentava uma nova propositura política para mudar as condições de vida da classe trabalhadora. Desde a eleição presidencial de 1989, Luís Inácio Lula da Silva disputou os processos eleitorais e demonstrou crescer gradativamente em seu percentual e quantidade absoluta de votos. Nas eleições de 1989, ficou em 2º lugar, com 17,93% dos votos válidos e 22.994 milhões de votos absolutos; no ano de 1994, ficou em 2º lugar, com 23,76% dos votos válidos e 39.656 milhões de votos absolutos; e no ano de 1998, ficou em 2º lugar, com 30,91% dos votos válidos e 59.690 milhões de votos absolutos. Nas eleições de 2002, a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva, conquistou a vitória da eleição, com 46,81% dos votos válidos e 123 milhões dos seus votos absolutos e alcançou a hegemonia por meio do poder executivo presidencial em 2003 (BRASIL, 2022).

Cabe relembrar, assim como discutido no capítulo I, que a ascensão do PT no comando presidencial não permitiu uma ruptura com o processo político neoliberal, mas apresentou singularidades, inclusive no campo das políticas educacionais. Gentili e Oliveira (2013) vão

explicar que um dos movimentos políticos que levou Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) à Presidência da República foi o programa denominado “Uma escola do tamanho do Brasil”. Os autores destacaram que, para Lula, a educação deveria ser uma política pública fundamental para a construção da democracia, com vistas a instituir no país um espaço público promotor de justiça social, direitos cidadãos, participação e igualdade.

Apesar de tais intenções, Oliveira (2011) vai evidenciar que os primeiros anos do governo Lula foram marcados muito mais por permanências das políticas públicas no setor educacional do que por mudanças, quando comparado ao governo de FHC. A autora anunciou que esse período foi caracterizado pela implementação de políticas assistenciais e compensatórias, a partir da criação de programas sociais focalizados para o público mais pobre, entretanto, com dificuldades em viabilizar um caráter universal, assim como previsto pela Constituição de 1988.

Mesmo diante das dificuldades em universalizar as políticas sociais e educacionais, a primeira década dos anos 2000, especialmente a partir de 2003, indicou, gradualmente, maior intervenção estatal para promoção de políticas que pudessem garantir direitos aos mais pobres, inclusive no setor da educação. Ademais, foi possível verificar um aumento progressivo e sistemático do gasto público social durante os dois governos do presidente Lula (2003-2010), chegando a R\$ 638,5 bilhões, 15,24% do Produto Interno Bruto (PIB) (GENTILI; OLIVEIRA, 2013).

Nesse processo de maior incentivo no financiamento estatal, planos e programas foram implementados e ampliados, com intenções de aprimorar o avanço da Educação Básica. Cabe destacar nesse contexto, a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (2007) e a ampliação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (1998). O PDE, concebido nos anos de 1990, em 2007 vinculou seus critérios de público-alvo e parâmetros ao IDEB e, assim, foi aumentada a quantidade de escolas que passaram a receber recursos do Governo Federal. Esse recurso viabilizado pelo PDE tinha como propósito auxiliar a escola na implementação de ações indicadas nos planos validados pelo MEC (BRASIL, 2016).

Além das implantações supracitadas, o governo do PT empenhou-se em universalizar a obrigatoriedade da Educação Básica, desde a educação infantil até o ensino médio. Com isso, merece destaque a ampliação da obrigatoriedade escolar por meio da Emenda Constitucional n. 59, de 11 de novembro de 2009, que alterou os artigos 208, 211, 212 e 214 da Constituição Federal brasileira, de modo a conceder obrigatoriedade e gratuidade na Educação Básica aos indivíduos entre quatro e dezessete anos (GENTILI; OLIVEIRA, 2013).

A Emenda Constitucional n. 53, de 19 de dezembro de 2006, que atribuiu nova redação ao Parágrafo 5 do artigo 212 da Constituição Federal e ao artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias foi uma medida importante para educação, de forma que foi criado o Fundo de Manutenção de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB). A iniciativa foi regulamentada pela Medida Provisória n. 339, de 28 de dezembro de 2006 e depois pela Lei n. 11.494, de 20 de junho de 2007. O fundo com duração prevista de catorze anos representou a ampliação do Fundo de Financiamento e Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)²⁶ (GENTILI; OLIVEIRA, 2013).

Ainda no ano de 2007, mediante análises de indicadores do IDEB, oficializado pelo Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, para a Educação Básica, por meio do Decreto nº 6094 de 2007, foi instituído como política educacional o Plano de Ações Articuladas (PAR). Esse Plano foi oferecido pelo MEC como apoio técnico e financeiro aos estados e municípios com índices insuficientes de qualidade de ensino e o governo federal passa a prestar assistência técnica e apoio aos municípios com intuito de estabelecer parcerias para melhorar a qualidade do ensino (BRASIL, __)²⁷.

Nota-se, portanto, que houve no decorrer dos anos 2000 uma ampliação do financiamento para a educação com o propósito de melhorar a qualidade da Educação Básica pública. Isto posto, criaram-se boas expectativas para que as condições de trabalho, o salário, a formação de professores, o plano de cargos e carreira, assim como outras políticas de valorização docente, regulamentadas pela Constituição Federal de 1988 e pela LDB, fossem de fato, materializadas.

Especialmente sobre o salário, a regulamentação do FUNDEB deliberou, a partir do Art. 22 da Lei nº 11.494, que “Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos seriam destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da Educação Básica em efetivo exercício na rede pública” (BRASIL, 2007). Essa condição de assegurar a remuneração do magistério da Educação Básica pública por meio de subsídio de financiamento reforça a expectativa de melhoria do salário dos professores.

²⁶Atualmente, o FUNDEB foi instituído como instrumento permanente de financiamento da Educação Básica pública por meio da Emenda Constitucional n.º 108, em 27 de agosto de 2020 sendo regulamentado em 25 de dezembro do mesmo ano pela Lei n.º 14.113 (BRASIL, 2020).

²⁷Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/acoes-e-programas>. Acesso em: 16 jul. 2022.

Além da regulamentação dos Fundos para a remuneração dos professores, no dia 16 de julho de 2008 foi normatizada a Lei nº 11.738, que previu instituir o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) para os profissionais do magistério público da Educação Básica. A respectiva Lei deliberou que o PSPN seria referente à uma jornada de trabalho de, no máximo, 40 horas, tendo um limite máximo de 2/3 dessa jornada de trabalho para serem desempenhadas com atividades de interação com os educandos (BRASIL, 2008). Sobre a respectiva lei, chama atenção que a sua regulamentação possibilitou a variação da jornada de trabalho vinculada ao PSPN, bem como da sua hora atividade. Com isso, caberia aos estados e aos municípios definir a jornada e a hora atividade em seu processo de implementação do piso.

Outro ponto previsto na Lei 11.738, foi a garantia da União de apoio financeiro complementar e técnico aos entes federados para assegurar a integralização do piso. A respeito disso, foi proposto que:

§ 2o Até 31 de dezembro de 2009, admitir-se-á que o piso salarial profissional nacional compreenda vantagens pecuniárias, pagas a qualquer título, nos casos em que a aplicação do disposto neste artigo resulte em valor inferior ao de que trata o art. 2o desta Lei, sendo resguardadas as vantagens daqueles que percebam valores acima do referido nesta Lei. Art. 4o A União deverá complementar, na forma e no limite do disposto no inciso VI do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e em regulamento, a integralização de que trata o art. 3o desta Lei, nos casos em que o ente federativo, a partir da consideração dos recursos constitucionalmente vinculados à educação, não tenha disponibilidade orçamentária para cumprir o valor fixado. § 1o O ente federativo deverá justificar sua necessidade e incapacidade, enviando ao Ministério da Educação solicitação fundamentada, acompanhada de planilha de custos comprovando a necessidade da complementação de que trata o caput deste artigo. § 2o A União será responsável por cooperar tecnicamente com o ente federativo que não conseguir assegurar o pagamento do piso, de forma a assessorá-lo no planejamento e aperfeiçoamento da aplicação de seus recursos (BRASIL, 2008).

As prerrogativas deliberadas na Lei 11.738 (PSPN), assim como o que foi normatizado na Lei 11.494 (FUNDEB) sobre o salário, viabilizaram que a categoria dos professores viesse presumir uma realidade nacional de avanço sobre a questão salarial dos professores do magistério da Educação Básica pública.

Tal contingência não se referiu apenas à melhoria do salário. Houve também a perspectiva de benfeitorias nas condições de trabalho dos professores. A respeito dessa questão, a Lei 11.494 (FUNDEB) apresentou a seguinte regulamentação:

Parágrafo único. A instituição dos Fundos previstos no caput deste artigo e a aplicação de seus recursos não isentam os Estados, o Distrito Federal e os Municípios da obrigatoriedade da aplicação na manutenção e no desenvolvimento do ensino [...] I - pelo menos 5% (cinco por cento) do montante dos impostos e transferências que compõem a cesta de recursos do Fundeb, a que se referem os incisos I a IX do caput e o § 1º do art. 3º desta Lei, de modo que os recursos previstos no art. 3º desta Lei somados aos referidos neste inciso garantam a aplicação do mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) desses impostos e transferências em favor da manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 2007).

Tal normativa definiu que o FUNDEB se referia a um recurso suplementar para garantir o desenvolvimento e manutenção da Educação Básica pública, com vistas a melhorar a remuneração e as condições de trabalho dos professores. E, além do FUNDEB, os repasses da ampliação dos recursos do PDE, após 2007, ficaram vinculados às escolas com IDEB mais baixos. Mesmo que estes recursos tenham conservado um caráter seletivo e não universal, foi aumentada a quantidade de escolas que passaram a recebê-lo. Essa ampliação do financiamento público para a Educação Básica criou a ambição por melhorias nas condições básicas das escolas públicas brasileiras.

O salário-educação, regulamentado pela Lei nº 9.424/1996, juntamente aos recursos supracitados, reforçou as boas expectativas nas condições de trabalho dos professores, quando se observa que tal financiamento previa a aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino; o uso e manutenção de bens vinculados ao sistema de ensino; e a aquisição de material didático-escolar e a manutenção de transporte escolar (BRASIL, 1996b).

Havia financiamento para formação de professores desde a regulamentação da LDB, mas foi nesse processo de maior financiamento estatal que alguns programas foram implementados no decorrer dos anos 2000, como é o caso dos programas Alfabetização e formação continuada (2003); Ensino profissional e tecnológico (2008); Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (2012); Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (2013); os Programas de Formação Continuada para Professores²⁸; Tecnologia a Serviço da Educação Básica²⁹. (BRASIL, __) ³⁰.

²⁸e-Proinfo (2001); Gestar II (2004); Rede Nacional de Formação Continuada de Professores (2004); Proinfantil (2006); Pró-letramento (2006); Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor (2009); Formação no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (2012) Disponível em <http://portal.mec.gov.br/acoes-e-programas> Acesso em: 10 out. 2020

²⁹Portal do professor; Salto para o futuro; Banco Internacional de Objetos Educacionais (BIOE); Domínio Público; Guia de Tecnologias (2009) ²⁹Disponível em <http://portal.mec.gov.br/acoes-e-programas> Acesso em: 10 out. 2020.

³⁰Disponível em <http://portal.mec.gov.br/acoes-e-programas> Acesso em: 10 out. 2020.

De fato, a gestão do governo PT manifestou uma ampliação de financiamento no campo educacional, inclusive com a implementação de programas que visaram melhorar a qualidade da Educação Básica pública. Entretanto, a contradição presente nos movimentos políticos do respectivo governo foi anunciada também no campo educacional, inclusive no processo de incentivo à formação docente. Se por um lado se consolidou a ampliação da formação de professores que esteve vinculada a um processo histórico de luta por justiça social, por outro se desenvolveu a formação docente associada às necessidades vinculadas ao contexto da formação para o trabalho e, por conseguinte, para adequação produtiva. Considerando os programas apresentados anteriormente, destaca-se um incentivo à formação docente associada às necessidades de competências técnicas e morais para o ajustamento das prerrogativas da nova pedagogia da hegemonia.

Sobre essa condição desenvolvida no governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), destaca-se que:

O Estado, não sem tensões e contradições, vem intensificando, com todos os instrumentos legais e ideológicos a seu dispor, o seu papel de educador, ou seja, de instrumento de conformação cognitiva e comportamental do brasileiro ao projeto de sociabilidade burguesa implementado pelos governos anteriores. O governo Lula da Silva vem se propondo a realizar um pacto nacional ou, em outros termos, a submissão consentida do conjunto da sociedade às ideias e ideais e práticas da classe que detém a hegemonia política e cultural no Brasil de hoje, por intermédio de sua reeducação técnico-ético-política (NEVES, 2005, p. 95).

O modo como foram ofertados os programas financiados pelo Estado, de fato, ofereceram condições para uma reeducação técnico-ético-política que não contrapunha as prerrogativas da hegemonia burguesa representadas pelo domínio dos organismos financeiros internacionais. Não foram promovidas, no governo que representou um movimento contra-hegemônico por duas décadas, novas relações entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, novos organismos de cultura com base em novos conteúdos, tampouco criou programas ou políticas que não permitiam a passividade intelectual dos docentes (GRAMSCI, 2001). Os avanços conquistados pelo governo de Luís Inácio Lula da Silva, inclusive, eram previstos pelos organismos capitalistas internacionais.

Aliás, os documentos elaborados pelos organismos financeiros para Educação, em especial o BM, previam a melhoria na qualidade da Educação Básica pública, bem como a capacitação dos professores, haja vista a necessidade de adequação ao processo de reestruturação produtiva. Torres (1996), vai explicitar que a qualidade do ensino para o respectivo Banco buscou priorizar a presença de alguns fatores determinantes para um processo

mais efetivo de aprendizagem, dentre eles o aumento do tempo de instrução, a melhoria do livro didático e a capacitação em serviço dos docentes.

Sobre esse cenário, Vieira (2012) salienta a importância das conquistas acerca das políticas educacionais destinadas à valorização dos professores. Contudo, elucida que as regulamentações e implementações dessas políticas do governo PT, apesar de terem êxito, estiveram constantemente vinculadas às contradições provenientes da neoliberalização mundializada. As dificuldades em consolidar e universalizar o sucesso da classe trabalhadora, à mesma medida que os organismos financeiros se inserem e dominam as normas para regulamentação das políticas educacionais definindo os objetivos e os financiamentos públicos, certifica os limites do governo PT em relação à tentativa em governar para a democratização e justiça social.

Freitas (2007), na mesma perspectiva de Vieira (2012), reforça que a valorização dos profissionais da educação foi fundamental para a qualidade da educação pública. Todavia, a articulação e prioridade em desenvolver a formação inicial, a formação continuada, as condições de trabalho, o salário e a carreira com base em uma concepção ampliada do educador ainda faz parte das utopias e do ideário dos educadores e das lutas pela educação há mais de 30 anos. Dessa forma, segundo a autora, em uma sociedade marcada pelas desigualdades e exclusão social, as condições para materialização das políticas educacionais baseadas numa concepção sócio-histórica do educador se tornam um projeto de difícil realização.

É no tocante a essas contradições presentes nas decisões deliberadas no período do governo PT que algumas definições acerca da regulamentação das políticas educacionais foram importantes como perspectiva para o avanço na melhoria na qualidade da Educação Básica pública. Entre essas definições, ressalta-se a Emenda Constitucional nº 59/2009, cuja intenção foi alterar a condição do Plano Nacional de Educação (PNE) de uma disposição transitória estabelecida pela LDB, para uma exigência constitucional com periodicidade decenal. Com isso, o plano passou a ser considerado o articulador do Sistema Nacional de Educação e a referência para os planos estaduais, distrital e municipais (BRASIL, 2014).

A partir dessa normativa, por conseguinte, no ano de 2010 ocorreu a elaboração de um PNE, havendo sua promulgação no ano de 2014 mediante a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Esse plano apresentou em sua composição diversas questões que conjecturaram a melhoria na qualidade da educação de modo geral, bem como da Educação Básica. Cabe apontar, portanto, as proposituras em torno do salário, da formação de professores e dos planos

de cargo e carreira, especificamente, tendo em conta que fazem parte dos elementos definidos para investigação no processo de elaboração dessa tese. Para tal, segue o quadro abaixo:

Quadro 9 — Salário, Plano de Cargos e Carreira, Condições de Trabalho e Formação de professores a partir do PNE

Salário	Plano de Cargos e Carreira	Condições de Trabalho	Formação de professores
Meta 17 – Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência desse PNE.	Meta 18 - Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da Educação Básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.	Meta 7 – Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB.	Meta 14 – Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores. Meta 16 – Formar em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Fonte: Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2014). Organização: (MACIEL, 2021).

Além dessas metas explicitadas no quadro 9, foi normatizada, também, a Meta 20, que visou ampliar o investimento público em educação pública para atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5o (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio (BRASIL, 2014).

Esse movimento contraditório acerca da regulamentação e materialização das políticas educacionais da Educação Básica pública no decorrer dos anos 2000, o qual se apresentou em um cenário federativo descentralizado marcado por conquistas de favorecimento à classe trabalhadora na mesma medida em que se conservou a dominante influência da classe burguesa enquanto dirigente, engendrou um processo de luta singular dos professores trabalhadores

diante de uma demanda significativa de políticas regulamentadas, mas que, junto a isso, a existência da dependência da vontade política dos governos estaduais e municipais para sua materialização.

Sendo assim, pode-se considerar como premissa, que o movimento da luta do magistério da Educação Básica pública no decorrer dos anos 2000 esteve atrelado à dinâmica social estabelecida no desenvolvimento da sociedade civil e da sociedade política/Estado e, portanto, a partir de tensões ou de conformações relacionadas às condições da nova pedagogia da hegemonia. Com base nisso, as implicações de tal dinâmica no sindicalismo docente podem ser mais bem compreendidas no item a seguir.

3.2.1 O movimento sindical docente da Educação Básica pública brasileira no decorrer dos anos 2000

A tomada de poder do Executivo Federal pelo PT, a partir do ano de 2003, gerou mudanças na configuração da organização sindical docente, especialmente associada às centrais sindicais. Segundo Gindin (2015), houve uma recomposição político-sindical do ativismo docente, especialmente relacionada às diferenças políticos-sindicais expressas por distintas correntes que participavam da CUT.

Enquanto antes do governo PT tomar o poder central toda esquerda sindical se mantinha dentro da CUT e a maioria dos grupos político-sindicais que atuavam na CNTE integrava o PT, após a mudança no cenário político em que o PT chega ao poder, algumas das correntes de esquerda que compunham a CUT saíram do PT e da CUT de modo a promover outros grupos sindicais, como foi o caso da formação da Conlutas e da Intersindical e também da nova central sindical, a CTB, que foi proveniente da articulação da Corrente Sindical Classista (CSC), com vinculação política ao PCdoB.

De modo geral, essa recomposição não apresentou impacto na direção das centrais sindicais, até mesmo da CNTE, que continuou composta pela aliança da Articulação Sindical – PT – e pela CSC – PCdoB, inclusive sob um crescimento do percentual de votos obtidos. Apesar disso, os desdobramentos dessa recomposição político-sindical se mostraram mais aparentes em algumas entidades de base, assim como Gindin (2015) vai indicar:

No Sind-UTE (Minas Gerais), professores da rede municipal da capital do estado se desfilaram e criaram em 2006 o Sindicato dos Trabalhadores na Rede Pública Municipal de Belo Horizonte, integrante da Conlutas. A APLB (Bahia), dirigida pelos

milитantes da CSC, desfilou-se e se incorporou à CTB. O SEPE (Rio de Janeiro), onde as correntes de esquerda tinham muita presença pelo menos desde a década de 1990, saiu da CUT e também da CNTE [...] Fora da CNTE, as entidades docentes da rede federal (a de nível básico, SINASEFE, e a de nível superior, ANDES) saíram da CUT (p. 208).

Mesmo que esse episódio de recomposição político-sindical tenha situado a CNTE em um movimento político aliado ao governo federal após 2003, pondera-se que houve um nível de interlocução inédito entre a CNTE, o governo federal e a lei do piso salarial nacional. Sobre esse processo de luta do magistério a partir da CNTE, Gindin (2015) vai destacar que:

A CNTE se concentrou em pressionar o governo desde dentro, a partir da participação das suas lideranças no PT, para nacionalizar as discussões educacionais e particularmente os debates sobre as condições de trabalho. Duas situações dificultavam a ação da direção da CNTE. Em primeiro lugar, a relativa desmobilização da categoria. Em segundo lugar, e talvez mais importante, a inexistência de uma tradição de pressionar o governo federal, como a que existe no México ou mesmo na Argentina. Ambos os fatores prejudicaram a CNTE e estimularam a sua ação institucional (p. 206).

Inicialmente, a reforma previdenciária do funcionalismo público, regulamentada no início do governo do PT, em 2003, mesmo sob a rejeição da CNTE, foi um sinal de desesperança dos professores em relação às expectativas de avanço da valorização docente e da qualidade da Educação Básica. Não obstante, nos anos seguintes a CNTE conseguiu obter alguns avanços, como no caso da discussão sobre o cenário trabalhista heterogêneo de estados e de municípios, que implicou no avanço da regulamentação do FUNDEB, da Lei do PSPN e da Conferência Nacional de Educação de 2010 (GINDIN, 2015).

Pontua-se, também, que o cenário constituído sobre a organização dos trabalhadores, especialmente na primeira década dos anos 2000, mesmo que tenha mostrado pela primeira vez uma quantidade de greves do setor público maior que do setor privado, a quantidade absoluta de greves foi a menor das últimas décadas (NORONHA, 2009). Mas, nesse processo de mobilização acerca do setor público, os professores e trabalhadores da educação ganharam destaque visto que produziram 40 greves das 138 ocorridas no funcionalismo público. Além disso, o grupo dos professores foi considerado a principal categoria dos movimentos paretistas da esfera estadual – sendo 23 de 66 greves do funcionalismo estadual (DIEESE, 2006).

Para compreender algumas singularidades no processo de disputa ou de conformação da hegemonia estabelecida no interior dos sindicatos do magistério da Educação Básica pública

diante da conjuntura política produzida no decorrer dos anos 2000, é importante evidenciar como ocorreram os enfrentamentos entre os sindicatos e os governos para garantir a materialização das políticas educacionais regulamentadas em âmbito federal.

Rodrigues (2017) ajuda compreender esse cenário quando aborda uma discussão voltada para o sindicalismo docente e o processo de valorização do professor a partir da implementação das políticas educacionais. Ao investigar o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APOESP), buscou apreender as noções de valorização do trabalho do professor, presentes nas políticas educacionais federais e estaduais, bem como nos documentos que orientaram a intervenção da entidade reivindicativa. As análises se basearam na concepção de valor contida em Marx e Engels. Para tal, o autor explorou, mediante contextualização, análise e descrição, as políticas educacionais a partir da legislação federal, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, até o Plano Nacional de Educação 2014-2024, e as políticas educacionais do estado de São Paulo entre 1997 e 2014. No campo dos sindicatos, do sindicalismo docente e da APOESP, as análises se basearam nas resoluções do 23º e 24º congressos estaduais que orientaram a intervenção sindical entre 2010 e 2016.

A partir de discussões sobre as referidas políticas, legislações e resoluções, foi evidenciado que tanto as leis federais e estaduais quanto o sindicato APOESP demonstraram não estabelecer o real sentido de valor quando mencionaram a valorização do professor. Além disso, foi observado no processo de luta do magistério um caráter econômico, reformista, e de controle do governo, que ao esvaziar seu sentido real de valor, e estabelecer novos sentidos, acabou por controlar os condicionantes relacionados ao capital trabalho (RODRIGUES, 2017).

Diante da situação de distorção de sentido sobre o real valor do trabalho docente, Rodrigues (2017) vai expressar a necessidade de os professores organizem suas lutas de forma independente dos governos e com clareza de suas pautas, inclusive com possibilidades de discussões para além de questões econômicas, retomando até mesmo o real sentido de valor, no discurso da valorização do professor, com destaque ao seu sentido axiológico e ao seu papel social.

Nota-se, portanto, que diferente do que vinha ocorrendo nos anos de 1980, o APEOESP, um dos mais representativos sindicatos docentes do Brasil, mostrou uma luta pela valorização docente com maior aproximação aos governos entre 2010 e 2016 e, aparentemente, tal circunstância colaborou para que o respectivo sindicato se distanciasse de uma compreensão real sobre o valor do trabalho docente.

Mello (2015) também contribuiu com tal compreensão da realidade à medida que analisou a perspectiva dos trabalhadores em educação do município de Porto Alegre, bem como de suas organizações reivindicativas, frente às políticas curriculares em curso em um território político com tradição de reformas progressistas e de caráter emancipatório. Segundo o autor, a Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre (ATEMPA), entidade por ele investigada, se constituiu a partir do movimento de intelectuais orgânicos de diferentes gerações e tradições de esquerda que surgiu no contexto de uma forte mobilização da sociedade civil na luta por liberdades democráticas no país. Além disso, a entidade reivindicativa demonstrou apresentar em seu histórico a produção de tensões e diálogos com gestores locais e significativos avanços diante de suas mobilizações e em face de governos progressistas. Entre os avanços, salienta-se a seguridade social (sistema previdenciário próprio), plano de cargos e carreira, e um padrão salarial razoavelmente satisfatório.

Em relação às políticas curriculares, notou-se êxito parcial da ATEMPA, pois, da mesma forma que demonstrou participação e presença na elaboração dessas políticas, em especial da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e da Educação Especial, indicou dificuldades em produzir críticas às propostas pedagógicas e curriculares conduzidas pela SEMED. Ademais, evitou formular críticas às políticas gerencialistas advindas do Ministério da Educação configuradas por influências dos organismos multilaterais e do empresariado (MELLO, 2015).

Esse posicionamento da ATEMPA impactou a organização dos trabalhadores docentes locais, de modo que enfraqueceu as ações contra-hegemônicas. A diretoria da entidade era majoritariamente petista e suas ações e posicionamento no período entre 2005 e 2013 indicou coadunar com a adesão de uma suposta “nova hegemonia”, desde o alto (MELLO, 2015). E, apesar desse processo parecer ser um movimento particular manifestado no município de Porto Alegre, pode-se considerar que:

Para além do papel de uma associação de trabalhadores em um dado município, trata-se de uma encruzilhada histórica mais ampla, já que os próprios referenciais de políticas públicas educacionais progressistas vem sendo grandemente ressignificados e reconstruídos, sobretudo desde o transformismo político e da operação produzida pelo lulismo em torno de um novo pacto social, dentro do velho paradigma do consenso entre capital e trabalho, no qual o PT se insere como sócio minoritário no novo bloco histórico dominante. Tais alterações têm provocado grandes impasses aos intelectuais orgânicos progressistas, coagidos a trilhar pelo caminho resignado de um reformismo funcional ao projeto, que cada vez menos se distingue daquele defendido pelo capital (MELLO, 2015, p. 575).

A situação citada reforça o consenso entre capital e trabalho como manifestação preponderante, inclusive, pelos grupos progressistas ou identificados como de esquerda. Luz (2017), contribui com essa discussão e salienta que esse movimento contraditório provocou inquietações por parte da categoria dos professores sobre o papel de sua entidade representativa em relação a sua ação defensiva e corporativa, seu papel junto aos governos, seu funcionamento, sobre a incorporação de novas demandas, os mecanismos de formação e informação, seus dirigentes, entre outras questões. Diante disso, a autora buscou investigar o período de 2003 a 2016, momento em que o PT esteve no comando presidencial e diversas lideranças do movimento sindical brasileiro estiveram aproximadas à estrutura governamental.

Análoga às evidências de Mello (2015), a inquirição acerca do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Estado do Pará (SINTEPP) realizada por Luz (2017) apresentou que o respectivo sindicato foi resultado da organização dos professores que manifestaram suas insatisfações em um período de efervescência do movimento sindical da década de 1980, denominado como Novo Sindicalismo. E, mesmo que por ora a direção da entidade tenha se manifestado de forma consensual com os governos, ainda assim, suas pautas e demandas estavam em sintonia com as necessidades de sua base. Inclusive, o distanciamento político-programático do SINTEPP com os governos e o Estado neoliberal esteve pautado na urgência em construir lutas em defesa do salário, carreira, formação e condições de trabalho. Nesse cenário, participou de mesas de negociações em defesa dos interesses da categoria, mas, ao mesmo tempo demonstrou aproximações aos governos ditos democráticos e populares, como os coordenados pelo PT.

Esse movimento contraditório gerou consequências para a organização dos trabalhadores manifestada no sindicalismo brasileiro de forma geral, bem como para o sindicalismo docente. Sobre isso, Luz (2017) vai explicitar que:

Tais experiências, combinadas com o processo de reestruturação produtiva e do neoliberalismo no país, provocou a existência de uma crise de identidade política e organizativa no Sindicalismo brasileiro, que foi aprofundada com a cooptação de quadros sindicais e políticos incorporados ao governo do ex-sindicalista Lula da Silva e do Partido dos Trabalhadores, quando estes assumiram a presidência da República do Brasil, desde 2003 até 2016. O caráter de tais governos é de conciliação de classes, que não apresenta incompatibilidade com a estrutura e o regime capitalista neoliberal, mas que provoca confusão no interior da classe trabalhadora, que o vê como seu governo. Isto porque, foi a vitória eleitoral de um ex-sindicalista na presidência do país; fruto da construção de um programa e organizações sindicais representativas dos interesses e demandas dos trabalhadores, o que provocou perspectivas de mudança para a classe trabalhadora, a juventude e o povo pobre do país. Esse fenômeno criou

uma República Sindical no país que acomodou dirigentes e organizações sindicais representativas dos trabalhadores à estrutura do Estado, o que interferiu na subjetividade das lideranças sindicais e de suas bases, na medida em que esperava-se que a partir do governo suas demandas fossem atendidas (p. 273-274).

As contradições presentes na sociedade civil e na sociedade política no Brasil, especialmente em relação ao governo do PT no poder, produziram, no decorrer dos anos 2000, dificuldades na formação de uma identidade política e na organização dos trabalhadores, inclusive dos docentes, para a formação de uma contra-hegemonia que fizesse oposição as prerrogativas da hegemonia neoliberal.

Além disso, nota-se, que conforme os intelectuais orgânicos da classe subalterna, que ajudaram a compor o movimento contra-hegemônico no Brasil, assumem o poder de governos e das entidades sindicais e apresentam outra postura da que era prevista pelos trabalhadores, cria-se um processo de confusão, falta de organização, conciliação e morosidade nas relações de disputa por hegemonia.

Mas, em reação a tal efeito e juntamente à crise econômica e política que se revelou no decorrer da segunda década dos anos 2000, faz-se relevante destacar a organização dos trabalhadores e das trabalhadoras da rede municipal da educação pública de Goiânia que se desligaram do movimento sindical e passaram a manifestar suas insatisfações e fazer os enfrentamentos com o governo a partir do movimento Comando de Luta. Sobre essa organização, Santos (2017, p. 10) vai explicar que:

O Comando de Luta foi um movimento auto-organizado, articulado por professores, professoras, funcionários e funcionárias administrativas da Rede Pública Municipal de Educação de Goiânia, com o objetivo de se constituir num espaço político no qual trabalhadores e trabalhadoras da educação pudessem ter uma ativa participação política, sendo cada um sujeito da sua própria História. Uma das características deste movimento denominado Comando de Luta foi a superação política da representatividade sindical e partidária da categoria, buscando outras formas alternativas de organização, nas quais trabalhadoras e trabalhadores tivessem participação direta nas tomadas de decisões e demais ações frente as negociações com o poder público municipal. O Comando de Luta estabeleceu ações, táticas e estratégias que se diferenciavam em muito das práticas sindicais atreladas aos interesses partidários e por vezes contrários aos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras da educação.

Juntamente aos trabalhadores e trabalhadoras de diferentes setores e ao movimento estudantil da Educação Básica e superior, o Comando de Luta ocupou as ruas de Goiânia com protestos e deflagrando greve contra as medidas que iam contra os anseios e necessidades dos

trabalhadores. Especificamente em 2013, as duas pautas centrais do movimento foram baseadas na exigência do pagamento integral do Dificil Acesso e na redução do tempo para o efetivo pagamento da gratificação por titularidade (30% para especialização, 40% para mestrados e 50% para doutorado) (SANTOS, 2017).

Apesar do movimento Comando de Luta ter ganhado robustez com seus posicionamentos e perspectiva de organização calcados na horizontalidade, antilegalidade e autogestão, internamente havia embates na medida em que integrantes do grupo sinalizavam a necessidade de recorrer ao apoio de vereadores e outros políticos. Com isso, o movimento perdeu forças em meados de 2013 para 2014, se dispersou e a partir dele foi formado o Simsed, sindicato que passou a representar toda a categoria dos professores e servidores do município de Goiânia (SANTOS, 2017).

Observa-se, portanto, que não houve um processo linear e estanque na organização dos trabalhadores docentes da Educação Básica pública, todavia, verificou-se uma questão que pareceu predominante na organização sindical dos anos 2000: a dificuldade da organização sindical em promover o enfrentamento às políticas neoliberais, inclusive, com o comando dos sindicatos por intelectuais com viés de esquerda, o que provocou confusão e falta de identidade na organização dos trabalhadores de forma geral.

Gramsci e Bordiga (1973) vão considerar que o sindicalismo não possui uma definição programática, a priori, já que a orientação que é estabelecida no movimento sindical está relacionada aos anseios da classe subalterna em determinados momentos históricos e conforme os grupos profissionais imprimem-lhe uma direção, bem como ações, que expressam seus posicionamentos e os definem.

No caso do movimento sindical docente da Educação Básica pública no decorrer dos anos 2000, evidencia-se que existiu uma direção de parceria com o Estado, sob a condição de fortalecer o movimento da nova pedagogia da hegemonia. Mas, juntamente a esse processo contraditório, houve manifestações relevantes acerca da luta por garantia dos direitos que vinham sendo regulamentos desde a Constituição Federal de 1988. Algumas pesquisas vão indicar as estratégias tomadas pelos sindicatos docentes no processo da luta pela valorização do magistério e, em alguns casos, pela ampliação de debates que aflige a categoria dos professores, bem como a classe trabalhadora de forma geral.

Donato (2012) identificou, por exemplo, diversos temas nas pautas de reivindicação do Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba (SISMMAC) no período de 2002 a 2011, os quais podem ser divididos em três grupos: o corporativo, o pedagógico e o político.

No primeiro grupo, foram abarcadas questões sobre a remuneração, as condições de trabalho, saúde e previdência; no segundo, melhorias do trabalho educacional com as questões pedagógicas; e, no terceiro, reivindicações que abrangeram tanto a política interna da gestão das unidades escolares quanto a política externa de gestão do sistema de ensino, a gestão democrática, o financiamento da educação e a política educacional fazem parte dos debates desse bloco.

Sobre essa demanda reivindicativa, destaca-se o relato de um professor entrevistado da rede municipal de Curitiba:

A discussão de política educacional e da questão pedagógica foi incorporada como pauta, e hoje se você for analisar a pauta de reivindicação, você tem nestas questões um número enorme de itens, coisa que antes não existia. E eu acho que a gente aprofundou mesmo além da política pública, além desta lógica de conselho, conferência, plano, uma preocupação pedagógica. E acho que a gente foi acumulando neste sentido e a gente criou grupos de estudos na entidade para discutir temas pedagógicos (DONATO, 2012, p. 106).

Ou seja, percebe-se que houve avanços e limites nos diferentes sindicatos dos professores e de distintas maneiras, ainda que tenha ocorrido uma tendência do movimento sindical docente a partir da totalidade.

No estado do Mato Grosso do Sul, as entidades sindicais vinculadas à FETEMS também apresentaram esse cenário de demandas reivindicativas distintas contra as práticas de precarização do trabalho docente. Cita-se, com isso, a luta pela contratação de professores temporários e convocados, efetivação dos concursos, cumprimento da Lei do PSPN, superlotação das salas de aulas, cumprimento das horas de planejamento, inserção das disciplinas de Filosofia e Sociologia nas escolas públicas, entre outras questões (RODRIGUEZ; FERNANDES, 2012).

De modo geral, Chiroque (2010) vai definir as principais pautas que os sindicatos docentes foram incorporando no decorrer dos anos 2000:

Os sindicatos docentes vêm cumprindo papéis relacionados com: 1. Condições de trabalho: políticas de contrato e/ou nomeações; defesa da estabilidade laboral; salários e poder aquisitivo; relações laborais; estatuto docente. Ultimamente inclui o tema da avaliação docente; 2. Condições de ensino: qualidade educativa; condições de educabilidade. 3. Políticas educativas: gratuidade da educação; privatização do ensino; orçamento educativo e gestão educativa (p.02).

Considera-se, portanto, que as políticas educacionais viabilizadas pelos diferentes documentos da educação a partir do final dos anos de 1980, ampliou a pauta do processo de luta do magistério. Outrossim, percebeu-se que, por vezes, a organização das reivindicações da categoria dos professores da Educação Básica pública se manifestou para além do movimento de exigências e negociações, assim como visto em Donato (2012) quando aponta a sistematização de grupos de estudos para os professores no SISMMAC.

Tal fato reafirma a existência de singularidades no interior do movimento sindical, inclusive, em relação ao aspecto de antagonismo à hegemonia estabelecida. Em consideração às especificidades dos governos municipais e estaduais, bem como do processo de organização e de formação dos professores da Educação Básica pública de Campo Grande - MS, busca-se compreender as tensões provocadas no sindicalismo docente da Educação Básica pública do respectivo município para assegurar a materialização das políticas de salário e de formação de professores.

Sendo assim, segue no próximo capítulo, a análise de como se constituiu a ACP, que é a entidade representativa dos professores da Educação Básica pública de Campo Grande - MS das redes municipal e estadual de ensino, e o modo como desenvolveu a luta salarial do referido grupo de professores sob orientação de sua entidade sindical.

4 A FORMAÇÃO DOS INTELECTUAIS E DOS SINDICALIZADOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA DE CAMPO GRANDE - MS E A LUTA SALARIAL

Nos capítulos anteriores foram situadas as relações estabelecidas no movimento sindical docente da Educação Básica pública brasileira, com vistas a subsidiar as possíveis particularidades do sindicalismo docente da Educação Básica pública de Campo Grande - MS, as quais devem ser analisadas de maneiras mediatizadas, entre o singular, direcionado pelas conduções locais, e o universal, produzido e desenvolvido da sociedade civil e da sociedade política da estrutura capitalista.

Em prosseguimento, o objetivo do presente capítulo foi perscrutar o sindicalismo docente da Educação Básica pública da cidade de Campo Grande - MS, fundamentalmente sobre os aspectos da formação de seus intelectuais e as lutas salariais entre os anos de 2003 e 2005. Para análise, a categoria hegemonia sustentou o eixo das discussões juntamente a conceitos correlacionados, tais como: partido político, intelectuais, centralismo democrático/democracia, sindicalismo teórico e consciência política.

Ressalta-se, ainda, que as análises vertidas à elaboração da tese não buscaram apresentar resultados a partir de esquemas mecânicos. Com apoio em Gramsci (2014), o propósito foi compreender a realidade a partir da própria história do sindicalismo docente em sua infinita variedade e multiplicidade.

Para tal, o capítulo foi sistematizado em dois momentos: 1º) Na compreensão da formação populacional e dos intelectuais de Campo Grande - MS, bem como na composição e a na organização da ACP, considerando sua relação com a sociedade civil e com a sociedade política entre os anos de 2003 e 2015; e 2º) Na análise da luta salarial da respectiva entidade reivindicativa, na gestão que perdurou entre os anos de 2003 e 2005.

Sendo assim, a frente segue as discussões e a análise acerca da formação populacional e dos intelectuais de Campo Grande - MS, especialmente em torno do seu desenvolvimento entre os anos de 2003 e 2015.

4.1 A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - MS E A FORMAÇÃO DOS INTELLECTUAIS QUE CONSTITUÍRAM A EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA DE CAMPO GRANDE - MS

Entre os pressupostos de Gramsci (2001) sobre a hegemonia, destaca-se a prerrogativa de que o desenvolvimento da consciência política dos intelectuais é influenciado pelo modo como a sociedade venha se conceber em seu aspecto material. Conforme o autor, quando uma sociedade se funda sob um caráter predominantemente urbano, originário de um novo tipo econômico, há uma tendência de se formar intelectuais com maior homogeneidade. Em contrapartida, se a sociedade é difundida a partir do ambiente rural, ou ainda, por meio de distintas ideologias religiosas, mostra-se uma composição mais heterogênea.

Com base nisso, é fundamental, *a priori*, discernir o processo de elaboração e consolidação do município de Campo Grande - MS, a fim de prospectar alguma tendência da formação dos intelectuais que se constituíram na população do município, assim como uma perspectiva do desenvolvimento da consciência política coletiva, a qual pode ajudar a evidenciar as manifestações do movimento sindical docente.

Inicialmente, portanto, considera-se que a história econômica do Brasil foi produzida sob um caráter capitalista, colonizador e escravocrata, haja vista o domínio europeu no século XVI. Nesse processo, foi predominante o desenvolvimento das atividades econômicas em ambiente rural no país, mesmo que essa dinâmica tenha significado o desenvolvimento do capitalismo urbano-industrial europeu (PRADO JUNIOR, 1961)³¹.

A formação urbano-industrial brasileira, nesse processo de avanço do capitalismo mundial, mostrou sua ascensão tardiamente quando comparada aos países desenvolvidos. Além disso, o vasto território brasileiro impediu o progresso da industrialização de maneira uniforme. Campo Grande - MS, em face desse movimento nacional de gênese ruralista, sofreu um processo tardio, tanto em relação ao seu desenvolvimento urbano-industrial como em torno da formação populacional rural. Cenário que revelou um movimento mais atrasado no município, em meados do séc. XX, quando comparado a outros centros como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro.

³¹ Ressalta-se que considerou-se aqui a concepção de desenvolvimento econômico do Brasil a partir de Prado Junior (1961), mas faz importante anunciar que esse é um debate acadêmico relevante e que outras concepções são apontadas.

Especificamente em relação a Campo Grande - MS, salienta-se que o seu crescimento urbano-populacional apresentou significativa importância a partir de 1914, devido à construção da ferrovia noroeste do Brasil. De acordo com Pavão (2005), a respectiva ferrovia significou emprego para um grande contingente de estrangeiros. Sobre esse momento, destaca-se que:

[...] trabalhavam nas lavouras de café, no estado de São Paulo, tendo como maior grupo os japoneses que se instalaram, ao fim da implantação deste ramal da ferrovia, em terras Sul-Mato-Grossenses, implantando principalmente a atividade agrícola (produção de hortaliças, além de outras atividades), e que estimularam a difusão de feiras livres nas cidades do Sul do Estado. Outro grupo que se beneficiou do desenvolvimento trazido pelos trilhos foram os libaneses, que, com o capital acumulado em sua terra natal, vieram explorar a atividade comercial em Corumbá e, posteriormente, em Campo Grande, onde tiveram excelentes resultados. Além destes imigrantes, vieram, em menor número, os italianos, espanhóis e, principalmente, outros povos árabes (p. 111-112).

Identifica-se, com isso, que a formação populacional de Campo Grande - MS se desenvolveu a partir de influências ideológicas distintas, ao considerar que o seu processo migratório sofreu influência de distintos estados e países. As atividades econômicas do município, segundo Pavão (2005), foram constituídas a partir da pecuária e do comércio, as quais começaram a se intensificar, especialmente, com as relações estabelecidas com o estado de São Paulo a partir da construção da via férrea. A pequena agricultura também foi uma atividade econômica presente, mas que não era suficiente para o consumo interno, todavia, esse foi outro meio de fomentar o comércio.

A instalação dos quartéis no município de Campo Grande - MS, a partir de 1930, principiou o processo de ocupação e expansão populacional e territorial. Porém, durante os anos de 1960 ocorreu uma explosão do tecido urbano, período em que surgiram os grandes loteamentos afastados do centro comercial, destinados, em sua maioria, a abrigar a população de baixa renda. Entre 1970 e 1980 constatou-se a maior taxa de crescimento anual, com 7,6% (CAMPO GRANDE, 2017).

Essa expansão no tecido urbano de Campo Grande - MS, pode se explicar pelo processo de industrialização que ocorreu nacionalmente e, também, pelo influxo da construção de Brasília, a qual foi inaugurada no ano de 1960. Esse movimento propiciou um Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960), com investimentos federais na região do sul de Mato Grosso mediante a implantação de rodovias que cortaram o estado de norte a sul. Essa condição provocou o desenvolvimento e a modernização da agropecuária aos moldes empresariais capitalistas nos anos de 1960 e 1970. Não aleatoriamente, o município foi

considerado, nos anos de 1970, uma das quatro cidades em destaque do Centro-Oeste (PAVÃO, 2005).

Se por um lado os anos de 1960 e 1970 foram marcados por um crescimento populacional significativo, por outro, após 1980, existiu uma desaceleração na expansão demográfica, sendo que entre os anos de 2000 e 2010 essa taxa caiu para 1,72% (CAMPO GRANDE, 2017).

Com isso, os anos 2000 indicaram uma tendência de desaceleração populacional no município de Campo Grande - MS, inclusive, com as suas influências imigratórias consolidadas. Pode-se considerar, de modo geral, que:

Os principais motivos para a aglomeração urbana em Campo Grande foram a existência ou instalações do conjunto de instituições públicas e privadas, concentrando considerável contingente de funcionários públicos (federais civis e militares; estaduais (e de estatais) e da prefeitura); com a administração estadual centralizada no Parque dos Poderes (sede do governo estadual), além do grande número de empresas ligadas ao setor terciário (comércio, bancos, assistência médico-hospitalar, centros de educação fundamental, médio e superior, etc.) (PAVÃO, 2005, p. 179).

Compreende-se, portanto, que o desenvolvimento econômico do município apresentou reduzida influência do movimento urbano-industrial, tendo em conta o maior investimento estatal e dos grandes capitais no processo de modernização e industrialização rural, ou seja, no setor da agropecuária. Além disso, o setor terciário (comércio e a prestação de serviços) indicou importante evidência na atividade econômica interna. Esse cenário configurou um caráter heterogêneo, tanto em relação às atividades econômicas, quanto acerca das interferências ideológicas constituídas no município diante do seu movimento migratório.

Para identificar como o desenvolvimento das atividades econômicas se estabeleceram no decorrer dos anos 2000, período de investigação da presente pesquisa, segue a tabela abaixo:

Quadro 10 — Participação percentual por atividade econômica no município de Campo Grande – MS, proveniente da arrecadação ICMS – 2007 a 2016

Especificação	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Agricultura	5,95	8,11	4,20	3,38	3,57	2,63	2,90	3,30	4,05	2,61
Comércio	41,43	44,17	47,58	49,19	46,60	49,22	53,64	55,89	51,43	55,72
Eventuais	0,39	0,62	0,57	0,82	0,52	0,53	0,60	0,46	0,35	0,39
Indústria	4,07	5,62	5,91	6,67	7,75	9,16	8,60	7,83	6,96	8,78
Pecuária	2,88	3,40	3,92	4,06	3,14	3,56	3,13	2,72	2,27	3,18
Serviços	45,28	38,07	37,82	35,88	38,42	34,90	31,13	29,81	34,94	29,33

Fonte: Fonte: CAMPO GRANDE - MS (2017).

Três aspectos devem ser considerados na tabela 1 sobre o desenvolvimento econômico de Campo Grande - MS no decorrer dos anos 2000: 1) que as atividades dos setores de comércio e de serviços mostraram-se preeminentes no respectivo período, mesmo que se tenha ocorrido uma queda no ramo de serviços e um crescimento no ramo do comércio a partir de 2007; 2) que a agricultura e a pecuária não foram as atividades econômicas centrais, mesmo que o investimento estatal e dos grandes capitais tenha sido relevante na história da expansão do Mato Grosso do Sul; e 3) que apesar da indústria não ter se mostrado como a atividade dominante no desenvolvimento do município, houve uma ascensão a partir de 2007 no setor, sendo que, no ano de 2009, apresentou-se como a 3ª principal atividade econômica, superando a agricultura.

Ao associar esses elementos aos fundamentos teóricos de Gramsci (2001), os quais levam em conta a relação da base material e a formação dos intelectuais, considera-se que o município de Campo Grande - MS indicou, ainda nos anos 2000, uma tendência heterogênea na configuração da formação dos intelectuais, haja vista que se verificou um baixo desenvolvimento do setor industrial, ou seja, do principal setor do novo modelo econômico e a prevalência dos ramos de comércio e de serviços, que são significativamente diversos em suas possibilidades de atuação.

Gramsci (2014; 2001) ainda vai ressaltar que a relação dos intelectuais com o mundo da produção não é imediata, como ocorre nos grupos sociais fundamentais, mas mediatizada, em diversos graus, por todo tecido social, pelo conjunto das superestruturas (sociedade civil e a sociedade política). Para o autor, a formação do terreno econômico está simultaneamente atrelada ao desenvolvimento político, ideológico, jurídico, político, intelectual, filosófico, entre outros aspectos.

Em relação ao movimento político no período de investigação, considera-se que, especialmente na primeira década dos anos 2000, a sociedade brasileira viveu um processo de descontentamento com a conjuntura político-econômica proveniente da crise estrutural que repercutiu no país nos anos de 1990. Com efeito, essa situação promoveu um esforço político para defender a manutenção da estrutura capitalista a partir de pautas políticas progressistas e com maior intervenção estatal. Para compreender como esse movimento foi manifesto localmente, busca-se esquadriñar como ocorreu a dinâmica dos partidos políticos que estiveram no poder central e local entre os anos de 2003 e 2015.

Assim como visto nos capítulos anteriores, o ano de 2003 foi marcado pela mudança de comando do poder executivo central, de forma que o PT ascendeu com suas pautas político-econômicas, assumiu o poder presidencial e perdurou até 2016. No estado do Mato Grosso do Sul, o PT também sinalizou sua ascensão nos anos de 1999 a 2007, de forma que alcançou o comando do governo estadual, com a representação do José Orcírio, mais conhecido como Zeca do PT, após anos de governança do PMDB e do Partido Democrático Social (PDS), representados muitas vezes pelos mesmos sujeitos, como no caso de Marcelo Miranda e Pedro Pedrossian.

Esse cenário no estado evidencia que as forças contra-hegemônicas desenvolvidas pelo PT a partir de 1980 foram disseminadas, gradativamente, pelos diversos estados e municípios brasileiros, de modo que no estado de Mato Grosso do Sul, no ano de 1998, o respectivo partido conquistou o comando do executivo estadual antes mesmo de alcançar o controle nacional.

Em Campo Grande - MS, esse movimento mostrou sinais anteriormente à essa conquista estabelecida no estado, já que houve uma disputa acirrada entre André Puccinelli (PMDB) e José Orcírio (PT) nas eleições para prefeito no ano de 1996, sendo que o primeiro saiu vitorioso, com 50,08% dos votos válidos, e o segundo com 49,92%. Cabe ressaltar que no primeiro turno o candidato José Orcírio (PT) ficou em primeiro lugar, com 38% dos votos válidos e André Puccinelli ficou em segundo lugar com 30,9% (MATO GROSSO DO SUL, 1996).

Após as eleições municipais de 1996, o PT permaneceu presente como partido de massa no movimento político de Campo Grande - MS, mas não logrou êxitos significativos para comandar a administração da cidade, tanto que André Puccinelli foi reeleito no primeiro turno no ano 2000. Sendo assim, enquanto o PT ganhou robustez no decorrer dos anos 2000 no cenário nacional, permanecendo no poder durante treze anos, no município de Campo Grande - MS perdeu força na disputa pela hegemonia, de forma que o PMDB permaneceu no domínio até 2012.

Essa situação indica que não houve um movimento contra-hegemônico orgânico em um coletivo significativo da população Campo-grandenses, já que as prerrogativas anunciadas pelo PT, por meio de diferentes lideranças, não conseguiram ter sucesso no interior da sociedade civil local para o alcance do poder executivo. Percebe-se, com isso, que existiu um processo de persuasão a partir da liderança do Zeca do PT, mas a formação política dos intelectuais que constituíram o município não manifestou um movimento consciente a partir de uma concepção político-ideológica consolidada.

Sendo assim, os prefeitos do PMDB eleitos e que cumpriram seus mandatos no município de Campo Grande - MS foram, respectivamente, André Puccinelli (1997-2004) e Nelson Trad Filho (2005-2012), com dois mandatos cada um. De 2013 a 2016, revezaram na gestão municipal representantes do Partido Progressista (PP). Assim como visto no cenário nacional, o referido período viveu um processo de tensão político-econômica, também com a concretização de um impeachment, de maneira que a prefeitura foi comandada por Alcides Bernal (PP) (2013-2014) (2015-2016), e por Gilmar Olarte (PP) (2014-2015) – vice-prefeito de Alcides Bernal.

Para Gramsci (2000), os partidos políticos na sociedade moderna representam adequações éticos-morais e políticas, as quais expressam concepções de mundo formuladas na sociedade, além de experimentações históricas na elaboração de novas intelectualidades e de novos encaminhamentos teórico-práticos na dinâmica de disputa pela hegemonia.

Com base nisso, considera-se que o PT, enquanto partido político que revela, socialmente, uma concepção política, ética e moral de representação da classe trabalhadora, não pareceu avançar concretamente com suas ideias e ideais na massa populacional de Campo Grande - MS no decorrer dos anos 2000. Contrariamente, o projeto societário apresentado pelo PMDB mostrou alcançar maior consenso da população por longos períodos, garantindo o controle da hegemonia cultural burguesa.

Desse modo, o cenário político-ideológico na formação dos intelectuais do município indicou uma perspectiva reacionária³², considerando que as forças progressistas que mostraram domínio nacionalmente nos anos 2000 se manifestaram de forma mais restrita localmente.

³²Gramsci (2000) utiliza o termo reacionário algumas vezes e, em todas elas, aponta o sentido de condição repressora das forças vivas que se manifestam na sociedade em diferentes momentos da história. Reacionário, portanto, faz oposição ao que é progressista. A exemplo, quando aborda a questão dos partidos, explicita, em seus termos, que: Portanto, a função de polícia de um partido pode ser progressista ou reacionária: é progressista quando aspira a manter na órbita da legalidade as forças reacionárias aliadas do poder e a elevar ao nível da nova legalidade as massas atrasadas. É reacionária quando aspira a reprimir as forças vivas da história e a manter uma legalidade ultrapassada, anti-histórica, tornada extrínseca (p. 308).

Diante disso, fez-se necessário identificar como esse escopo se expressou na Educação Básica pública e, de forma mais específica, no âmbito do movimento sindical. Para tal, foram investigadas as tendências de concepções de mundo manifestadas na composição dos professores da Educação Básica pública do município e, assim, buscou-se desvelar, a partir de um questionário aplicado nos docentes, como as distintas tendências ideológicas influenciaram a organização coletiva dos professores por meio do movimento sindical.

Na elaboração do questionário para os docentes da Educação Básica pública de Campo Grande - MS, no bloco de perguntas sobre o sindicalismo, uma das questões pretendeu verificar a aproximação dos docentes com as concepções de mundo representadas pelos partidos políticos. Diretamente, perguntou-se: Você faz/fez parte ou se aproxima(ou) da concepção de mundo de algum partido político? Tal questão baseou-se na relevância que Gramsci (2014) revelou aos partidos políticos na sociedade moderna.

Responderam o questionário 146 professores de distintas áreas, sendo 19,9% convocados e 80,1% efetivos. Desses docentes, 0,6% possuem ensino normal médio, 13% são graduados, 63,7% possuem pós-graduação lato sensu, 20,5% mestrado, 3,4% doutorado. Outra característica da população que participou da pesquisa foi a variação do período de atuação desses docentes, sendo assim, dos 146 professores, 40 atuavam na rede pública desde antes de 2003, 5 são aposentados e, também, atuaram desde antes de 2003, 25 iniciaram na rede pública entre os anos de 2003 e 2009, 34 no período de 2010 a 2015, 40 docentes principiaram entre os anos de 2016 e 2020 e apenas 2 começaram no ano de 2021. Apresentado o perfil da população que respondeu o questionário, o gráfico abaixo vai mostrar o percentual de sindicalização desses docentes:

Gráfico 1 — Percentual de filiação dos professores das redes municipal e estadual que responderam o questionário



Fonte: Questionário para professores da Educação Básica pública de Campo Grande - MS (MACIEL, 2021).

O gráfico mostra que nem a metade dos professores, especificamente 40%, que responderam ao questionário são sindicalizados. Esse resultado foi uma mostra do cenário de sindicalização docente da Educação Básica pública de Campo Grande - MS quando considerado o total de docentes. De uma média de 6.853 professores ativos da rede pública entre os anos de 2007 e 2019 e um quantitativo de 3.115 docentes ativos sindicalizados no mesmo período (ACP, 2021a), foi identificado que 45% eram filiados à ACP, percentual aproximado ao dos respondentes do questionário. Os aposentados não foram inseridos na contagem, pois não foi possível estimar o número total de professores aposentados, mesmo que fosse delimitado um período.

Em relação às respostas sobre a questão acerca da concepção de mundo desses docentes participantes da pesquisa, 73% demonstraram não terem proximidade aos projetos societários expressos nos diferentes partidos políticos. Apenas 23% afirmaram aproximação às propostas de algum partido. Desses últimos, 13 professores expressaram identificação ao PT, 11 manifestaram conformidade com os chamados partidos de esquerda ou a linha socialista, 4 respostas mencionaram o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), 2 o PCB, 2 o PCdoB, 2 o PSB e houve 1 resposta para o PMDB, 1 para o PSDB, 1 para o PSL e 1 para o PSD.

Percebe-se, portanto, que há uma tendência heterogênea na formação ideológica, ética e moral desses intelectuais que constituíram a Educação Básica pública de Campo Grande - MS, mas com predominância de uma suposta “neutralidade”. Se consideradas as prerrogativas de Gramsci (2014), as quais compreendem que na mais simples manifestação de uma atividade

intelectual está contida uma concepção do mundo, pode-se entender que essa condição de “neutralidade” também representa uma concepção de mundo, já que demonstra conformidade ao modo como a sociedade está organizada. Sendo assim, percebe-se que a composição dos intelectuais que constituem a Educação Básica do município está diretamente relacionada ao cenário reacionário identificado no processo político do município.

Foi verificado, também, de forma específica, a concepção de mundo dos docentes da Educação Básica do município que eram sindicalizados, para identificar se o processo de sindicalização poderia gerar alguma perspectiva progressista ou coadunava com a tendência reacionária da população do município, bem como dos professores do ensino público.

Sendo assim, dos 56 professores sindicalizados que responderam ao questionário, 47% deles apresentaram proximidade à concepção de mundo com algum partido político, sendo que os partidos que manifestaram maior conformidade entre esse grupo de docentes foram o PCdoB, o PCB, o PSOL, o PT e o PSB. Além desses, os docentes utilizaram, também, os termos esquerda, socialista e progressista para expressar a sua concepção de mundo. Os outros 53% dos professores sindicalizados que participaram desse processo investigativo, manifestaram “neutralidade” e, portanto, uma tendência mais reacionária.

O que se apresentou na composição da base da ACP, portanto, foi uma perspectiva mais progressista e revolucionária quando comparada à população de professores da Educação Básica de forma geral. Apesar disso, a maioria dos docentes sindicalizados que responderam ao questionário expressaram um caráter reacionário representado por uma suposta “neutralidade”. Dessa forma, considera-se que o movimento sindical docente concentrou um volume importante de intelectuais em antagonismo à cultura hegemônica, entretanto, o movimento conservador baseado na neutralidade ainda foi, aparentemente, mais expressivo.

Com base nos fundamentos gramscianos, evidencia-se que há uma forma desagregada e ocasional de compreender as relações estabelecidas no movimento da sociedade civil, de maneira que a concepção de mundo imposta mecanicamente pelo ambiente exterior se mostrou predominante entre os docentes (GRAMSCI, 2014).

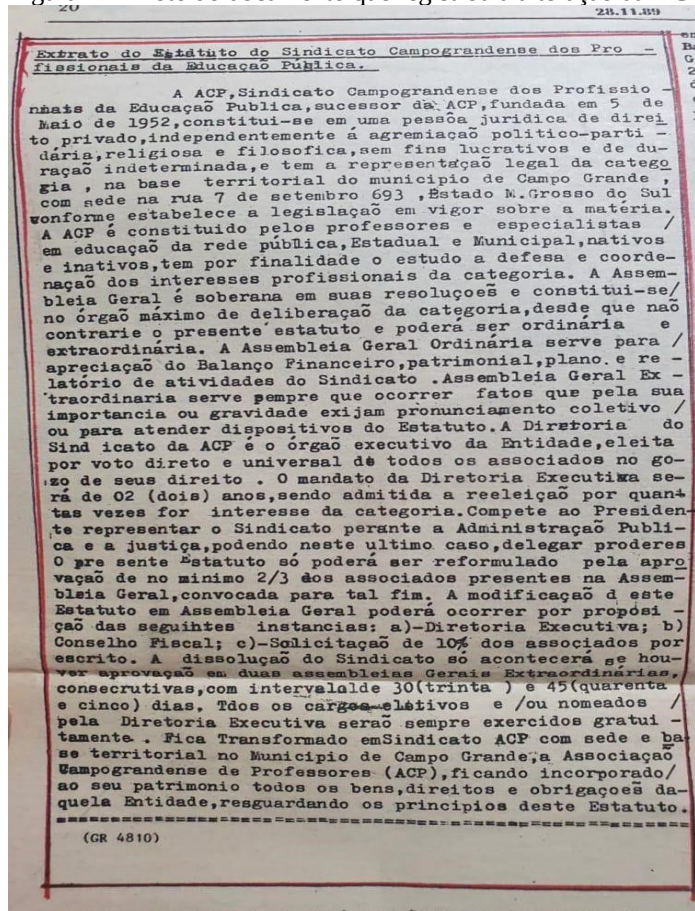
Presumivelmente, identifica-se que há um escopo favorável no município de Campo Grande - MS, bem como na Educação Básica pública do município, que propicia um potencial subjugado às imposições hegemônicas de caráter pacífico e servil tendo em conta a preeminente “neutralidade” manifestada. Situação que pode influenciar o processo do movimento sindical e da luta salarial.

Para contribuir com esse cenário relacionado à formação dos intelectuais, cujo desenvolvimento orienta os posicionamentos, bem como o movimento sindical docente dos professores da Educação Básica pública de Campo Grande - MS, pretende-se, à frente, compreender a composição e a organização da estrutura sindical da ACP entre os anos de 2003 e 2015.

4.1.1 O Sindicato Campo-Grandense dos Profissionais da Educação Pública (ACP): sua composição e estruturação

A ACP é a entidade reivindicativa que representa a categoria dos professores da Educação Básica pública de Campo Grande - MS desde o ano de 1952. Foi constituída como associação no respectivo ano e, em 28 de novembro de 1989, um ano após a regulamentação da Constituição Federal de 1988, momento em que foi assegurada a sindicalização dos servidores públicos, se tornou sindicato, mesmo sem alteração da sua sigla ACP. Segue abaixo, uma foto do documento que representou esse processo da entidade:

Figura 1 — Foto do documento que registrou a alteração da ACP de associação a sindicato



Fonte: Foto fornecida pelo Secretário Geral da ACP.

Assim como abordado no capítulo anterior, a ACP originou-se em um momento histórico em que houve certa ampliação das associações dos professores - anos de 1950, mas sob um caráter moroso e conciliador, ainda que algumas associações docentes, em especial das regiões sudeste e nordeste, demonstraram atuações combativas por meio, inclusive, de paralisações e greves. Desse modo, a ACP surgiu a partir de uma perspectiva moderada, além de pouca participação da base da categoria dos professores. Na concepção de Biasotto e Tetila (1991) esse momento foi marcado por:

Tempos difíceis para pretender-se em Mato Grosso que associações de professores chegassem a ponto de motivar ações questionadoras, reivindicatórias, capazes de redefinir o modo de pensar e agir tradicionais. Pelo que se sabe, além da submissão, e até por causa dela, o magistério da época já se via penalizado pela mescla com profissionais de outras áreas, ingerência política, insegurança no emprego, indigência salarial, sobrecarga de trabalho, anomalias tais que se impuseram sem tréguas ao professorado do estado até o final dos anos setenta (p. 19).

Esse cenário anunciado, elucida que o movimento inicial da ACP se baseou numa concepção sindical calcada em pressupostos do sindicalismo teórico, pois além de não demonstrar um processo de organização em torno das questões corporativas, indicou relevante privação de consciência da categoria dos professores em se reconhecer enquanto grupo subalterno que detinham força para a elaboração de uma nova concepção de mundo para construção de uma contra-hegemonia.

Rodríguez e Fernandes (2013) auxiliam na compreensão desse movimento reacionário na constituição e desenvolvimento primário da ACP, à medida que citam a resistência da entidade reivindicativa, por um longo tempo, para não se vincular à CUT, que foi um mecanismo e estratégia de unificação dos trabalhadores.

Situação que indica certa resistência do movimento sindical docente da Educação Básica pública de Campo Grande - MS em progredir no processo de desenvolvimento da consciência política coletiva, isso porque não pareceram ampliar o seu grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado por outros grupos sociais de mesma classe (GRAMSCI, 2000).

Boito Junior (1996), quando discutiu a relação entre hegemonia e sindicalismo no período da ascensão do projeto neoliberal no Brasil, explicou haver três grupos principais que compunham o movimento sindical brasileiro: os pelegos, os reformistas e os revolucionários.

Esse primeiro é fruto da estrutura sindical corporativa de Estado e os dirigentes da entidade possuem uma prática essencialmente governista. São politicamente conservadores, combatem as correntes reformistas mais avançadas e as correntes revolucionárias. Em relação ao plano de ação de reivindicações desse grupo, se manifestam sob um espectro que vai da passividade completa à ação reivindicativa moderada e localizada. Os reformistas e os revolucionários, em contrapartida, baseiam-se em orientações mais combativas.

Sendo assim, a passividade, a submissão e o modo reacionário da ACP em seu movimento primitivo, indicou manifestar uma perspectiva calcada no peleguismo. Tal configuração influenciou e orientou o movimento sindical docente por meio da entidade ainda no decorrer dos anos de 1980 e de 1990. Isso porque o espectro moderado se mostrou proeminente quando comparado às manifestações orientadas pela FETEMS e pela ACP no final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990. Ou seja, enquanto houve resistência da ACP para alteração de sua sigla no processo de legalização da sindicalização do funcionalismo público, bem como para composição à CUT, a FETEMS alterou sua condição de associação para federação mudando a sigla de FEPROSUL para FETEMS e desde o início da sua existência manifestou-se favoravelmente em vincular-se à CUT. Essas circunstâncias evidenciam a falta de valorização da ACP com a defesa pela ampliação do processo de homogeneização da classe trabalhadora e, portanto, com o desenvolvimento da consciência política coletiva ainda nesse período.

Essas evidências ajudam compreender a constituição e o desenvolvimento da ACP entre os anos de 2003 e 2015 a partir das múltiplas sínteses estabelecidas pelo movimento da história. Diante da complexidade das relações produzidas nesse processo, fez-se importante analisar o movimento sindical docente sob o crivo da disputa por hegemonia e, com isso, mediante aproximações e distanciamentos do movimento da entidade às prerrogativas do sindicalismo teórico, do peleguismo e de rumos mais progressistas no respectivo período.

Sendo assim, foi fundamental, inicialmente, compreender a dinâmica de filiação da ACP, ou seja, os docentes que puderam ser vinculados à entidade. Para tal, conforme o Art. 48 do estatuto:

Poderá filiar-se ao Sindicato Campo-grandense dos Profissionais da Educação Pública ACP, todo profissional da educação pública, ativo e aposentado, que exerça atividade na rede pública municipal e estadual e que possua formação técnico-pedagógica, conforme legislação em vigor (ACP, 2018).

Conforme a normatização apresentada, a ACP não é um sindicato que defende apenas os interesses dos trabalhadores docentes da rede municipal, defende também os interesses dos professores da rede estadual de Campo Grande - MS, sejam os professores da ativa, sejam os aposentados.

Para esclarecer a relação da FETEMS nesse processo, tendo em conta que é uma federação que representa os profissionais da educação do Mato Grosso do Sul, segue as denominações regulamentadas pelo estatuto da FETEMS:

Art. 2º - A FETEMS, nos termos do caput do artigo 534 da CLT, é constituída pelos Sindicatos dos Trabalhadores em Educação das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado de Mato Grosso do Sul e automaticamente dos filiados dos respectivos sindicatos afiliados e, reger-se-á por este Estatuto, garantindo plena democracia a todos os seus organismos e instâncias, bem como pela ampla liberdade de expressão e de opinião, na luta pela autonomia econômica, política e organizacional do trabalhador. §1º - A FETEMS representa e substitui para fins legais todos os filiados dos seus sindicatos perante os poderes constituídos do Brasil, Estado de Mato Grosso do Sul e seus municípios, nos limites definidos neste estatuto. §2º - Os associados dos sindicatos afiliados são filiados da FETEMS para todos os efeitos, enquanto forem sócios dos sindicatos e estes forem afiliados da FETEMS, sendo expressamente vedado que qualquer trabalhador em educação se mantenha filiado apenas à FETEMS, independente do vínculo: efetivo ou temporário (FETEMS, 2022).

Sendo assim, a ACP é o sindicato que representa os docentes de Campo Grande - MS e, por conseguinte, esses docentes da rede municipal e da rede estadual de ensino são automaticamente filiados à FETEMS, independente, aliás, se tiver vínculo efetivo ou por contrato temporário.

Em relação à vinculação dessas entidades reivindicativas às centrais sindicais, no estatuto da ACP não há alguma menção que a entidade possui filiação com outras entidades reivindicativas, mas no estatuto da FETEMS, em sua denominação, está normatizada a filiação da FETEMS à CUT e à CNTE.

Essa distinção nos delineamentos contidos nos estatutos da ACP e da FETEMS ajuda perceber que os posicionamentos da entidade investigada se revelaram, em primeira instância, em antagonismo a possibilidade de um movimento homogêneo que se orientasse pela unidade dos trabalhadores, o que gera tensão, em certa medida, estruturas favoráveis à unidade cultural procedente da classe subalterna com o propósito de se tornar hegemônica.

Para ampliar com maiores detalhes a situação da ACP no período definido para investigação (2003-2015), segue a tabela abaixo com um panorama das filiações:

Tabela 1 — Panorama das filiações da ACP no período entre 2003 e 2015

Ano	Total	Ap.	Total filiados ativos	Filiados (ativos) efetivos município	Filiados (ativos) convocado município	Filiados ap. município	Filiados (ativos) efetivos estado	Filiados (ativos) convocados estado	Filiados ap. estados
2003	4.288	1.345	2.943	1.315	0	250	1.529	99	1095
2004	4.796	1.849	2.947	1.318	0	186	1.543	86	1.663
2005	4.615	1.778	2.837	1.232	0	165	1.559	46	1.613
2006	5.147	2.011	3.136	1.504	0	164	1.522	110	1.847
2007	5.435	2.110	3.325	1.646	0	268	1.581	98	1.842
2008	5.410	2.129	3.281	1.577	0	287	1.628	76	1.842
2009	5.647	2.149	3.498	1.682	0	297	1.734	82	1.852
2010	4.602	1.620	2.982	1.741	0	327	1.165	76	1.293
2011	4.768	1.688	3.080	1.661	120	341	1.189	110	1.347
2012	4.566	1.774	2.792	1.578	146	335	930	138	1439
2013	4.509	1.758	2.751	1.602	148	345	886	115	1.413
2014	4.987	1.820	3.167	1.890	214	390	988	75	1.430
2015	5.112	1.835	3.277	2.050	192	383	941	94	1.452

Fonte: (ACP, 2021a) Organização: (MACIEL, 2021). Notas: O mesmo CPF pode ter dois vínculos de filiação em alguns casos considerando a variação na quantidade de filiados no decorrer de um ano, foi considerada a quantidade de filiados do mês de novembro. Obs.: Onde se encontra "Ap.", leia-se "aposentados".

A tabela 1 mostra que há uma predominância na filiação de professores efetivos ativos e, se realizada uma média dos filiados da ACP dos anos apresentados (2003-2015), verifica-se que esse grupo compõe 62% das filiações. Os docentes aposentados, apesar de inativos, apresentaram uma participação sindical importante, tendo em conta que constituíram 37% dos filiados, que se refere a uma quantidade relevante, considerando o 1% das filiações dos professores contratados.

Aliás, se observada a tabela com maior atenção à rede estadual, identifica-se que o quantitativo de professores aposentados filiados só não foi maior que o de professores efetivos ativos no ano de 2003. Se examinada a média dos anos, encontra-se que houve 7,5% a mais de filiações de professores aposentados na respectiva rede do que de professores efetivos. Na rede municipal esse cenário não foi aparente, já houve 68,5% a mais de professores efetivos filiados do que professores aposentados. O que se apresentou em comum nas duas redes foi a quantidade reduzida de professores convocados filiados, pois em ambas as redes esse grupo correspondeu a 3% das filiações.

Essa situação restrita na participação dos professores convocados indicada pode evidenciar um problema na luta do magistério na medida em que houve uma quantidade importante de professores convocados na Educação Básica pública de Campo Grande - MS, assim como indica a tabela 2:

Tabela 2 — Quantidade de docentes contratados e efetivos nas redes municipal e estadual de ensino – 2011 a 2019

Ano	Rede Municipal Professor Efetivo	Rede Municipal Professor Contratado	Rede Estadual Professor Efetivo	Rede Estadual Professor Contratado	Total de efetivos	Total de Contratados	Total
2011	2.351	1.110	1.404	1.406	3.755	2.516	6.271
2012	2.490	1.242	1.330	1.425	3.820	2.667	6.487
2013	2.343	1.705	1.198	1.518	3.541	3.223	6.764
2014	2.516	2.162	1.379	1.656	4.678	3.818	8.496
2015	2.380	2.612	1.404	1.885	3.784	4.497	8.281

Fonte: BRASIL - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Sinopses Estatísticas da Educação Básica (2011; 2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018; 2019) Organização: (MACIEL, 2021) Notas: 1 - Docentes referem-se aos indivíduos que estavam em efetiva regência de classe na data de referência do Censo Escolar da Educação Básica. 2 - No total do Município, os docentes são contados uma única vez em cada município, portanto o total não representa a soma dos 5.570 municípios ou das localizações/dependências administrativas, pois o mesmo docente pode atuar em mais de uma unidade de agregação. 3 - Os docentes são contados somente uma vez em cada localização/dependência administrativa, independente de atuarem em mais de uma delas. 4- Inclui os docentes que atuam no Ensino Regular e/ou EJA. 5 - O número de docentes do Ensino Regular e/ou EJA considera também os docentes da Educação Especial em Classes Exclusivas.

Ainda que não tenha sido possível encontrar dados com base no CPF de cada professor ativo de Campo Grande - MS desde 2003, observa-se que, pelo menos entre 2011 e 2015 houve um crescimento 25% na quantidade total de professores. Juntamente a tal ascendência, verifica-se um crescimento da quantidade de professores contratados nas duas redes de ensino e sem aumento significativo no volume de professores efetivos. Aliás, em 2015, a quantidade de professores contratados da rede municipal foi 9% a mais do que de professores efetivos.

Na rede estadual, o cenário foi ainda pior, de modo que desde 2011 o volume de professores contratados já era 1% maior do que de efetivos e no ano de 2015 o quantitativo atingiu 25,5%. Na soma das duas redes, a sobreposição na quantidade de professores contratados em relação aos efetivos se manifestou no ano 2015, de modo que a Educação Básica pública de Campo Grande - MS apresentou quase 26% a mais de professores contratados do que de professores efetivos.

Compreende-se então que esse cenário se encontra marcado por um volume importante de professores com contrato temporário, ou seja, sob condições instáveis de empregabilidade.

Situação que promove, no caso do funcionalismo público, maior controle do Estado e, assim, dificuldades no processo de organização sindical. Para investigar a relação entre a situação funcional do professor e a sindicalização, segue a tabela abaixo:

Tabela 3 — Percentual de filiação na ACP com base no total de professores ativos (por CPF) da Educação Básica pública de Campo Grande - MS (2011-2015)

Ano	% de filiação de efetivos na rede municipal	% de filiação de contratado na rede municipal	% de filiação de efetivos na rede estadual	% de filiação de contratados na rede estadual
2011	70%	10%	84%	7,8%
2012	63,3%	11%	70%	9,6%
2013	68,3%	8,5%	73%	7,5%
2014	75%	9,8%	71%	4,5%
2015	86%	7,3%	67%	5%

Fonte: BRASIL - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Sinopses Estatísticas da Educação Básica (2011; 2012; 2013; 2014; 2015;); (ACP, 2021a). Organização: (MACIEL, 2022).

A tabela 3 reforça, portanto, a problemática no processo de organização coletiva dos professores mediante a baixa inserção de docentes contratados filiados. O cenário se mostra piorado enquanto se pode verificar pela tabela 3 uma quantidade aumentada de professores contratados em relação aos professores efetivos.

Em relação, especificamente, ao professor efetivo, observa-se um quadro oscilante nas filiações, entretanto, em percentuais significativos, com variações entre 63% e 86% nas duas redes de ensino. De forma específica, é possível notar um movimento ascendente de filiação desse grupo na rede municipal entre 2011 e 2015 e um processo decrescente na rede estadual no mesmo período. Situação que indica, de modo geral, um avanço do movimento sindical da ACP, já que Biasotto e Tetila (1991) expressaram, por meio de entrevistas com professores, que a fase primitiva da entidade foi marcada por pouca participação da base dos professores.

Diante desse cenário, considera-se que as problemáticas aparentes no decorrer dos anos 2000 para o processo de organização coletiva dos professores no âmbito das filiações, foi a instabilidade no quantitativo das filiações dos docentes efetivos ao longo do tempo, a restrita

participação dos docentes com contrato temporário e o declínio no quantitativo de filiações de professor efetivo na rede estadual.

Compreende-se, portanto, que o volume significativo de professores contratados tendeu a prejudicar o desenvolvimento da luta sindical, já que existiu uma quantidade relevante desse grupo de professores nas duas redes de ensino de Campo Grande - MS e uma baixa adesão à filiação na ACP.

Para ampliar a compreensão e análise em torno do movimento sindical docente, considerando esse cenário apontado anteriormente, os relatos de entrevista dos presidentes da ACP foram escolhidos como fonte de inquirição. Sendo assim, as respostas do professor Jaime Teixeira, presidente da ACP no período entre os anos de 2003 e 2005, e do professor e Secretário Geral da ACP da gestão entre os anos 2006 e 2015 foram utilizadas.

O professor Jaime Teixeira, presidente da primeira gestão investigada, ao ser perguntado sobre a participação dos professores no processo de luta do magistério no período em que esteve no comando da ACP, respondeu que o concurso que ocorreu no ano 2000 na rede estadual permitiu a ampliação na lotação de professores efetivos na respectiva rede até 2004, fato que colaborou para que houvesse um volume importante de docentes efetivos ativos filiados, o que, na sua concepção, foi um momento de maior engajamento desses professores. Em seus termos, explicitou:

Para você ver, nós estávamos retomando a realização de grandes concursos públicos nomeando muitos professores efetivos, último concurso promovido pelo governador Zeca do PT que foi de 2000 e que lotou os professores até 2004 praticamente minimizou as convocações, você tinha a grande maioria dos professores filiados a sindicatos porque a maioria tinha segurança da estabilidade no emprego, do concurso público e era uma política de recuperação da valorização dos trabalhadores de educação do estado (TEIXEIRA, 2021, p. 01).

Tal afirmação do ex presidente da ACP, sobre a chamada de concurso público e, por conseguinte, acerca do aumento na quantidade de professores efetivos e da redução de professores com contrato temporário, evidencia, novamente, que essa questão se refere a um ponto relevante nas relações do movimento sindical, bem como no processo de fortalecimento dos trabalhadores docentes na luta pela valorização profissional.

A Lei das Proporções Definidas ajuda compreender com maior profundidade esse processo e é sintetizada da seguinte maneira:

Os corpos só se combinam quimicamente em proporções definidas, e cada quantidade de um elemento que supere a quantidade exigida para combinação com outros elementos, presentes em quantidades definidas, permanece livre; se a quantidade de um elemento é deficitária em relação à quantidade de outros elementos presentes, a combinação só se verifica na medida em que é suficiente a quantidade do elemento que está presente em quantidade menor do que os outros (GRAMSCI, 2000, p. 84).

Enquanto um esquema de raciocínio, considera-se, de forma metafórica, que o movimento sindical docente é melhorado e qualifica seu processo de organização quando se amplia a quantidade de professores efetivos, ou seja, de docentes com estabilidade de emprego. Considerando o percentual de participação dos professores com contrato temporário é muito baixo, chegando a ser vinte e quatro vezes menor que o percentual dos professores efetivos da rede estadual e treze vezes menor que o percentual dos professores da rede municipal de Campo Grande - MS entre os anos 2003 e 2015, entende-se que, quando há uma redução na quantidade de professores efetivos e um aumento na quantidade de professores contratados, a organização coletiva dos docentes se torna deficitária.

Aliás, quando os dados da tabela 1, sobre a filiação dos professores na ACP, se cruzam com os dados da tabela 2, a respeito do tipo de contratação dos professores no decorrer dos anos 2000, identifica-se que, à medida que ocorreu uma queda significativa na quantidade de professores efetivos e um aumento dos professores contratados a partir de 2012 na rede estadual, houve uma redução na filiação de docentes ativos efetivos de forma abrupta.

Ainda para aprofundar a compreensão acerca da participação docente no movimento sindical entre os anos de 2003 e 2015, segue o relato do Secretário Geral da ACP. Diante da pergunta sobre a presença e a participação da base dos professores na luta pela valorização do magistério, respondeu que:

[...] uma participação até razoável, não era boa, até razoável porque o sindicalismo profissional é o seguinte, ele sempre deixa a luta para que o colega faça tudo. Ele quer informação. A participação que ele tinha não era efetiva, ele ficava para que chegasse a informação até ele, então desse montante aí, eu diria pra você que 30 por cento era efetivo nas assembleias que nos colocavam dentro da ACP. Desses 30 por cento, aí nós tirávamos dali que participavam da discussão, que iam à frente da discussão, aí nós tínhamos aí, mais ou menos, também em torno de uns 10 por cento, então eu penso que era efetivo assim: que eles levavam essa informação para a escola porque tinham os representantes sindicais, agora quando o tema era bem mais direto como salário, aí essa efetivação subia pra 70 por cento de todo pessoal então depende muito do que ia discutir. A preocupação maior era quando mexia no bolso do professor ou no plano de carreira, o plano de carreira também era uma discussão muito forte. Aí outras vezes como era a forma de trabalhar, mas trabalhava com representante sindical, que era aquele que levava informação para os colegas que estavam em sala de aula... talvez

por isso que nós ficávamos em torno de 10 por cento nessas assembleias (ACP, 2021c, p. 01).

Ainda que as fontes anteriores sobre as filiações dos professores efetivos tenham apontado um percentual significativo, nota-se que a participação concreta desses filiados ocorreu em torno de pautas específicas, como o salário e a carreira.

O relato evidencia, portanto, um caráter economicista associado ao sindicalismo teórico. Isso porque o fato econômico que pareceu sensibilizar e mover a base da categoria dos professores enquanto grupo de massa foi o interesse pessoal e de pequeno grupo. Nos termos de Gramsci (2000, p. 50) quando se manifesta sobre o economicismo: “não se levam em conta as formações de classe econômica, com todas as relações a ela inerentes, mas assume o interesse mesquinho e usurário”.

Essa condição supracitada se incorpora ao sindicalismo teórico, pois o grupo subalterno, ACP e sua base, não pareceu buscar condições de se desenvolver para além da fase econômico-corporativa e, com isso, dificultou qualquer perspectiva de alcançar uma nova hegemonia ético-política (GRAMSCI, 2000).

Miguel (2012) ao analisar a luta sindical da Educação Básica pública de Mato Grosso do Sul no decorrer dos anos de 1990 e a primeira década dos anos 2000, a partir da investigação da FETEMS, também evidenciou a presença de um movimento superficial e imediato no processo da luta salarial. Conforme a autora, as discussões entre a categoria e a Federação teve lugar secundário no processo de reivindicações dos professores, tanto por parte da sua base quanto por parte da própria diretoria da FETEMS.

Ou seja, a concepção economicista e usurária, presente no relato do Secretário Geral da ACP, parece ser um movimento que predomina o sindicalismo docente em âmbito local. Mas, além dessa perspectiva revelada, outro relato do Secretário Geral vai sinalizar mais uma peculiaridade associada à participação dos professores no sindicato. De acordo com sua experiência, um dos pontos que mais motivaram os professores a se filiarem e estarem presentes na ACP era o lazer proporcionado pelo Clube de Campo e pela festa dos professores que acontecia todo ano, em outubro. Diante disso, destacou que:

[...] a gente não tinha um trabalho efetivo de ir à escola fazer a filiação, o que nós tínhamos era o seguinte: Quais que eram algumas estratégias... porque o sindicato na época, além de ele oferecer o estudo, o seu plano de carreira, fazer a defesa do servidor, ele também proporcionava, esse aí seria um fator motivador de você se filiar, o clube de campo que era o lazer, você entendeu, então sempre foi usado muito isso

daí [...] E eu tinha um problema muito grande enquanto secretário geral, porque quando chegava o mês de outubro tinha a festa do professor, aí todo mundo queria se filiar. Aí que a gente lutava, porque é o seguinte...não era legal “você” não pagava o sindicato e “você” concorrer àquela premiação como aquele colega que vem constantemente... então começou a mudar: “olha, só vai poder participar da festa do dia do professor quem já está filiado há tantos meses”. Isso era uma discussão muito grande... porque o convocado ou mesmo quem não fosse convocado, até os efetivos chegavam 30 dias depois e desfiliavam, ou depois que acabava a festa do professor, no outro dia eles iam lá e desfiliavam. Quer dizer, então não tinha consciência que a entidade defendia ele ou a categoria. Ele estava com um objetivo só: de ir no dia da cerveja, do churrasco e comer as coisas, então teve na época... tinha um percentual de professores que agiam dessa forma, então a época maior de filiação era próxima à festa do professor (ACP, 2021c, p. 3-4).

Tal relato mostra que a concepção assistencialista e associativista de sindicato esteve presente ainda no decorrer dos anos 2000. Desenvolvida da base à diretoria da ACP, pareceu sofrer influências da fase primitiva da organização coletiva dos professores, já que o objetivo central das associações era oferecer atividades culturais e sociais para os associados. Não ao acaso, todo ano é precípua a ocorrência da festa do professor a partir de um fluxo de saída de caixa significativo, chegando, muitas vezes, segundo Nobre (2021), a R\$350.000.

Esse caráter não pareceu ser restrito a uma ou duas gestões. O relato do professor Jaime Teixeira (2003-2005), também evidenciou essa configuração primitiva e assistencialista do sindicato, de forma que expressou que:

No final dos anos 90, início dos anos 2000, nós começamos implementar na ACP uma coisa que é diferente, até aqui na FETEMS o pessoal não gostava disso [...] nós começamos a investir em cultura e Esporte também, então nós começamos lá a construção de um clube de campo que hoje é uma realidade muito legal, lá na ACP, tem esse clube de campo bem amplo e também na cultura, teatro, festivais de música para categoria, por quê? Porque nós entendíamos o seguinte, tem um determinado segmento da categoria que vem para o sindicato pela luta sindical e tem uns que vem por outros interesses e que era necessário que o trabalhador também tivesse lazer, era importante para a saúde do trabalhador, para você trazer para o sindicato o segmento que não gostava muito do sindicato, mas gostaria de ter o clube, gostaria de participar de um festival de teatro, gostaria de participar de um festival de música, então nós implementamos essas coisas também na ACP (TEIXEIRA, 2021, p. 04).

Resposta que reforça a concepção assistencialista de sindicato significativamente presente na categoria dos professores e, por conseguinte, nas ações da ACP. Nesse aspecto, tende a ser uma questão enraizada e culturalmente estabelecida, haja vista que parece ser uma perspectiva produzida e fortalecida no decorrer da história.

É considerando esse movimento contraditório, o qual manifesta certo volume e intensidade no processo da luta salarial na mesma medida em que desenvolve elementos que prejudicam o processo de homogeneização da classe subalterna, que se pretende, à frente, analisar a luta salarial entre os anos de 2003 e 2005, gestão sindical composta pelo professor Jaime Teixeira como presidente.

4.2 O MOVIMENTO SINDICAL DOCENTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA DE CAMPO GRANDE - MS E A LUTA SALARIAL ENTRE OS ANOS DE 2003 E 2005

Para analisar o movimento sindical docente da Educação Básica pública de Campo Grande - MS no processo da luta salarial entre os anos de 2003 e 2005 com associação ao processo de disputa pela hegemonia, é fundamental elucidar previamente, que a luta salarial foi sistematizada de maneira distinta nas redes municipal e estadual, haja vista que os professores associados à ACP fazem parte das duas redes e cada uma delas possui as suas próprias normativas acerca do salário. Diante disso, ressalta-se que a análise será realizada com a apresentação das normas e da luta salarial de forma particular.

Para tal, foi definido utilizar como fonte de inquirição para investigação as atas registradas entre os anos de 2003 e 2005, a entrevista realizada com o presidente da ACP que atuou no respectivo período - professor Jaime Teixeira - e algumas notícias publicadas nesse momento histórico.

Apesar de o salário ter sido indicado nos relatos dos presidentes do sindicato como uma pauta relevante para os docentes de Campo Grande - MS, foi observado, pela análise das atas, que no ano de 2003, na rede municipal, das cinco atas registradas, apenas duas delas registraram o assunto salário. A Ata nº 2/2003, a primeira que mostrou o salário como pauta, apresentou somente um documento para negociação salarial para ser debatido nas escolas e depois em reunião com os representantes sindicais. Conforme os registros:

O documento de negociação com a Reme foi entregue a plenária para maiores esclarecimentos e análise. Deverá ser entregue nas escolas e discutido para que na próxima reunião de representantes seja debatido esse documento, o documento está com o prefeito e a discussão continua até final de março com a mesma comissão. A seguir abriu-se para debate e esclarecimentos. O professor A solicitou que se apresente um índice, será discutido na reunião de representantes, a professora V solicitou que se discuta índice de perda, perspectiva de aumento e Fundef (ACP, 2003, p. 133).

Observa-se, por esse primeiro registro em ata sobre salário no ano de 2003, que houve um mecanismo que buscou viabilizar a participação da base da categoria dos professores no processo de negociação salarial, tendo em conta que se estabeleceu um debate entre a categoria por meio dos representantes sindicais que dialogavam com os professores nas escolas. Aparentemente, houve interesse dos docentes em compreender as negociações salariais com nexos às questões relacionadas ao financiamento e ao índice de perda.

Apesar dessa manifestação de interesse dos professores, em participar do processo de negociação salarial, a segunda ata sobre o salário, a Ata nº 7/2003, registrou a negociação consumada:

Para a mudança de letras o interstício iria para intervalar de 5 anos e ainda acrescentar mais duas letras. O prefeito altera apenas as duas letras [...] Sobre o reajuste o prefeito apresentou 10% sobre o salário base para o mês de maio. Não aceitou implantar no mês de abril. Com este aumento o piso salarial passaria de R\$ 280 mais a regência e a gratificação. Quanto a mudança da estrutura onde o PH2 iria para 1,50 do PH1, o prefeito disse que iria conversar apenas em 2004, embora não confirma que será de 1,3 ou 1,5 ou ainda outro índice (ACP, 2003, p. 140).

Não ocorreu, dessarte, uma Assembleia Geral para que a base dos professores decidisse sobre a proposta da prefeitura. A ata retro citada foi a última do ano sobre o salário e, desse modo, mesmo sob possíveis insatisfações dos professores, não existiu uma contraproposta, tampouco estratégias para negociação, mediante diálogo entre a categoria. Sendo assim, considera-se que houve, preliminarmente, uma sistemática que pareceu inserir os docentes no debate em torno das negociações, mas quando observado o movimento em sua totalidade, percebeu-se que houve reduzida presença dos professores nas decisões sobre o reajuste salarial.

Essa dualidade expressa na luta sindical no ano de 2003, também se revelou quando identificada, nos registros, a intenção em se criar uma “comissão de valorização do professor. Essa comissão iria trabalhar apenas na vida funcional do professor (digo do profissional da Educação)” (ACP, 2003, p. 140), entretanto, quando observadas as atas da gestão que esteve no período investigativo entre 2003 e 2005, não foi encontrada nenhuma informação sobre a formação de tal comissão.

A compreensão sobre a vida funcional do professorado indicou uma possibilidade de avanço no processo da consciência política coletiva da categoria, já que poderia ser um mecanismo de homogeneização, de organização e de autoconsciência da categoria por meio do

conhecimento que não estaria vinculado apenas ao salário, mas às distintas peculiaridades da sua vida funcional que seria comum a todos os profissionais docentes.

No que diz respeito ao processo de desenvolvimento da consciência política coletiva, pode-se admitir que o mecanismo de fomentar a ampliação do conhecimento sobre a vida funcional docente tenderia a contribuir com o desenvolvimento de um processo de unidade homogênea do grupo profissional de modo que fortaleceria sua organização, ainda que não fosse em relação a um grupo social mais amplo associado à classe social.

Apesar dessa possibilidade de organização da categoria docente e de avanço no desenvolvimento da consciência política coletiva, aparentemente, não foi efetiva a composição da comissão pois não ocorreu outra Assembleia Geral no ano de 2003 que viesse ratificar ou confirmar tal propositura.

Além disso, as atas investigadas não indicaram que houve algum tipo de sistematização e resistência dos professores da rede municipal em torno da luta salarial e da carreira proposta pela prefeitura, ainda que a respectiva instituição tenha expressado não permitir a ocorrência das promoções no mesmo ano e a não aceitação em discutir algumas mudanças dos percentuais na carreira.

O documento fornecido pela Secretaria Jurídica (ACP, 2021a; 2021b), revelou que o período que antecedeu o ano de 2003 foi marcado por um cenário sem reajuste por dois anos. Essa circunstância pode ter contribuído com a manifestação morosa da categoria, já que houve reajuste de 10% após dois anos sem aumento. Mas, é necessário considerar, também, que não ocorreram convocações de Assembleias Gerais suficientes, bem como manifestações hábeis para que a categoria construísse algum movimento mais antagônico.

No ano de 2004, o movimento sindical manifestou-se de forma ainda mais remissa do que no ano de 2003, pois houve apenas 2 atas do município em 2003 com discussões sobre o salário, no ano de 2004 foi registrada apenas 1 ata no total e o assunto salário foi mencionado somente enquanto uma informação sobre o reajuste salarial ocorrido em maio do mesmo ano. Inclusive, a pauta registrada na ata foi a “reorganização da previdência municipal” (ACP, 2004, p. 149). Desse modo, não se identificou desconforto da categoria dos professores em relação às negociações com a prefeitura e, levando em conta, também, a quantidade de atas de Assembleia Geral em 2004, verificou-se reduzido envolvimento da base em relação aos distintos assuntos que eram de interesse dos trabalhadores docentes, até mesmo em relação ao salário.

Tal cenário apresentado no ano de 2003 e 2004 no processo da luta salarial da rede municipal pode ser interpretado como um movimento baseado no controle e no domínio

intelectual do grupo dominante, devido a “neutralidade” e a falta de participação da base nas decisões para negociação. Tal configuração pode ser associada ao sindicalismo teórico, de modo que essa conformação teórico-prática estabelecida indica que o sindicalismo docente no período investigado mostrou ser um movimento superficial, não sistemático, não orgânico, mas paternalista e formalista. Observa-se que a falta de debate e de participação dos professores nas negociações salariais indicaram uma tendência ao peleguismo, haja vista o espectro de passividade completa, com ações reivindicativas moderadas.

De modo geral, a organização coletiva dos professores da rede municipal na luta acerca do salário nos anos de 2003 e 2004 não se mostrou como um processo orgânico, tampouco apresentou uma sistematização para as tomadas de decisão na dinâmica das negociações. O respectivo movimento pareceu estar condicionado a um processo burocrático e formal, mediante uma relação paternalista entre a prefeitura e a categoria dos professores.

No ano de 2005, ainda que se tenha registrado um volume de atas igual ao ano de 2003, foi identificado um movimento de maior participação dos professores nas assembleias, haja vista que houve, em certa medida, o fomento de debate entre a categoria no processo de negociação, mesmo que as decisões não tenham indicado importante influência da base. Foram encontradas, no respectivo ano, 3 atas específicas da rede municipal de ensino e 2 delas referentes às duas redes. Desses 5 registros de Assembleias Gerais com a Ata 18/2005, a primeira do ano a determinar como pauta o salário, evidenciou o descontentamento dos professores em relação ao que ficou definido sobre as questões salariais e a carreira. Segue os registros dos posicionamentos e encaminhamentos dos professores no quadro abaixo:

Quadro 11 - Posicionamentos e encaminhamento da Assembleia Geral referente à Ata 18/2005 – rede municipal

Posicionamento	Encaminhamento
“esse aumento foi imposto”; “todos ficaram indignados com a forma de como foi tratada a negociação”; “Jaime, o presidente disse, que todas as decisões foram discutidas com os representantes sindicais”; “é muito professor convocado e que não tá nem aí, tem que criar uma situação que demonstre nosso repúdio e fazer o movimento”; “outro professor disse que esse é um momento ímpar na rede municipal, que tinham verba e tem a imprensa”; “Professor da escola Plínio Barbosa Martins falou da diferenciação de aumento entre categoria, por exemplo, médicos e professores” (p. 152).	“Abaixo assinado para anexar no documento do prefeito, mobilização no início de maio até setembro, paralisação já não foi aprovado” (p. 152).

Fonte: Sindicato Campo-grandense dos Profissionais da Educação Pública (ACP) (2005). Organização: (MACIEL, 2021).

Segundo o presidente do sindicato à época, as discussões aconteceram por meio dos representantes sindicais, porém, revela-se a insatisfação dos professores no processo das negociações salariais. Nota-se que tal estratégia não permitiu uma compreensão dos docentes como um movimento democrático, bem como em relação ao reajuste, tendo em conta a desigualdade salarial entre os professores e os outros profissionais.

Conforme às exigências das negociações, destaca-se:

Três pontos eram fundamentais: reajuste salarial acima da inflação e com reposição de perdas, isonomia entre professores e especialistas e incorporação total da gratificação a partir de 1 maio. Foi falado sobre questões do FUNDEF E FUNDEB, mesmo que mude a prefeitura não ficaria prejudicada. Incorporou 7,5% ao GRATEF – alterando o piso e em cima desse número é que se aplica o IPCA. [...] Quanto a questão da estrutura de carreira não fechava a negociação e continuavam discutindo até outubro. [...] queríamos avançar para 1,42, mas não colocou na lei, em outubro queremos o 1,45 (ACP, 2005, p. 152).

Ou seja, as insatisfações apresentadas estavam baseadas no percentual de incorporação ao GRATEF, a aplicação do IPCA e a avanços na carreira. Cabe destacar que o ano de 2005, mesmo que não tenha sido marcado por um crescimento robusto no campo econômico, atingiu uma melhora importante nesse setor, inclusive com implicações para educação por meio do financiamento, assim como mostrado na tabela a seguir:

Tabela 4 — Dados sobre a economia e financiamento da educação

Ano	PIB Brasil (variação do volume)	PIB (R\$ 1.000.000,00) Campo Grande- MS	Inflação Brasil	Financiamento da Educação – Quota Municipal	Financiamento da Educação – Quota Estadual ³³
2000	4,4	-----	5,97	-----	
2001	1,4	-----	7,67	-----	
2002	3,1	-----	12,53	-----	
2003	1,1	5.503	9,3	-----	14.935.195,63
2004	5,8	6.364	7,6	2.406.279,52	10.684.889,00
2005	3,2	6.945	5,7	3.956.234,71	12.399.269,65
2006	4,0	7.817	3,14	4.801.663,75	14.306.691,01
2007	6,1	8.956	4,46	4.858.878,30	17.505.172,23

Fonte: BRASIL - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (2019); BRASIL (2020); BRASIL (2017); CAMPO GRANDE - MS (2017).

Observa-se pela tabela 4 que o PIB local e nacional indicou um restabelecimento no ano de 2005, todavia o avanço mostrou-se mais significativo a partir de 2006. Em 2005, a inflação já se revelava em queda e o financiamento da educação por meio da Quota Municipal e da Quota Estadual também apresentou seus valores mais ampliados no respectivo ano, quando comparado aos anos anteriores. Apesar do cenário relativamente favorável e, ainda que os professores, por meio do debate, tenham manifestado insatisfações no processo de negociação salarial, não foram observadas reações coletivas com maior enfrentamento que implicasse em paralisação, sendo que foram estabelecidas mobilizações, aparentemente informativas.

³³ Cabe salientar que as Quotas municipal e estadual do Salário-Educação são apenas uma parte da política de fundo que subsidia o desenvolvimento da Educação Básica pública. O propósito foi escolher um financiamento referente às respectivas políticas e identificar a relação entre o desenvolvimento da Educação e o desenvolvimento econômico.

Revela-se, dessa forma, que de 2003 a 2005, o sindicalismo docente da Educação Básica pública em seu processo da luta salarial pela rede municipal demonstrou-se calcado em um movimento informativo e inicialmente com pouca participação da base, mas no último ano, em 2005, sinalizou manifestações mais significativas dos docentes no processo das negociações salariais, ainda que não tenha sido suficiente para sistematizar um movimento forte e orgânico.

Essa configuração morosa também tem expressão a partir dos registros da Ata nº 22/2005, do dia 20 de setembro, de forma que foi identificado apenas repasses sobre a negociação com o prefeito:

artigo 50 e 60, reestruturação da carreira do professor, também não houve avanço, o prefeito se comprometeu de chegar a 50% até o final do mandato de 42% [...] será apresentada uma minuta ao prefeito até dezembro do corrente, diferenciando IPCA (7,31% para 7,88%) e será pago na folha de dezembro, se conseguir recurso será antecipado (ACP, 2005, p. 160).

Portanto, no ano de 2005 não ocorreu uma participação efetiva dos professores na luta salarial, considerando que foram poucos encontros para discussão e negociação, mesmo sob importantes questões que vinham sendo negadas pelo poder executivo. Assim como nos anos anteriores, a luta salarial, por meio do movimento sindical, manifestou um caráter burocrático e formal nos encontros em assembleia mediante uma sistemática de repasses e informações.

Esse caráter burocrático, se associado às discussões de Gramsci (2000) sobre a burocracia na sociedade moderna, pode ser considerado um processo de desenvolvimento político e econômico organizado da sociedade vigente que busca orientar a formação de um tipo de funcionário de carreira, tecnicamente treinado para o trabalho burocrático, o que é o contraponto de uma organização baseada em processos democráticos reais.

Isso porque se no centralismo democrático, a organicidade busca equilibrar os impulsos a partir de baixo para o comando pelo alto, no contrário há um enrijecimento mecânico na burocracia. Isto é, se o desenvolvimento ocorrer a partir de escassos grupos de intelectuais, sem ligação com as massas populares, o que se revela é um centralismo burocrático. Dentre as consequências estabelecidas por esse processo, sobreleva-se o embargo do surgimento de novas forças contrastantes (GRAMSCI, 2000). Fato que implica no impasse da participação da classe subalterna no movimento de disputa por hegemonia e da elaboração de novas formas de desenvolvimento.

Tal adversidade se avulta à medida que a luta salarial do movimento sindical docente da rede municipal de ensino de Campo Grande - MS entre o período de 2003 a 2005 apontou um caráter burocrático, formal, superficial, paternalista e sem organicidade mesmo sob o antagonismo entre os intelectuais que estavam no comando do sindicato (PT) e no comando da prefeitura (PMDB).

Diante desse cenário convencionado, segue na tabela abaixo as conquistas estabelecidas em relação ao salário do professor da rede municipal, fazendo um comparativo com o salário-mínimo:

Tabela 5 — Aumento do salário base do professor da rede municipal de ensino de Campo Grande - MS e do salário-mínimo brasileiro – 2002 a 2005

Ano	Salário do professor R\$ –rede municipal 20h PH-1 x2	Salário-mínimo R\$	Quantidade de salários-mínimos no salário do professor
2003	561	240	2,3
2004	630	260	2,4
2005	731	300	2,4

Fonte: Secretaria Jurídica ACP (2021b); Federação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio Grande do Sul (FETAPERGS, 2021) Organização: (MACIEL, 2021) Notas: Como foi fornecido o valor do salário com base na carga horária de 20h e o salário-mínimo é correspondente a 40h, o salário de 20h foi multiplicado por 2.

A tabela 5 mostra que houve melhoria salarial dos professores quando comparado ao salário-mínimo, todavia, avanços pouco significativos, inclusive com estagnação entre os anos de 2004 e 2005. Cenário progressivo se comparado a situação dos anos de 2001 e 2002, pois conforme os dados fornecidos pela Secretaria Jurídica da ACP (2021) não ocorreu aumento para categoria nos respectivos anos.

Mas, diante do acréscimo gradativo da Quota Municipal, da Quota Estadual e do PIB entre 2003 e 2005, assim como mostrado na tabela 6, não foi notória a valorização profissional como prioridade da prefeitura de Campo Grande - MS, haja vista que, no decorrer dos três anos, não ocorreu avanço nas negociações da carreira docente e nos reajustes acima da inflação, assim como identificado nos registros em atas sobre as exigências da categoria.

Apesar dessa conformação estabelecida na luta salarial da rede municipal de Campo Grande - MS, faz-se necessário investigar a luta salarial da rede estadual, já que as relações que se constituíram nesse processo, foram desenvolvidas a partir de outro governo e outras

normativas. Por isso, para dar continuidade à compreensão da realidade do sindicalismo docente da Educação Básica pública do município, é preciso analisar, também, o processo da luta do magistério da rede estadual.

4.2.1 Sindicalismo docente e a luta salarial dos professores da Educação Básica pública da rede estadual de Campo Grande - MS (2003-2005)

Preliminarmente, para investigar a luta salarial docente da rede estadual de ensino, foram analisados os registros em atas de 2003 e 2005. Isto posto, o ano de 2003 apresentou 6 atas de Assembleia Geral e, em todas elas, o assunto salário foi anunciado como pauta, situação que mostra um processo distinto do que se apresentou na luta salarial da rede municipal.

Na primeira Assembleia Geral da rede estadual, a Ata nº 3/2003 teve como pauta as negociações salariais e tirar delegados para assembleia da FETEMS. Conforme os registros encontrados:

O prof Jaime deu início as discussões da negociação salarial com o governo. A resposta do governo, após reunião do dia 17 de fevereiro, apresentando números e dados, e que resumindo o governo não pode discutir reajuste salarial durante o ano de 2003, tendo ainda dificuldade de pagar o mês de junho e julho, se o governo federal não renegociar a dívida do Estado junto a Nação. Segundo o Jaime o governo tem interesse de discutir com os trabalhadores, sugerindo uma política em que se congela os maiores salários e melhorando os menores (ACP, 2003, p. 133).

O documento indica que, apesar das duas redes de ensino terem a ACP como entidade sindical representativa, os cenários políticos conformados nas duas redes mostraram-se distintos e com consequentes diferenciações no processo reivindicativo. Os professores da rede estadual, no primeiro encontro com o governo para discussão salarial, receberam uma resposta negativa, tanto a respeito do reajuste, quanto em relação à perda de direitos conquistados no âmbito da carreira, isso porque foi anunciada uma projeção de congelamento de salário dos professores que, pela estrutura da carreira, os afetados seriam os que estavam mais tempo na rede de ensino.

Esse cenário foi analisado pela professora Mara, presidente da FETEMS à época, bem como pelo professor Jaime Teixeira:

A professora Mara, presidente da FETEMS pediu a palavra para uma complementação do assunto. Ela explicou que os números do governo inclui os aposentados, sendo que esses recebem pelo MS-PREV, tendo, portanto, uma folga nesses números. Falou também que com o fechamento de muitas salas no estado, fez

com que o número de convocados diminua. Segundo estes e outros dados, a prof^a acredita que os números do governo estão mascarados e que, ainda, o governo está sentindo o movimento de paralisação. O prof Jaime sugeriu que as discussões com o governo, como movimento de luta, tendo o reajuste salarial como pauta única, tendo ainda como índice de aumento 35% segundo os dados do DIEESE, e o indicativo de greve no final do congresso, tendo ainda um trabalho de esclarecimento junto aos pais e comunidade (ACP, 2003, p. 134).

O Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) foi o parâmetro para que os professores que estavam no comando do sindicato orientassem o processo de luta e, por consequência, das negociações salariais. Diferente da organização estabelecida no movimento sindical da rede municipal, desde a primeira assembleia do ano de 2003, foram abertos debates entre a categoria (base e a direção sindical), de modo que os professores da base pudessem se manifestar em relação ao que foi apresentado pela diretoria. Essas manifestações se expressaram por meio de posicionamentos e encaminhamentos, que estão organizados no quadro abaixo:

Quadro 12 — Posicionamentos e encaminhamento da Assembleia Geral referente à Ata 3/2003 – rede estadual

Posicionamentos	Encaminhamentos
“O prof A usou a palavra para falar de sua indignação quanto a posição do governo”; “descontentamento com a situação”; “O prof T questionou o aumento para os cargos de confiança e os deputados e para o funcionalismo ele fala deve respeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal”; “O prof D usou a palavra para questionar a contradição do governo quando diz que irá diminuir a diferença entre o maior e o menor salário e apresenta um reajuste para os cargos comissionados”; “A prof L usou a palavra para pedir aos colegas que não aceitemos as mudanças que o gov Federal e estadual querem fazer”; “A prof S falou da indignação quanto aos colegas que não participam da assembleia e mandam recados” (ACP, 2003, p. 134)	“passeata para mostra o nosso descontentamento com a situação”; “O prof I propôs uma passeata em grande proporção”; “O prof P disse que o movimento deve ser construído com o apoio da comunidade e culminando no Congresso Estadual em Bonito MS”; “a plenária votou pela passeata antes do congresso passeata antes do congresso”.

Fonte: Fonte: Sindicato Campo-grandense dos Profissionais da Educação Pública (ACP) (2003). Organização: (MACIEL, 2021).

Em relação aos posicionamentos dos professores da base, percebe-se que as manifestações na assembleia sinalizaram contrariedade à perspectiva do governo sobre supostas alterações na carreira docente por meio do congelamento dos maiores salários, considerando

que o reajuste dado aos cargos comissionados seria o que realmente possuía os maiores valores. Além da indignação com as propostas do governo, nota-se, também, que houve certo incômodo dos professores com a falta de participação dos docentes no processo da luta salarial, revelando problemas na organização coletiva dos trabalhadores.

Apesar de tal dificuldade, as relações produzidas na luta salarial da rede estadual indicaram uma dinâmica mais orgânica que na rede municipal, já que houve maior manifestação e decisões da base dos professores em assembleia. Mesmo que as discussões estivessem estabelecidas sobre preocupações acerca da pequena política e sobre questões econômico-corporativa, reconhece-se que o processo de organização e de desenvolvimento da consciência política coletiva dos professores participantes da Assembleia Geral da rede estadual manifestou-se de forma mais progressiva e orgânica.

Os encaminhamentos demonstraram enfrentamento ao governo por meio de ações que buscaram proximidade com um movimento de homogeneização, unidade e conexão com maior números de trabalhadores docentes, visto que estabeleceram a ocorrência de ações de paralisação mediante ação de passeata com culminância no congresso estadual, além de manifestações em grandes proporções e não de forma isolada, assim como proposta pela rede municipal quando aprovaram em assembleia apenas manifestações baseadas em informações para comunidade escolar. Essa diferença na luta do magistério entre as duas redes pode ser explicada pelo relato do professor Jaime Teixeira, presidente do sindicato à época, em que ressaltou um posicionamento mais conservador e passivo dos professores da rede municipal, de modo que destacou que:

Agora coletivamente a gente investiu bastante na formação política dos Trabalhadores enquanto classe trabalhadora, para entender o papel da classe trabalhadora né, acho que esses cursos que nós fomentamos, no início dos anos 2000 até ao final do meu mandato, lá do segundo mandato foi muito importante para consciência de classe, acho que isso foi bastante preponderante na nossa categoria. Principalmente na rede municipal, que nós temos professores de linhas mais conservadoras, na rede municipal sempre foi muito mais conservador [...] ah, vem da própria cultura política do município, muito mais ligado ao poder municipal, a prefeitura, a SEMED. E, por exemplo, nós já tínhamos na época eleições diretas para diretor de escola desde 1993 na rede estadual e a gente não conseguia avançar na rede municipal porque eles continuavam defendendo a indicação política e tinha até complacência da categoria, a direção da escola era cargo de confiança do prefeito (TEIXEIRA, 2021).

Se observa uma dedicação da diretoria do sindicato com questões para além dos assuntos econômicos-corporativos e de caráter usurário. Em certa medida, havia uma busca pelo

desenvolvimento da consciência política coletiva dos docentes, que segundo deve se manifestar nas relações de força que são distintas em diversos momentos ou em diferentes níveis de desenvolvimento (GRAMSCI, 2000).

Inicialmente, como primeiro processo de desenvolvimento da consciência política, Gramsci (2000) destaca que as relações de forças sociais são estreitamente ligadas à estrutura, ou seja, se manifestam independente da vontade dos homens. Posteriormente, em um segundo nível de desenvolvimento, as relações de forças políticas se apresentam pelo grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização atingidas pelos vários grupos sociais - esse momento se refere ao grau de consciência política coletiva. Por último, ressalta-se como a terceira fase do nível de desenvolvimento da consciência política, quando se entende, conscientemente, que seus próprios interesses corporativos, atual e futuro, superam o círculo corporativo de grupo meramente econômico. Essa última fase tende a gerar ideologias que se transformam em partido, inclusive a partir de uma unicidade intelectual e moral.

Não é possível dimensionar em que medida os cursos viabilizados aos docentes pela diretoria do sindicato, conforme relatado pelo professor Jaime Teixeira, puderam alcançar ao menos o segundo nível de desenvolvimento do processo de consciência política - que é o desenvolvimento coletivo, homogêneo, de autoconsciência entre uma categoria profissional. Todavia, é possível identificar haver essa preocupação por parte da diretoria pela necessidade de avanço no processo de consciência política dos professores, especialmente da rede municipal.

Inclusive, o professor Jaime Teixeira apontou o impasse sofrido para alcançar a implementação da gestão democrática da rede municipal, enquanto na rede estadual essa política já era consolidada. Evidencia-se, com isso, que o grupo de professores da rede estadual revelou um processo de desenvolvimento da consciência política em maior progressão que o grupo da rede municipal no período entre os anos de 2003 e 2005.

Apesar desse cenário progressivo da rede estadual, cabe considerar, a partir de Gramsci (2014, p. 106) que a “consciência também é contraditória e por vezes o determinismo mecânico pode transformar-se em uma força de resistência moral, de coesão, de perseverança paciente de modo que a vontade real pode se transformar em um ato de fé”. Por isso, é necessário investigar essa tendência progressista nos desdobramentos ocorridos na sucessão de acontecimentos registrados nas Assembleias Gerais ocorridas tanto no ano de 2003 quanto nos anos de 2004 e 2005, no processo da luta salarial.

Ainda no ano de 2003, as Atas nº 6/2003 e 8/2003 confirmaram esse caráter orgânico e progressista no processo de organização da categoria, observando que os registros mostraram debates e votações da categoria para decidir se os professores dariam trégua ao governo diante de sua proposta que apresentou pouca aceitação pelos docentes de Campo Grande - MS.

Na Ata 06/2003, registrou-se o seguinte:

Jaime cumprimentou a todos e propôs o seguinte encaminhamento: explicação das propostas e tirar quatro pessoas para fazer a defesa e quatro que será contra. Essa proposta foi esclarecida na última assembleia de representantes no dia 4 do corrente mês. Abriu debate para a defesa da trégua ou contra. [...] Em regime de votação não à trégua com a maioria dos votos e cinco abstenções. Esta decisão será levada ao Congresso Estadual de Educação (ACP, 2003, p. 139).

Denota-se, pela ata, a tendência orgânica e progressista produzida no movimento da luta salarial da rede estadual no ano de 2003, haja vista que os professores puderam debater e decidir a respeito das propostas salariais e de alteração na carreira a partir da base da categoria, com vistas a viabilizar o desenvolvimento e a expansão das condições materiais do professorado.

Essa perspectiva se manifestou de maneira mais combativa a partir da Ata 08/2003, à medida que se desenvolveu a intenção de um movimento de greve para expressar contraponto à proposta do governo:

Posição das escolas sobre proposta salarial. Para tratar da seguinte pauta posição das escolas quanto a proposta de reajuste salarial apresentada pelo governo e tirar posição para levar para Assembleia da FETEMS amanhã dia 8. Jaime repassou a proposta do governo e os encaminhamentos tirados no Congresso Estadual e deu início a chamada das escolas encerrando abriu para análise um professor colocou que o Governo está usando a categoria outra professora chamou a atenção para o momento de greve devemos ir para o movimento com força e apresentar a posição de Campo Grande na FETEMS, a professora C disse que a proposta É ridícula e pediu respeito a proposta enviada, professor E chamou a proposta de indigna não deveria ter escolas sem posição, professor S colocou que a proposta é indecente e que o Arlindo de Andrade e Luiz Martins Sempre fizeram greve desta vez não ficarão de fora, professora E falou da defasagem e encaminhou que ACP leve a discussão do PCC como proposta da sua escola [...]. [...] Jaime colocou que essa não é a proposta que queremos, mas foi o que a comissão tirou da mesa, a greve te dará mais porcentagem do governo? A plenária disse que sim, assim ficou o quadro 41 escolas a favor da greve, 5 não a greve, 6 rejeita e não faz greve, 15 sem posição e 10 ausentes rejeita parcial, em regime de votação a plenária de Campo Grande votou a favor da greve posição que será levada para Assembleia da FETEMS (ACP, 2003, p. 141).

Nota-se, pela ata, que a base da categoria dos professores manifestou um posicionamento combativo por meio de uma organização democrática, sendo favorável ao movimento grevista. Em contrapartida, a diretoria da ACP demonstrou contrariedade a tal enfrentamento, mesmo que inicialmente, pelos registros da Ata 03/2003, tenha estabelecido como encaminhamento o indicativo de greve e a exigência de 35% de aumento.

Tendo em conta a distinção dos posicionamentos entre a base da categoria dos professores e a diretoria do sindicato, cabe levar em consideração a situação política entre o governo estadual e a direção da ACP entre 2003 e 2005. No período anunciado, o PT era quem comandava a administração pública do governo estadual e conforme o relato de entrevista do professor Jaime Teixeira, sua posição política e partidária era, também, composta pelo PT. O entrevistado salientou que “Eu sou filiado do PT desde que o PT nasceu, em 81, eu sou filiado e em 2004 fui candidato a vereador, eu fui o segundo suplente na época” (TEIXEIRA, 2021, p.1). Quando interpelado pela composição e posição política da direção do sindicato, declarou que: “Sim, era uma diretoria bastante ligada ao Partido dos Trabalhadores e, também, ao PCdoB, Partido Comunista, como aliança” (TEIXEIRA, 2021, p. 2).

Essa configuração política de aproximação entre o comando do governo estadual e o comando da ACP pode ter influenciado a mudança no posicionamento da diretoria do sindicato que passou a se manifestar contrariamente à deflagração da greve. Contudo, pode-se considerar que o modo de organização aproximada ao centralismo democrático, “os impulsos a partir de baixo com o comando pelo alto” (GRAMSCI, 2000, p.89), contribuiu para que a decisão de greve fosse majoritária e concretizada, já que o modo orgânico/democrático no encaminhamento das assembleias permitiu a limitação do arbítrio e impulsividade irresponsável supostamente guiada por convenientes político e ético-morais.

Como na rede estadual a deliberação de greve ocorre em assembleia na FETEMS, não houve registro de ata na ACP acerca de deliberação do movimento grevista, mas a Ata nº 10/2003, com pauta de avaliação da negociação salarial mencionou uma “lista de professores que seriam demitidos” (ACP, 2003, p. 142) mas foi suspensa, indicando a ocorrência de um movimento grevista na rede estadual e da pressão do governo sobre os professores. O registro em ata mostrou que um dos pontos que ficou acertado na negociação “foi o adiamento dos 10% para mais” (ACP, 2003, p. 142).

Para confirmar a proposta do governo, salienta-se que não ficou clara sua aprovação nos registros em ata, uma notícia de 12 de maio de Guibu e Corrêa (2003) informou que a proposta do governo era de 10% de aumento e a exigência da categoria dos professores era de 35%.

O movimento de greve ocorreu contra o governo do PT e sucedeu-se uma situação, aparentemente, inusitada, em que o ex-presidente da ACP, Ronaldo Franco, se tornou secretário geral de Gestão Pública e anunciou o desconto no salário dos docentes dos dias parados e a suspensão de vale transporte e de contratos de professores convocados. Uma equipe com 50 servidores públicos fazia monitoramento nas escolas e deviam enviar um relatório sobre os faltosos. As justificativas para tais ações se pautavam sobre a elevação na folha de pagamento, a crise financeira e a falta de “bom senso” dos professores. Foi anunciado, ainda, que para o pagamento do 13º salário, os servidores deveriam recorrer a empréstimos no banco, os quais seriam pagos pelo governo de forma parcelada (GUIBU; CORRÊA, 2003).

A pressão do governo contra a categoria dos professores evidencia a atuação das forças do Estado moderno enquanto educador e civilizador da sociedade civil, à medida que busca criar um equilíbrio no desenvolvimento de todas as forças nacionais (grupo dominante e grupo subordinado), e utiliza, se necessário, da pressão, da incitação, da solicitação e da punição para garantir a ordem (GRAMSCI, 2000).

Mesmo que essa dinâmica tenha sido mediada a partir de um partido com representatividade do grupo subalterno (os trabalhadores), o governo do PT no poder estatal também utilizou de seu papel repressor e punitivo, já que são ações características e permissivas ao Estado moderno.

Curiosamente e sob um movimento contraditório, a ação repressora e punitiva foi exprimida por um sindicalista e ex-presidente do sindicato dos professores. Ocorreu nesse processo, portanto, um distanciamento da organicidade do partido de massa com representatividade da classe subalterna com a própria massa dos trabalhadores. Entretanto, o movimento orgânico estabelecido na sistematização da luta salarial da rede estadual no ano de 2003 propiciou o enfrentamento e o avanço da organização dos trabalhadores no processo de luta.

Não ao acaso, os professores da rede estadual, com importante força da base, permitiram que o movimento grevista se mantivesse, mesmo com a posição contrária da diretoria. A Ata nº 11/2003 registrou nova avaliação das negociações salariais como pauta e, dessa vez, a proposta foi apresentada da seguinte maneira:

10% a partir de Maio, 8% para o administrativo, lei salarial IPCA a partir de Janeiro, Remuneração de R\$ 1200 para 40 horas a partir de Janeiro este projeto será encaminhado até 31 de agosto para Assembleia Legislativa, discutiu-se também os seguintes pontos: chamar os concursados com posse para o segundo semestre, R\$ 500.000,00 serão pagos dos restos a pagar, libera 200 licenças-prêmio, define a tipologia dos diretores (ACP, 2003, p. 143).

Os debates entre a base da categoria dos professores acerca da proposta supracitada demonstraram divisão de posicionamento na assembleia. O que ficou aparente nas falas dos docentes que se expressaram com posição favorável à proposta, foi o receio com o movimento grevista que vinha se apresentando enfraquecido e insustentável. O presidente da ACP, posicionou-se favorável à proposta com a justificativa de que iria ocorrer reposição para além da inflação e que, com a reforma do PCC, o aumento chegaria a 27%. Um professor revelou preocupação com a reforma do PCC para que a categoria não perdesse direitos já conquistados. Apesar das manifestações em torno da debilidade do movimento grevista e da posição do presidente do sindicato em defesa da proposta, a decisão da maioria presente na assembleia foi a de rejeitar a proposta e a permanência da greve (ACP, 2003).

Apesar da força na organização coletiva dos professores da rede estadual, os registros da Ata 11/2003 indicaram que o movimento paredista avançava de forma enfraquecida, de modo que os professores apresentavam distintas justificativas para não participar da greve e os que não aderiram ao movimento não cooperavam. As ameaças do governo dificultavam o processo de massificação da greve (ACP, 2003).

Após dois dias da decisão em manter o movimento de greve, ocorreu uma nova Assembleia Geral para avaliar o movimento. Em relação aos registros da respectiva assembleia, por meio da Ata nº 12/2003, o presidente, assim como a professora Mara, presidente da FETEMS, indicou contrariedade em continuar com o movimento grevista. Na fala do presidente:

A comissão não tem como avançar mais, a direção da ACP e demais sinteds não podem carregar movimento sozinhos, as escolas estão voltando sem respeitar a decisão tirada na plenária, a direção dos sindicatos tem que se posicionar sim não se pode pôr o filiado em risco se for preciso recuar assim, ACP é um sindicato forte e sempre fornecerá além de Formação sindical os momentos de lazer (ACP, 2003, p. 145-146).

Esse registro reforça a dificuldade em massificar o movimento de greve, mesmo sob deliberação no sindicato. Com isso, o que se percebe é que há um estremecimento na organicidade e no processo de homogeneização da categoria, já que a maioria das escolas e dos

professores começou a retornar às escolas sem deliberação no sindicato. Esse processo gerou tensões na organização da greve, as quais serão apresentadas a seguir por meio das falas registradas na Ata nº 12/2003:

Quadro 13 — Registros dos debates – Ata nº 12/2003

Professor	Registros
A	“o professor A criticou os professores que votaram pela greve e estão dando aula”
B	“professora B disse que máscaras caíram tanto do governo como da categoria”
C	“a professora C colocou que tem ainda força para continuar, e que a greve foi manipulada, chamou o secretário ditador”
D	“a professora D criticou os delegados que votaram contra a greve, criticando o Jaime por votar contra”
E	“a professora E culpou os colegas que não vieram para o movimento, fizeram greve mas ficaram em casa”
F	“professor F pediu que se repense o sindicato, a greve começou e terá que terminar no sindicato”

Fonte: (ACP, 2003) Organização: (MACIEL, 2021).

Os registros indicam que os conflitos produzidos no desenvolvimento da greve estão diretamente relacionados à falta de compreensão ou de compromisso com uma possível organização baseada no centralismo democrático. A própria base da categoria mostrou não assumir, de forma teórico-prática, o tipo de organização democrática. Essa condição é manifesta à medida que os professores votaram para a permanência do movimento paredista, entretanto, sem considerar a unidade, o vínculo com a massa e as decisões a partir da base, os professores passaram a retornar ao trabalho ignorando todo processo estabelecido.

Além disso, se evidencia a insatisfação com as atitudes autoritárias do secretário e com o posicionamento da diretoria em relação ao enfrentamento com o governo. Diante desse cenário, finalmente, no dia 22 de maio de 2003, foi votada a suspensão da greve, mas foi mantido o estado de greve. Não houve mais nenhum registro sobre salário no ano de 2003.

No ano de 2004, houve apenas uma ata sobre o assunto salário e a Assembleia Geral aconteceu no final do ano, dia 03 de dezembro com a pauta da assembleia girando em torno das negociações salariais para o ano de 2005. Assim como aconteceu na rede municipal, o ano de 2004 não demonstrou relevante participação da base dos professores por meio de Assembleia Geral no processo de negociação salarial.

Na Assembleia Geral do ano de 2004, com base na Ata nº 16/2004, as negociações salariais foram apresentadas, bem como a proposta do governo para o ano de 2005 e, posteriormente, foi aberto para debate. Os docentes questionaram sobre a última negociação, se não incorporaria as perdas pela inflação. Foi perguntado se, para o ano de 2005, o desfecho seria o mesmo. Indagaram, também, se a proposta apresentada não constava outras reivindicações pedidas pelos professores, como as questões de carga horária e de aulas complementares. Foi esclarecido que haveria ganho real (7% com expectativa de um acréscimo) e que os outros pontos ainda estariam sendo discutidos entre a comissão e o governo. Foi pedido que, devido aos aumentos nos impostos, que o reajuste fosse antecipado para fevereiro ao invés de julho de 2005. Tal encaminhamento foi aprovado pela maioria (ACP, 2003).

No ano de 2005 houve quatro registros em ata de Assembleias Gerais com a participação da rede estadual e, em apenas uma delas, verificou-se a presença do assunto salário. A Ata nº 17/2005, de 08 de abril, apresentou apenas a entrega da tabela salarial para os docentes da rede estadual. Desse modo, verificou-se que apesar da organicidade e força da base da categoria nas negociações salariais no ano de 2003, nos anos de 2004 e 2005 houve maior aproximação de um tipo de organização baseada no centralismo burocrático, caracterizado pelo sufocamento de forças antagônicas, assim como um distanciamento da base docente.

Os professores da rede estadual, no ano de 2003, se expressaram de forma mais combativa, progressista e orgânica que o movimento estabelecido na rede municipal. Isso porque, mesmo em momentos em que as intenções da diretoria do sindicato eram antagônicas a um posicionamento de maior enfrentamento com o governo e mesmo sob a administração do governo do PT, que se tinha como premissa que teria maior comprometimento com os trabalhadores, os docentes da rede estadual, no respectivo ano, deflagraram greve para exigir melhorias salariais.

Em resposta a esse movimento, houve, também, um processo repressivo e autoritário por parte do governo estadual, quando comparado à prefeitura, o que refuta o relato do professor e presidente da ACP, quando mencionou que o período entre os anos de 2003 e 2005 vivia-se “um governo que dialogava com os trabalhadores principalmente do governo do Zeca do PT, do estado” (TEIXEIRA, 2021, p. 1). Especificamente no momento explicitado, o governo do estado se manifestou de forma mais repressiva e autoritária do que o governo do André Puccinelli na prefeitura de Campo Grande - MS.

Essa situação pode ser compreendida a partir das sínteses de Gramsci (2014), à medida que reconheceu em seus fundamentos que, uma dinâmica em contradição pode ser avaliada

como perigosa caso o subalterno venha se tornar dirigente e responsável pela atividade econômica de massa, isso porque se o subalterno era ontem uma coisa, hoje não o é mais. Diretamente em seus termos, vai explicitar que “se ontem era irresponsável, já que era resistente a uma vontade “estranha”, hoje sente-se responsável, já que não é mais resistente, mas sim agente e, necessariamente, ativo e empreendedor” (p. 106).

Com base nisso, pode-se compreender que, mesmo que o PT tenha se formado como um partido de massa da classe trabalhadora, auxiliando no levante dos trabalhadores nos anos de 1980, quando passou a dirigir a atividade econômica nacional, passou, em certa medida, atuar, também, como um bom empreendedor e educador para o status quo. Ao utilizar seu papel “educador” de forma repressiva e punitiva, proveniente do Estado burguês, acabou por se distanciar do grupo que o levou ao poder e, aliás, contribuiu com o desenvolvimento de uma instabilidade da organização coletiva e reivindicativa do respectivo grupo, nesse caso, especificamente, dos trabalhadores docentes da rede estadual.

A partir desse cenário, as conquistas salariais da rede estadual atingiram as seguintes conquistas:

Tabela 6 — Aumento do salário base do professor da rede estadual de ensino de Campo Grande - MS e do salário-mínimo brasileiro – 2002 a 2005

Ano	Salário do professor – rede estadual 40h	Salário-mínimo	Quantidade de salários-mínimos no salário do professor
2003	421,80	240	1,7
2004	533,58	260	2,0
2005	913,47	300	3,0

Fonte: Secretaria Jurídica (ACP, 2021b); Federação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio Grande do Sul (FETAPERGS, 2021). Organização: (MACIEL, 2021).

Pela tabela 6, observa-se que o salário do professor da rede estadual no ano de 2003 era relevantemente defasado, especialmente quando comparado ao salário da rede municipal, tendo em conta que esse último apresentou uma marca de 2,3 salários-mínimos no ano de 2003, enquanto na rede estadual correspondia a 1,7. Essa situação veio acompanhada de dois anos sem reajuste salarial, e de uma década baseada na des(valorização) profissional, com base no documento fornecido pela Secretaria Jurídica da ACP e no relato do presidente da ACP, isso em ambas as redes.

Em relação ao relato do presidente da entidade à época, destaca-se sobre a situação profissional e pessoal do professor da Educação Básica pública de Campo Grande - MS no decorrer dos anos de 1990 e início dos anos 2000:

Salários baixos, atrasos de salário era comum. Acho que o Fundeb foi muito importante pra isso, você não poder desviar dinheiro que era da educação pra outras despesas do município e estado, acabou praticamente com atraso de salário no Brasil inteiro. Então, é, salários baixos, desvalorização, desmotivação do professor, e, isso foi fundamental na época então é, você recuperar esses salários foi muito bom, muito importante (TEIXEIRA, 2021).

Nota-se que os anos entre 2003 e 2005 foram um período de transição para a melhoria das condições profissionais e humanas do professorado, haja vista a explicitação do FUNDEB, em 2007, como um marco para o progresso real da valorização profissional docente. Conforme o professor Jaime Teixeira e os documentos com os registros dos reajustes da Secretaria Jurídica da ACP, houve uma precarização exacerbada ao final dos anos de 1990 e início dos anos 2000.

A rede estadual revelou, ao final de 2005, um salário maior quando comparado à rede municipal, tendo em conta que o salário foi associado ao salário-mínimo e quando observado o valor absoluto foi registrado R\$731,00 no município e R\$913,47 no estado. Esse cenário foi proveniente, também, da política salarial de incorporação da regência ao salário e não especificamente em relação a uma diferença significativa no percentual de reajuste entre as duas redes de ensino.

Enquanto no período entre 2003 e 2005 a rede municipal incorporou 7,5% da regência ao salário, no estado a incorporação da regência ao salário foi de 50% em um primeiro momento, em fevereiro de 2005 e 60% em julho do mesmo ano. Considera-se, com isso que a elevação dos salários dos trabalhadores docentes da rede estadual não indicou um crescimento maior na sua renda absoluta quando comparado aos da rede municipal, pois os professores da rede municipal também recebiam adicional de regência, mas havia sido incorporada um percentual menor.

Observa-se, diante do agrupamento de informações, que a situação salarial do professor da Educação Básica de Campo Grande - MS demonstrou avanço já em 2003, haja vista que os dois anos anteriores foram protagonizados pela inexistência de aumento salarial nas duas redes de ensino. Mas, quando associado o salário dos professores ao salário-mínimo, identifica-se que houve uma melhora mais efetiva no ano de 2004 na rede municipal e no ano de 2005 na rede estadual.

Quando verificado esse processo na totalidade, percebe-se que essas conquistas salariais apresentaram um caráter multideterminado, pois se relacionaram com o desenvolvimento da economia, com as relações políticas e ideológicas e também a partir das relações de força mobilizadas entre os trabalhadores e os governos.

Considera-se, ainda, que os avanços das condições materiais do grupo dirigente, ou seja, o progresso do capital, aumentou as possibilidades de pequenos sucessos do grupo subalterno no campo econômico-corporativo. Isso pode se explicar pela premissa de que o Estado moderno, mesmo que seja a representação pública da classe dominante, necessita como forma de manutenção do *modus operandi*, equilibrar as forças nacionais entre o grupo dominante o grupo dominado, mas com a prevalência dos interesses do grupo dominante (GRAMSCI, 2000).

Essa situação, todavia, não encaminha, como consequência, a força do grupo subalterno (trabalhadores), a ampliação de sua consciência política e, tampouco, uma possível compreensão de novas alternativas e modos de desenvolvimento que ele próprio possa ser um grupo dirigente.

Sendo assim, evidencia-se que as conquistas de cunho econômico-corporativas dos trabalhadores podem não representar, em muitos casos, o avanço da classe trabalhadora enquanto grupo que possa vir a ser dirigente, ou seja, disputar e alcançar a hegemonia econômica, política e ético-moral.

Aliás, considera-se, em certa medida, que o movimento estabelecido no sindicalismo docente de Campo Grande - MS nos anos entre 2003 e 2005, provocou processos de homogeneização e unidade dos docentes, mas de forma isolada e, inclusive, sob uma dinâmica descontínua e com reduzida consciência política, fato que faz identificar que as conquistas econômico-corporativas do grupo subordinado revelaram importante relação ao fortalecimento do grupo dirigente.

Para haver aprofundamento sobre tal evidência, inclusive de conquistas econômico-corporativas relacionadas a elementos que favoreçam o fortalecimento do grupo subalterno no processo de disputa por hegemonia, foi definido sistematizar um novo capítulo para analisar a luta salarial entre os anos de 2006 e 2015, pois se refere a um longo período marcado por novos governos e uma nova gestão sindical, a qual permaneceu por três mandatos no comando.

Segue no próximo capítulo, portanto, as relações mediadas pelas forças antagônicas no processo da luta salarial do movimento sindical docente da Educação Básica pública de Campo Grande - MS nas gestões comandadas pelo professor Geraldo Alves (2006-2015).

5 AS TENSÕES DO MOVIMENTO SINDICAL NA LUTA SALARIAL DE 2006 A 2015

5.1 O MOVIMENTO SINDICAL DOCENTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA DE CAMPO GRANDE/MS E A LUTA SALARIAL ENTRE OS ANOS DE 2006 E 2015

As questões abordadas no capítulo III mostraram que as forças antagônicas presentes na sociedade civil e na sociedade política foram manifestadas in loco no sindicalismo docente da Educação Básica pública de Campo Grande/MS, mas de forma singular. Os apontamentos indicaram, ainda, avanços econômico-corporativos do grupo de professores relacionados à consolidação ou revigoramento das forças político-econômicas burguesas. Posto isto, faz-se fundamental compreender, mesmo que brevemente, o desenvolvimento econômico local e nacional associado ao progresso da Educação Básica pública entre 2006 e 2015.

Tendo em conta que o PIB é um critério de desenvolvimento da economia que se relaciona ao financiamento das políticas educacionais, ou seja, desde os anos de 1990, mediante a elaboração dos PNEs foi um mecanismo para ampliar o financiamento da educação, é importante que os índices de desenvolvimento econômico a partir desse critério sejam elucidados.

Sendo assim, destaca-se na tabela abaixo o crescimento do PIB no período entre 2003 e 2015:

Tabela 7 — Média de crescimento do PIB por mandato diretivo da ACP – 2003 a 2015

Período	Mandatos (Presidentes da ACP)	PIB Média de crescimento do PIB no município de Campo Grande/MS (R\$)	Média de crescimento do PIB no estado do Mato Grosso do Sul (R\$)	Média de crescimento do PIB no Brasil (R\$)
2003 a 2005	Jaime Teixeira	700.000	600.000	250.000
2006 a 2009	Geraldo Gonçalves	1.250.000	4.300.000	300.000
2010 a 2014	Geraldo Gonçalves	2.500.000	7.800.000	500.000
2015	Geraldo Gonçalves	298.000	4.132.000	221.600

Fonte: (CAMPO GRANDE/MS, 2017) ;(MATO GROSSO DO SUL, 2017); (BRASIL, 2017). Organização: MACIEL (2022).

A tabela permite compreender o cenário econômico local associado à economia nacional, esclarecendo o processo de crescimento entre 2003 e 2014, com melhores índices entre os anos de 2010 e 2014. Em contrapartida, percebe-se, também, uma aparente repercussão local da crise econômica mundial e nacional no ano de 2015 tendo em conta os números em declínio no respectivo ano. Ou seja, o período investigado apresenta uma dinâmica de consolidação e progressão da burguesia, mas com impasses em sua conjuntura no final do período de investigação.

Como esse item está comprometido em analisar o movimento sindical docente entre 2006 e 2015, identifica-se que as gestões do professor Geraldo Gonçalves estiveram sob crivo de um cenário favorável à hegemonia burguesa no maior intervalo de tempo de sua gestão. Esse cenário de progressão sob as questões econômicas se reforça quando observada a inflação do período:

Tabela 8 — Índice de inflação efetivo do Brasil pelo IPCA – 1999 a 2019

Ano	Inflação Efetiva (IPCA % a.a.)
2002	12,53
2003	9,3
2004	7,6
2005	5,69
2006	3,14
2007	4,46
2008	5,9
2009	4,31
2010	5,91
2011	6,41
2012	5,84
2013	5,91
2014	6,41
2015	10,67

Fonte: BRASIL (2022).

Ou seja, a tabela 8 indica que os índices inflacionários mostraram uma queda importante a partir de 2005, haja vista que os anos de 2002, 2003 e 2004 tiveram a marca de 12,53; 9,3; e 7,6, respectivamente, e em 2005, identificou-se um decréscimo para 5,69. Apesar da queda verificada, foi a partir de 2006 que a redução se apresentou de forma mais significativa, com contração para 3,14 e, até 2014, houve certa estabilidade, sem variação maior que 6%, sendo

os anos de 2011 e 2014 com maiores variações, no valor 6,41. Já no ano de 2015, momento de aparente crise, conforme dados anteriores, foi despontado um crescimento da inflação para 10,67.

Essa cena no campo econômico reverberou no setor do financiamento da educação, de modo que foi manifestada, uma ampliação nesse aspecto, assim como mostra a tabela abaixo:

Tabela 9 — Média de crescimento do financiamento do Salário-Educação no município de Campo Grande/MS e no estado do Mato Grosso do Sul por mandato sindical entre 2006 e 2015

Período	Mandatos (Presidentes da ACP)	Média de crescimento do Salário-Educação (Quota Municipal) R\$	Média de crescimento do Salário-Educação (Quota Municipal) R\$
2006 a 2009	Geraldo Gonçalves	730.000	2.200.000
2010 a 2014	Geraldo Gonçalves	2.700.000	4.600.000
2015	Geraldo Gonçalves	830.000	430.000

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (BRASIL, 2019) Organização: (MACIEL, 2021).

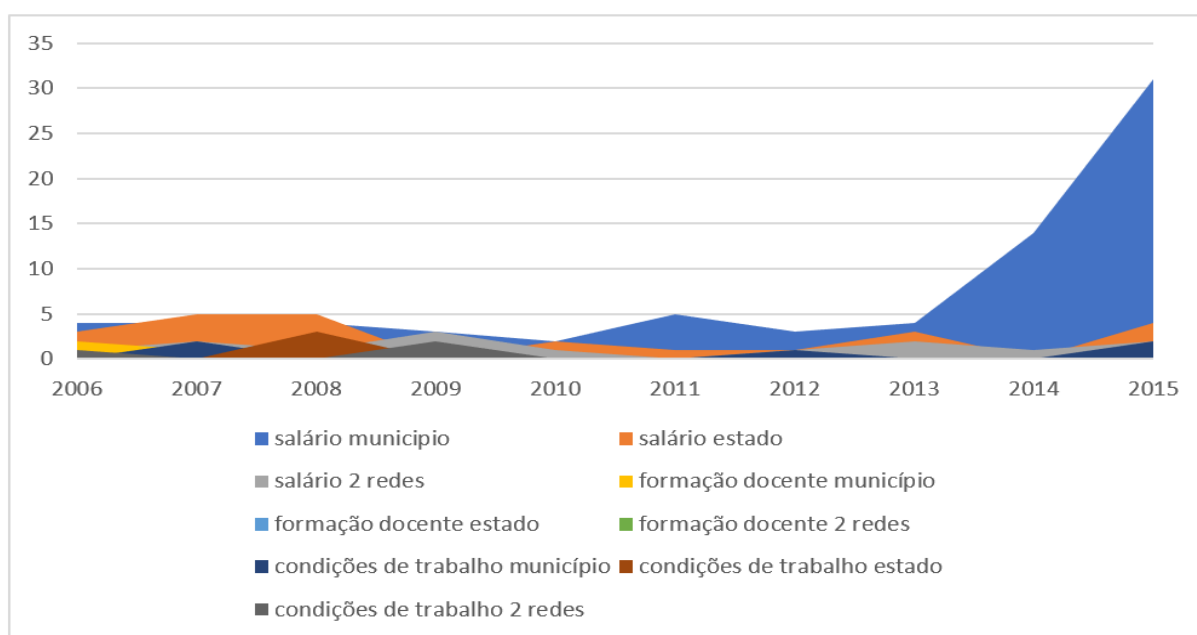
A tabela 9 confirma a relação do financiamento com o movimento de ascensão da economia, já que houve uma ampliação na média do crescimento do Salário-Educação entre os anos de 2006 e 2014 e uma redução significativa no ano de 2015, momento de impasse no campo econômico. Além disso, é importante considerar que a partir de 2007, com a aprovação do FUNDEB, a rede municipal e a rede estadual passaram a receber uma verba maior do que a prevista pelo FUNDEF, o que pôde ser previsto melhores expectativas para Educação Básica pública, inclusive com recursos destinados ao ensino médio, o que não era previsto com o FUNDEF.

No âmbito político, assim como anunciado no capítulo anterior, o PT permaneceu no poder executivo central durante todo período de investigação. Já o município de Campo Grande/MS foi comandado por dois mandatos de Nelson Trad Filho (2005-2012), do PMDB. Em um cenário de tensões, do início no ano de 2013 até março de do ano de 2014 esteve na prefeitura Alcides Bernal, do PP, o qual sofreu um impeachment e seu vice, Gilmar Olarte, comandou o município até agosto de 2015, mas foi afastado do cargo devido a um cumprimento judicial. No estado, José Orcírio, do PT, permaneceu como governador até 2007, mas, em 2008, assumiu o governo do estado André Puccinelli, do PMDB, que, mediante reeleição, manteve-se até 2015.

Observa-se que os conflitos políticos no município de Campo Grande/MS estiveram vinculados às questões econômicas estabelecidas mundial e nacionalmente³⁴. Apesar disso, considera-se que o recorte temporal analisado apresenta, de modo geral, uma tendência de fortalecimento e manutenção da hegemonia burguesa por meio do avanço do capital e, na mesma medida, no âmbito político, em especial pelo comando central, houve uma perspectiva progressista de avanços na implementação de políticas educacionais, as quais teriam que se materializar por meio da força política constituída pelos entes federativos, isto é, pelos municípios e estados.

Entre as políticas fomentadas e implementadas, a política salarial se referiu, comumente, ao tipo de política de maior interesse do professorado, assim como revelado nas atas analisadas. Sobre isso, segue o gráfico abaixo:

Gráfico 2 — Quantidade de atas por temas debatidos em Assembleia Geral entre os anos de 2006 e 2015



Fonte: (ACP, 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012; 2013; 2014); Organização: (MACIEL, 2022). Obs.: As identificações são referentes à quantidade de atas registradas em cada ano, de forma que há registros de Assembleias Gerais com convocação somente da rede municipal, somente da rede estadual e, também, assembleias com convocações das duas redes. Por isso, as definições em tais termos.

³⁴O colapso no mercado das hipotecas de alto risco (subprime) nos Estados Unidos no início dos anos 2000, implicou em desdobramentos em todo o mundo, inclusive a crise do sistema financeiro no ano de 2008. No Brasil, os impactos da crise sobre a taxa de câmbio trouxeram à tona os indícios de que o mercado nacional não esteve imune ao movimento de maior exposição em operações especulativas (derivativos cambiais) que caracterizou as estruturas de financiamentos globais. Aliás, as repercussões no país perduraram pela segunda década dos anos 2000 (GOMES, 2011).

As cores que mais apareceram no gráfico 8 no decorrer dos anos são: azul, laranja e cinza, referentes às atas que apresentaram como pauta ou discussão o salário. Tal confirmação mantém o objetivo em analisar o movimento sindical docente a partir de sua luta salarial e a sua relação com o processo de disputa por hegemonia. Para tal, a frente segue a investigação do sindicalismo docente da Educação Básica pública de Campo Grande - MS e a luta salarial constituída entre os anos de 2006 e 2015.

5.2 AS TENSÕES NA LUTA SALARIAL ENTRE OS ANOS 2006 E 2008

O período entre os anos de 2006 e 2015 foi marcado por três mandatos da ACP liderados pela mesma presidência, professor Geraldo Alves Gonçalves, ainda que com algumas alterações dos membros da diretoria. Destaca-se que apesar de o professor Geraldo Gonçalves ter sido vice-presidente na gestão do professor Jaime Teixeira, no ano de 2005, os dois disputaram em chapas distintas e a chapa do professor Geraldo Gonçalves saiu vitoriosa.

Para identificar algumas características dos membros diretores que participaram das gestões da ACP entre os anos de 2003 e 2015, um questionário foi elaborado e disponibilizado aos professores que compuseram tais diretorias. Entretanto, houve poucos participantes, de modo que apenas seis professores responderam. Dos respondentes, apenas dois referiam-se aos membros diretores que participaram entre os anos de 2006 e 2015, os outros quatro eram da diretoria constituída a partir de 2016. Especificamente dos três mandatos investigados neste item, o Secretário Geral (2008-2015) e a vice-presidente (2012-2015) participaram da inquirição.

Para identificar se as direções do sindicato se apoiavam em alguma concepção política e ético-moral, no questionário foi perguntado se o professor/membro diretor já tinha feito parte ou se aproximava das ideias expressas por algum partido político. O Secretário Geral da ACP manifestou não ter aproximação a nenhum partido político, entretanto, a vice-presidente respondeu se aproximar da concepção de mundo do PT.

O professor Geraldo fez parte, anteriormente a esse período, da gestão em que o professor Jaime Teixeira foi presidente. Nos relatos da entrevista, o professor Jaime anunciou ser filiado ao PT e que a diretoria, de forma geral, se associava à concepção de mundo expressa pelo PT ou pelo PCdoB. Diante disso, entende-se que o professor Geraldo se aproximava à concepção de mundo de um desses dois partidos. Todavia, o relato do Secretário Geral expõe que:

Falando da questão da unidade do posicionamento político, vejo que na gestão do professor Geraldo, principalmente quando eu comecei fazer parte, que foi em 2008, não tinha uma unidade de um posicionamento político, trabalhava assim, o professor Geraldo buscando sempre junto com esse grupo uma política sindical, né, que fazia parte, ela poderia até ter posições político-partidárias, mas o principal e o objetivo da política da ACP era a política sindical para os trabalhadores, isso era o que a gente tinha, né. Então, a gente não tinha uma aproximação apenas com partido político. Tinha simpatia de integrantes a algum partido político? Tinha, né. Mas, não que ficasse algo atrelado a um partido apenas. Então a nossa preocupação maior, a preocupação de toda essa diretoria, gerenciada pelo professor Geraldo, era a política sindical (ACP, 2021c, p. 01).

Aparentemente, tanto pelo relato acima quanto pela situação de formação de duas chapas na disputa das eleições da ACP em 2005, uma pelo presidente (Jaime Teixeira) e a outra pelo vice-presidente (Geraldo Gonçalves), percebe-se que havia, pela diretoria eleita, uma busca por distanciar a luta sindical de qualquer movimento partidário, ainda que o relato do Secretário Geral tenha demonstrado considerar que cada integrante possuía sua concepção política e ético-moral. Todavia a luta central era pelos direitos dos trabalhadores.

Para análise da luta salarial desse momento histórico, foram identificadas muitas fontes de investigação e, para sintetizar essas informações, foram sistematizadas as questões ocorridas nos movimentos da rede municipal e da rede estadual de forma simultânea e por mandato. Ou seja, as discussões se organizaram da seguinte maneira: entre os anos de 2006 e 2008 (1º mandato), em seguida, entre os anos de 2009 e 2011 (2º mandato) e, por último, entre os anos de 2012 e 2015 (3º mandato).

O quadro do anexo A apresenta os aspectos centrais acerca da luta salarial no primeiro mandato do professor Geraldo Gonçalves. Um dos cenários que o quadro apresenta, é que houve um aumento de convocações dos professores para Assembleias Gerais para discutir o assunto salário no primeiro mandato com o comando do professor Geraldo Gonçalves quando comparada a gestão anterior, que em 2004, por exemplo, exibiu apenas uma convocação por rede para “debater” ou informar sobre as negociações salariais. Preliminarmente, pelo aspecto quantitativo é possível apontar que tanto na rede municipal quanto na rede estadual existiu um movimento mais constante de participação da base dos professores no processo da luta salarial.

Para elucidar essa ampliação e maior constância das convocações de Assembleias Gerais, relembra-se que na gestão comandada pelo professor Jaime Teixeira foram convocadas duas Assembleias Gerais no ano de 2003 na rede municipal com o assunto sobre a negociação salarial, uma em 2004 e três em 2005. Na rede estadual, foram seis registros em ata de Assembleia Geral no ano de 2003, já que foi um ano de movimento grevista, um em 2004 e um

em 2005. Já nos anos entre 2006 e 2008, foram convocadas em média quatro atas por ano para discussão salarial, tanto na rede municipal quanto na rede estadual.

Outrossim, nas atas, foi observado que houve, também, um avanço qualitativo tendo em conta que, na maioria das situações, as decisões foram deliberadas a partir da participação da base por meio de votação em assembleia. Apesar das conquistas não se concretizarem conforme as exigências da categoria, em ambas as redes, os docentes mostraram-se participantes nas discussões nas decisões, especialmente devido à organização produzida nas reuniões. Essa situação pode ser observada nos primeiros registros em ata das redes estadual e municipal do ano de 2006, conforme a Ata nº 24/2006 e Ata nº 25/2006:

O Professor Geraldo disse que não vai descrever só para iludir a base esse é um discurso real para categoria, quando estamos na mesa também gostaríamos de ver todas as nossas propostas aceitas pelo governo, o encaminhamento deve ser aceitamos ou rejeitamos, pois a proposta foi clara o encaminhamento fica da seguinte forma: primeiro aceitar a propostas a partir de 1º de Maio ou rejeitar a proposta Professor Geraldo disse que o governo deve encaminhar a proposta a Câmara de Deputados até abril bom o encaminhamento que sai daqui irá para CPTM onde será incorporada a outras e tirar o encaminhamento final em regime de votação os que são contrários à proposta a partir do dia primeiro de Maio e os que aceitam, está rejeitada a proposta do governo e o encaminhamento será que a proposta da categoria é retroativa a 1º de fevereiro (ACP, 2006, p. 163). Feito a votação, a proposta contrária à proposta ganhou sobre aceitação da mesma. Encaminhamentos: Montar uma comissão para ir negociar mais uma vez com o prefeito, ainda hoje. Votação o não decidiu em dia de paralisação foi contemplada. Amanhã sairá um ônibus para a câmara municipal (ACP, 2006, p. 167).

Os registros das duas atas mostram questões importantes: 1) Que para além da ampliação na quantidade de convocatórias de Assembleia Geral, houve, também, uma sistematização que permitiu a participação dos docentes em diferentes momentos da reunião, inclusive na participação em decisões acerca da proposta salarial e nos encaminhamentos de ações para movimentos de mobilização; 2) Que especialmente o movimento da rede municipal pareceu manifestar posição de maior enfrentamento do que no período anterior, de modo que foi observada deliberação por paralisação pelos docentes da respectiva rede; e 3) Que o movimento da rede estadual apresentou uma perspectiva aproximada ao movimento de 2003, de forma que foi deliberada a rejeição da categoria pela proposta do governo que não pagaria retroativo da data que era prevista o reajuste.

Essa é uma sinalização de que houve um avanço na organização coletiva dos professores, já que se identificou a possibilidade de menor interferência intelectual do grupo

dominante e de maior independência e autonomia do grupo subalterno permitindo, desse modo, um antagonismo à concepção sindical baseada no sindicalismo teórico (GRAMSCI, 2000). Essa afirmação pode se explicar tanto pela ampliação de encontros da categoria para os debates e as tomadas de decisões, quanto pelo modo como foram conduzidas as reuniões, aparentemente, de forma mais orgânica e democrática.

Coutinho (1979) quando discute sobre a democracia socialista, aponta que a socialização prevista por essa concepção de sociedade não se restringe apenas à socialização dos meios de produção, mas também à socialização dos meios de governar e de tornar possível a crescente participação das massas na vida política. Conforme o autor, esse processo ocorre também pelo modo de se organizar de baixo para cima e produzir os chamados sujeitos coletivos. Aliás, a própria reprodução capitalista, enquanto fenômeno social, que impõem essa crescente socialização da política, bem como promove a ampliação do número de pessoas e de grupos empenhados na defesa de seus interesses.

Sendo assim, as fontes documentais, ou seja, tanto o quadro de ampliação de assembleias como o modo de organização para tomada de decisão da categoria, indicaram o desenvolvimento de uma dinâmica favorável à formação de sujeitos coletivos no processo da organização sindical.

Além dos avanços nos processos de organização coletiva, destaca-se que os dados apresentados no quadro do anexo A apresentaram algumas conquistas referentes à luta salarial do magistério. Entre elas, destaca-se uma luta que vinha sendo travada há um tempo no movimento sindical docente, que foi a reestruturação da carreira. Houve a consolidação do índice de 1,45 para a transição de PH I para PH II no ano de 2006 na rede municipal. Além disso, houve um reajuste inflacionário de 5%, mas “o professor Geraldo esclareceu que a inflação foi de 5% e a média de reajuste foi de 10,5%” (ACP, 2006, p 167), considerando a incorporação da GRATEF (gratificação de regência).

Juntamente a tais conquistas, em contrapartida, ocorreu, também, prejuízos à remuneração dos docentes, haja vista a imposição do “Decreto nº 9614 (art. 1º inciso III), que previu a suspensão das promoções funcionais e adicionais até 31 de dezembro, justificando estarmos em período eleitoral, prejudicando o trabalhador” (ACP, 2006, p. 183).

Esse movimento trivial expresso pelo Estado burguês, em que munícia direitos ao grupo subalterno por um lado e, na mesma medida, os retira por outro, confirma o que Gramsci (2000) argumentou sobre a relação entre democracia e hegemonia:

Entre os muitos significados de democracia, parece-me que o mais realista e concreta se possa deduzir em conexão ao conceito de hegemonia. No sistema hegemônico, existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos na medida em que o desenvolvimento da economia e, por conseguinte, a legislação que expressa esse desenvolvimento favorecem a passagem molecular dos grupos dirigidos para o grupo dirigente (GRAMSCI, 2000, 287).

Ou seja, o processo de organização democrática em seu aspecto universal entre governantes e governados mostrou-se distante de sua concretude nas relações estabelecidas entre os profissionais da educação e a administração pública de Campo Grande - MS, já que a legislação local apresentou-se mais vinculada a um processo de atravancar o avanço do grupo dirigido, ainda que tenha ofertado pequenos avanços aos docentes, e, tampouco, indicou possibilitar mecanismos legislativos que permitiram a passagem molecular do grupo dirigido ao grupo dirigente.

O mesmo fenômeno se ratificou também na rede estadual de ensino, à medida que às conquistas alcançadas pelo movimento sindical estiveram atreladas a pseudo-inconvenientes. Isso porque na mesma proporção em que se estabeleceu um reajuste inflacionário e a incorporação de gratificação ao salário, assim como elucida o quadro no anexo A, permitiram-se, também, o parcelamento e o atraso do salário. Com efeito, os professores da respectiva rede não receberam o salário em dezembro de 2006, sendo que o ano de 2007 se referiu a troca de governo, isto é, a administração do governador Zeca do PT passou o governo para o governador eleito André Puccinelli sem pagar o salário dos professores (ACP, 2006). Tanto que um documento foi elaborado pelos servidores públicos do estado para manifestarem inconformidade:

Foi definido pela elaboração de um documento, onde dentre as expectativas as entidades se manifestaram: 1) que o governo inicia o diálogo com servidores; 2) e o governo não politize a discussão do pagamento atrasado; 3) defina uma data para o pagamento de dezembro e 4) defina calendário de pagamento do ano de 2007 e ainda se fosse chamaram contra o parcelamento do salário de dezembro e não aceitam receber janeiro sem receber dezembro (ACP, 2006, p. 188).

Nota-se que existiu um enfrentamento e um protesto contra o governo do Zeca do PT que, inclusive, era para ser uma gestão que, em certa medida, representasse os interesses dos trabalhadores e viesse promover condições democráticas concretas para o processo de disputa por hegemonia do grupo subalterno.

5.2.1 A luta salarial a partir do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN)

O desenvolvimento da sociedade civil e da sociedade política se refere a um movimento contraditório cheio de avanços e recuos, de debandadas e de reagrupamentos (GRAMSCI, 2014). Movimento expresso nas ações do PT, por exemplo, pois do mesmo modo que no estado do Mato Grosso do Sul, especialmente nos anos de 2003 e 2006, foram vistas ações de repressão e de descaso com os trabalhadores docentes, no comando central, a partir do ano de 2007 foi promovido o debate para implementação do PSPN, que era uma luta nacional dos professores, convencionada por décadas.

O PSPN, portanto, foi um dos avanços do governo PT. As discussões viabilizadas anteriormente à implementação do piso permitiram, inclusive, a participação de grupos representativos dos profissionais da educação. Tanto que, nesse processo, foram apresentadas as propostas da CNTE e do Governo Federal, sendo que a primeira expôs um valor para o piso de R\$1050,00 (30h) para o magistério médio e de R\$ 1575,00 para os professores com habilitação e a segunda estabeleceu o valor de R\$850,00. A sugestão do Governo provocou preocupação dos docentes, pois “com a aprovação desse valor não haverá redução de salário, porém, nas futuras negociações salariais, teremos dificuldades em conseguirmos maiores reajustes” (ACP, 2007, p. 32). Apesar de a preocupação da categoria, foi deliberado em Assembleia Geral na ACP a participação dos professores no dia de Mobilização Nacional fomentada pela CNTE, além de panfletagem aprovada em outro momento para pressionar a aprovação da lei do PSPN (ACP, 2007).

Ainda que tal mobilização possa não ter representado um nível de autoconsciência crítica que pudesse permitir, imediatamente, o avanço na percepção dos professores sobre sua força enquanto parte de um grupo que venha apresentar um novo modo de organização e de governabilidade, percebe-se que esse agrupamento mais estendido, o qual reuniu os docentes de todo Brasil, foi um mecanismo de progresso no desenvolvimento da consciência política coletiva dos professores, haja vista que se ampliou o grau de homogeneização e organização desses docentes.

Salienta-se a importância das decisões e dos movimentos coletivos, uma assembleia bem organizada, com decisões direcionadas coletivamente, ainda que esteja presente elementos desordeiros e indisciplinados, tende a revelar providências e deliberações superiores à média individual, transformando a quantidade em qualidade (GRAMSCI, 2000). Esse avanço quantitativo-qualitativo pode ser observado pela participação dos professores de ambas as redes

públicas de ensino, municipal e estadual, no dia de Mobilização Nacional pelo PSPN, fortalecendo a pauta estabelecida e a organização coletiva com maior número de professores sob identificações de elementos de mesmo interesse.

Mas, assim como previsto, enquanto a pauta do PSPN avançava em âmbito nacional criando certa homogeneização entre os professores de todo Brasil, em Campo Grande - MS, em especial os docentes da rede estadual vivenciavam tensões e problemas com o governo local que iniciava o ano de 2007 sem pagar o salário de dezembro. Todavia, tal condição provocou a reação dos docentes e, por meio de decisão em Assembleia Geral, foram encaminhadas ações que buscaram um caráter de ampliação do grupo para melhorar a qualidade do movimento:

A professora Z disse temos que parar porque não dá para pagar para trabalhar no dia 25, vamos nos apresentar nas escolas já vamos começar as mobilizações nesta data o professor P está vendo uma articulação com todos os servidores e devemos tirar algumas atividades em comum com os demais porque o dia do início do ano letivo 9 de fevereiro ainda está longe. Outra professora disse que para se fazer uma carta ao comércio explicando que os servidores estão sem receber salário. Outra professora disse que devemos pensar em ações conjuntas com outras categorias. A professora S disse que a ACP participe de todas as atividades defendidas pelos Fórum de Servidores. O professor V disse que a ACP já definiu pela greve mas devemos levar para Assembleia da FETEMS (ACP, 2007, p. 189-190).

Nota-se, portanto, que os professores de Campo Grande - MS manifestaram a necessidade de greve e de agrupamentos com outras categorias, na tentativa de alcançar um avanço em relação às condições salariais. Essa situação indica um movimento progressivo de desenvolvimento da consciência política coletiva, haja vista o alcance da consciência de solidariedade de interesse entre os membros de mesmo grupo social, ainda que no campo meramente econômico. Ou seja, é um nível de autoconsciência, homogeneização e organização em que um grupo profissional passa a se identificar com outros grupos profissionais e não somente entre ele mesmo (GRAMSCI, 2000).

Inclusive, ressalta-se que o grupo de professores da rede estadual do município de Campo Grande - MS expressou um processo de desenvolvimento da consciência política coletiva diferente da maioria dos grupos de docentes representados por diferentes Sinteds, já que a greve foi votada em assembleia da FETEMS e foi rejeitada pela maioria, porém, o grupo de Campo Grande - MS manifestou favorável.

Mesmo que greve não tenha sido deliberada de forma maciça, os registros indicam que houve mobilizações com movimentos paredistas, de forma que causou enfrentamento com governador recém-eleito, o qual reagiu com ações coercitivas:

O presidente da ACP fez esclarecimento sobre o processo de pressão que o governo do estado está fazendo sobre professores e diretores, alguns diretores estão respondendo processo administrativo, medida está injusta, pois os diretores não dispensaram alunos para participar de ato algum. Ficou posto pela diretoria da ACP o repúdio sobre este procedimento, pois o mesmo contraria a democracia, alguns diretores ameaçam professores com estágio probatório, colocando que o mesmo poderá perder ponto, isso caracteriza assédio moral o professor W pediu aos professores da rede estadual que não se deixa amedrontar pelas ameaças do governador André Puccinelli (ACP, 2007, p. 197).

Mais uma vez, o representante do Estado “educador”, expressou seu plano incitador e punitivo, com manifestações antidemocráticas, tanto em sentido estrito quanto em sentido lato, para consolidar e não estremecer a hegemonia estabelecida. Pôde-se verificar, inclusive, que os movimentos paredistas, seja em relação à greve de 2003 ou às paralisações em 2007, mesmo que tenham sido afrontadas pelas gestões com distinção partidária, isto é, entre o PT e o PMDB, o processo punitivo e de coação esteve presente.

O último ano da primeira gestão sindical comandada pelo professor Geraldo Gonçalves, o ano de 2008, foi assinalado pela manutenção do tipo de organização conduzida desde 2006, isto é, a participação da base docente nas negociações salariais em ambas as redes e ainda que tenham ocorrido insatisfações dos docentes com propostas que não contemplaram a categoria, considera-se que houve um avanço em relação às conquistas acerca do reajuste salarial, já que ocorreu ganho real nas duas redes bem como a implantação da política salarial de incorporação da regência, assim como apresentado no quadro 14.

Além do progresso supracitado, a Lei nº 11.738 foi sancionada dia 16 de julho de 2008, e previu que a PSPN poderia ser implantada para uma jornada de até 40 horas. Esse foi um marco importante e histórico na luta do magistério e as discussões em assembleia, tanto pela rede municipal quanto pela rede estadual, levantaram a bandeira para implantação do piso *in loco* por 20 horas. Essa questão pode ser identificada nos seguintes registros das Atas nº 68/2008 da rede estadual e nº 69/2009 da rede municipal:

O professor W questionou que a dificuldade da implantação do piso para 20 horas, porém podemos negociar um meio termo com o presidente esclareceu que, quem tem que falar e pode ou não é o governo e que é importante que mantenha a carreira ponto lembrou também que não podemos abrir mão de um terço de hora, já no início de 2009. Propostas de negociação: um prazo para aplicar o piso, manter a estrutura de carreira, aplicar o piso para 40 horas, com Projeção de passar para 20, negociar um meio termo para que possa avançar o máximo possível colocou em votação ou indicativo de negociação (ACP, 2008, p. 38). O professor Geraldo fez uma explanação

sobre a lei do piso salarial, onde a lei diz que o piso poderá ser para uma jornada de até 40 horas contra o sindicato encaminhou o Ofício nº 195/08, para o Senhor Prefeito, solicitando a implantação do piso para 20 horas, pois hoje o piso já está acima de R\$ 950, portanto não haveria avanço. O sindicato solicitou um estudo para saber o impacto real aplicando o piso para 20 horas. A prefeitura está rodando uma folha simulando piso para 20 horas, porém ainda não concluiu [...] (ACP, 2008, p. 40).

Percebe-se que a regulamentação do PSPN provocou a projeção de novas bandeiras e novos caminhos para a luta salarial da rede estadual e da rede municipal de Campo Grande – MS. Embora tenha ocorrido essa expectativa, houve contestação por meio jurídico do governador André Puccinelli juntamente a outros nove governadores do Brasil. Conforme Ota (2008), o governador ingressou no Superior Tribunal Federal (STF) com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a Lei nº 11.738 que fixou o piso salarial de R\$ 950,00 aos professores da rede pública. A crítica promovida pelos governos confrontou os 33% da carga horária dos professores fora da sala de aula e o salário base, o qual estabeleceu benefícios e vantagens, com o valor de R\$ 950,00.

A Ata nº 73/2009 indica que a decisão da ação foi favorável ao governo, ao comprar com a liminar julgada pelo STF. Um registro na respectiva ata expressou que “estaremos cobrando das instâncias: aplicação do piso salarial profissional nacional Lei Nº 11.738/08, o julgamento pelo STF da ADI 4.167, que suspende o direito” (ACP, 2009, p. 48). Tal decisão perdurou até o ano de 2011, conforme anunciado pelo STF (2011), que publicou:

O Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4167, movida pelos governadores dos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Ceará contra a Lei 11.738/2008, que institui o Piso Salarial Profissional Nacional e destina, no mínimo, 33,3% da jornada de trabalho dos professores em atividades fora da sala de aula, como formação continuada, planejamento, formulação e correção de provas e trabalhos, atualização profissional e outras. O resultado foi proclamado no final do julgamento pelo Ministro Ayres Brito. Assim, a lei do PSPN vale integralmente.

Essa situação condicionada aos professores reforça as prerrogativas teóricas de Gramsci (2000), à medida que pressupõe uma utopia democrática moderna por meio do Direito. Ainda que em última instância a decisão da ADI em relação ao PSPN tenha sido favorável aos professores, a “justiça” manifestou-se como uma ferramenta coercitiva com implicações ao conformismo social para garantir à hegemonia liberal que pretende incansavelmente retirar pequenas conquistas do grupo subalterno, impedindo que avance e melhore suas condições de subsistência e que alcance possibilidades de mudança na sua estrutura de classe.

Foi nesse movimento dialético, com avanços e recuos no processo de disputa por hegemonia, que o movimento da luta salarial se constituiu entre os anos de 2006 e 2008. Desse modo, as conquistas alcançadas pelos professores da Educação Básica pública se desenvolveram a partir de processos tensionados entre o Estado burguês que buscou retroceder os avanços do grupo docente, os quais precisaram a todo momento reafirmar e lutar por direitos que pudessem lhe garantir a dignidade humana.

Para identificar as conquistas salariais dos docentes da Educação Básica pública de Campo Grande - MS, abaixo segue uma tabela que indica os reajustes salariais desde 2003:

Tabela 10 — Crescimento dos salários da rede municipal e da rede estadual em comparação ao salário-mínimo (2003-2008)

Ano	Salário Município PH1 20h x2	Salário Estado 40h	Salário Mínimo	Quantidade de salário- mínimo no salário do professor do município	Quantidade de salário-mínimo no salário do professor do estado
2003	561	421,80	240	2,3	1,7
2004	630	533,58	260	2,4	2,0
2005	761	913,47	300	2,4	3,0
2006	823,84	1027,66	350	2,3	2,9
2007	926,82	1027,66	380	2,4	2,7
2008	1.046,16	1520,00	415	2,5	3,6

Fonte: (ACP, 2021b); Federação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio Grande do Sul (FETAPERGS, 2021) Organização:(MACIEL, 2022).

A tabela mostra que as duas redes apresentaram progressão de salário quando considerados os anos entre 2003 e 2008. Mas, de modo geral, a rede estadual apontou uma condição salarial melhor do que a rede municipal, mesmo que tenha ocorrido algumas flutuações nos seus salários com a queda do índice que relaciona o salário do professor ao salário-mínimo.

Se associarmos as conquistas salariais ao período político-econômico em progressão, assim como visto no início deste item, e às relações de força estabelecidas entre os governos e o movimento sindical docente, pode-se interpretar que os enfrentamentos no processo das negociações salariais foram fundamentais, já que mesmo diante do cenário de aumento do PIB e da ampliação do financiamento da educação, os governos estadual e municipal, em todas as negociações, resistiram em atender as exigências da categoria e se dependesse das vontades unilaterais desses governos não seria possível o avanço salarial e da política salarial relacionada à incorporação da regência.

5.3 AS TENSÕES NA LUTA SALARIAL ENTRE OS ANOS DE 2009 E 2011

Para continuar a elucidação da luta salarial dos docentes das redes municipal e estadual de Campo Grande - MS, também foi elaborado um quadro com os elementos centrais que fizeram parte do processo de discussões das negociações salariais e das conquistas estabelecidas nas duas redes entre os anos de 2009 e 2011 (Ver o quadro 16 no anexo B).

Sob o aspecto quantitativo, ou seja, pela quantidade de convocações de Assembleias Gerais entre os anos de 2009 e 2011, o quadro mostra que houve maior participação da base dos professores da rede municipal de Campo Grande - MS no processo das negociações salariais do que dos docentes da rede estadual, diferente do período anterior em que as duas redes mostraram quantidades de registros aproximadas.

Aparentemente, a quantidade expressa pelas convocações de reuniões para discussão sobre a luta salarial refletiu, também, na qualidade do movimento da rede municipal, que no ano de 2009 levantou a bandeira do PSPN, com a prerrogativa de que a implementação do piso fosse para 20h. Apesar da ação jurídica ingressada pelo governo estadual em 2008, na rede municipal, conforme os registros da Ata nº 70/2009, com referência ao ano de 2009, a luta pelo piso por 20h permaneceu:

Passaremos então a considerar a questão da negociação salarial, a lei do piso salarial Nacional profissional (11.738/08) - no que se refere a hora atividade- ADIM; a carga horária de até 40 horas, habilitação mínima, segundo grau e a estrutura de carreira o nosso piso para 40 horas já é maior do que o piso. Entendemos ser então conveniente e legal solicitar o piso para carga horária de 20 horas. [...] Em reunião da categoria ficou estabelecido que a negociação salarial do ano de 2009 seria voltada para a implementação e implantação do piso salarial profissional nacional proposta foi encaminhada as escolas para a discussão que deveriam ser encaminhadas a ACP para qual seria discutida e avaliada pela categoria. Piso Salarial Profissional Nacional, valor R\$ 950, piso atual, Professor a; jornada de 20 horas, R\$ 523,08, diferença para ser parcelada: falta aplicar o valor da correção do piso. Deve ser corrigido anualmente com a divulgação do índice mantém a estrutura de carreira do professor e especialista em educação (ACP, 2009, p. 41).

Ou seja, após a regulamentação do PSPN, em 2009, a bandeira levantada pela categoria dos professores da rede municipal foi a implantação do Piso por 20h, já que o salário por 40h era maior do que a proposta do piso. Cabe lembrar que a Lei 11.738/08 de 16 de julho de 2008, conforme o Art. 2º estabeleceu o PSPN no valor de R\$950,00, para formação em nível médio, na modalidade normal, no Parágrafo 2º regulamentou uma jornada de no máximo 40h, o que significou que o valor normatizado poderia ser fixado para uma jornada de 20h, e o Art. 3º exigiu a integralização do piso até janeiro de 2010 (BRASIL, 2008).

Mesmo que a organização dos professores da rede municipal tenha iniciado o período do novo mandato sindical com uma força relevante acerca da luta salarial, a conquista acordada sobre a integralização do piso foi definida para o ano de 2012, assim como pode ser observado no quadro do anexo B, diferente do que esteve previsto na lei. Na rede estadual, no ano de 2009, em contrapartida, não houve discussão entre a base dos professores sobre a integralização do piso salarial, até mesmo porque não houve nenhuma convocação de Assembleia Geral pela ACP para debater os caminhos e estratégias em torno da luta salarial.

Não foi possível investigar as atas da FETEMS³⁵ para saber se ocorreram debates entre a base dos professores pela referida entidade sindical, mas, de qualquer modo, considera-se que o ano de 2009 foi marcado por um movimento sem debate e posicionamento dos professores da rede estadual de Campo Grande - MS, inclusive em relação aos caminhos e estratégias a serem tomadas diante das pressões instituídas pelo governador André Puccinelli.

Essa situação supracitada faz enxergar um momento de regressão na organização da rede estadual que mostrou um movimento mais orgânico nos períodos de investigação

³⁵Devido ao tempo dispendido na transcrição das atas da ACP, bem como no questionário e na busca por noticiários referentes à luta salarial constituída na ACP, não houve tempo hábil para investigar as atas da FETEMS.

anteriores quando comparados à rede municipal. No quadro do anexo B percebeu-se que o problema identificado acerca do reajuste salarial da rede estadual pode estar vinculado à falta de reuniões no processo de negociação e da luta salarial. Verifica-se, portanto, que não houve Assembleia Geral no ano de 2009 na rede estadual e, conseqüentemente, não ocorreu reajuste salarial para 2010, já que a data base era o mês de janeiro. O reajuste de 2009 foi referente às negociações de 2008 e o reajuste de 2011 foi referente às negociações de 2010.

Apesar do cenário de regresso das condições e da luta salarial no ano de 2009, os registros em ata da rede estadual, com referência ao de 2010, e a matéria divulgada em Professores (2010), fez identificar que foi desenvolvido um retorno da luta salarial na rede estadual no ano de 2010, de forma que ao final do respectivo ano a proposta do governo de André Puccinelli, de reajuste de 6%, foi rejeitada e foi aprovada em Assembleia nos municípios de Mato Grosso do Sul a possibilidade de greve no início de 2011. Nas palavras de Roberto Botarelli, secretário de finanças da FETEMS à época:

[...] na 1ª semana de fevereiro haverá assembleia em todos os municípios do estado. E logo na 2ª semana acontecerá uma assembleia geral da Fetems, com um indicativo estadual da classe. “Dependendo do resultado dessas reuniões, tanto municipais quanto estadual, pode sim ser realizada uma paralisação já em fevereiro”, ressalta o secretário (PROFESSORES, 2010).

Indica-se, portanto, a retomada de um movimento mais combativo na rede estadual em 2010 e destaca-se, ainda pela mesma fonte de notícia, a manifestação de que “para a categoria dos professores o salário dos professores em Mato Grosso do Sul deveria se equiparar ao piso nacional para uma jornada de 20 horas semanais. Atualmente, [...] os salários são equiparados apenas na jornada de 40 horas” (PROFESSORES, 2010).

A Ata nº 82/2010 da rede estadual também reforça as informações publicadas pelo noticiário digital acima explicitado e registra que:

Em assembleias realizadas nos municípios na ACP e na FETEMS no último dia 14/12/10 a proposta de 6% apresentada pelo governo foi rejeitada. Ficou aprovado na Assembleia dos Municípios no início do ano letivo de 2011, apontando greve como forma de cobrar do governo negociações que avancem na aplicação da Lei 11.738/08, com piso salarial para jornada de 20 horas (ACP, 2010, p. 60).

Nota-se que a rede estadual deu uma pausa acerca da luta salarial em 2009, mas voltou a se manifestar em 2010 e, conforme o registro em ata e as notícias publicadas, percebeu-se um

movimento mais aproximado a luta salarial da rede municipal, de forma que em ambas as redes a principal bandeira de reivindicação sobre o salário foi a implantação do piso por 20h.

Diante desses progressos e regressos relacionados ao movimento da luta salarial da rede estadual, considera-se que, aparentemente, ao final do ano de 2010, foi externada uma posição mais combativa, todavia, quando investigado os noticiários digitais da época, percebeu-se a decisão, a partir da FETEMS, que a rede estadual não acompanharia a greve nacional convocada pela CNTE, que, aliás foi a segunda que a entidade não participou mediante convocação da referida Central Sindical. Conforme declaração da ACP, a paralisação foi descartada em razão das negociações em torno do pagamento do PSPN. Onze estados aderiram à paralisação convocada pela CNTE (GREVE, 2011).

O valor do PSPN corrigido para 2011 era de R\$1.187,00. Na rede municipal, o salário para 20h no ano de 2009 era de R\$575,39, no ano de 2010 foi para R\$946,11 e em 2011 foi para 1.042,71. Na rede estadual, em 2009, o salário para 20h era de R\$498,75, em 2010 era 662,96 e em 2011 era 718,18 (ACP, 2021). Ambas as redes estabeleceram como bandeira da luta salarial a integralização do valor do PSPN ao piso para 20h, mas, até o ano de 2011 identificou-se um avanço mais significativo sobre rede municipal que obteve conquistas mais efetivas.

Esse alcance pode se explicar, também, pelo movimento mais combativo e contínuo na luta salarial da rede municipal, que apesar de não ter sido encontrada matéria de noticiário que mencionasse um movimento paredista no ano 2011, a Ata nº 84/2011 registrou que “Ficou encaminhado amanhã às 8 horas na ACP e após irem para a câmara” (ACP, 2011, p. 62), pela Ata nº 85/2011 foi expresso que “Ficou decidido pela Assembleia amanhã 9 horas na ACP com Assembleia permanente” (ACP, 2011, p. 63) e ainda pela Ata nº 86/2011 foi informado que “Foi feito um levantamento de escolas que estão paralisadas total ou parcial ponto assessoria de imprensa apresentou como foi feito a divulgação na mídia, com matéria paga vinculada na TV Record, pois na TV SBT e TV Morena eles não teriam espaço para colocar” (ACP, 2011, p. 64).

Houve, portanto, uma relação de enfrentamento com a administração pública por meio de dias paralisados e mediante a divulgação na mídia aberta e como de praxe, o movimento paredista foi alvo de coações, as quais foram expressas nas discussões registradas na Ata nº 86/2011:

O professor A iniciou a assembleia convidando o doutor A para alguns esclarecimentos quanto aos comentários de que seria cortado o ponto dos professores e/ou ainda haveria demissão. Ele orientou os professores que o movimento é legítimo e que a assessoria jurídica do sindicato dará todo o respaldo ao movimento (ACP, 2011, p. 64).

Com base na investigação estabelecida e sistematizada até o momento e tendo como base o registro acima, considera-se que as forças antagônicas oriundas do grupo subalterno, em especial quando manifestadas a partir de movimentos em conflito direto com os governos, os quais representaram a classe dirigente, foram vigorosamente combatidas a partir de características próprias do Estado burguês “educador”.

Outras demonstrações coercitivas foram anunciadas no item anterior acerca do movimento ocorrido pela rede estadual a partir de governos de diferentes partidos, seja por motivo de greve ou paralisações. De maneira repetida, mas nesse caso, por meio do governo municipal sob o comando de Nelson Trad Filho (2005-2012) do PMDB na época, também foram estabelecidas manifestações repressivas na mesma perspectiva, reforçando a prática social repressiva e punitiva assegurada e desenvolvida pelas entidades com caráter de Estado, mas também a força antagônica gerada pelo movimento sindical

Esse cenário conflituoso acerca da luta salarial da rede municipal, juntamente ao quantitativo de atas registradas para as negociações salariais e o modo de organização com participação mais constante da base dos professores em discussões do processo da luta salarial, demonstra que o mandato sindical marcado pelos anos entre 2009 e 2011 evidenciou um movimento com maior organicidade na respectiva rede quando comparada a rede estadual. Isso porque na rede estadual, no referido período, foram convocadas 3 Assembleias Gerais para discussão salarial entre os professores de Campo Grande - MS enquanto na rede municipal ocorreram 10 encontros.

Essa organicidade refere-se a um mecanismo efetivamente mais democrático orientado no processo da luta salarial da rede municipal, tendo em vista as críticas de (Gramsci, 2000, p. 90) sobre os supostos centralismos democráticos, as quais explicitavam que

[...] não se pode falar de nenhum centralismo, nem orgânico, nem democrático, nem de outro gênero ou misto. A influência era sentida por escassos grupos de intelectuais, sem ligação com as massas populares, e era precisamente esta ausência de ligação que caracterizava a situação.

Ou seja, o centralismo democrático exige que não ocorra a influência restrita de pequenos grupos de intelectuais sem ligação com a massa. Condição observada na luta salarial do movimento sindical docente, especialmente, em torno da rede municipal, haja vista que o comando do sindicato se mostrou empenhado organizativamente com suas ações e decisões a partir das forças de baixo, ou seja, mediante posições deliberadas pelos professores em Assembleias Gerais.

Desse modo, considera-se que a perspectiva sindical supracitada indica certo distanciamento ao sindicalismo teórico, dada a importância à sua essencialidade em prejudicar “a independência e a autonomia do grupo subalterno que [...] são sacrificadas à hegemonia intelectual do grupo dominante, já que o sindicalismo teórico não passa de um aspecto do liberalismo” (GRAMSCI, 2000, p. 48). Considera-se que a possibilidade de debate e de decisão da categoria antes de manifestar os posicionamentos frente às negociações salariais implica no favorecimento de menor interferência do grupo dirigente e, portanto, de lutas com melhores previsões vinculadas aos interesses do grupo dirigido.

Essa configuração pode ser reforçada em algumas situações estabelecidas pelo movimento de negociações salariais:

Em reunião da categoria ficou estabelecido que a negociação salarial do ano de 2009 seria voltada para a implementação e implantação do piso salarial profissional nacional proposta foi encaminhada as escolas para a discussão que deveriam ser encaminhadas a ACP para qual seria discutida e avaliada pela categoria [...] O professor A fez no encaminhamento de que indique se representantes da base para também compor a comissão de negociação. Senhor Geraldo responde aos presentes que entende que nessa próxima reunião prevista para o dia 6 seria viável somente a comissão composta pela diretoria e em outro momento ampliaria a equipe maior. Professor A insiste que a base deva participar e ainda solicita que seja votado seu posicionamento de que a participação seria agora no dia 6. Professor R solicita que fique registrado que nessas reuniões deverá conter a representação da base. Professor A entende ser justo e que é de suma importância a participação dos mesmos. Foi deliberado que junta-se a comissão os representantes da base [...] (ACP, 2010, p. 47-48).

Os registros elucidam um cenário de valorização das forças de baixo, ao considerar a orientação do comando sindical em debater antecipadamente a proposta salarial nas escolas para, posteriormente, serem analisadas pela categoria em assembleia. Todavia, na mesma medida, os registros mostraram, também, um posicionamento de segregação do presidente em relação aos professores da base, sob a negação da sua participação em determinada comissão de negociação. Entretanto, houve a resistência dos professores e, de fato, a posição da

participação da base foi aceita por deliberação em assembleia. Ou seja, ainda que tenha ocorrido manifestações contraditórias pela própria direção sindical, verifica-se que o processo orgânico e democrático viabilizado pela organização coletiva dos docentes permitiu a contestação e a mudança dos encaminhamentos que não eram satisfatórios pela maioria.

Essa circunstância anunciada acima mostra a possibilidade de maior autonomia do grupo de professores no processo de organização coletiva, já que houve pouca influência do grupo dominante e a decisão ocorrida em assembleia foi definitivamente estabelecida pelo próprio grupo subalterno.

Del Roio (2007) auxilia na compreensão sobre a questão da emancipação da classe subalterna a partir de Gramsci e salienta que esse processo emancipatório só pode ocorrer a partir da autoatividade das massas, de sua autonomia, da cisão com a classe dominante. Aliás, nas explicações do autor a figura de Maquiavel nos textos de Gramsci tinham como propósito explicar a representação da vontade coletiva autônoma e de auto-organização em oposição à ordem social vigente e a necessidade, portanto, de uma reforma moral e intelectual, uma transformação cultural de grande envergadura histórica, que viesse superar e substituir a cultura da velha classe dominante.

Com isso, considera-se que, mesmo que o movimento sindical não seja por si só um mecanismo que permita a superação da cultura burguesa, identifica-se que a sua atividade social propicia a prática de tipos de organização e de governabilidade que testam e avaliam os avanços e os recuos dos grupos subalternos que se manifestam e se movimentam a partir da base material estabelecida, onde tende a surgir o progresso de uma nova hegemonia

Del Roio (2007), ainda na tentativa de comentar Gramsci, explica que a história das classes subalternas é desagregada e episódica. Ressalta haver uma tendência à unificação, mesmo que em planos provisórios. Ou seja, não há uma linearidade nesse processo de agrupamentos.

Esse movimento sinuoso e episódico pode ser observado e analisado tanto nas decisões quanto nos posicionamentos do grupo de professores das duas redes de ensino no decorrer da história da ACP. Isso porque é possível identificar momentos em que a organização coletiva dos professores, em sua totalidade, já se manifestou de forma completamente passiva, assim como considerado por Biassoto e Tetila (1991) no movimento inicial da ACP e pelo modo significativamente conciliador e paternalista manifestado pela rede municipal nos anos entre 2003 e 2005; parcialmente combativa, como revelada pela greve de 2003 na rede estadual; e

momentos em que as duas redes se desenvolveram de forma combativa, como visto no ano de 2010.

As fontes apresentadas até o momento, por exemplo, permitiram identificar que o comando da ACP dirigido pelo professor Jaime Teixeira foi viabilizado por um movimento mais democrático especificamente no ano de 2003 e no desenvolvimento da luta salarial da rede estadual, já que houve um movimento grevista em que foram mediadas significativas deliberações com manifestação da base docente nas decisões. Em contrapartida, quando analisada a luta salarial sob o comando do professor Geraldo Gonçalves, foi notada uma sistematização mais constante acerca do centralismo democrático na rede municipal, com prejuízo relevante no ano de 2009 na condução da rede estadual que não registrou nenhuma convocação de Assembleia Geral, bem como no período entre 2009 e 2011 apresentando apenas 3 convocações para debater os reajustes salariais.

Inúmeras adversidades desenvolvidas no movimento da sociedade civil e da sociedade política podem influenciar esse aspecto sinuoso e episódico constituído nos processos de unidade dos grupos subalternos. Entre esses processos e especificamente em relação ao grupo de professores, alguns dados vinculados à filiação da categoria podem contribuir para compreensão desse cenário mais burocrático e menos orgânico configurado na luta salarial da rede estadual entre os anos de 2009 e 2011.

Considera-se, portanto, que o respectivo período foi marcado por uma queda das filiações da rede estadual, tanto de professores ativos como de docentes aposentados, assim como apresenta a tabela 9 no início do capítulo. Conforme os dados de filiação, no ano de 2009 havia 1.734 filiados efetivos ativos e 1.852 aposentados, em 2010 eram 1.165 e 1.293, respectivamente, e em 2011 eram 1.189 e 1.347. Ou seja, houve uma redução de 30% de professores ativos e 37% de professores aposentados entre os anos de 2009 e 2011. Diferentemente, na rede municipal as filiações foram mantidas entre 1.680 e 1.740 no mesmo período. Do mesmo modo em que ocorreu uma queda quantitativa da rede estadual acerca das suas filiações, ocorreu também um declínio em seus aspectos qualitativos relacionados à organização coletiva em seu processo de homogeneização e autoconsciência.

Essa circunstância coaduna com as discussões de Gramsci (2000) sobre homem indivíduo e homem massa, pois, da mesma maneira que considera problemática uma multidão de pessoas dominadas acriticamente pelos interesses imediatos e por impressões momentâneas, já que pode fortalecer coletivamente os altos instintos bestiais, valoriza, também, o processo

quantitativo, já que este pode se transformar em qualidade, à medida que a forma unificada e coletiva de estabelecer decisões tende a se manifestar superiores à média individual.

Para relacionar o esse processo organizativo de avanços e de recuos às conquistas salariais, segue a tabela abaixo:

Tabela 11 — Crescimento dos salários da rede municipal e da rede estadual em comparação ao salário-mínimo (2003-2011)

Ano	Salário Município PH1 20h x2	Salário Estado 40h	Salário Mínimo	Quantidade de salário- mínimo no salário do professor do município	Quantidade de salário-mínimo no salário do professor do estado
2003	561	421,80	240	2,3	1,7
2004	630	533,58	260	2,4	2,0
2005	761	913,47	300	2,4	3,0
2006	823,84	1027,66	350	2,3	2,9
2007	926,82	603,42	380	2,4	1,5
2008	1.046,16	1520,00	415	2,5	3,6
2009	1.150,78	997,51	465	2,4	2,1
2010	1.242,84	1.325,92	510	2,4	2,5
2011	1.948,98	1.436,37	540	3,6	2,6

Fonte: (ACP, 2021b); Federação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio Grande do Sul (FETAPERGS, 2021) Organização: (MACIEL, 2022).

Inicialmente, faz-se necessário explicar os valores “flutuantes” dos salários da rede estadual apresentados na tabela 11, que por vezes pareceu existir redução. Conforme explicações do Secretário Geral e da Secretaria Jurídica no ano de 2021, os salários se revelaram desse modo, pois, havia à época, um condicionante relacionado à política salarial, com incorporação da Regência de Classe, além de alguns benefícios que deveria ser pago naquele período. Mas, em relação ao salário base, não houve reduções salariais.

Em relação, especificamente, ao período entre os anos de 2009 e 2011, pode-se considerar que as circunstâncias multideterminadas constituídas na rede municipal acerca do sindicalismo docente, ou seja, a relação mais orgânica e democrática na sistematização da luta salarial, inclusive com a força dos professores da base para participação direta nas comissões das negociações salariais, a manutenção na quantidade de filiados, o posicionamento mais combativo e mais distanciado do sindicalismo teórico, a luta precoce pela implantação e a integralização do piso por 20h, além de terem contribuído com o desenvolvimento da consciência política coletiva, pareceu auxiliar, também, no avanço do campo econômico-corporativo relacionado ao salário docente da referida rede.

O cenário econômico, tanto do município quanto do estado, alcançou as melhores médias de crescimento do PIB, da queda da inflação e de ampliação do financiamento do Salário-Educação entre os anos de 2010 e 2014, assim como apresentado no início do capítulo, todavia, percebeu-se que as conquistas salariais entre as redes públicas de ensino se manifestaram de forma distinta, com avanço do salário da rede municipal e certo regresso da rede estadual quando equiparado ao salário-mínimo. Situação que faz evidenciar que os elementos econômicos por eles mesmos não foram determinantes para o progresso da luta salarial.

Para continuar identificar a relação entre as vontades conscientes do grupo de professores e as suas conquistas, no próximo item permanece a análise sobre o processo da luta salarial do magistério, entretanto, acerca dos anos entre 2012 e 2015, último mandato sob o comando do professor Geraldo Gonçalves.

5.4 AS TENSÕES NA LUTA SALARIAL ENTRE OS ANOS DE 2012 E 2015

Busca-se nesse item, analisar e compreender a luta e das conquistas salariais dos professores da Educação Básica pública de Campo Grande - MS, levando em conta as transformações e as influências geradas no movimento da sociedade civil e da sociedade política no decorrer da história, mas com as implicações específicas entre os anos de 2012 e 2015. Segue, portanto, no quadro 17, anexado ao final, as fontes quantitativas e qualitativa do respectivo período.

O quadro 17 do Anexo C mostra que o período entre os anos de 2012 e 2015 também foi marcado pela maior participação da base dos professores da rede municipal quando comparada à rede estadual. Enquanto houve, no referido período, um total de 52 atas

relacionadas às negociações salariais da rede municipal (3 atas em 2012, 4 atas em 2013, 14 atas em 2014 e 31 atas em 2015), na rede estadual foram identificadas 8 atas (1 em 2012, 3 em 2013, nenhuma em 2014 e 4 em 2015).

Ainda que essa quantidade importante de atas da rede municipal esteja relacionada a dois movimentos de greve, quando investigadas as atas que não discutia salário, mas se referia a designação de delegados para assembleia da FETEMS, observou-se a seguinte situação: 1) No ano de 2012, duas atas mencionaram a escolha de delegados para discussão sobre salário na FETEMS; 2) No ano de 2013, duas atas foram encontradas sobre a escolha de delegados para debater, em uma delas, o salário e na outra a implantação da hora atividade que se relaciona a Lei do PSPN; 3) No ano de 2014, cinco atas foram identificadas para tirar delegados para assembleia da FETEMS, entretanto, nenhuma apresentou como pauta o assunto salário; 4) No ano de 2015, três atas se referiam à escolha de delegados para assembleia da FETEMS, mas duas delas não apresentaram a pauta da assembleia convocada pela federação e a ata com pauta discriminada era vinculada ao 26º Congresso Estadual da FETEMS (ACP, 2012, 2013, 2014, 2015)

Essa configuração, com base nos dados quantitativos, indica um cenário aproximado ao período anterior, de forma que se evidencia certa instabilidade e imprevisibilidade da participação da base da categoria docente da rede estadual nas negociações salariais. Isto porque o número de encontros anuais para debater as negociações salariais flutuaram significativamente, de forma que existiram anos em que houve apenas um encontro, outros não ocorreu nenhum, como no caso de 2014 e de 2009, e tiveram anos em que se convocaram mais de duas Assembleias Gerais. Situação que evidencia uma falta de projeto e de organização que viesse fomentar um movimento mais orgânico na respectiva rede.

Diferentemente, a rede municipal apresentou um movimento mais regular e presumível da participação da base nas discussões sobre o salário, tendo em conta que desde 2006 foi observado um quantitativo importante de convocações de assembleia para debater as negociações salariais, além de se perceber que o volume de atas relacionadas ao salário foi aproximado entre os anos, a não ser em 2014 e 2015 que houve greve em um logo período, o que apresentou um volume aumentado quando comparados aos anos anteriores.

Esse delineamento com reduzida participação dos professores da rede estadual na luta salarial também pôde ser revelado a partir das fontes qualitativas representadas por registros de algumas falas dos professores em assembleia:

Anteriormente era para ser reunião de representante sindical e foi alterado para geral sobre reajuste salarial sem o sindicato ter articulado com a base, mas não estou falando que a proposta da ACP é ruim, só que a assembleia está esvaziada e a base prejudicada (ACP, 2012, p.66).

Aparentemente, existia uma dinâmica de organização com os representantes sindicais para debater as propostas salariais na escola, o que viabilizava certa mobilização para a participação dos professores, todavia tal sistematização não foi cumprida e gerou redução na participação dos professores.

Outra fala de um docente da diretoria sindical, mas no ano de 2013, abordou a mesma questão relacionada a participação dos docentes:

[...]o piso para 20 horas tem que ser construído, proposta não é do governo e sim da Federação, sem discussão com a base; comprometimento da categoria por falta de proposta, momento para paralisação no início do ano; falta de participação dos associados na FETEMS nas decisões a serem tomadas (ACP, 2013, p.76).

Assim como houve crítica da base dos professores da rede estadual à diretoria da ACP sobre a falta de uma organização democrática para participação e mobilização dos professores, percebe-se, pelo registro acima, que também existiu descontentamento da diretoria acerca do envolvimento da base dos professores no processo da luta salarial, especialmente, para uma construção da bandeira do piso por 20h. Sendo assim, indica-se que, de fato, houve certa dificuldade na dinâmica da referida rede entre os encaminhamentos da diretoria da ACP e o comprometimento da base dos professores da rede estadual, o que corroborou com a expressão de um cenário menos orgânico do que na rede municipal.

A propositura teórico-prática que fundamenta as organizações baseadas no centralismo orgânico/democrático mostra a importância de se desenvolver em conexão com as massas populares. Diante disso, Gramsci (2000, p. 90) vai explicitar que:

[...] é preciso distinguir, nas teorias do centralismo orgânico, entre as que ocultam um programa preciso de predomínio real de uma parte sobre o todo (seja a parte constituída por uma camada como a dos intelectuais, seja a parte constituída por um grupo territorial “privilegiado”) e as que representam uma pura posição unilateral de sectários e fanáticos e, que, mesmo podendo esconder um programa de predomínio [...] não parecem ocultar imediatamente um tal programa como fato político consciente. O nome mais exato seria o de centralismo burocrático.

A dificuldade em se estabelecer uma organização democrática concreta pode se apresentar de distintas maneiras em que não se é permitida a organicidade dos grupos que são parte do todo. Circunstância verificada no movimento sindical em torno da luta salarial da rede estadual, pois, mesmo sob estruturas deliberativas, as quais manifestam uma perspectiva democrática, percebeu-se a produção de movimentos individualistas e unilaterais, haja vista que nem sempre ocorreu a participação da base nas negociações salariais, especialmente a partir de 2009, e quando eram oportunizadas, muitas vezes não havia participação dos professores.

Diante disso, pode-se considerar que houve pouca influência do grupo de professores na luta salarial da rede estadual, de modo que possa ter implicado na falta de transparência, além do domínio de parte(s) dos docentes sobre a maioria.

Em contraponto, a regularidade das reuniões anuais com a base docente da rede municipal desde 2006 para definir as posições e encaminhamentos das negociações salariais, evidenciou um movimento em que não foi demonstrado o domínio de parte sobre o todo dos professores e, por conseguinte, não houve uma tendência em que as decisões e encaminhamentos estivessem centralizados sob a influência de um escasso grupo de intelectuais.

Essa tendência de cenário na organização sindical da rede municipal reforça o que já foi anunciado no item anterior, que é o progresso da autonomia intelectual do grupo de professores, o que pode implicar, desse modo, no maior distanciamento do sindicalismo teórico, bem como da dominação do liberalismo no processo de compreensão das políticas educacionais e sociais.

Evidenciando a organização democrática concreta é um elemento importante para a autonomia intelectual dos grupos subalternos, é fundamental considerar as discussões de Boito Junior (1996) à medida que ressalta que

o movimento sindical, como parte do movimento popular, também sofreu o impacto da ascensão político-ideológica do neoliberalismo no Brasil. Esse impacto ocorreu, de maneiras distintas, tanto no campo pelego como no campo combativo do sindicalismo brasileiro (BOITO JUNIOR, 1996, p. 2).

Fato que indica que, para além do centralismo democrático, o desenvolvimento da consciência política coletiva deve ocorrer de forma sincrônica para que realmente o processo de autonomia e emancipação da classe subalterna seja prospectada e atingida como hegemonia.

5.4.1 As conquistas salariais entre os anos de 2012 e 2015

Em relação às conquistas econômico-corporativas, o quadro 17, no Anexo C, mostra que o período entre os anos de 2012 e 2015 foi marcado por conquistas importantes em relação aos percentuais de reajustes salariais, evidenciando que de 2012 a 2014, nas duas redes de ensino, houve reajuste salarial acima da inflação, ainda que o ano de 2015 não tenha ocorrido reajuste na rede municipal e um reajuste menor que a inflação na rede estadual, já que no respectivo ano a inflação chegou a 10%.

Além disso, observa-se que a melhora significativa no reajuste está associada à bandeira levantada sobre a integralização do piso por 20h. Pelo quadro 17 do Anexo C e pelos registros em ata, foi identificado que a rede municipal levantou tal bandeira anteriormente à rede estadual e, por conseguinte, houve um reajuste na rede municipal, em 2012, e, posteriormente, em 2013, na rede estadual, de forma que os reajustes foram de 22,22% e 18,48% respectivamente.

Relatos de professores encontrados nas atas também indicaram que a rede municipal apresentou maior avanço nas discussões e conquistas em relação ao salário. Entre as manifestações, destaca-se:

‘Os professores das décadas de 60, 70, 80, travaram várias lutas em defesa de seus direitos, citando como exemplo a questão do piso salarial para 20 horas, no caso da rede Municipal de Campo Grande e que ainda não foi conquistado na rede estadual (20 horas)’. ‘A professora G fez uso da palavra chamando atenção para a necessidade urgente de traçarmos a política salarial, para 20 horas e aplicação de um terço da carga horária para planejamento’ (ACP, 2013, p. 74); Professor D: os professores do estado estão perdendo demais em termos de salário (ACP, 2013, p. 77).

Tanto as discussões quanto as conquistas da rede municipal mostraram-se à frente da rede estadual na segunda década dos anos 2000, de modo que as duas questões se tornaram referência da luta salarial pelos professores do estado. Com efeito, em 2013, ambas as redes estiveram apoiadas na mesma bandeira de luta para as conquistas salariais, que foi a integralização do piso por 20h, o que favoreceu o processo de unidade da categoria docente, que passou a apresentar a luta sobre o salário de maneira congênere.

O início da segunda década dos anos 2000 foi marcado por avanços no campo das conquistas salariais nas duas redes investigadas, haja vistas as condições materiais estabelecidas nas estratégias do movimento sindical diante da regulamentação do PSPN, bem como na situação político-econômica e de financiamento da educação que se desenvolveu no Brasil e em Campo Grande - MS. Todavia, no decorrer dos anos de 2014 e de 2015 identificou-se um

movimento de conflito no campo político-econômico nacional e local, mas, aparentemente, sob um sindicalismo docente fortalecido para luta salarial, em especial a rede municipal.

Para compreender o cenário que se configurou a economia e o financiamento educacional, segue a tabela abaixo:

Tabela 12 — Desenvolvimento econômico e financiamento educacional (2010-2015)

Ano	PIB Brasil V. V.	PIB CG/MS (R\$1.000.000)	PIB MS (R\$1.000.000)	Inflação	Quota Municipal R\$	Quota Estadual R\$	Fundeb CG R\$
2010	7,5	15.089	47.270	5,91	9.118.723	27.553.661	216.758.989
2011	4,0	17.619	55.133	6,41	11.169.049	32.556.570	234.086.063
2012	1,9	19.158	62.013	5,84	13.222.020	37.710.399	272.350.345
2013	3,0	20.730	69.203	5,91	15.793.288	42.388.161	297.483.152
2014	0,5	23.902	78.950	6,41	17.897.016	46.649.975	297.027.219
2015	-3,8	24.200	83.082	10,67	18.729.155	47.080.592	337.786.423

Fonte: (BRASIL, 2017); (CAMPO GRANDE - MS, 2017); (BRASIL, 2022); (MATO GROSSO DO SUL, 2017).

A tabela acima apresenta que de 2010 a 2013 houve certa estabilidade na economia nacional e local, assim como na ampliação do financiamento educacional. No ano de 2014 iniciou-se um processo de instabilidade na economia com uma redução significativa na variação de volume do PIB nacional. No ano de 2015, o PIB nacional e local e o financiamento educacional relacionado a Quota municipal e a Quota estadual também sofreram impacto negativo em seu crescimento. Apenas o Fundeb, que é baseado no Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi), no respectivo ano, apresentou um crescimento maior do que no ano anterior.

Esse cenário esteve acompanhado de conflitos políticos em âmbito nacional e local. Assim como explicitado no capítulo I, nacionalmente, viveu-se ao longo da segunda metade do primeiro mandato do governo Dilma (2011-2014) dificuldade em alavancar investimentos públicos e privados, sob a consequência de gerar ônus na designação de renda mediante o fundo público (PINTO, 2016). Foi a repercussão no Brasil de uma crise econômica mundial associada

à conjuntura neoliberal que, com influxo das classes burguesas, houve o início de um movimento contrário ao programa do PT (MACIEL, 2015) a partir de um movimento midiático nacional *pró-impeachment* (MANCERO, 2017).

Em Campo Grande - MS ocorreu um processo de tensão política, sendo que Alcides Bernal do PP ganhou as eleições de 2012, após uma hegemonia do PMDB que perdurava na administração do município antes mesmo da entrada dos anos 2000. Viveu-se em seguida a consequência de um *impeachment*, assumindo, então, o executivo da prefeitura Gilmar Olarte (PP) (2014-2015) – vice-prefeito de Alcides Bernal. Porém, no ano de 2015 retornou à prefeitura Alcides Bernal que terminou o mandato até 2016.

Essa esfera disposta por tensões político-econômicas foi recebida por um sindicalismo docente da Educação Básica pública de Campo Grande - MS que veio, no decorrer dos anos 2000, construindo um movimento com maior organicidade no processo da luta salarial, especialmente na rede municipal. Com efeito, as resistências dos gestores que estiveram na administração de Campo Grande - MS em 2014 e em 2015, em relação às exigências de reajuste salarial dos professores com base no piso por 20h, foram marcadas por duas greves na rede municipal e uma na rede estadual. Em 2014, a greve dos docentes do município foi de 17 dias e em 2015 de 77 dias. Na rede estadual a greve ocorreu no ano de 2015 e durou 8 dias.

Em relação à deflagração da greve da rede municipal, em 2014, houve, pela categoria docente, a exigência pelo “cumprimento, por parte da prefeitura de Campo Grande, sobre aplicação do percentual de 92,20% do piso salarial Nacional de 1697,37 reais para o piso de 20 horas, Lei municipal nº 5.189 de 24/05/2013” (ACP, 2014, p. 107) e em 2015 foi reivindicado o “cumprimento da Lei 11738/2008 por parte da Prefeitura” (ACP, 2015, p. 44), que previu um reajuste de 13% referente ao PSPN e na rede municipal era para o piso por 20h.

Inicialmente, ainda em 2014, o prefeito Gilmar Olarte manifestou positivamente sobre o cumprimento da lei e revelou que “A categoria terá imediatamente a implementação de 18,3% na folha de pagamento, garantimos a lei e seu cumprimento” (ACP, 2014, p. 107), todavia, no respectivo ano, o prefeito não cumpriu o prazo estabelecido para dialogar com a categoria, mesmo após inúmeras tentativas da diretoria do sindicato, desde o início de agosto, e apenas no dia 3 de novembro a prefeitura apresentou uma proposta, mas “Professor Geraldo em prosseguimento coloca duas propostas em regime de votação, a) Aceitar a proposta; b) rejeitar a proposta. A maioria dos presentes na Assembleia votam e rejeitam a proposta” (ACP, 2014, p. 116), ou seja, conforme as falas dos professores em assembleia, a proposta foi rejeitada porque não indicava o cumprimento da lei. Por tais impasses, foi iniciado o movimento grevista

no respectivo ano. Em 2015, também não houve uma proposta da prefeitura que viesse atender o cumprimento da lei 5411/14, situação que ocasionou outra greve sob o mesmo comando do governo.

Em ambos os anos, os movimentos de greve foram marcados pela presença de vereadores que estabeleceram uma oposição ao Gilmar Olarte. No ano de 2014, os vereadores Paulo Pedra (PDT), Luiza Ribeiro (PPS), Eduardo Romero (PT do B) e, também, Rose Modesto (PSDB), que não era oposição, mostraram posição favorável aos professores com presença no movimento (ACP, 2014). No ano de 2015, os vereadores Paulo Pedra (PDT), Eduardo Romero (PTdoB) e Alex (PT) apresentaram uma participação mais intensa (ACP, 2015).

Diante da tensão política estabelecida, foi manifesta, no ano de 2015, “uma Moção de apoio ao cumprimento da lei nº 5411/2014 e um ofício da Câmara Municipal de Campo Grande, vereadores da oposição - Alex Melo, Thaís Helena, Ailton Araújo, Luiza Ribeiro, Cazuzza, Moção de apoio ao movimento de greve” (ACP, 2015, p. 166), além da manifestação do “deputado Pedro Kemp: apoio à categoria” (PT) (ACP, 2015, p. 149).

Essa condição de interesse dos vereadores com envolvimento na greve dos professores da Educação Básica pública de Campo Grande - MS indicou uma relevância social do movimento, que inclusive não foi dialogada apenas com a sociedade política do município, mas também com a sociedade civil representada por repercussões da mídia aberta. Conforme mencionado pelo professor Geraldo na greve de 2014: “teremos o direito de resposta no SBT” (ACP, 2014, p. 121), tendo em conta os posicionamentos do prefeito que eram transmitidos na mesma mídia.

Além de tal repercussão, houve, também, o apoio de coletivos da classe subalterna organizados sob a manifestação de apoio à greve. Entre esses coletivos destacam-se: o movimento da cultura, a CNTE, o Centro de defesa da Cidadania dos Direitos Humanos Marçal de Souza Tupã (CDDH), a Associação dos Docentes da UFMS (ADUFMS), o Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Dourados (Sinted-Dourados), o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e o Sindicato dos Policiais Cíveis de Campo Grande MS (Sinpol), no ano de 2014 (ACP, 2014) e moção de apoio da FETEMS e da UFMS pela representação de um professor, no ano de 2015 (ACP, 2015). Conforme os termos em ata:

Em substituição do presidente senhor Geraldo, que estava em reunião na prefeitura municipal, iniciou cumprimentando a todos, lendo o apoio à greve do CDDH Centro de Defesa da Cidadania dos Direitos Humanos Marçal de Souza Tupã, em que o centro declara apoio total em solidariedade e valorização dos Professores. Leu também a nota de solidariedade aos professores da Reme da ADUFMS (ACP, 2014, p. 125). [...] leu a nota do Sindicato Municipal dos Trabalhadores em educação de Dourados, em que apoia movimento para disputa de Campo Grande, em busca da valorização e cumprimento da lei [...] leitura do apoio do DCE - Diretório Central dos Estudantes, UFMS, em que o aluno, único representante convidou a todos para o congresso estudantil. L também leu o apoio do Sinpol- Sindicato dos policiais civis de Campo Grande MS. (p. 127). Professor N leu também a Moção de apoio da FETEMS [...] professor D da ADUFMS, manifestou o seu apoio, disse que foi da Educação Básica e a UFMS tem um histórico de greve porque o serviço público de qualidade não é oferecido a contento a população pobre e que as reivindicações da Reme são justas e devemos nos unir para valorização da educação e que o salário é importante e o piso foi criado para contemplar regiões do Brasil que pagam aos professores um salário mínimo, contem com o nosso apoio (ACP, 2015, p. 173).

A greve dos professores propiciou a participação e a solidariedade de outros grupos da classe subalterna organizados que passaram a se identificar com a situação dos docentes e, com isso, manifestaram apoio ao movimento grevista. Essa circunstância associada à discussão sobre a consciência política coletiva e a conquista da hegemonia da classe subalterna, faz considerar que a greve dos professores foi uma ferramenta de ampliação da consciência política coletiva de forma que produziu um movimento mais amplo na luta do grupo subalterno.

Conforme as prerrogativas de Gramsci (2000, p. 40-41), o processo de consciência política coletiva está diretamente relacionado ao grau de desenvolvimento das relações de força. Sobre isso salienta que:

Na “relação de força”, é necessário distinguir diversos momentos ou graus, que no fundamental são os seguintes: 1) Uma relação de forças sociais estreitamente ligada à estrutura, objetiva, independente das vontades dos homens, que pode ser mensurada com os sistemas das ciências exatas ou físicas. Com base no grau de desenvolvimento das forças materiais de produção, têm-se os agrupamentos sociais, cada um dos quais representa uma função e ocupa uma posição determinada na própria produção. Essa relação é o que é, uma realidade rebelde: ninguém pode modificar o número das empresas e de seus empregados [...] 2) O momento seguinte é a relação das forças políticas, ou seja, a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos diferentes grupos sociais. Este momento, por sua vez, pode ser analisado e diferenciado em vários graus, que correspondem aos diversos momentos da consciência política coletiva, tal como se manifestaram na história até agora. O primeiro e mais elementar é o econômico-corporativo: um comerciante sente que deve ser solidário com outro comerciante, um fabricante com outro fabricante, etc., mas o comerciante não se sente ainda solidário com o fabricante, isto é, sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo. Um segundo momento é aquele em que se atinge a consciência da solidariedade de interesse entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico [...] 3) Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados [...] é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em “partido”, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, a unicidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano universal, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados.

Diante disso, pode-se definir que o movimento grevista de 2014 e de 2015 experienciou uma situação que permitiu que os professores vivenciassem um processo de desenvolvimento da consciência política coletiva de maneira progressiva. Isto porque se verificou que o grupo docente transitou não apenas do primeiro para o segundo nível de desenvolvimento das relações de força, mas, avançou, também, para o segundo momento do segundo nível de desenvolvimento, pois vivenciou situações em que o grau de consciência de solidariedade esteve para além de seu próprio grupo social, haja vista o apoio de distintos coletivos da classe subalterna.

Sendo assim, o movimento de greve não se manifestou apenas como um processo de reivindicação atrelado às questões econômico-corporativas, haja vista que indicou provocar avanços no desenvolvimento da consciência política coletiva dos próprios docentes e de outros grupos da classe subalterna.

Não ao acaso, os movimentos paredistas oriundos do sindicato mostraram afetar as ações e organização do grupo dominante, de forma que, sob a representação do Estado, em diferentes governos, os movimentos dos professores foram sempre ameaçados por processos repressivos para que fossem imobilizados. Além das dinâmicas repressivas e punitivas reveladas nos movimentos de greve e paralisação anteriores, as falas registradas em ata dos movimentos de greve da rede municipal no ano de 2014 e de 2015 também indicaram mecanismos de coação da prefeitura:

Diretores das escolas estão pressionando os professores a retornarem, disse a professora C [...] Professora E relatou sobre a pressão dos diretores (ACP, 2014, p.122). O advogado da ACP, falou das ações do prefeito, em que ele alegou: greve abusiva, cumprimento da lei que não tem caixa, não deveria entrar em greve porque é serviço essencial. O advogado explicou que não é serviço essencial porque para em dezembro e janeiro, não é abusiva porque cumpriu os prazos e que ele não apresentou as planilhas (ACP, 2014, p. 134). [...] nessa é discorrido a prisão impetrada pelo prefeito do Senhor Geraldo, presidente da ACP e sobre a nota veiculada na TV Morena, cuja liminar da prisão do Senhor Geraldo foi contestada pelo advogado Ronaldo Franco (ACP, 2015, p. 173).

O registro mostra que o movimento coercitivo foi expresso pela prefeitura em diferentes esferas, ora por meio do direito, ora pela força física e moral. Gramsci (2000) explica que a expressão coercitiva do Estado pode ser revelada de diferentes maneiras, desde formas espontâneas na sociedade civil, até mediante orientações repressivas a partir da força. O autor ainda reforça que o Estado moderno educa a sociedade com base em processos punitivos e repressivos, sendo o direito parte desse prenúncio, mas com prerrogativas de atividade positiva de educação cívica.

Isto significa que, tanto na atitude da direção escolar, quanto nas manifestações por meio do direito, isto é, na ação para ilegalizar a greve e na ação que previu a prisão do presidente do sindicato, a prefeitura objetivou refutar o movimento grevista com a finalidade de estabelecer um processo educativo e civilizatório com os docentes, os quais precisavam manifestar obediência, mesmo diante de decisões que acometessem as suas condições humanas.

Mas, o que chama atenção é que, no processo de formação e superação dos equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo dominante e os interesses dos grupos subalternos, os interesses do grupo dominante mostram-se privilegiados (GRAMSCI, 2000). Isso se aponta à medida que, mesmo quando a lei apresenta elementos que favorecem a classe

subalterna, o equilíbrio instável e sua forma educadora e civilizatória tendem a dificultar o cumprimento desses interesses, mesmo que garantidos em lei.

5.4.2 A atuação das forças hegemônicas na luta salarial docente

Essa questão anunciada no item anterior pode ser reforçada pela dificuldade do cumprimento de inúmeras leis que amparam os trabalhadores, como o caso de alguns aspectos da Lei nº 7.783 de 28 de junho de 1989, que dispõe sobre o exercício do direito à greve e prevê no Art. 6º que:

§ 1º Em nenhuma hipótese, os meios adotados por empregados e empregadores poderão violar ou constranger os direitos e garantias fundamentais de outrem. § 2º É vedado às empresas adotar meios para constranger o empregado ao comparecimento ao trabalho, bem como capazes de frustrar a divulgação do movimento.

Essa disposição na legislação, que deve favorecer a livre motivação do grupo de professores para fortalecer o movimento de greve, não é cumprida pela direção escolar, sob a função de executar as prerrogativas dos governos, de forma que se empenham em assegurar os interesses do grupo dominante. Percebe-se, portanto, que o equilíbrio estabelecido entre o grupo fundamental e o grupo subalterno é superado à medida que os interesses do grupo fundamental venham ser ameaçados.

Essa condição é expressa, também, quando se verifica que o Art. 10º, o qual normatiza sobre as atividades essenciais, as quais não podem, pela legislação, ser paralisadas integralmente. A respectiva regulamentação não mencionava a educação como um serviço social essencial, de modo que era, portanto, um serviço que poderia ser interrompido com o quadro completo dos trabalhadores diante de uma deliberação de greve. Todavia, no decorrer dos movimentos paredistas, por meio de ações jurídicas, os professores são acionados para que um percentual de trabalhadores determinado pela justiça retorne ao serviço, ou seja, a Educação Básica pública passa a ser considerada um serviço essencial para o atendimento parcial em meio ao movimento paredista.

A greve da rede municipal no ano de 2015 reforçou essa a dinâmica “educadora” coercitiva da prefeitura sobre os professores, de modo que foi observado os inconvenientes para se cumprir o que foi previsto em lei aos professores. Isto posto, ressalta-se:

Professor Geraldo relatou sobre o movimento grevista e da ação por parte do prefeito. Prefeitura contra greve que a mesma alega "ilegalidade" [...] Professor Roberto, presidente da federação: virou moda não cumprir a lei a favor do Trabalhador [...]. Doutor Ronaldo Franco: a prefeitura judicializou a ilegalidade da greve (ACP, 2015, p. 148).

Essa situação acresce às evidências já apresentadas sobre os imperativos do direito à classe subalterna, os quais revelaram-se como mais uma ferramenta para a permanência da hegemonia do grupo fundamental. Ou seja, o processo de conquista e manutenção da hegemonia parece estar calcado nas articulações constantes e cotidianas que perpassam as distintas áreas da sociedade civil e da sociedade política, entre elas o direito.

Esse prejuízo previsto pelo direito à classe subalterna foi identificado pelos próprios docentes da rede municipal e da rede estadual. Pelo município foi revelada a necessidade do enfrentamento com a prefeitura sem deixar sob a guarda da justiça o cumprimento das leis 11738/2008 e 5411/14 referente ao PSPN por 20h. Nas palavras do professor Geraldo “não dá para deixar por conta da Justiça” (ACP, 2015, p. 144). No estado, o professor E, representante da base, após um debate em que a Lei de Responsabilidade Fiscal ganhou centralidade, expressou “lei de responsabilidade fiscal, lei de responsabilidade social” (ACP, 2015, p. 142) manifestando a necessidade de a lei ser regulamentada com base nas necessidades sociais.

As manifestações dos professores em Assembleia Geral revelaram posicionamentos importantes, os quais mostraram um aspecto qualitativo na organização coletiva dos professores relacionado a organicidade do grupo docente na greve. Além disso, o volume de escolas paradas no início da greve também foi uma sinalização da força do movimento. No início da greve do ano de 2015, no primeiro levantamento feito pela ACP, havia “60 escolas municipais paralisadas, 10 parciais, 3 não pararam” (ACP, 2015, p. 144). Cenário relevante para o grupo dos professores, os quais mostraram uma organização mediante conexão com a grande massa dos professores, com encontros, aparentemente, em quantidade e qualidade importantes.

Após 24 dias de greve, no entanto, outro levantamento da participação das escolas foi realizado e contabilizadas “12 escolas paradas, totais 48 parciais e 30 normais” (ACP, 2015, p. 168). Um mês após o movimento paredista, em 26 de junho, eram 62 escolas parciais e 21 normais (ACP, 2015, p.173). No dia 1º de julho foram registradas: “paralisadas 8, parciais 62, trabalhando 21” (ACP, 2015, p. 170).

Ainda que a organicidade da categoria tenha sido prejudicada, haja vista a redução da quantidade de escolas totalmente paralisadas e o aumento na quantidade de escolas que

voltaram a funcionar no decorrer da greve, verifica-se que houve uma mobilização e força do movimento que perdurava após um mês. Essa força pode ser evidenciada à proporção que ocorreu uma melhora no quantitativo de escolas paralisadas após um mês de greve. Questão elucidada por uma fala registrada em ata: “[...] a professora E destacou que uma escola parou em solidariedade aos professores acampados na prefeitura” (ACP, 2015, p. 168).

Sendo assim, percebe-se que mesmo após um desgaste da greve, as ações que eram organizadas e materializadas pelo grupo de professores afetaram quantitativa e qualitativamente a força para manutenção do movimento de greve. Mas, ainda que se tenha apresentado um avanço na organização coletiva dos docentes da rede municipal acerca de um processo mais orgânico e democrático, verifica-se que houve, assim como previsto, avanços e recuos, limites e progressos, além da contradição que, por vezes, se manifestaram simultaneamente.

Ou seja, conjuntamente aos progressos manifestados nas fontes e discussões destacadas anteriormente, foi observada a predominância de uma concepção do senso comum que baseou as conquistas estabelecidas pelos movimentos reivindicativos da classe subalterna, a um processo religioso. Essa perspectiva é evidenciada em alguns registros das atas referentes às Assembleias Gerais no ano de 2015:

'O professor A falou que não conhece o Mário César, mas que acredita positivamente e que não devemos nos enfraquecer porque é bíblico: “quando dizem que estou fraco, aí é que estou forte” (ACP, 2015, p. 167). 'A professora A que não quer voltar para a sala de aula envergonhada propôs uma oração, o que foi feito por todos os presentes' (ACP, 2015, p. 171). Após 40 dias de greve, participou da assembleia o promotor da infância e da juventude Sérgio Harfouche. Este disse da atribuição da promotoria e o que acontecer na escola deve ser passada à promotoria e que deseja criar uma promotoria especial da educação [...] O último item das ações, eu gostei, orar e surgiram também jejuar (ACP, 2015, p. 181).

Observa-se pelas falas dos professores uma convicção nos versículos bíblicos e na comunicação com entidades de um plano metafísico superior capaz de amenizar sentimentos indesejados pelos docentes, os quais foram gerados pelas relações de dominação entre as classes. Aparentemente, tal concepção foi difundida de forma predominante, enquanto sentimento coletivo, no interior do grupo de professores, considerando que, pelo registro, se referiu a um tipo de concepção que, quando encaminhada, foi acatada pelos presentes nas assembleias.

Esse cenário supracitado pode ser considerado por Gramsci (2014) como uma perspectiva mecanicista religiosa de dominação do processo de consciência dos subalternos. Em seus termos:

o determinismo mecânico transforma-se em uma formidável força de resistência moral, de coesão, de perseverança paciente e obstinada. “Eu estou momentaneamente derrotado, mas a força das coisas trabalha em mim a longo prazo, etc.” A vontade real de disfarça em um ato de fé [...] (p. 106).

Tal citação explica a condição da classe subalterna em esperar melhores condições de vida a partir de forças estranhas e exterior a ela. Aliás, o momento histórico em que Gramsci fez tais considerações foi um período de domínio do catolicismo e, por causa disso, fundamentou que o desenvolvimento da religião cristã foi uma necessidade das massas populares como forma determinada de racionalidade do mundo e da vida, de forma que se transformou no ópio das massas e, por conseguinte, provocou condições de dificuldade para o grupo subalterno assimilar e tomar para si uma nova concepção em sua forma mais “pura”. Além disso, em suas fundamentações, conjecturou que essas combinações entre o novo e o velho, poderiam culminar em convicções extremamente débeis e conformistas fazendo valer os interesses das classes dominantes. Ainda sobre isso, expressou que:

Estes sistemas influem sobre as massas populares como força política externa, como elementos de força coesiva das classes dirigentes, e, portanto, como elemento de subordinação e uma hegemonia exterior, que limita o pensamento original das massas populares de uma maneira negativa, sem influir positivamente sobre elas, como fermento vital de transformação interna do que as massas pensam, embrionária e caoticamente, sobre o mundo e a vida. Os elementos principais do senso comum são fornecidos pelas religiões e, conseqüentemente, a relação entre senso comum e religião é muito mais íntima do que a relação entre senso comum e sistemas filosóficos dos intelectuais (GRAMSCI, 2014, p. 114-115).

Considera-se, com isso, que, dentre os limites do processo de desenvolvimento da consciência política coletiva do movimento sindical docente de Campo Grande - MS, a concepção religiosa como senso comum em detrimento de apropriações de sistemas filosóficos intelectuais pode ser um elemento relevante para o impasse no avanço da elaboração de uma nova hegemonia, já que houve uma tendência a desenvolver dificuldade na formação de modos de desenvolvimento próprio, isto é, na construção de uma nova concepção de mundo e, portanto, da hegemonia da classe trabalhadora.

Essa configuração do sindicalismo docente do município está atrelada, ao que tudo indica, ao processo de formação dos intelectuais que compõem a Educação Básica pública, bem como dos docentes que são sindicalizados. Se retomados os dados apresentados no início do capítulo, identifica-se que a maioria dos professores, especificamente 73% dos respondentes do questionário, se manifestaram sob uma condição de “apartidarização” e de “neutralidade”, mas o decorrer da investigação permitiu verificar o caráter religioso manifestado, indicando um cenário ideológico, político e moral na constituição do grupo de professores.

Gramsci (2014) ressalta que todos os sujeitos sociais são filósofos, mesmo cada um, a seu modo, seja ele inconsciente ou não. Tanto na mais simples manifestação de uma atividade intelectual qualquer, como na “linguagem”, por exemplo, está contida uma concepção do mundo. O autor questiona, com base nisso, se é preferível pensar de forma desagregada e ocasional, ou seja, estar vinculada a uma concepção de mundo imposta mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seria mais sensato elaborar a própria concepção de mundo de maneira consciente e crítica, de modo que participe ativamente na produção da história do mundo sem aceitar os propósitos exteriores de forma passiva e servil.

Tais fundamentos ajudam a compreender, portanto, que o grupo de docentes sindicalizados e não sindicalizados, mesmo sob a “neutralidade” e “apartidarização” evidenciada, acabaram adotando um potencial subjugado às imposições hegemônicas, já que associam as conquistas da classe subalterna a uma ordem metafísica superior e não ao modo estrutural classista. Prerrogativa que se manifesta no senso comum e prejudica o desenvolvimento da consciência política coletiva, especialmente para o avanço ao terceiro nível, o alcance de uma nova hegemonia.

As conquistas salariais alcançadas a partir dos múltiplos avanços e recuos se encontram na tabela abaixo:

Tabela 13 — Crescimento dos salários da rede municipal e da rede estadual em comparação ao salário-mínimo (2003-2011)

Ano	Salário Município PH1 20h x2	Salário Estado 40h	Salário Mínimo	Quantidade de salário-mínimo no salário do professor do município	Quantidade de salário-mínimo no salário do professor do estado
2003	561	421,80	240	2,3	1,7
2004	630	533,58	260	2,4	2,0
2005	761	913,47	300	2,4	3,0
2006	823,84	1027,66	350	2,3	2,9
2007	926,82	603,42	380	2,4	1,5
2008	1.046,16	1520,00	415	2,5	3,6
2009	1.150,78	997,51	465	2,4	2,1
2010	1.242,84	1.325,92	510	2,4	2,5
2011	1.948,98	1.436,37	540	3,6	2,6
2012	2.382,04	1.807,34	622	3,8	2,9
2013	2.645,10	2,171,69	678	3,9	3,2
2014	3.394,74	2.356,28	724	4,6	3,2
2015	3.394,74	2.830,25	788	4,3	3,5

Fonte: (ACP, 2021b); Federação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio Grande do Sul (FETAPERGS, 2021) Organização:(MACIEL, 2022).

Verifica-se, pela tabela 13, que entre os anos de 2012 e 2015, houve avanço da política salarial nas duas redes de ensino, mas com alcances maiores pela rede municipal, assim como identificado no recorte temporal da gestão sindical anterior. Se for analisado todo o período de

investigação, entre os anos de 2003 e 2015, percebe-se que o avanço salarial ocorreu de forma mais significativa na rede municipal a partir de 2009 e na rede estadual de 2004 a 2008.

Se a análise dessas conquistas estiver vinculada aos processos de desenvolvimento da consciência política coletiva, do centralismo democrático e do sindicalismo teórico, pode-se considerar duas situações: 1) Que o cenário com maior organicidade, desenvolvimento da consciência política coletiva e distanciamento do sindicalismo teórico, em ambas as redes, propiciaram maior avanço sobre a questão salarial, já que tanto esses processos quanto as conquistas salariais foram mais evidenciadas na rede estadual entre os anos de 2003 a 2008 e na rede municipal entre os anos de 2009 a 2015; e 2) Que o desenvolvimento de uma organização a partir do centralismo democrático contribuiu com o processo do desenvolvimento da consciência política coletiva e não prejudicou o progresso no campo econômico-corporativo, ao contrário, tal perspectiva, aparentemente, auxiliou no avanço das conquistas salariais no período investigado.

Ainda que seja evidenciado esse processo orgânico/democrático e de maior autonomia do grupo de professores, mostrando ser significativo para o processo da luta e da conquista salarial, é importante destacar que a situação político-econômica nacional e de Campo Grande - MS também apresentou relação a esse cenário. Por isso, destaca-se que houve progressão desses aspectos econômicos, especificamente no período entre os anos de 2003 e 2014, mas os anos entre 2010 e 2014 demonstraram melhores condições a partir do PIB, inflação e financiamento da educação, assim como anunciado no início do capítulo na tabela 4. Não ao acaso, identificaram-se avanços importantes em ambas as redes no respectivo período.

Todavia, as singularidades dos governos estadual e municipal e da sistematização do movimento sindical das duas redes acerca da luta salarial também estabelecem influência nas especificidades das conquistas salariais, por isso a distinção nos valores anuais e por rede de ensino, assim como apresentado na tabela 13. Considera-se, portanto, que o movimento sindical docente não é um processo linear e previsível, pois se percebe que as múltiplas alterações dispostas no campo da sociedade civil e/ou da sociedade política podem interferir nos alcances dos grupos subalternos. Sendo assim, uma mudança na organização coletiva dos professores, na economia e/ou na política pode alterar o cenário econômico-corporativo, nesse caso específico, em relação ao salário.

A formação intelectual baseada no “apartidarismo”, na “neutralidade” e no senso comum religioso pode ser um dos elementos que contribuíram com o limite evidenciado acerca do sindicalismo docente de Campo Grande - MS. Todavia, as fontes apresentadas no presente

capítulo não são suficientes para estabelecer considerações robustas a esse respeito. Por isso, definiu-se no próximo capítulo, investigar o processo da formação docente de forma mais sistemática para buscar evidências que relacionam a formação, o sindicalismo docente e o desenvolvimento da consciência política coletiva, que em última instância é a elaboração de uma nova hegemonia.

6 A CONSTRUÇÃO E A DISPUTA POR HEGEMONIA E O DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA COLETIVA

As discussões abordadas no capítulo anterior sobre a luta salarial do movimento sindical docente e a sua relação com as questões que envolvem o processo de elaboração de uma nova hegemonia, permitiram considerar, em certa medida, que o desenvolvimento intelectual dos sujeitos pode estar relacionado ao modo como vai se constituir a consciência política coletiva dos grupos da classe subalterna, aqui em especial, dos professores.

Diante disso, nesse item há duas questões centrais que merecem ser perscrutadas: 1) Se, de fato, o desenvolvimento intelectual dos docentes da Educação Básica pública de Campo Grande - MS está associado ao processo da formação da consciência política coletiva; e 2) Como ocorreu o processo da luta sindical docente no campo da formação de professores.

Para buscar responder essas questões, foi definido investigar o sindicalismo docente da Educação Básica pública de Campo Grande - MS no âmbito da luta pela formação de professores entre os anos de 2003 e 2015. Para tal, foram utilizadas fontes a partir dos documentos legislativos nacionais e locais que regulamentaram as políticas de formação docente, das atas das Assembleia Gerais da ACP no respectivo período, das respostas do questionário aplicado com os professores da Educação Básica pública do município e dos relatos de entrevistas realizadas com o professor Jaime Teixeira, presidente da ACP entre 2003 e 2005 bem como com o Secretário Geral da ACP (2008-2015) no período em que o professor Geraldo Alves (2006-2015) foi presidente da entidade.

Apenas por uma questão didática, definiu-se dividir esse capítulo em três momentos: 1) Análise da luta no campo da formação continuada dos professores da Educação Básica pública de Campo Grande - MS com base na regulamentação da licença-capacitação e da promoção da carreira por habilitação; 2) Análise da materialização da formação continuada desses professores, tendo em conta a normatização viabilizada e a sua relação com o movimento sindical docente; e 3) O sindicalismo docente e a formação continuada de professores por uma ótica dos líderes sindicais que integraram a diretoria da ACP entre os anos de 2003 e 2015.

Sendo assim, o item a seguir, irá apresentar a análise da luta e da regulamentação em torno da formação continuada de professores e a sua relação com aspectos teórico-práticos que dialogam com a categoria hegemonia.

6.1 O SINDICALISMO DOCENTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA DE CAMPO GRANDE/MS E A REGULAMENTAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES (2003-2015)

As políticas de formação continuada de professores, fruto da valorização profissional fomentada na ascensão do projeto político-econômico liberal com subsídio do Estado moderno, fez parte de um movimento que se manifestou no Brasil no final dos anos de 1980 e início de 1990 e, no decorrer dos anos 2000, expressou maior intervenção estatal na implementação e desenvolvimento das respectivas políticas.

As demandas econômicas, produtivas e sociais manifestadas nacional e mundialmente no decorrer do século XX exigiram um “novo”³⁶ tipo de homem e de trabalhador, de modo que a educação passou a ser vista como uma ferramenta de transformação em massa. Com efeito, a redemocratização brasileira possibilitou a participação de distintos grupos da sociedade, inclusive estudiosos da educação, que buscaram produzir um documento que viesse respaldar o avanço da profissionalização e qualificação docente no Brasil.

A Constituição Federal de 1988 foi o documento preliminar que regulamentou algumas premissas que previram o desenvolvimento da educação a partir de proposições que exigiram a melhoria no processo da formação docente. Isto pode ser verificado nas seguintes normativas:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas [...] Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da Educação Básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; [...] 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: [...] III - melhoria da qualidade do ensino; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País (BRASIL, 1988).

³⁶A crise do sistema de produção taylorista-fordista gerou um novo tipo de organização produtiva denominado toyotismo, o qual gerou inúmeras transformações no mundo da produção, do trabalho, bem como das relações sociais. Esse fenômeno provocou a necessidade de um “novo” tipo de homem e de trabalhador. Esse movimento constituído no decorrer do séc. XX foi melhor aprofundado no capítulo I, mas pode ser acessado com maiores detalhes e aprofundamentos em Melo (1985) e em Antunes (2013).

As normativas da Constituição Federal de 1988 apresentadas não especificaram em seus termos a questão da formação docente, entretanto, a pretensão explícita sobre a elevação do nível de ensino associado à pesquisa, à ciência, à tecnologia, à criação artística e à uma educação humanística exigiu, por consequência, a ampliação do nível de qualificação do professor com associação aos respectivos aspectos.

Destaca-se que a prerrogativa de avanço no nível do ensino foi, portanto, respaldado em um documento legislativo nacional, o que viabilizou a possibilidade de um processo de formação massificado, de modo a provocar superações de concepções pouco elaboradas, as quais constituem o senso comum. Situação importante, considerando que:

[...] a filosofia da práxis³⁷ não busca manter os “simples” na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma condição de vida superior. Se ela afirma a exigência do contato entre os intelectuais e o simples não é para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais (GRAMSCI, 2014, p. 103).

Uma nova hegemonia ou uma nova unidade cultural, na concepção gramsciana, portanto, perpassa pela elevação intelectual das massas, bem como pelas superações de filosofias tradicionais hegemônicas que dominam o senso comum. Ainda que essas novas elaborações não devam se limitar à atividade científica, considera-se que a atividade científica um meio de desenvolvimento da intelectualização para a formação de um bloco intelectual-moral.

Saviani (2012) ajuda a entender essa relação entre o avanço intelectual das massas e o processo da consciência política coletiva, ou seja, o movimento de organização da classe subalterna para formação de uma nova hegemonia. Ao levantar o debate entre duas teses, elucida a relação entre a competência técnica e o compromisso político e, ainda que essa questão

³⁷O estudo da cultura filosófica de um homem como Marx é não só interessante como necessário, contanto que não se esqueça que tal estudo faz parte apenas da reconstrução de sua biografia intelectual e que os elementos de spinozismo, feuerbachianismo, de hegelianismo, de materialismo francês, etc. não são de nenhum modo partes essenciais da filosofia da práxis, nem esta se reduz a eles, mas o que sobretudo interessa é precisamente a superação das velhas filosofias, a nova síntese ou os elementos da nova síntese, o novo modo de conceber a filosofia [...] (GRAMSCI, 2014, p. 154); A filosofia da práxis “basta a si mesma”, contendo em si todos os elementos fundamentais para construir uma total e integral concepção do mundo, não só de uma total filosofia e teoria das ciências naturais, mas também os elementos para fazer viva uma integral organização prática da sociedade, isto é, para tornar-se uma civilização total e integral (GRAMSCI, 2014, p. 152).

tenha certa complexidade em sua interpelação, considera, de forma genérica, que a competência técnica é a mediação do compromisso político. Nos termos do autor:

A competência técnica é mediação, isto quer dizer que ela está entre, no meio, no interior do compromisso político. Ela é mediação, ou seja, é também (não somente) por seu intermédio que se realiza o compromisso político. Ela é, pois, instrumento, ou seja, ela não se justifica por si mesma, mas tem o seu sentido, a sua razão de ser no compromisso político. Portanto, ela não explica o compromisso político, mas explica-se por ele, embora seja uma das formas por meio das quais (sempre o conceito de mediação) se explica e se realiza o compromisso político. Em suma, a competência técnica é um momento do compromisso político (com a condição de se entender a palavra momento como uma categoria dialética) (SAVIANI, 2012, p. 31).

Com base nisso, pode-se reputar que as premissas estabelecidas na Constituição Federal sobre o processo da competência técnica, seja no âmbito da profissionalização docente, seja sob o aspecto da formação social em massa, indicam contribuir, de forma mediada e não por ela mesma, com o compromisso político dos professores, bem como da sociedade de forma geral.

As discussões de diferentes grupos sociais sobre a necessidade do avanço intelectual da sociedade colocaram os professores na centralidade do processo de desenvolvimento, de modo que foi previsto pela Constituição Federal de 1988, pelo Art. 206, inciso V, um plano de carreira para o professorado, além da prerrogativa de admissão dos docentes da Educação Básica pública a partir de processo seletivo de qualificação de conhecimento. Com isso, houve um tipo de organização estatal em que o professor passou a ser um funcionário de carreira que pudesse desenvolver, com o tempo, sua competência técnica e, por conseguinte, a elevação de seu nível intelectual. Sobre essa questão acerca da organização estatal e do funcionário de carreira, que:

O fato de que, no desenvolvimento histórico das formas políticas e econômicas, tenha se formado o tipo de funcionário “de carreira”, tecnicamente treinado para o trabalho burocrático (civil e militar), tem um significado decisivo na ciência política e na história das formas estatais. Tratou-se, em comparação com o autogoverno (*self-government*), de uma necessidade ou de uma degeneração, como pretendem os liberais puros? É verdade que toda forma social e estatal teve um problema dos funcionários, um modo de formulá-lo e resolvê-lo, um sistema particular de seleção, um tipo próprio de funcionário a educar. Reconstruir o desenvolvimento de todos estes elementos é de importância capital. O problema dos funcionários coincide, em parte, com o problema dos intelectuais. [...] A unidade do trabalho manual e intelectual e uma ligação mais estreita entre o poder legislativo e o poder executivo (fazendo com que os funcionários eleitos se interessem não só pelo controle, mas também pela execução dos negócios do Estado) podem ser motivos inspiradores tanto para uma orientação nova na solução do problema dos intelectuais, como para aquele dos funcionários (GRAMSCI, 2000 p. 89).

Na concepção gramsciana existe uma problemática gerada pelo funcionário de carreira, haja vista o processo burocratizado e educador do Estado. Essa condição prejudica, em certa medida, as relações de trabalho, o que provoca a necessidade de reconstruir novas maneiras de organização, as quais podem ser inspiradas na unidade entre os trabalhos manual e intelectual. O exemplo citado acima a esse respeito foi a partir de um funcionário eleito, mas a questão é válida para qualquer tipo de funcionário da classe subalterna que venha ficar refém do tipo de trabalho burocrático desagregado.

Ainda que a carreira do funcionalismo público, aqui em especial do professor, tenha se constituído sob a problemática da burocracia estatal, considerou-se a promoção funcional por habilitação como uma ferramenta interna que propiciou maior aproximação do trabalho docente à unidade entre os trabalhos manual e intelectual. Isso porque tal mecanismo possibilitou, mesmo que com seus limites e ainda que não tenha se manifestado como uma garantia, o envolvimento do professor com um processo teórico-prático, dando-lhe condições de se desenvolver como planejador e executor.

Em relação aos documentos legislativos que fomentaram essa dinâmica, que na Educação Básica pôde ser representada pela formação continuada, destaca-se a LDB (1996) como o dispositivo que manifestou aspectos relacionados, diretamente, ao respectivo seguimento. Ressalta-se, portanto, o Art. 67 com as seguintes prerrogativas:

Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: [...] II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; [...] IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho; V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho (BRASIL, 1996).

Identifica-se, portanto, que a partir da LDB (1996), a formação docente ficou assegurada a partir de distintos pontos constituídos no fortalecimento da carreira do funcionário público. Isto é, a formação continuada foi regulamentada sob a certificação da licença remunerada, da progressão funcional associada à titulação ou habilitação, além de tempo concedido para estudo na carga horária de trabalho.

Além dessa condição regulatória estabelecida pela LDB (1996), aponta-se também as metas dos Planos Nacionais de Educação. Em relação ao PNE de 2001-2011, foram assegurados

para formação de modo geral (inicial, continuada e profissional) doze princípios e vinte e oito objetivos. Já o PNE de 2011-2020 e o PNE de 2014-2024 apresentaram metas similares acerca da formação continuada, de modo que previram formar ao nível de pós-graduação 50% dos professores da Educação Básica, assegurar a todos os professores e professoras formação específica ao nível superior e elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu* (BRASIL, 2014, 2011, 2001).

Tais normativas foram asseguradas por legislações nacionais, mas diante do federalismo descentralizado brasileiro, também regulado por normativas nacionais, os municípios e os estados ficaram responsáveis tanto pela elaboração dos planos de cargo e carreira da Educação Básica, quanto por disponibilizar e executar o aperfeiçoamento profissional continuado e remunerado. Essa disposição administrativa estatal pode ser conferida nos Art. 10 e 11 da LDB, os quais regulamentaram a elaboração e execução das políticas e planos de carreira, em consonância com as diretrizes e os planos nacionais de educação.

Desse modo, a qualificação profissional dos docentes da rede municipal de ensino de Campo Grande/MS ficou normatizada pela Lei Complementar (LC) n. 19 de 15 de julho de 1998, por meio do Capítulo III, como primeira medida e, após 10 anos, sofreu algumas alterações por meio do Decreto n. 10.343 de 22 de janeiro de 2008. As principais normativas que orientaram as condições materiais para a formação continuada dos docentes a partir da LC foram:

Art. 52 - Visando promover a valorização dos profissionais da educação e contribuir para a melhoria da qualidade do ensino na REME, serão promovidos cursos e treinamentos de capacitação e aperfeiçoamento técnico - profissional. **Art. 53** - A cada 5 (cinco) anos ininterruptos de efetivo exercício na carreira do magistério municipal, o profissional da educação poderá solicitar afastamento remunerado para cursos de qualificação profissional, exceto para os cursos de pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado cujo requisito será de 10 (dez) anos. **Parágrafo Único** - O afastamento remunerado para cursos de qualificação profissional será de, até, noventa dias, nos termos do art. 131, da Lei Complementar nº 07, de 30 de janeiro de 1996, com as alterações introduzidas no art. 97 desta Lei ou de, até, três anos para a realização de cursos de pós-graduação. (alterado pela Lei Complementar nº 20 /98). **Art. 54** - O profissional da educação solicitará o gozo da licença para qualificação profissional, na área do magistério, na época que mais lhe convier, ressalvados os casos em que o interesse público determinar o contrário. **Art. 57** - O membro do magistério, ao regressar do curso de pós-graduação, deverá permanecer na Rede Municipal de Ensino, atuando na área referente a sua qualificação, pelo período igual ao do curso. **Parágrafo Único** - O não cumprimento do disposto no caput deste artigo implicará no ressarcimento aos cofres públicos, dos valores dispendidos com o profissional da educação. **Art. 58** - O membro do magistério, ocupante de cargo em comissão ou função gratificada, somente poderá ser afastado com a remuneração do seu cargo efetivo (grifo nosso) (CAMPO GRANDE/MS, 1998).

Ainda que a regulamentação da LDB tenha garantido possibilidades para qualificação docente e, por conseguinte, um suposto progresso intelectual em massa, percebe-se que esse processo se mostrou intrincado quando ficou sob a responsabilidade local. Nota-se que não houve clareza, agilidade e acessibilidade para que viesse ocorrer, *a priori*, um melhoramento da formação acadêmica dos docentes, em especial se fosse necessária a licença-capacitação remunerada.

Alguns pontos devem ser considerados e analisados acerca desse primeiro momento regulatório para formação continuada de professores na rede municipal de ensino: 1º) A licença-capacitação remunerada, poderia ser solicitada a cada cinco anos, caso fosse uma pós-graduação *lato sensu* ou um aperfeiçoamento técnico. Mas, se o docente manifestasse o desejo em progredir a partir de pós-graduação *stricto sensu*, mestrado e doutorado, a licença remunerada poderia ser requisitada somente a cada 10 anos. Ou seja, havia um impedimento maior quanto maior fosse o nível intelectual e acadêmico que se quisesse atingir; 2º) O afastamento remunerado poderia ocorrer somente até noventa dias, mesmo que os cursos de especialização fossem ofertados, geralmente, entre o período de um ano e meio; os cursos de mestrado por dois anos e os de doutorado por quatro anos; 3º) o professor, mesmo que mediante o direito de escolha do período para solicitar a licença-capacitação, poderia ser contestado caso não fosse de interesse do poder público. Problema que, somado às dificuldades anteriores, parece obscurecer a possibilidade de avanço sobre a questão da competência técnica, de forma que há um distanciamento de uma perspectiva de superação do “simples”, ou do senso comum, assim como previsto por apontamentos regulatórios da Constituição Federal de 1988 e na LDB.

Os anos entre 2003 e 2007, período de investigação que foi parte do intervalo entre a publicação da LC n. 19 (CAMPO GRANDE/MS, 1998) e o Decreto n. 10.343 (CAMPO GRANDE/MS, 2008), apresentaram alguns registros em ata das Assembleias Gerais da ACP com pautas acerca da formação de professores, em especial sobre pontos atrelados à qualificação profissional associada à LC. Foram encontrados encaminhamentos da base, bem como informações da diretoria sobre o assunto. Isto posto, foram verificadas as seguintes informações:

‘Licença para capacitação de três meses o prefeito aceita discutir, normatizar e implantar’; ‘não foi atendida licença para capacitação sem redução de salário’ [...] ‘curso de pós-graduação que a Semed está oferecendo aos dirigentes, a ACP solicitará prestação de conta, se a verba é do FUNDEF não pode ser usada para capacitar servidores fora da educação, uma professora denunciou que alguns professores que estavam fazendo pós-graduação já possuem este nível, e não é justo fazer novamente

e tirar oportunidade de outro'; 'Licença capacitação – Proposta: será regulamentada até julho de 2006 (alteração na lei complementar nº 19)'; Próximo ponto reforma do Estatuto. O Sindicato se reuniu com a prefeitura (Semed, Semad) para discutir os pontos no dia (sem data). Será marcada uma próxima reunião para fechar essa discussão. A Licença para capacitação será de 3 meses, sem prejuízo de salário (Art. 53), quando houver conveniência da administração; 'Reestruturação da carreira lei complementar 19 com alteração lei 4428/2006 - PH1 para PH2 de 47,5% para 50%'; Informes Gerais:[...] Curso de Mestrado: Estamos aguardando as respostas (ACP, 2003; 2005; 2006; 2007, p. 10; 139; 160; 165; 183; 193).

Há quatro questões na confluência dos registros que devem ser observadas e analisadas:

1) Que mesmo após a regulamentação da LC n. 19/1998, em que já foi normatizada a licença-capacitação remunerada por noventa dias a partir do Parágrafo Único do Art. 53, ainda assim, se revelou como um item de discussão para ser regulamentado futuramente; 2) A conveniência da administração para liberação da licença capacitação foi um ponto que promoveu o impasse para a categoria se desenvolver intelectual, acadêmica e profissionalmente. Todavia, não indicou antagonismo do sindicato; 3) Que apesar de haver insatisfação na organização da formação continuada propiciada pela prefeitura, haja vista que foi mencionado que havia professores realizando dois cursos de pós-graduação, enquanto outros nenhum, não houve nenhum momento de discussão com a base sobre esse tema; e 4) Que a LC n. 19/1998 apresentou um percentual de 30% para promoção de PHI para PH2 e, ainda que não tenha sido encontrado nas leis tal alteração, de acordo com os registros em ata no ano de 2006 o percentual estava em 47,5% e a categoria reivindicava 50% para o mesmo nível, o que mostra uma política, uma preocupação e uma exigência focalizada com a profissionalização docente, sem avançar o debate da formação continuada com intenções de elevar o nível acadêmico e intelectual do professor da Educação Básica pública de Campo Grande - MS.

Todos os pontos supracitados reforçam a condição antidemocrática que o grupo de professores da Educação Básica pública de Campo Grande/MS foi conformationado, considerando a tese de Gramsci (2000, p. 287) de que:

Entre os muito significados de democracia, parece-me que o mais realista e concreto se possa deduzir em conexão com o conceito de hegemonia. No sistema hegemônico existe democracia entre o grupo dirigente os grupos dirigidos na medida em que o desenvolvimento da economia e, por conseguinte, a legislação que expressa este desenvolvimento favorecem a passagem molecular dos grupos dirigidos para o grupo dirigente.

Circunstância não identificada nos pontos explicitados sobre a situação da legislação da formação continuada e da luta sindical, já que a respectiva legislação mostrou não favorecer o avanço do grupo de professores em sua plenitude acadêmica e humana e esse problema aparentou ter sido piorado à medida que não houve reação do movimento sindical, portanto, passividade em torno de todo o processo.

Outra questão que corroborou com essa configuração antidemocrática, foi que as negociações dos quatro pontos anunciados ficaram em torno da diretoria da ACP e da prefeitura, de forma que não foi propiciado um movimento orgânico, isto é, com a base dos professores, diferente do que foi evidenciado no processo da luta salarial, especialmente na rede municipal após o ano de 2006. Desse modo, percebeu-se que as reivindicações em torno da formação continuada mostraram uma dinâmica numa perspectiva burocrática e não democrática.

As sínteses de Gramsci (2000) relacionaram, também, a democracia e a burocracia. Não ao acaso o autor expôs a necessidade de examinar e de investigar as relações econômicas e políticas reais que encontram sua forma de organização e articulação nas diversas expressões de centralismo democrático, seja na vida estatal, interestatal, sindical, num mesmo país, em diversos países, etc. Isso porque o autor faz críticas aos “tipos” de centralismo orgânico ou democrático expresso em seu tempo, mencionando, por exemplo, os tipos de democracia abstratas presentes no processo de organização da Revolução Francesa e da Terceira República.

Nessa perspectiva, a influência estabelecida por escassos grupos de intelectuais demonstra um movimento vinculado ao centralismo burocrático e não orgânico e democrático. Sendo assim, a ênfase das discussões e o modo como foram sistematizadas as reivindicações acerca da formação continuada de professores da rede municipal indicou que não houve uma apropriação teórico-prática de uma concepção democrática no desenvolvimento do sindicalismo docente da Educação Básica pública de Campo Grande - MS, considerando que não foi desenvolvida uma contínua manifestação organizativa com base em elementos democráticos concretos sobre as distintas temáticas que envolveram os direitos e o progresso do grupo subalterno.

Coutinho (1979), ao fazer uma discussão sobre a relação entre a democracia e o socialismo, isto é, da conquista, ou ainda, da luta da classe subalterna por uma nova hegemonia por meio dos processos democráticos, afirma o disfarce da classe burguesa por meio do “isolamento” e da “neutralidade” da burocracia estatal e, desse modo, observa que, sendo o socialismo uma apropriação coletiva dos mecanismos de poder, a hegemonia dos trabalhadores não deve se fazer, tal qual os liberais, por intermédio de uma burocracia que governe de cima

para baixo. Com base nos pressupostos de Marx, o autor salienta que a libertação do proletariado deve ser obra do próprio proletariado e afirma que tal organização:

[...] deve se fazer mediante a criação de uma democracia de massas que inverta essa tendência à burocratização e à alienação do poder. Nessa democracia de massas, a dialética do pluralismo - a autonomia dos sujeitos políticos coletivos - não anula, antes impõe, a busca constante da unidade política, a ser construída de baixo para cima, através da obtenção do consenso majoritário; e essa unidade democraticamente conquistada será o veículo de expressão da hegemonia dos trabalhadores. A democracia socialista é, assim, uma democracia pluralista de massas, mas uma democracia organizada, na qual a hegemonia deve caber ao conjunto dos trabalhadores representados através da pluralidade dos seus organismos (partidos, sindicatos, comitês de empresas, comunidades de base, etc.) (COUTINHO, 1979, p. 40).

Sendo assim, reforça-se a prospecção da importância do movimento orgânico e democrático constituído nos diferentes organismos das classes subalternas, entre eles o sindicato, para um processo de desenvolvimento da consciência política coletiva, a qual venha, gradualmente, atingir um nível que propicie autonomia dos trabalhadores e a elaboração de uma nova concepção de desenvolvimento social.

A ACP, em seu processo de organização, dispôs de elementos e de mecanismos de comunicação com importante expressão da base na luta salarial, especialmente da rede municipal na maior parte do período de investigação, contudo, mostrou se apropriar da concepção burocrática liberal (neutra, isolada e hierárquica) na luta em torno da formação continuada dos professores quando se investigou os documentos legislativos e as atas da rede municipal.

Esse modo reivindicativo no respectivo campo apresentou repercussão na regulamentação da licença-capacitação por meio do Decreto n. 10.343/2008 (CAMPO GRANDE/MS, 2008) do governo de Nelson Trad Filho (2005-2012), já que os Art. 52 e 56 da respectiva normativa foram mantidos literalmente conforme a LC n. 19 e os outros sofreram algumas mudanças, mas sem avanços significativos, assim como destacado abaixo:

Art. 53. O profissional da educação, após cinco anos de efetivo exercício na carreira do magistério municipal, poderá solicitar afastamento remunerado para curso de pós-graduação, promovido pelo Poder Executivo ou em parceria com instituição oficial de ensino - § 1º O profissional da educação em afastamento, de que trata o “caput” deste artigo, terá direito à remuneração de seu cargo acrescida da vantagem pecuniária estabelecida no inciso VII do art. 64 desta Lei Complementar. § 2º Para a concessão da licença-capacitação para curso não promovido pelo Poder Executivo ou sem parceria com a Instituição Oficial de Ensino pretendida será observado o interstício estabelecido no “caput” deste artigo, entre uma licença e outra, com direito de perceber a remuneração permanente; Art. 54. O profissional da educação ocupante de cargo efetivo poderá solicitar licença-capacitação, em um período de até 3 (três) meses, para realização de cursos de qualificação profissional, promovidos pelo Poder Executivo ou em parceria com instituição oficial de ensino - § 1º O profissional da educação em afastamento para cursos, de que trata o caput deste artigo, terá direito à remuneração habitual. § 2º A licença-capacitação para a realização de cursos de qualificação profissional será concedida, observando o interstício previsto no “caput” do art. 53, quando o curso não for promovido pelo Poder Público ou em parceria com outra instituição oficial de ensino, e, quando em afastamento superior a 30 (trinta) dias, terá direito a perceber a remuneração permanente; Art. 55. A licença-capacitação será concedida por ato do Poder Executivo, considerando a conveniência da Administração e o interesse do servidor quanto ao período de afastamento e quanto à jornada de trabalho, se total ou parcial (CAMPO GRANDE/MS, 2008).

Observa-se que foi retirado do Art. 53 a impossibilidade de a licença remunerada ser viabilizada apenas para pós-graduação lato sensu e impedida para os programas de mestrado e doutorado, conforme estava previsto na regulamentação da LC n. 19. Além disso, o Parágrafo Único do Art. 53 da referida lei foi retirado, mas a prerrogativa de um período de noventa dias da licença-capacitação foi inserida do Art. 54 do Decreto, previsto o mesmo período de afastamento: três meses. Foi retirado o texto do Art. 54 que conjecturava a possibilidade do docente escolher o momento que iria realizar seu curso de qualificação profissional e inseriu um texto no Decreto, mediante o Art. 55, que manifestou centralidade do Poder Executivo para as decisões acerca da licença-capacitação, reforçando a liberação da licença se fosse de interesse da prefeitura.

Com isso, nota-se que o modo de organização sindical baseado numa concepção burocrática, ou seja, com menor autonomia e envolvimento da base dos professores na luta pela formação continuada, manifestou escasso avanço nesse campo, especialmente se considerarmos a objetificação de uma educação com prerrogativas de avanço na ciência, na pesquisa, na criação artística, humanística e tecnológica, assim como esperado pelas propostas estabelecidas na Constituição Federal.

Após o ano de 2008, não foi encontrado mais nenhum registro em ata sobre negociações, debates ou exigências da categoria em torno da formação de professores da rede municipal de

ensino. Na mesma proporção que houve a redução na quantidade de atas, houve, também, pouca alteração qualitativa quando regulamentada a LC n. 190 de 22 de dezembro de 2011, relacionada ao Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Campo Grande/MS. Sobre tal lei, o texto que normatizou a licença-capacitação estabeleceu que:

Art. 140 - O servidor municipal estável poderá afastar-se do serviço do cargo efetivo, com direito à percepção de sua remuneração permanente, para participar de cursos de capacitação ou pós-graduação no interesse da Administração Municipal, se contar de efetivo exercício no serviço público municipal: I - três anos para curso de qualificação profissional por um período de até três meses, a cada dois anos; II - cinco anos para curso de pós-graduação, em nível de especialização, se comprovada a necessidade de afastamento do cargo, mestrado ou doutorado; Art. 142 - A licença para capacitação será concedida, somente no interesse da Administração Municipal, por proposição do titular dos órgão ou entidade de lotação do servidor e após avaliação do órgão central do sistema de recursos humanos, para cursos promovidos em parceria com instituição local (CAMPO GRANDE/MS, 2011).

Houve uma mudança apenas no tempo necessário de cargo efetivo para se obter o direito à licença-capacitação para realizar curso de qualificação profissional. No âmbito da especialização, mestrado ou doutorado o tempo permaneceu o mesmo e a centralidade no interesse da administração pública municipal para realização de curso e para o direito ao afastamento foi mantida, atravancando por mais tempo a viabilidade de ampliação intelectual e acadêmica dos professores e, por consequência, dos discentes.

Esse cenário embargado acerca da formação continuada foi expresso pela resposta de uma professora da rede municipal no questionário aplicado nos professores da Educação Básica pública do município, a qual explicitou que:

Não temos nenhum incentivo para continuar estudando, fiz meu doutorado com 40 horas em sala de aula. Solicitei duas vezes a dispensa para estudo, porém a resposta é sempre, não é de interesse da administração pública. Se desejasse me afastar seria sem remuneração. Inclusive no momento de ingresso no doutorado estava na função de gestora escolar, no qual tive que colocar o cargo à disposição, para dar andamento aos estudos (QUESTIONÁRIO, 2021).

Considera-se, portanto, que a regulamentação da legislação da rede municipal de ensino para obtenção de licença para estudos, inviabilizou o direito majoritário do professor em receber a licença-capacitação. As normativas locais estabelecidas acabaram por gerar uma situação que pode ter afetado o desenvolvimento da competência técnica do professorado que, com base em Saviani (2012) é mediação do compromisso político, e, portanto, pode ter interferido no

processo de intelectualização em massa e, por conseguinte, da consciência política coletiva tanto dos professores como da população de modo geral.

Outra questão que fica evidente pela legislação local e que deve ser anunciada é que todas essas adversidades promovidas para o processo de intelectualização do professor no município foram normatizadas apenas para o professor efetivo. Caso o profissional tivesse sua situação funcional a partir de contrato temporário, a garantia de acesso à formação continuada seria ainda mais impraticável.

Se pensada a lei das proporções definidas, pode-se compreender, portanto, que, para se estabelecer melhores condições para o desenvolvimento acadêmico e intelectual dos docentes da Educação Básica da rede municipal de ensino, é fundamental que se tenha uma quantidade aumentada de docentes efetivos, já que esses possuem condições menos pioradas para alcançar níveis mais altos de qualificação e podem, assim, desenvolver e ampliar o conhecimento com maior qualidade para um extenso número de discentes, no que lhe concerne, elevará o nível intelectual de um grupo maior, nesse caso, dos sujeitos que constituem a formação básica de ensino. Desse modo, aumentam-se as possibilidades de superar um nivelamento da massa a partir do senso comum.

Mesmo que as redes municipal e estadual de ensino se constituam no mesmo município, as problemáticas e especificidades em torno da regulamentação da formação de professores, apesar de parecidas, apresentaram alguns pontos divergentes. Por isso, cabe entender, também, e de forma específica, a regulamentação da licença-capacitação na rede estadual, a qual esteve renunciada na Lei Complementar 87/2000, assim como visto a seguir:

Art. 57 - A Secretaria de Estado de Educação, visando à melhor qualidade de ensino e obedecendo à legislação em vigor, possibilitará a frequência dos Profissionais da Educação Pública em curso de formação, aperfeiçoamento, especialização, treinamento e outras atividades de atualização profissional, de acordo com os programas prioritários do Sistema Estadual de Ensino. **Parágrafo único.** Para fins deste artigo, poderão ser realizados cursos diretamente ou por meio de convênios com universidades e outras instituições autorizadas e reconhecidas. **Art. 58** - A concessão de Licença para Capacitação aos Profissionais da Educação Básica obedecerá a esta Lei Complementar e à legislação federal e será concedida: I - para frequentar cursos de atualização, em conformidade com a Política Educacional do Sistema Estadual de Ensino; II - para frequentar cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização profissional ou de pós-graduação e estágio, no País ou no exterior, no interesse do Sistema Estadual de Educação; III - para participar de congressos e outras reuniões de natureza científica, cultural, técnica ou sindical, inerentes às funções desempenhadas pelo Profissional da Educação Básica. **Art. 59** - São requisitos para concessão de licença para capacitação profissional: I - exercício de 3 (três) anos ininterruptos na função; II - curso relacionado com a área de atuação, em sintonia com a Política Educacional do Estado; III - disponibilidade orçamentária e financeira. **Art. 60** - Os Profissionais da Educação Básica licenciados para os fins de que trata o art. 47, obrigam-se a prestar serviços no órgão de lotação, quando do seu retorno, por período mínimo igual ao de seu afastamento. [...] § 2º No caso de desistência ou desligamento do curso, fica obrigado o servidor a restituir o valor recebido, devidamente atualizado (grifo nosso) (MATO GROSSO DO SUL, 2000).

Diferente da rede municipal, a regulamentação da rede estadual não apresentou prioridade para liberação da licença capacitação sobre os tipos de formação continuada, de modo que, quando estabelecido o tempo de efetivo exercício para obter o direito à licença, foram previstos três anos ininterruptos para qualquer tipo de qualificação profissional. Conquanto, a legislação não demonstrou clareza, em especial sobre a questão da remuneração e do tempo de afastamento no processo de concessão da licença-capacitação. Não há nenhum pormenor que indique o direito à licença sem perda de salário, bem como sobre o tempo máximo de afastamento das atividades.

Apesar de a lei parecer propiciar uma condição mais democrática, com a prerrogativa de parecerias e convênios com universidades e sem tantos impedimentos pontuais para o avanço do desenvolvimento intelectual dos professores, quando analisado o item III do Art. 59, percebe-se que a condicionante de disponibilidade orçamentária e financeira do governo pode ter sido um obstáculo para a concessão assegurada da licença-capacitação sem a privação salarial, já que não certificou condições materiais para tal.

Sendo assim, considera-se que as problemáticas mais relevantes em relação aos aspectos antidemocráticos contidos no âmbito legislativo e de desenvolvimento da formação continuada,

foram a falta de critérios que viessem garantir a licença-capacitação remunerada, tal como o condicionante financeiro e orçamentário da Administração Pública.

Problematizações que se confirmam à medida que as respostas do questionário aplicado nos professores da Educação Básica pública de Campo Grande - MS mostraram que, de 126 docentes respondentes que possuíam pós-graduação, nenhum da rede estadual e apenas quatro da rede municipal receberam licença-capacitação.

Quando verificadas as atas da rede estadual (ACP, 2008, p. 30), foi encontrada apenas uma que expressasse termo associado à formação continuada, mas quando avaliado o registro, identificou-se que não se referia a um debate ou alguma informação sobre a formação docente, mas uma breve reivindicação geral: “Professora A expôs sobre os procedimentos a serem realizados, enfatizando a questão da escola vista como empresa e que não constitui e nem representa a escola que queremos, o financiamento, a qualificação profissional”.

Aparentemente, a formação de professores, bem como a modalidade continuada, não indicou ser, em nenhum momento, um assunto de interesse da categoria dos professores da rede estadual de ensino, haja vista que não foi encontrado nenhum registro associado a essa temática, nem mesmo a partir de informes gerais da diretoria.

Após a Lei Complementar 87 de 31 de janeiro de 2000, até o ano de 2015, outras Leis Complementares foram regulamentadas para alterar distintas questões relacionadas à vida funcional do professor. Entre esses processos regulatórios, destaca-se: a LC nº 97, de 26 de dezembro de 2001; a LC nº 109, de 23 de dezembro de 2004; a LC nº 131, de 18 de dezembro de 2008; e a LC nº 139, de 9 de dezembro de 2009. Essas normativas apresentaram demandas atreladas à convocação, à carga horária e à gratificação do cargo de direção, à remuneração do professor sem habilitação para lecionar quando houver falta de professor habilitado; ao salário; à cedência; e à carreira, mas sem alguma alteração em itens, coeficientes ou aspectos atrelados à formação continuada de professores.

De modo geral, portanto, ocorreram poucas alterações no âmbito legislativo acerca da formação continuada de professores nas duas redes de ensino e, na mesma proporção, os registros em ata indicaram pouco interesse e fomento na luta acerca dessa temática. Todavia, o questionário aplicado nos docentes da Educação Básica pública de Campo Grande/MS manifestou inúmeras respostas de descontentamento em relação ao respectivo assunto.

Os docentes, ao serem perguntados se já haviam levado alguma insatisfação sobre a formação continuada para a diretoria da ACP, apresentaram as respostas afirmativas, foram pronunciadas da seguinte maneira:

Falta de incentivo financeiro para formação docente. Excesso de burocracia para solicitar apoio, ainda que não remunerado para formação docente; Mudar a Legislação, Oportunidade para Estudos; Não ter bolsa, afastamento remunerado; Licença capacitação (MACIEL, 2021).

Tais respostas reforçaram a problemática constituída pelas legislações locais que buscaram (des)assegurar a formação continuada de professores, especialmente, nos níveis acadêmicos mais elevados. Essa contrariedade também foi relatada pelo professor Jaime Teixeira à medida que destacou que:

Agora sobre a capacitação continuada essa é uma luta difícil da categoria, mas que sempre esteve presente no nosso plano de cargo e carreira mas só que tem uma palavrinha que sempre dificulta, porque tanto na rede municipal quanto na estadual é um direito você ter o afastamento remunerado pra capacitação pra mestrado, doutorado, mas sempre tem uma palavrinha lá assim “ao interesse da administração” sempre tem essa palavra no artigo isso aí sempre emperra, emperra e muito (TEIXEIRA, 2021, p. 9).

O próprio presidente do sindicato identificou as dificuldades conduzidas pelos governos, especialmente em relação às controvérsias contidas nas legislações, as quais impediram o progresso intelectual do professor e uma condição democrática de avanço dos professores enquanto classe subalterna. Apesar disso, tanto as insatisfações manifestadas pela base quanto as questões expressas pelo professor Jaime Teixeira sobre os contratempos estabelecidos acerca do direito dos professores não foram suficientes para a licença capacitação ser uma bandeira de luta no movimento sindical docente.

Com isso, pode-se compreender que a legislação implantada nas duas redes de ensino em torno da formação continuada e o sindicalismo docente na luta por melhorias no respectivo campo inviabilizou progressos significativos para o desenvolvimento da categoria dos professores, bem como para a classe subalterna, tendo em conta os impasses no desenvolvimento da consciência política coletiva, do modo orgânico e democrático de progresso das massas subalternas, assim como da sociedade civil, da competência técnica dos docentes e da elevação intelectual da massa, de forma que, tais elementos imbricados entre si, puderam estabelecer uma perspectiva de naturalização com o processo hegemônico estabelecido e, portanto, um cenário, por ora, sem diálogo com a possibilidade de uma contra-hegemonia.

Apesar disso, há outros condicionantes que foram investigados nesse campo da formação e do sindicalismo docente que podem revelar outras nuances ou afirmar o que vem sendo desvelado. Para tanto, o tópico a seguir busca incorporar a essa premissa regulatória, os processos acerca da materialização da formação continuada de professores da Educação Básica pública de Campo Grande - MS.

6.2 O DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA DE CAMPO GRANDE/MS E O SINDICALISMO DOCENTE

Compreendidos os limites da regulamentação da formação continuada de professores e do sindicalismo docente no processo de desenvolvimento da consciência política coletiva quando analisada a luta salarial, pretende-se incorporar à investigação o processo de intelectualização dos docentes da Educação Básica pública de Campo Grande/MS e a relação estabelecida entre a elevação do nível intelectual das massas e o desenvolvimento da consciência política coletiva a partir dos pressupostos teóricos gramscianos, ou ainda, na mesma perspectiva, o nexo entre a competência técnica e o compromisso político com base em Saviani.

Para que a teoria pudesse dialogar com as fontes da pesquisa, a materialização do processo de intelectualização dos docentes ou da competência técnica fez mediação com o seu nível de formação acadêmica e o desenvolvimento da consciência política coletiva ou do compromisso político foi vinculado ao movimento de sindicalização desses professores.

Foi aplicado um questionário para os professores da Educação Básica pública de Campo Grande - MS e 146 docentes aceitaram participar como respondentes. Dos participantes, diferentes grupos iniciaram sua atuação na Educação Básica pública do município desde antes de 2003 até o ano de 2021, ressaltando aqui que a aplicação do questionário foi realizada no ano de 2021. Inicialmente, foi pensado em utilizar as respostas dos professores que iniciaram sua atuação no ensino público do município até 2015, haja vista que é o limite do período de investigação da presente pesquisa. Entretanto, a legislação que rege a qualificação profissional atualmente é a mesma de 2015, situação que corroborou com a decisão de recorrer a todas as respostas do questionário.

As respostas foram constituídas por 29 docentes contratados e 117 efetivos. Participação marcada por um baixo interesse dos professores contratados e, desse grupo de respondentes, houve um quantitativo bastante reduzido de filiados à ACP. Enquanto 48%, ou ainda, 57 dos 117 professores efetivos participantes responderam ser sindicalizados, 10%, isto é, 3 dos 29

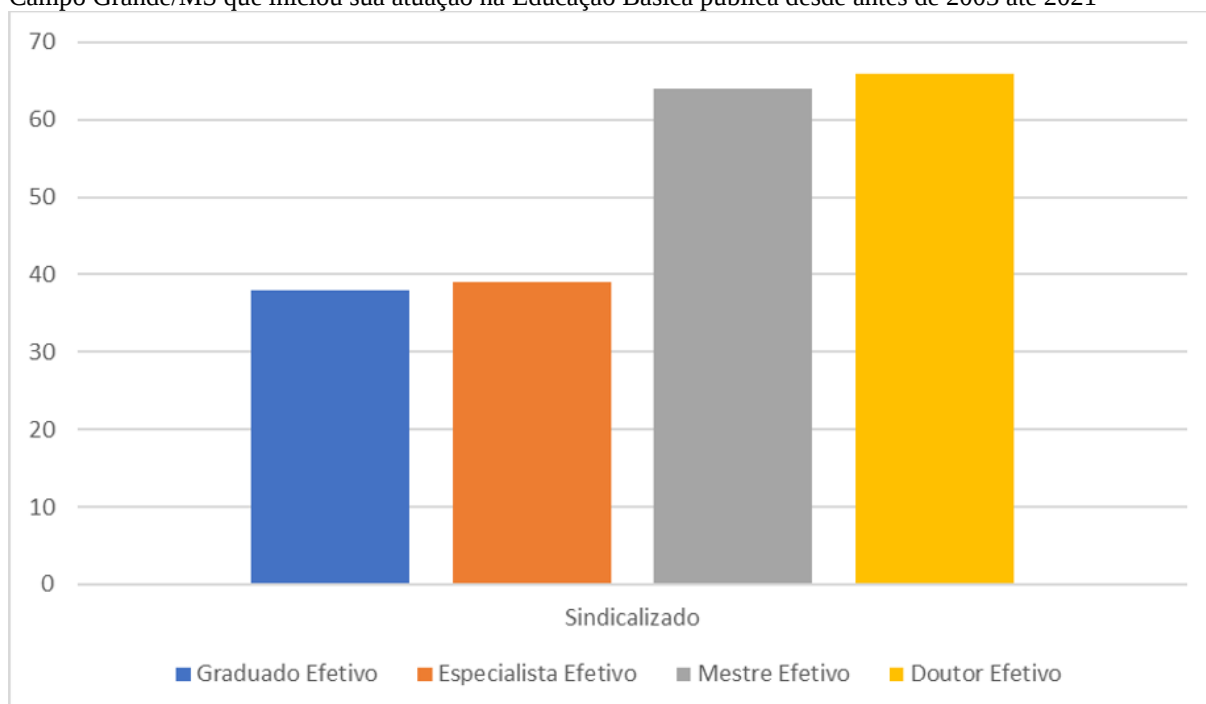
contratados responderam não serem sindicalizados. Situação díspar entre os professores efetivos e contratados no processo de sindicalização, a qual reforça o que já vinha sendo apontado no decorrer da pesquisa sobre a condição política entre os dois grupos de professores.

Outra circunstância enfatizada nas respostas do questionário, em relação às evidências apontadas anteriormente na pesquisa, foi a questão da distinção do nível acadêmico e intelectual entre os professores efetivos e contratados. Foi identificado, portanto, que dos professores contratados participantes da pesquisa, 3,4% possuíam a formação em ensino normal, 20,5% em graduação, 69% em especialização, 6,8% em mestrado e não houve nenhuma resposta de professor com formação em doutorado. Dos professores efetivos participantes, nenhum manifestou ter formação no ensino normal, 11% responderam ter formação em graduação, 62% em especialização, 23% em mestrado e 2,5% em doutorado.

Essa composição indica que os professores efetivos conseguiram atingir níveis acadêmicos e intelectual mais elevados do que os professores contratados, bem como alcançaram maior progresso no âmbito da sua competência técnica. Parte dessa conformação pode ser explicada pelas regulamentações da qualificação profissional das duas redes de ensino locais investigadas, as quais mostraram (des)assegurar condições gerais para formação continuada em níveis mais elevados para os professores efetivos e nenhuma condição para o professor contratado. Fato que elucida o esforço individual dos dois grupos de docentes que avançaram, ainda que morosamente, no campo acadêmico e intelectual, levando em consideração que há uma porcentagem importante de especialistas nos dois grupos.

Diante da quantidade insuficiente de professores contratados sindicalizados respondentes (apenas 3), assim como a reduzida participação desse grupo no movimento sindical de forma geral, foi decidido compreender o processo de intelectualização associado ao sindicalismo docente apenas do grupo de docentes efetivos respondentes. Para tanto, o gráfico abaixo busca apresentar a relação entre a filiação sindical e o nível acadêmico dos professores efetivos que participaram da pesquisa.

Gráfico 3 — Formação acadêmica e a sindicalização dos professores efetivos das redes municipal e estadual de Campo Grande/MS que iniciou sua atuação na Educação Básica pública desde antes de 2003 até 2021



Fonte: (MACIEL, 2021). Organização: (MACIEL, 2022).

Pode-se perceber pelo gráfico acima que os professores graduados e especialistas mostraram percentuais aproximados de filiação, do mesmo modo que os docentes com mestrado e doutorado. Mais do que isso, observou-se, de modo geral, que os professores com mestrado e doutorado apontaram maior percentual de filiação do que os professores com graduação e especialização.

Considerações relevantes para auxiliar na compreensão sobre a relação entre as competências técnicas e o compromisso político ou entre o processo de intelectualização da categoria e o desenvolvimento da consciência política coletiva. Todavia, não se pode, ainda, afirmar e garantir, apenas a partir desses dados, que esse processo de filiação está relacionado a uma condição de desenvolvimento que promove antagonismo à naturalização da hegemonia liberal e à subalternidade revelada na sociedade de classes.

Até porque, de acordo com os entrevistados - professor Jaime Teixeira (2003-2005) e o Secretário Geral da ACP (2008-2015) - existia uma importante motivação de parte da categoria dos professores em se filiar por questões assistencialistas e, até mesmo, pelas festas dos professores. Desse modo, o quantitativo de filiações por ele mesmo não pôde mensurar o compromisso político atingido por esses professores.

Os dados do gráfico 9 não permitem assegurar, portanto, que os docentes sindicalizados e com maior nível de formação acadêmica tenham estado disponíveis à elaboração de novas

formas de desenvolvimento que venham alcançar um nível de consciência de classe “para si”, de maneira que não oriente um tipo de organização sindical apenas usurária, burocrática e assistencialista.

Sendo assim, para avançar na investigação, segue a frente alguns dados que podem ajudar na análise da relação entre o processo de intelectualização dos professores e o desenvolvimento da consciência política coletiva de forma qualitativa. Os respectivos dados são referentes a uma questão do questionário aplicado que perguntou se o professor seguia as deliberações de paralisações e greves tiradas em assembleia pela organização sindical. Houve oito possibilidades de resposta: 1) Não. Sigo orientações da direção escolar; 2) Não. Sigo o que é definido na escola, mesmo após a deliberação em assembleia; 3) Não. Não confio na organização sindical; 4) Às vezes. Quando meus colegas da escola acatam a deliberação da assembleia; 5) Sim. Mesmo que meus colegas da escola não acatem a decisão tomada em assembleia; 6) Sim. Mas nem sempre participo das ações; 7) Sim. Mas preciso que tenha um grupo na escola que faça parte do movimento paredista comigo; 8) Outra - nesse caso, o participante teve oportunidade de expressar alguma resposta que poderia não conter nas respostas elaboradas.

Para visualização e análise dos dados, é imprescindível entender, a priori, que a elaboração das questões se baseou em dois fundamentos teórico-práticos. O primeiro se refere às fases de desenvolvimento da consciência política coletiva, as quais foram consideradas as duas primeiras: 1ª) referente ao desenvolvimento da consciência política vinculada às questões estruturais, imutáveis. Ou seja, pode ser representada por meio de um conformismo hegemônico e de subordinação entre as classes. Pelas respostas elaboradas, o professor pôde se expressar a partir da negação em seguir as deliberações das assembleias para paralisações ou greves por meio das respostas 1, 2 e 3, mas, o processo de subordinação se manifestou mais proeminente quando o docente colocou como referência de suas decisões a resposta 1, isto é, a direção escolar. 2ª) referente ao desenvolvimento da consciência política que busca alcançar um certo grau de homogeneidade e de organização entre um grupo profissional ou de classe, podendo manifestar antagonismo ao movimento hegemônico liberal e, portanto, às questões de subordinação entre as classes. Através das respostas do questionário, o docente pôde se expressar a partir das respostas positivas em relação às deliberações da categoria - respostas 5, 6 e 7.

O segundo fundamento teórico-prático em que a pergunta do questionário se respaldou foi o centralismo orgânico/democrático ou a democracia socialista, representados pela

valorização de uma organização que se constitui com impulsos provenientes da massa para o comando do alto em contraponto à hegemonia burguesa que se manifesta pela burocracia, pelo individualismo e pela “neutralidade”. Os professores que se aproximaram de tais pressupostos expressaram sua resposta de forma afirmativa em relação às deliberações de greves e paralisações, ou seja, com posicionamentos que favorecessem as decisões constituídas pela base da categoria. Nesse caso, considera-se as respostas 5, 6 e 7, entretanto, a resposta 7 indica um posicionamento de maior valorização das decisões baseadas a partir de sistematizações orgânicas e democráticas.

A resposta 4 revela uma condição de maior “neutralidade”, de modo que o professor não declara importância ao posicionamento negativo ou positivo e manifesta que sua atitude depende da vontade dos outros docentes. Nesse caso, considera-se tal posicionamento no escopo das respostas 1, 2 e 3.

Por uma questão de organização da tabela abaixo, as respostas 2 e 3 se constituíram em uma só, ou seja, como o Não, assim como as respostas 5 e 6 também foram analisados como mesmo item, sendo representadas pelo Sim. As respostas 1 e 7 se mantiveram, respectivamente, como a manifestação dos níveis primários de desenvolvimento da consciência política coletiva e pelo posicionamento de maior valorização da sistematização orgânica do grupo subalterno.

Compreendidas as inter-relações teórico-práticas e a organização da tabela, segue as respostas dos professores:

Tabela 14 — Posicionamento dos professores da Educação Básica pública de Campo Grande/MS (com início de atuação desde antes de 2003 até 2015) em relação às deliberações de greves e paralisações em assembleia, conforme a sua situação funcional e a sua formação acadêmica

Situação funcional e formação	Sim	Sim, mesmo que ninguém participe	Às vezes	Não	Não. Sigo as orientações da direção escolar	Outra resposta
Contratado normalista	0	0	0	0	100%	
Contratado graduado	16%	33,3%	33,3%	0	16%	
Contratado especialista	0	0	20%	35%	45%	
Contratado Mestre	50%	0	0	50%	0	
Efetivo Graduado	30,7%	23%	0	66,6%	30,7%	
Efetivo Especialista	31,5%	19%	22%	19%	5,5%	2,5%
Efetivo Mestre	39,2%	32,1%	17,8%	3,5%	0	7%
Efetivo Doutor	66,6%	33,3%	0	0	0	

Fonte: (MACIEL, 2021). Organização: (MACIEL, 2022).

Observa-se, pela tabela 14, que houve respostas de professores apenas com habilitação em graduação e em situação de contrato temporário que foram favoráveis às deliberações de greve ou paralisações, inclusive com posicionamentos comprometidos com a organização coletiva. Ou seja, dos respondentes graduados e contratados, 33% manifestaram acatar as deliberações do sindicato, mesmo que ninguém da escola viesse participar. Fato que indica a possibilidade desse grupo declarar antagonismo ao processo subordinação entre as classes sociais, bem como à hegemonia liberal, ainda que não seja a maioria do grupo.

Essa manifestação corrobora com a defesa de Saviani (2012) de que a competência técnica é mediação do compromisso político, é instrumento, mas não se justifica por ela mesma. A exteriorização de professores graduados e contratados empenhados com a organização política e coletiva da categoria permite interpretar que podem existir elementos distintos nos processos formativos dos professores, os quais podem oportunizar avanços em torno do compromisso político.

Mas, os dados da tabela 14 também mostram que Saviani (2012) tem razão quando afirma que a competência técnica tem sua motivação de ser no compromisso político. Isso

porque se observou nas respostas dos professores efetivos, sendo o maior grupo respondente, que quanto maior o seu nível acadêmico, maior o percentual de respostas favoráveis às deliberações em assembleia e menor o percentual de respostas que negaram a importância de tais deliberações. Inclusive, chama atenção que esses percentuais de respostas negativas se apresentaram inferiores em relação à dependência das orientações da direção escolar quanto maior foi o nível acadêmico do professor.

Percebe-se, portanto, que a elevação do nível intelectual do professorado propicia uma tendência de não naturalização e não aceitação das relações de subordinação entre as classes sociais, tendo em conta que não houve algum professor com habilitação em mestrado e doutorado que respondeu seguir orientações da direção escolar nos movimentos de greve e paralisações. Além disso, percebe-se também que a maioria dos docentes mestres e doutores responderam acatar as deliberações estabelecidas pelo sindicato.

Pode-se considerar, com isso, que o desenvolvimento intelectual dos docentes possui relação com o desenvolvimento da consciência política coletiva dos professores, ainda que não seja um processo isolado e unilateral. Nota-se que há outros elementos no processo formativo do professor que também influenciam a conformação ou o antagonismo da hegemonia estabelecida.

Quando Saviani (2012) busca avançar nos limites das duas teses que subsidiaram a discussão sobre a conexão entre competência técnica e compromisso político, ressalta um elemento fundamental no interior deste liame: o domínio do saber histórico pelo proletariado. Com base nisso, o autor defende:

Do ponto de vista cultural, a crítica ao passado não significa, pois, outra coisa senão a apropriação ativa do saber acumulado, que é, assim, depurado de seus elementos anacrônicos (pelos quais serve à perpetuação desse mesmo passado enquanto cristalizado na ordem construída) e articulado às exigências do desenvolvimento histórico. Daí a desautorização da concepção enciclopédica de cultura, que é justamente a concepção positivista segundo a qual a cultura se resume a uma coleção de noções, a uma somatória de conhecimentos. Ora, assim como intelectuais do tipo de Montesquieu e Rousseau constituíram-se em ideólogos da burguesia revolucionária e por isso foram capazes de fazer a crítica do Antigo Regime, apontando as exigências de uma nova ordem histórica (p. 52-53).

O autor expõe que o saber histórico acumulado deve ser um aspecto relevante na relação entre competência técnica e compromisso político. Isso porque é por meio desse tipo de conhecimento que se percebeu na história a possibilidade de crítica ao passado e de exigências de uma nova ordem histórica. Sendo assim, considera-se que a apropriação ou a

privação do saber histórico pode influenciar no desenvolvimento da consciência política coletiva e, portanto, pode fornecer ou prejudicar condições para elaboração de uma nova hegemonia.

Nesse aspecto, não ao acaso, os dados da tabela 14 revelaram, ainda, que em menor percentual, professores graduados e contratados com expressões relevantes em relação à resistência à subordinação entre as classes, a qual é ideologicamente “naturalizada” pela hegemonia burguesa, do mesmo modo que houve a manifestação de um docente com habilitação em mestrado que se posicionou positivamente a tal “naturalização” e negativamente à organização democrática da categoria da qual faz parte. Ou seja, são posições que apesar de não serem dominantes no nível de habilitação ou no tipo funcional da categoria, mas que podem estar associadas ao acesso ou a privação do saber histórico e crítico acumulados em seu processo de formação humana e acadêmica.

Além dessas questões anteriormente anunciadas, foi observado também, pela tabela 12, que quanto maior o nível acadêmico do professor, maior aproximação à concepção orgânica e democrática como pressuposto de organização. Tal afirmação se explica já que a resposta que representa a negação do processo orgânico/democrático e a valorização de uma organização hierarquizada, “neutra” e individualista, isto é, a conformação da subordinação dos professores nas relações de classe, apresentou maiores percentuais nos menores níveis acadêmicos do professorado.

No mesmo sentido, a resposta que manifestou a valorização da organicidade da categoria docente, mostrou maior expressão dos professores quanto maior seu nível acadêmico. Esse cenário se apresentou à medida que 33% dos doutores, 32,1% dos mestres, 19% dos especialistas e 23% dos graduados respondentes se identificaram com a resposta que expressou que o professor segue a deliberação de greve ou de paralisação mesmo quando ninguém participa.

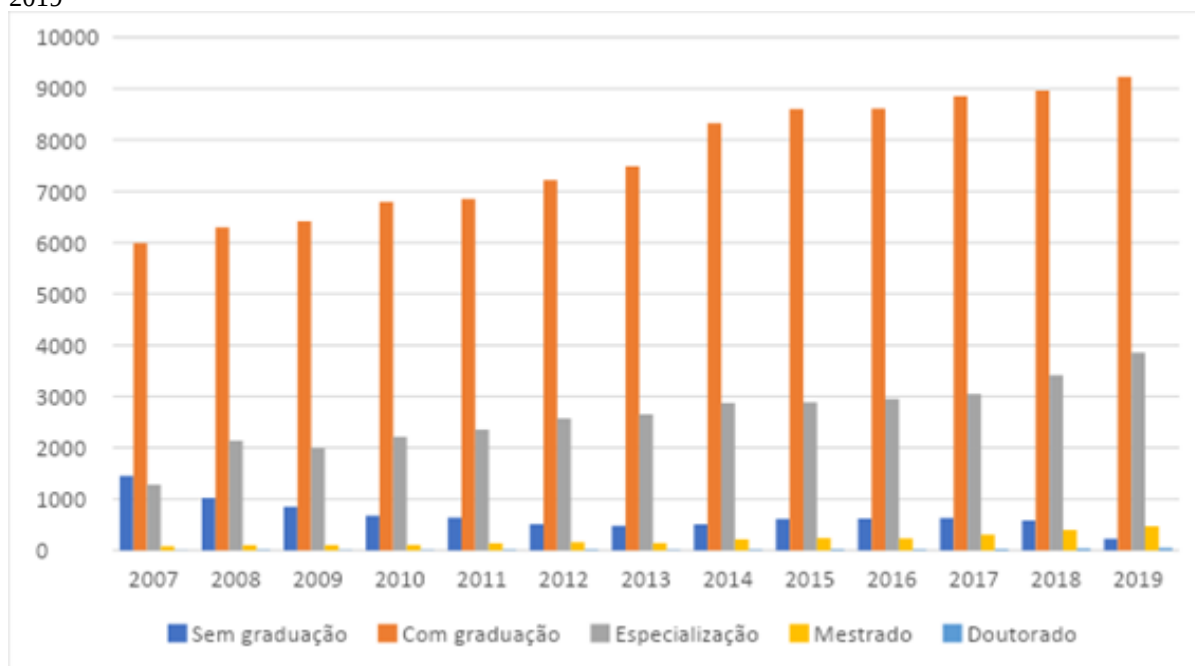
Se essas evidências manifestadas no movimento do sindicalismo docente da Educação Básica em Campo Grande/MS forem associadas às discussões sobre o sindicalismo abordado por Gramsci (2000), considera-se que a elevação do nível acadêmico e intelectual do professor pode ser uma questão relevante para o movimento sindical docente, mesmo que não seja a única, considerando que o processo de intelectualização docente indicou produzir efeitos favoráveis sob o tipo de organização calcada no centralismo democrático.

Além disso, o progresso intelectual docente apontou promover, também, um distanciamento da concepção sindical baseada no sindicalismo teórico, já que propiciou uma

tendência de pouca aceitação acerca da dinâmica de subordinação entre as classes sociais. Isso porque as fontes indicaram que, quanto maior o nível acadêmico do professor, menor a aprovação de interferências intelectuais e morais de grupos representativos da hegemonia vigente. Cria-se uma expectativa, portanto, de maior autonomia e independência do grupo subalterno.

Compreende-se, portanto, que o progresso intelectual docente, em especial aos níveis de mestrado e doutorado, evidenciou-se favorável ao desenvolvimento da educação, ao progresso do nível cultural da sociedade de forma geral e ao avanço na organização coletiva estabelecida a partir sindicalismo docente. Entretanto, verificou-se que há uma escassez de professores mestres e doutores que constituem a Educação Básica pública de Campo Grande - /MS e, como consequência, que compõe o sindicalismo docente do município. O gráfico abaixo demonstra tal cenário:

Gráfico 4 — Panorama do nível de formação dos docentes da Educação Básica de Campo Grande/MS – 2007 a 2019



Fonte: BRASIL - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Sinopses Estatísticas da Educação Básica (2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018; 2019).

Nota-se pelo gráfico 4 que houve na Educação Básica pública de Campo Grande - MS, especialmente no período entre os anos de 2007 e 2015, uma quantidade bastante reduzida de professores mestres e doutores quando comparada a qualquer outro nível acadêmico inferior, até mesmo de professores sem graduação. Situação que pode favorecer a configuração de um sindicalismo docente conformado por uma ideologia com o domínio moral, intelectual e

material da hegemonia burguesa, já que os dados referentes ao questionário mostraram uma predominância, em percentuais de mestres e doutores, com posicionamentos mais resistentes à naturalização da subordinação entre as classes sociais, bem como com maior identificação a tipos de organizações mais orgânica e democráticas.

Ressalta-se, ainda, que tal disposição acima anunciada foi estabelecida pelas próprias políticas dos governos locais que des(asseguraram) condições para viabilizar a formação continuada dos professores, em especial no que tange a elevação do nível acadêmico, assim como explicitado no item anterior. Políticas essas que mostraram contrariar às legislações nacionais que visaram orientar os municípios e os estados a garantir condições que propiciassem o progresso na formação dos professores.

No caso, o poder político das gestões governamentais não propiciara condições efetivas no processo de formação por razões de controle social e também econômico. Isso pode ser comprovado pelo baixo acesso dos docentes à licença capacitação regulamentada nas normativas para qualificação profissional nas duas redes de ensino investigadas, o qual pode ser verificado pelas respostas da pergunta elaborada no questionário aplicado no desenvolvimento da pesquisa que questionou se o professor que já tinha sido egresso em alguma pós-graduação, e se sim, se havia recebido a licença capacitação da prefeitura ou do governo. Como retro citado, dos 126 docentes que responderam já ter realizado alguma pós-graduação, apenas 4 tiveram acesso à licença capacitação, ou seja, 3%, e todos os respondentes indicaram ter recebido o benefício da prefeitura.

Gramsci (2001), quando discute a relação entre a formação intelectual de uma nação e o interesse do governo, explica o caráter fulcral do governo para encaminhar e orientar o nível cultural nacional. Em seus termos, destaca que:

Todo governo tem uma política cultural e pode defendê-la de seu ponto de vista e demonstrar ter elevado o nível cultural nacional. Tudo consiste em ver qual é a medida deste nível. Um governo pode organizar melhor a alta cultura e negligenciar a cultura popular. E mais: da alta cultura, pode organizar melhor o setor correspondente à tecnologia e às ciências naturais, pondo de modo paternalista à sua disposição somas de dinheiro como antes não se fazia, etc. O critério de julgamento só pode ser este: um sistema de governo é repressivo ou expansivo? E mesmo este critério deve ser precisado: um governo repressivo por alguns aspectos será expansivo por outros? Um sistema de governo é expansivo quando facilita e promove o desenvolvimento a partir de baixo, quando eleva o nível de cultura nacional-popular e, portanto, torna possível uma seleção de “excelências intelectuais” numa área mais ampla (p. 146-147).

Compreende-se, portanto, que os governos ou Estados-Nações produzem políticas que configuram o modo como vai se estabelecer o desenvolvimento cultural da população. Essas políticas definirão se uma Nação, ou até mesmo, estados ou municípios, buscam melhorar ou negligenciar a cultura popular, se possibilitam ou não a formação de excelências de intelectuais de forma expansiva, isto é, a partir de baixo. No âmbito educacional essas políticas também podem ser configuradas como expansivas ou repressivas, ou ainda, como reacionárias ou progressistas

Pelas normativas educacionais presentes na Constituição Federal de 1988 e na LDB de 1996, considera-se que há uma orientação expansiva de se elevar o nível cultural nacional brasileiro, entretanto, quando regulamentadas e materializadas às políticas de qualificação profissional da educação no estado do Mato Grosso do Sul e em Campo Grande - MS, observa-se uma configuração repressiva e reacionária das legislações. Em outros termos, as políticas sociais e educacionais locais buscaram conservar a ordem externa e frear as forças vivas da história, do mesmo modo que impediram um novo nível de civilização, já que é a partir da elevação do nível de intelectualização do professor que se é possível elevar o nível cultural popular.

Essa tendência reacionária dos governos municipal e estadual é reforçada à medida que regulamentaram a legislação no âmbito da qualificação profissional, de modo a dificultar o progresso dos níveis acadêmicos dos professores, sem considerar o desejo desses docentes em avançar em sua formação acadêmica. Isso porque dos 146 professores respondentes do questionário, 110 manifestaram não ter formação em pós-graduação *stricto sensu* e, destes, 72,8% responderam ter interesse em ampliar o seu nível acadêmico. Existiu, portanto, uma disposição relevante dos professores para avançar em seu desenvolvimento acadêmico e intelectual, mas sem condições regulatórias e materiais para tal.

Diante disso, considera-se que as legislações repressivas e reacionárias locais, as quais obstaculizaram a formação continuada dos professores em níveis acadêmicos mais elevados e a falta de acesso ao saber histórico acumulado no processo formativo em distintos níveis de habilitação, pode ter favorecido a configuração de um movimento sindical docente, em especial na luta acerca da formação de professores, baseado na naturalização e na conformação da subordinação entre as classes e no domínio intelectual hegemônico manifestado, inclusive, nas legislações formativas, as quais mostraram-se pouco questionadas pela categoria dos professores.

As sínteses constituídas a partir dos fundamentos teóricos e das fontes oriundas dos documentos legislativos, das atas e do questionário aplicado nos professores, possibilitaram aproximações às questões da formação. Todavia, há alguns detalhes que merecem ser compreendidos e analisados a partir da ótica dos líderes sindicais no decorrer dos entre anos de 2003 e 2015. Sendo assim, a frente segue os relatos de entrevistas do professor Jaime Teixeira (2003-2005) e do Secretário Geral da ACP (2008-2015) para ampliar a análise em torno do movimento sindical e da formação continuada de professores.

6.3 O SINDICALISMO DOCENTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA DE CAMPO GRANDE/MS E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES POR UMA ÓTICA DOS LÍDERES SINDICAIS

Apesar deste item estar comprometido com as fontes provenientes dos relatos dos líderes sindicais que fizeram parte da diretoria da ACP entre os anos de 2003 e 2015, outras fontes associadas ao plano de carreira da categoria e às atas do sindicato serão incorporadas para ajudar compreender as relações constituídas na luta acerca da formação docente.

Em relação às entrevistas, ressalta-se, inicialmente, os relatos do professor Jaime Teixeira, que foi presidente da ACP no período investigativo do ano de 2003 até 2005. O líder sindical, ao ser questionado se no período de sua gestão havia demandas no sindicato acerca da formação de professores e quais eram essas demandas, explicitou que:

Nos anos 80 e 90 a gente tinha tanto no estado quanto nas redes municipais uma grande demanda que era formação profissional dos professores, nós tínhamos muitos professores leigos ainda, nós tínhamos professores somente com a formação de nível médio, isso foi gradativamente sendo suprida principalmente a partir do final dos anos 90, né, então hoje você tem pouquíssimos professores leigos, são raros os professores leigos nas redes municipais, na rede estadual. Acho que na rede estadual é praticamente zero e hoje você tem um grande quantitativo de professores com especialização e mestrado já, em escola pública, que isso é um avanço na capacitação. A outra grande briga nossa foi sempre pela capacitação continuada e não essa só de titulação, mas dentro da própria secretaria a gente ter programas de formação continuada para atualização profissional dos professores, isso foi tão importante mas ainda ficou capenga [...] Eu comecei dar aula nos anos 80, mas a minha faculdade, a minha formação foi dos anos 70, né, no século passado, o professor que tá dando aula hoje, grande parte dele é do início dos anos 90, que não é essa mesma realidade de informática que nós temos hoje, de cibernética, eu acho que a formação dos professores ela tem que rever alguns pontos principalmente nessa atualização de conteúdos [...] (TEIXEIRA, 2021, p. 8).

O depoimento do professor evidencia que o início dos anos 2000 foi marcado pelo movimento que buscou suprimir a existência dos professores leigos. Com efeito, a luta com vistas à formação continuada estabelecida pelo sindicalismo docente, assim como pelas políticas instituídas pelo governo, reduziu significativamente a quantidade de professores leigos e ampliou o número de professores graduados, tanto que o gráfico 10 mostra um crescimento contínuo e significativo, entre os anos de 2007 e 2019, no quadro de professores graduados e uma queda importante de professores sem graduação. Ainda com referência no respectivo gráfico, pôde-se identificar, que a quantidade de docentes sem graduação no ano de 2007 era superior a quantidade de docentes com especialização, todavia, nos anos posteriores essa situação foi alterada, de forma que a quantidade de especialistas superou a de professores leigos.

Essa configuração supracitada está correlacionada ao empenho de políticas nacionais, bem como do governo do Mato Grosso do Sul e da prefeitura de Campo Grande - MS, para que o processo de profissionalização docente pudesse avançar. Tanto que o FUNDEF (1996-2006) e o FUNDEB (2007), umas das principais políticas de financiamento que subsidiaram a Educação Básica pública brasileira desde os anos de 1996, previu que os recursos destinados ao desenvolvimento da Educação Básica (que eram 40% da verba total³⁸), poderiam ser usadas para a capacitação dos docentes leigos (BRASIL, 2004; S/D³⁹), além de o Art. 9º da Lei n. 9424 de 24 de dezembro de 1996, regulamentar:

§ 1º Os novos planos de carreira e remuneração do magistério deverão contemplar investimentos na capacitação dos professores leigos, os quais passarão a integrar quadro em extinção, de duração de cinco anos. § 2º Aos professores leigos é assegurado prazo de cinco anos para obtenção da habilitação necessária ao exercício das atividades docentes. § 3º A habilitação a que se refere o parágrafo anterior é condição para ingresso no quadro permanente da carreira conforme os novos planos de carreira e remuneração.

Ou seja, houve incentivo de políticas de profissionalização docente em diversos âmbitos (financiamento, plano de carreira e prazos). Esse movimento penetrou até mesmo no movimento sindical, de forma que o professor Jaime Teixeira (2021) declarou que no início dos anos 2000 foi estabelecida uma parceria entre a ACP, a prefeitura e a UFMS, para que os

³⁸No ano de 2021 a Lei n. 11.494, referente ao FUNDEB, sofreu alterações e o recurso destinado para o desenvolvimento da educação foi reduzido para 30% e o recurso para a remuneração foi aumentado para 70%.

³⁹O documento do FNDE que explica a aplicação dos recursos do FUNDEB, mas que não possui data como referência, pode ser visto em: [file:///C:/Users/carol/Downloads/aplicacao_dos_recursos%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/carol/Downloads/aplicacao_dos_recursos%20(1).pdf)

professores que tivessem sua formação baseada no magistério, pudessem cursar pedagogia em nível superior na universidade em um período de dois anos (TEIXEIRA, 2021).

A política de implementação do plano de carreira foi executada na rede municipal de Campo Grande - MS e na rede estadual do Mato Grosso do Sul. Desse modo, os planos de carreira das duas redes constituíram uma estrutura que permitiu que a mudança na habilitação de nível médio para graduação viabilizasse maior aumento no salário, quando comparadas aos outros avanços acadêmico-profissionais. Os planos podem ser visualizados na tabela abaixo:

Tabela 14 — Aumento no salário conforme habilitação - Planos de Carreira a partir das Leis Complementares n. 19 e n. 87

Rede	Nível Médio para graduação	Graduação para especialização	Especialização para mestrado	Mestrado para doutorado
Municipal	30%	10%	9,09%	8,33%
Rede	Nível Médio	Graduação	Especialização	Mestrado
Estadual	1,00	1,50	1,6	1,65

Fonte: Lei Complementar n. 19 de 15 de julho de 1998; Lei Complementar 87 de 31 de janeiro de 2000. Organização: (MACIEL, 2022).

Verifica-se, desse modo, que as estruturações dos Planos de Carreira das duas redes de ensino estiveram baseadas em uma política de incentivo à profissionalização docente, tendo em vista que o maior índice da promoção vertical na carreira constituiu-se a partir da transição do nível sem graduação para o nível com graduação. Em contrapartida, considera-se, assim como previsto nas regulamentações da licença-capacitação, que não houve incentivo, nem mesmo pelo Plano de Carreira, para que o professor ampliasse o seu nível acadêmico, já que quanto maior o nível, menor o percentual de aumento.

Esse cenário acima explicitado pode ser melhor compreendido pelas discussões sobre a profissionalização docente abordadas por Shiroma (2003), atentando para a autora que buscou investigar e analisar o período histórico em que os Planos de Carreira anunciados foram estruturados. De acordo com suas prerrogativas, o final dos anos de 1990 e o início dos anos 2000 foram marcados por um movimento de desintelectualização no campo das políticas de formação docente, isso porque surgiu, pela reforma do respectivo período, a intencionalidade de se modelar um novo perfil de professor competente tecnicamente e inofensivo politicamente. Reforça-se ainda que:

Considerando que preparar uma geração de professores qualificados tem seu custo, e não é este o interesse de governos conservadores nem dos organismos internacionais. [...] Pressionam cada professor-profissional a financiar sua formação e suprir seu estoque de competências. Obviamente, numa sociedade com a abominável desigualdade de renda, como é a brasileira, este investimento para auto-reciclagem só é possível para poucos (SHIROMA, 2003, p. 79).

A autora reforça o que vem sendo revelado na presente pesquisa, o desinteresse dos governos em garantir a formação continuada de qualidade, bem como a elevação do nível intelectual e cultural dos professores e da sociedade de forma geral. As políticas por si só, em especial as que se constituíram na rede municipal e na rede estadual acerca da licença-capacitação, estabeleceram essa pressão anunciada para que os próprios professores viessem financiar sua formação continuada de excelência.

Essa situação é reforçada à medida que as políticas de formação continuada foram implantadas nas universidades, por exemplo, mas, de modo geral, não havendo condições materiais para que os professores realizassem o curso. No ano de 2013, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul implementou o Programa de Mestrado profissional em Educação (Profeduc), o qual estabeleceu uma parceria com a Secretaria de Educação do Mato Grosso do Sul (SED/MS), de forma que 40% das vagas estiveram reservadas para os docentes da Educação Básica pública da rede estadual. Foi uma política de formação continuada importante, que objetivou realizar intervenções de pesquisa acerca das problemáticas extraídas da realidade educacional constituída, especialmente, em torno das práticas pedagógicas constituídas no estado do Mato Grosso do Sul ou nos estados circunvizinhos (MATO GROSSO DO SUL, 2013).

Todavia, a legislação da licença capacitação permaneceu sem alterações e, assim como anunciado por Shiroma (2003), acabou configurando uma pressão no grupo de professores da Educação Básica pública da rede estadual, para que financiasse a sua formação suprisse as competências almejadas pelo próprio governo. Desse modo, considera-se que, além da pós-graduação *stricto sensu* ter sido uma política pouco fomentada, quando foi ofertada, dependeu do empenho material individual dos docentes.

Apesar de a política pública supracitada, percebe-se que o incentivo acerca da formação continuada que foi preponderante no período investigado (2003-2015), se deu a partir das políticas para o favorecimento de uma formação burocrática, técnica e aligeirada, particularmente para os professores que não possuíam graduação. Com efeito, houve um

crescimento de professores graduados e uma queda de professores leigos na Educação Básica pública de Campo Grande - MS e do Brasil.

Essa concepção foi apropriada e reproduzida pelo professor Jaime Teixeira, à medida que o presidente da ACP desse período reforçou que havia uma bandeira de luta acerca da formação continuada que era a qualificação profissional dentro da própria secretaria com programas para atualização profissional, especialmente no que tange às questões de tecnologia, de cibernética e de atualização desse conteúdo. Nas palavras do professor:

Eu comecei dar aula nos anos 80 mas a minha faculdade, a minha formação foi dos anos 70, né, no século passado, o professor que tá dando aula hoje, grande parte dele é do início dos anos 90 que não é essa mesma realidade de informática que nós temos hoje de cibernética, eu acho que a formação dos professores ela tem que rever alguns pontos principalmente nessa atualização de conteúdos (TEIXEIRA, 2021, p. 7).

Ainda que em outros relatos o professor tenha defendido a formação via Universidade e, realmente, tenha existido uma parceria entre UFMS, ACP e prefeitura, percebe-se que sua retórica está baseada na concepção explicitada por Shiroma (2003), a qual é a formação baseada na adequação técnica demandada pela imposição capitalista de um novo tipo de homem e de trabalhador.

Esse foi um movimento estabelecido internacional e nacionalmente, com repercussões locais, inclusive com apropriação do próprio sindicato que manifestou, pelo presidente à época, a imprescindibilidade da formação continuada para adequação das competências técnicas dos docentes. Não se trata aqui de negar o domínio dos meios de desenvolvimento do trabalho docente, mas de questionar a irrelevância do saber histórico acumulado nesse processo, bem como o impedimento de se construir um movimento de formação contínua com nexo entre o trabalho manual e o trabalho intelectual.

A concepção de escola gramsciana levanta uma proposta de formação humana e, por conseguinte, cultural e profissional comprometida em:

Unificar os vários tipos de organização cultural existentes: academias, institutos de cultura, círculos filológicos, etc., integrando o trabalho acadêmico tradicional — que se expressa sobretudo na sistematização do saber passado ou na busca da fixação de uma média do pensamento nacional como guia da atividade intelectual — com atividades ligadas à vida coletiva, ao mundo da produção e do trabalho [...] o nexo instrução-educação somente pode ser representado pelo trabalho vivo do professor, na medida em que o professor é consciente dos contrastes entre o tipo de sociedade e de cultura que ele representa e o tipo de sociedade e de cultura representado pelos alunos; e é também consciente de sua tarefa, que consiste em acelerar e disciplinar a formação da criança conforme o tipo superior em luta com o tipo inferior (GRAMSCI, 2001, p. 41-44).

Ou seja, não existe a negação do domínio técnico, mas que esse segmento esteja atrelado às atividades intelectuais tradicionais, sobretudo, a partir da apropriação do saber passado e com uma estreita relação de colaboração entre os distintos organismos de cultura. Esses saberes precisam subsidiar o desenvolvimento da consciência política coletiva do professor, haja vista que a premissa de seu trabalho exige compreender os contrastes sociais, os quais são parte tanto os discentes quanto os docentes.

Apesar da concepção de formação docente da diretoria da ACP no período investigado ter demonstrado uma tendência de subordinação das imposições promovidas pela hegemonia liberal, considera-se que existiu, ainda que não tenha sido uma bandeira de luta ou um movimento orgânico de base, processos reivindicativos nas dinâmicas do sindicalismo docente local que considerou a formação continuada acadêmica como possibilidade de qualificação desses professores. Nos registros das atas entre os anos de 2003 e 2005, foram encontradas quatro atas correspondentes às discussões ou informações sobre a formação continuada de professores: duas foram referentes à licença-capacitação, uma acerca da divulgação de curso de pós-graduação e uma sobre a formação de professores com nível médio.

Especificamente em relação a formação continuada representada pela licença-capacitação, ressalta-se que, inicialmente, com base na Ata nº 7/2003 – da rede municipal, foi registrado que “o prefeito demonstrou aceitar discutir, normatizar e implantar” (ACP, 2003, p. 140). Todavia, no ano de 2005, por meio da Ata 22/2005 – também da rede municipal - “a licença-capacitação não foi atendida sem redução de salário” (ACP, 2005, p. 160). Cabe lembrar que foi discutido no primeiro item que a luta acerca da licença-capacitação revelou-se contraditória, haja vista que foi um movimento burocratizado sem participação da base, além de ter se manifestado conformado com as decisões regulatórias que buscaram (des)assegurar a formação continuada acadêmica ao professorado.

Conforme os pressupostos teóricos de Saviani (2012) é a classe dominante que deve temer a competência técnica, assim como é ela que teme o compromisso político transformador da classe subalterna. Não é episódico que a própria classe dominante se aproprie do discurso transformador como mecanismo de manutenção/recomposição da hegemonia, entretanto, é ela própria quem impede a classe subalterna de progredir em seu desenvolvimento intelectual e cultural.

Não é problema, portanto, para a manutenção da hegemonia estabelecida que as políticas dos governos municipais e estaduais não assegurem a elevação do nível acadêmico e intelectual dos docentes, tampouco que não se amplie o desenvolvimento cultural da população. É interessante para a manutenção da hegemonia burguesa que o professor atinja técnicas didático-pedagógicas suficientes para o desenvolvimento tecnológico socialmente estabelecido, todavia, sem que esse mesmo professor tome consciência dos contrastes sociais, bem como domine o saber histórico acumulado.

Após 2005, especialmente entre 2005 e 2009, no governo de Nelson Trad Filho (2005-2012), Fernandes (2013) salientou que houve um incentivo para que os professores realizassem pós-graduação por meio de convênios com universidades públicas e particulares, de modo que se passou a investir em cursos de pós-graduação gratuitos para os docentes.

Os tipos de cursos oferecidos podem ser verificados no quadro abaixo:

Quadro 14 — Relação de Cursos de Pós-Graduação ofertados pela Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande aos professores da rede municipal de ensino – curso, instituição parceira e número de participantes (2005-2009)

ANO	CURSO	INSTITUIÇÃO PARCEIRA	NÚMERO DE PARTICIPANTES
2005	Políticas e gestão	UCDB	150
2006	Organização do trabalho pedagógico do professor	IESF	584
2006	Educação matemática	UNIDERP	202
2007	Interdisciplinaridade	UCDB	120
2007	Educação Física para o EF e EI	IESF	79
2007	Leitura e escrita	IESF	36
2008	Leitura e escrita	IESF	98
2008	Língua portuguesa anos finais	UCDB	100
2008	Língua Inglesa	UCDB	36
2008	Gestão pedagógica e inspeção escolar	IESF	100
2008	Educação Especial	UEMS	40
2008	Leitura e escrita	IESF	100
2009	Arte-Educação	IESF	40
2009	Gestão em sala de aula	IESF	100
Total			1.785

Fonte: Fernandes e Fernandes (2014).

Realmente, percebe-se que houve um volume significativo de professores que elevaram o nível acadêmico, exatamente 1.785 entre 2005 e 2009 e receberam, portanto, sua promoção vertical de graduação para especialista, ou seja, avançaram na carreira de PH2 para PH3. Tal política, propiciou que a partir de 2008 tivessem mais de 2000 professores com especialização na rede municipal, do mesmo modo que a política de profissionalização, a qual ampliou a quantidade de professores graduados, reduziu o número de docentes sem habilitação para menos de 1000 no mesmo ano, assim como apontado no gráfico 10.

Pode-se considerar duas questões importantes manifestadas no período do governo de Nelson Trad Filho (2005-2012): 1) o incentivo da prefeitura para ampliar a formação

continuada de professores; e 2) o Decreto n. 10.343 que também regulamentou a licença-capacitação. Entretanto, como esse não foi um tema dialogado com a base da categoria dos professores, percebe-se que houve um movimento unilateral, ou seja, com decisões exclusivamente da prefeitura, a qual escolheu investir financeiramente fundos públicos nas instituições privadas e manteve todas as dificuldades da legislação da licença capacitação na LC 19, entre elas a manutenção da decisão para liberação da licença capacitação sob interesse da Administração Pública, tanto que na ata 35/2006 ficou registrado, sem nenhum debate, “A Licença para capacitação será de 3 meses, sem prejuízo de salário (Art. 53), quando houver conveniência da administração” (ACP, 2006, p. 181).

Mas, ainda que sem as condições ideais e sem o conhecimento de que o saber histórico tenha feito parte das ementas e do processo de ensino-aprendizagem dos cursos de pós-graduações anunciados, considera-se que, de forma geral, o avanço intelectual do professor pode ter tido impacto significativo no desenvolvimento da consciência política coletiva dos professores, já que pela tabela 10 do item anterior, os professores efetivos especialistas mostraram um percentual menor de respostas que representavam a conformação das relações de subordinação entre as classes sociais, bem como da hegemonia estabelecida.

Apesar de o desenvolvimento intelectual e cultural dos professores fornecer impactos significativos no âmbito do desenvolvimento intelectual e cultural da sociedade, assim como no desenvolvimento da consciência política coletiva, o caráter economicista e usurário manifestado pela luta sindical de Campo Grande/MS impediu que a formação docente possuísse bandeiras de luta, inclusive com a construção da base, assim como indicou ser desenvolvida a luta salarial. Esse ponto pode ser revelado pelo relato do Secretário Geral da ACP quando foi questionado do porquê que não houve uma luta do sindicato para alteração do Plano de Carreira para incentivar a categoria a ampliar o seu nível acadêmico e, portanto, aumentar os índices para maior o nível acadêmico do professor. Nas palavras do professor:

Seria como se fosse um triângulo, vou explicar bem isso aí, vamos dividir o triângulo em três partes: a base seria a especialização na linha de pós-graduação, é um leque maior de professores, fechar um pouquinho para o mestrado e só ia para a ponta lá em cima para o doutorado, aí você tinha que ter o professor lutando com você sempre, que a grande maioria conseguisse, que a luta foi sendo feita sempre maior para um índice maior de salário para quem tinha pós-graduação, a diferença do professor com a graduação para pós-graduação era um valor bem maior que a diferença que tinha do professor com pós-graduação, com doutorado. Mas, por que tinha essa diferença? Tinha justificativa: nós trabalhávamos com o professor que estava dentro da sala de aula direto com aluno, esse era nosso representante, o professor... não desvalorizando

o professor que tem conhecimento científico, que está lá fazendo seu doutorado, seu pós-doutorado, não era isso... Só que eu tinha que trabalhar com a grande maioria. Para o governo, era muito importante, “vou fazer o seguinte: vou pagar R\$10.000 para quem tem doutorado e vou pagar R\$3.000 para quem tem pós-graduação”, porque ele atendia a uma minoria [...] o apoio era dos professores e quando chegava lá, se você mandasse uma proposta para a escola, olha, e colocava diferença, e aumentando deixava lá no topo de valores para doutorado, o que que acontecia? Reprovava. Porque o professor falava assim: “olha, eu tenho pós-graduação, eu já estou com 22 anos, não vão respeitar meus 22 anos de trabalho? com vinte e dois anos eu não vou fazer mais meu doutorado, eu não mereço esse respeito? Aí vem a grande maioria e você não tinha como, porque a partir do momento que você vai levar para a categoria dar a sua opinião, você tem também que respeitar a opinião da categoria e fazer a defesa, e a grande maioria era o quê? Era pós-graduação. Você entendeu? (ACP, 2021, p. 11).

Dois aspectos devem ser considerados no depoimento do professor: 1) Que um professor com doutorado não é um professor de sala de aula, ou seja, há uma ideia de fragmentação do trabalho manual e do trabalho intelectual e, portanto, a formação de uma concepção que entende que quanto maior o conhecimento acumulado do professor menos trabalho manual, o chamado “chão da escola”, deve ser-lhe apropriado; e 2) Que existe uma ideia, a priori de qualquer luta sindical, que as lutas em qualquer campo devem estar atreladas exclusivamente ao fator econômico, isto é, ao dinheiro. Parece não existir outros elementos paralelos à questão econômica que podem favorecer as condições da categoria dos professores e da classe trabalhadora.

Em relação ao primeiro aspecto associado à fragmentação do trabalho intelectual e do trabalho manual, Saviani (2007) considera que essa é uma concepção hegemônica produzida com o advento das sociedades de classes e com o modo de organização do processo produtivo, os quais, preconizaram uma separação entre trabalho intelectual e trabalho manual, entre trabalho e educação e, portanto, entre educação e produção. Todavia, segundo o autor, a sociedade moderna constituiu uma particularidade nesse processo, que foi a aproximação entre instrução e trabalho produtivo, de modo que a separação produzida foi:

Aquela das profissões manuais para as quais se requeria uma formação prática limitada à execução de tarefas mais ou menos delimitadas, dispensando-se o domínio dos respectivos fundamentos teóricos; e aquele das profissões intelectuais para as quais se requeria domínio teórico amplo a fim de preparar as elites e representantes da classe dirigente para atuar nos diferentes setores da sociedade. A referida separação teve uma dupla manifestação: a proposta dualista de escolas profissionais para os trabalhadores e “escolas de ciências e humanidades” para os futuros dirigentes; e a proposta de escola única diferenciada, que efetuava internamente a distribuição dos educandos segundo as funções sociais para as quais se os destinavam em consonância com as características que geralmente decorriam de sua origem social (SAVIANI, 2007, p. 159).

Essa formulação hegemônico-burguesa acima anunciada, em que há tipos de trabalho que dispensam domínio de fundamentos teóricos e que estão geralmente direcionados à classe subalterna e outros tipos que requerem maior domínio intelectual e que estão voltados para a classe dirigente pareceu subsidiar a concepção expressa pelo Secretário Geral da ACP, já que considerou que o professor com doutorado pode estar associado a um tipo de trabalho da elite educacional e distante de um trabalho manual. Provavelmente, essa concepção pode imperar sobre a consciência dos professores e, desse modo, tende a prejudicar um movimento de elevação do nível intelectual do docente que atua no processo de ensino da Educação Básica.

Saviani (2007), da mesma forma que apresenta histórica e criticamente as causas dessa concepção fragmentada sobre o trabalho e entre o trabalho e a educação moderna, designa, também, uma concepção unitária entre o trabalho e a educação nos moldes do sistema educacional brasileiro. Baseia-se nos fundamentos teóricos de Gramsci (2001) e a partir do trabalho como princípio educativo, propõe o incentivo da continuidade do desenvolvimento cultural e da atividade intelectual dos trabalhadores, criando, portanto, uma atmosfera indispensável para vincular de forma indissociável o trabalho intelectual e o trabalho material.

Essa concepção defendida por Saviani (2007) pode ser um caminho para que o desenvolvimento intelectual dos professores seja visto como parte de sua atividade prática e, diante dessa configuração, pode-se ocorrer progressos no desenvolvimento da consciência política coletiva da categoria, tendo como premissa que o desenvolvimento intelectual é mediação do compromisso político.

O sindicalismo docente, sob tais alterações no processo da consciência dos professores pode ser compreendido e orientado sob a incorporação de outros aspectos, além do fator econômico e usurário, que se mostrou predominante na luta sindical da Educação Básica pública de Campo Grande - MS e é o que indica ser um impedimento de avanço para o segundo momento da segunda fase, bem como e principalmente da terceira fase de desenvolvimento da

consciência política coletiva, que se referem a identificação coletiva e com maior homogeneidade entre as categorias profissionais e o alcance da classe dirigida em formular uma concepção ético-política para se tornar hegemonia.

Sendo assim, pode-se considerar que a apreciação expressa pelos líderes sindicais comungam com a concepção de educação, assim como com o domínio ético, moral e intelectual da hegemonia burguesa, cujas consequências implicam na dificuldade em compreender a elevação do nível intelectual e cultural do professorado como parte de sua atividade prática, de forma que o ensino vinculado estritamente às técnicas didático-pedagógicas demonstra ser suficiente no processo da formação continuada.

Essa conformação hegemônica burguesa no âmbito sindical, segundo Boito Jr (1996), é a expressão da difusão da ideologia e das políticas neoliberais, a qual ascendeu nos anos de 1990 entre os trabalhadores e, sobretudo, na configuração dos sindicatos, tanto os denominados pelegos como os considerados combativos.

Ainda que a ACP no decorrer dos anos 2000 tenha manifestado avanços importantes na luta salarial de maneira mais combativa e com maior participação da base nas decisões e definições sobre as bandeiras de luta e as negociações salariais, especialmente na rede municipal, considera-se que quando investigado o processo de luta no campo da formação de professores, seja por meio das atas, da regulamentação local e/ou das entrevistas com os líderes sindicais, identifica-se que a hegemonia liberal dominou os posicionamentos contidos no interior do sindicalismo docente local, assim como expresso no sindicalismo brasileiro de forma geral.

Tal configuração expressa, tanto no sindicalismo brasileiro quanto no movimento sindical docente, uma perspectiva de sindicato baseada no sindicalismo teórico, que é o processo de conformação da classe subalterna com a subordinação entre as classes e, desse modo, a dificuldade dos trabalhadores, nesse caso também, dos professores, em tomar consciência de sua força, de suas possibilidades e de um modo de desenvolvimento próprio para tornar-se dominante no Estado. Entretanto, o que a investigação desse capítulo conjectura, é o progresso intelectual dos professores, especialmente mediante a incorporação do domínio do saber histórico, pode mediar, não de forma isolada, mas ser parte do avanço do desenvolvimento da consciência política coletiva desses docentes, inclusive com repercussões no tipo de organização sindical com maior aproximação a uma concepção democrática com impulsos da massa.

CONCLUSÃO

Apesar desse momento da pesquisa se dispor de um caráter conclusivo, considera-se que as questões que serão apontadas não contêm, de fato, um propósito de desfecho. Isso porque as evidências desenvolvidas no decorrer da investigação puderam orientar novas lacunas e indagações para novos processos de inquirição.

Além disso, ressalta-se que a presente tese possuiu um limite a priori, que se constituiu a partir do desenvolvimento do objetivo, das indagações, da teoria e do recorte temporal definidos previamente. Ou seja, pretendeu-se analisar o movimento sindical docente da Educação Básica pública do município de Campo Grande - MS com base nas lutas acerca do salário e da formação continuada de professores entre os anos de 2003 e 2015, sendo o eixo de condução da pesquisa estabelecido pelo diálogo com o processo de disputa pela hegemonia.

Para essa análise, valeu-se da teoria gramsciana, por meio da categoria hegemonia, bem como de outras subcategorias ou elementos vinculados, como a consciência política coletiva, o centralismo democrático/orgânico, a elevação do nível intelectual e o sindicalismo teórico subsidiaram as análises acerca da pesquisa.

Ressalta-se que no processo de elaboração da tese, além do citado limite estabelecido, outros foram encontrados no decorrer da investigação. Entre eles, destacam-se os impasses encontrados em cada uma das fontes de investigação e, por isso, foi definido utilizar diferentes tipos de fontes e coleta de dados – respostas de entrevista, respostas de questionário e documentos (atas, notícias e legislação) – para que as discussões pudessem apresentar evidências mais próximas da realidade.

Todavia, faz-se importante destacar algumas questões, as quais nortearam a necessidade de novas investigações. Na apuração dos dados, identificou-se que havia uma quantidade pequena de professores com mestrado e doutorado na Educação Básica pública de Campo Grande - MS no período investigado e, com efeito, o número de professores com os respectivos níveis acadêmicos que responderam ao questionário também foi baixa. Com isso, as evidências apontadas com base na relação entre o desenvolvimento intelectual e a consciência política coletiva indicaram novas possibilidades de investigação para reforçar ou negar os resultados apresentados.

Consoante os resultados apontados, os quais estão vinculados ao problema definido inicialmente, salienta-se que, de modo geral, foi verificado que as manifestações ocorridas no processo histórico do sindicalismo docente da Educação Básica de Campo Grande - MS entre os anos de 2003 e 2015 estiveram associadas às transformações que aconteceram nos múltiplos

setores que constituíram a sociedade civil e a sociedade política. Os aspectos singular e universal, nesse processo, foram as questões centrais observadas, de forma que os avanços e os recuos estabelecidos, tanto em relação às conquistas econômico-corporativas quanto acerca da organização coletiva e das manifestações políticas dos professores, estiveram associados às questões estruturais e conjunturais que se desenvolveram em âmbito local e nacional.

Desse modo, as disputas por hegemonia que se travaram entre o grupo dos professores e os gestores do município e do estado não foram marcadas por características isoladas ou lineares no período investigado, ao contrário, percebeu-se um movimento com contínuas alterações configuradas por progressos e regressos, inclusive, por vezes, de forma simultânea, haja vista às distintas influências que envolveram o sindicalismo brasileiro, bem como o movimento sindical docente, especialmente em torno das lutas por melhoria salarial e de formação continuada de professores.

Ao considerar o desenvolvimento econômico nacional e local a partir do recorte temporal definido, verificou-se que os anos entre 2003 e 2014 foram marcados por um momento de avanço do capital nacional e local, todavia, o ano de 2015 foi assinalado por uma crise econômica mundial com repercussões significativas no Brasil e, por conseguinte, em Campo Grande - MS. Esse cenário pôde ser identificado pelo crescimento do PIB e posterior declínio, acompanhado por aumento da inflação.

No âmbito político, o período foi assinalado pela ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) na condução do país, cuja relação com o sindicalismo brasileiro foi estabelecida a partir da parceria entre Estado e as centrais sindicais, em especial no governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010). Ademais, no campo ideológico e econômico foi revelado um tipo de movimento sindical com significativa influência da hegemonia neoliberal e, por conseguinte, sem autonomia e independência da classe subalterna. Essa situação gerou a formação de grupos contra hegemônicos no interior das centrais sindicais, especialmente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e dos sindicatos de base, que disputaram a direção da organização coletiva dos trabalhadores. Essa manifestação interna foi observada, também, no interior do sindicalismo docente.

Desse modo, verificou-se que no momento de progresso econômico a disputa por hegemonia mostrou-se presente no interior dos sindicatos, contudo, no momento de crise político-econômica destaca-se que houve um movimento de maior unidade dos trabalhadores, de forma que os grupos da classe subalterna que enfrentavam disputas antagônicas internamente

se agruparam para acarar os movimentos e as manifestações maciças organizadas pela classe burguesa que passaram a ganhar força no período do governo de Dilma Rousseff (2011-2016).

Apesar da perspectiva conciliadora do sindicalismo brasileiro, as condições sociais viabilizadas pelo progresso econômico e pelo movimento progressista com o PT no governo promoveram a ampliação das fontes de financiamento para a Educação Básica pública, em especial mediante a criação do FUNDEB e o aumento da Quota municipal de Campo Grande/MS e da Quota estadual do Mato Grosso do Sul do Salário-Educação.

A ascensão do PT nos anos de 1990 apresentou certo influxo no estado do Mato Grosso do Sul e no município de Campo Grande - MS, tendo em conta a disputa eleitoral bastante acirrada no ano de 1996 entre o PMDB e o PT no município e a vitória de José Orcírio Miranda dos Santos (1999-2007) em 1998 no estado, sendo que foi reeleito em 2002 e permaneceu como governador até 2007.

Entretanto, esses rumores progressistas não perduraram ao decorrer dos anos 2000, de forma que houve um domínio do PMDB na gestão pública do município por um longo período, enquanto o PT alavancava e permanecia no controle nacional. Não obstante, não foi observado um movimento contra-hegemônico significativo nesse momento histórico no município, pelo menos até 2012, ocasião em que a crise econômica mundial teve repercussões no Brasil. Essa circunstância contribuiu para que o movimento político e cultural do município apresentasse características mais reacionárias.

Apesar do cenário político-econômico favorável na maior parte do período investigado, considera-se que os enfrentamentos do movimento sindical docente da Educação Básica pública foram fundamentais para as conquistas da categoria dos professores, considerando que os governos locais, representantes do Estado moderno e, por consequência, do grupo econômico dirigente, foram instrumento elementar na luta contra o progresso dos direitos dos professores na mesma proporção em que se avançava na consolidação e perpetuação das relações capitalistas.

Tal afirmação se comprovou pela dificuldade dos entes federados em atender as demandas fundamentais dos professores. Na rede municipal e na rede estadual de Campo Grande - MS, por exemplo, foram evidenciadas a falta de cumprimento de acordos e até ações repressivas sobre os professores quando os governos eram cobrados de forma mais organizada e combativa.

A ACP, enquanto entidade representativa do grupo de professores da Educação Básica pública de Campo Grande - MS, organizou as negociações para atender as reivindicações

relacionadas aos direitos dos professores e, nesse processo, foram analisadas, neste trabalho de tese, a luta dos trabalhadores docentes pela melhoria salarial e pela formação continuada de professores. O período perscrutado foi marcado por quatro mandatos sindicais com dois comandos específicos, dos professores Jaime Teixeira (2003-2005) e Geraldo Gonçalves (2006-2015).

A pesquisa abordou, outrossim, a tendência político-ideológica dos professores da Educação Básica pública, os sujeitos sociais que dirigiram e participaram da ACP. Desse modo, identificou-se, pela expressão da maioria dos investigados, a predominância de uma compreensão de mundo desagregada e ocasional, marcada por manifestações de “neutralidade”, de “apartidarismo” e de religiosidade, as quais expressaram um movimento subjugado às imposições hegemônicas liberais e conservadoras. Todavia, ao observar especificamente as manifestações dos docentes sindicalizados, percebeu-se que as perspectivas progressista e revolucionária se mostraram mais presente, ainda que a concepção reacionária tenha prevalecido.

Esse cenário heterogêneo, com relação à perspectiva político-ideológica do grupo de professores do movimento sindical docente, foi a condição que permeou e desenvolveu os avanços e os recuos, tanto das conquistas econômico-corporativas alcançadas pelo grupo subalterno quanto pela organização coletiva desenvolvida no recorte temporal previsto na pesquisa.

Esta complexidade na estruturação sindical foi reforçada à medida que a ACP, mesmo representando e organizando as reivindicações da rede municipal e da rede estadual, produziu singularidades expressas nas formas e nas ações reivindicativas de cada rede de ensino, haja vista as influências multideterminadas do campo político, econômico, ideológico, entre outras questões. Essas divergências, inclusive, foram observadas nos diferentes mandatos das gestões sindicais.

Sendo assim, de forma pormenorizada, foi possível identificar, a partir das análises referente à primeira gestão sindical investigada (2003-2005), que a luta salarial da rede municipal manifestou um caráter reacionário e pelego quando observados elementos quantitativo e qualitativo. Isso porque houve poucas convocações de Assembleias Gerais que estimulassem a participação e o debate coletivo no respectivo período. Os encaminhamentos e as discussões foram definidos a partir de estratégias com completa passividade diante de insatisfações dos professores.

A rede estadual, no mesmo período, promoveu um movimento mais orgânico e combativo, porém somente no ano de 2003, já que foi deflagrada uma greve com importante influência e participação dos professores. Todavia, nos anos de 2004 e 2005 se verificou um processo baseado numa concepção burocrática de sindicato, sem envolvimento amplo dos professores nas discussões salariais, do mesmo modo como ocorreu na rede municipal.

De modo geral, portanto, considerou-se que o movimento sindical docente da Educação Básica pública de Campo Grande – MS, entre os anos de 2003 e 2005, provocou alguns processos de homogeneização e unidade dos docentes, porém de forma isolada, descontínua e com reduzida contribuição para o desenvolvimento da consciência política coletiva da categoria dos professores.

Com isso, foi um período que, apesar de evidenciar avanços quando comparado à fase primitiva associativa da ACP, pareceu estar vinculado à uma conformação estrutural e hierárquica da hegemonia liberal, além de manifestar um aspecto burocrático em detrimento da organicidade do grupo na maior parte das orientações desenvolvidas na luta salarial.

Em relação às conquistas salariais, entre os anos de 2003 e 2005 foram observados avanços nas duas redes de ensino, tendo em vista que em 2001 e 2002 não havia ocorrido reajuste em ambas as redes. Com efeito, a partir de 2003 o salário da rede municipal progrediu de 2,3 para 2,4 salários-mínimos, com maior efeito do percentual de reajuste do que da política salarial de incorporação da Regência de Classe, e na rede estadual o crescimento foi de 1,7 para 3 salários-mínimos, com maior efeito da política salarial de incorporação da Regência de Classe do que dos percentuais de reajuste salarial.

Considera-se, com isso, que as singularidades de cada rede de ensino produziram orientações distintas no processo da luta salarial e, em consequência, as conquistas dos professores também foram divergentes. Mas foi um momento de avanços importantes sobre algumas questões econômico-corporativas, em especial sobre o salário, entretanto, o movimento atrelado ao desenvolvimento da consciência política coletiva, que se refere aos progressos em torno da homogeneização e da autoconsciência de grupo ou de grupos, foi pouco expressivo. Evidenciou-se, desse modo, que as conquistas corporativas dos grupos subalternos não estiveram diretamente vinculadas ao avanço político e ideológico da respectiva classe.

As gestões seguintes, entre os anos de 2006 e 2015, as quais foram comandadas pelo professor Geraldo Gonçalves, diferentemente, indicaram a presença de uma organização sindical orientada para luta salarial de forma mais previsível e com avanços relevantes sobre a frente política relacionada à organização e à participação dos professores de base.

A quantidade de convocações de Assembleias Gerais anuais para discussão salarial e o modo de condução das assembleias com expressão e decisões relevantes dos professores de base sobre as negociações salariais foram características marcantes no respectivo período. Situação que propiciou uma sistematização mais orgânica e democrática, maior autonomia e independência do grupo dos professores e menor influência de pequenos grupos de intelectuais, inclusive daqueles que buscavam cotidianamente manter a hegemonia estabelecida e dificultar as exigências e as necessidades da categoria.

Apesar dessa configuração geral anunciada, destaca-se que a condução orgânica/democrática também se apresentou de forma singular entre as redes e entre os anos de 2003 e 2015. Na rede municipal, por exemplo, foi verificado que a organicidade presente na respectiva gestão se pronunciou de forma mais contínua, ou seja, em todo período investigado – entre os anos de 2006 e 2015. Entretanto, na rede estadual observou-se uma expressão mais consistente apenas no primeiro mandato sindical – de 2006 a 2008, sendo que em 2009 e 2014, anos do segundo e do terceiro mandato, não foram convocadas reuniões para discussão ou informações salariais entre os professores de Campo Grande - MS.

Além dessas singularidades supracitadas no processo de organização sindical, destaca-se, também, o desenvolvimento de homogeneização da categoria, o qual propiciou perspectivas de avanço da consciência política coletiva, ainda que de maneira episódica e com limites, tanto do grupo profissional quanto da classe subalterna em sua totalidade.

Isso porque, conforme os fundamentos gramscianos, perceberam-se avanços nas duas fases de desenvolvimento da consciência política quando observada a mudança de posicionamento do grupo de professores de uma passividade completa para a construção de mecanismos de luta em unidade entre as duas redes de ensino. Com efeito, destacam-se às mobilizações em conjunto para a materialização do PSPN e da luta pelo piso por 20h, circunstâncias que permitiram o avanço na quantidade e na qualidade das ações do grupo profissional.

Além disso, os movimentos de greve da rede municipal, também foram ferramentas fundamentais desse processo, já que diferentes coletivos da classe subalterna passaram a se manifestar, dar apoio e participar do movimento grevista junto aos professores, criando assim, maiores condições de identificação e de solidariedade entre diferentes grupos de trabalhadores.

Esses processos de homogeneização e agrupamento em prol de uma causa comum foram importantes para o desenvolvimento da consciência política dos trabalhadores docentes e, também, para as conquistas econômico-corporativas. Tanto que no ano de 2008 foi promulgada

a lei do PSPN e a partir do ano de 2009, as duas redes de ensino iniciaram suas lutas e suas conquistas pelo piso por 20h. No ano de 2012, na rede municipal, e de 2013, na rede estadual, após intensa disputa com os gestores governamentais, o piso por 20h foi viabilizado e iniciaram-se as reivindicações pela sua integralização. Com efeito, o salário dos professores da rede municipal que era de 2,4 salários-mínimos nos anos de 2009 atingiu a marca de 4,6 em 2014 e 4,3 em 2015. Na rede estadual, apesar de menor progresso, o salário passou de 2,1 salários-mínimos em 2009 para 3,5 em 2015.

Quando essas conquistas salariais foram analisadas, considerou-se duas situações relevantes: 1) que o cenário com maior organicidade, desenvolvimento da consciência política coletiva e distanciamento do sindicalismo teórico, propiciou maior avanço sobre a questão salarial; e 2) que o desenvolvimento de uma organização a partir do centralismo democrático contribuiu com o processo do desenvolvimento da consciência política coletiva e não prejudicou o progresso no campo econômico-corporativo, ao contrário, tal perspectiva, aparentemente, auxiliou no avanço das conquistas salariais no período investigado.

Além dos progressos evidenciados, alguns limites também foram revelados. Entre eles, explicita-se: 1) que apesar do tipo de organização democrática/orgânica ter se mostrado como um ponto de condução importante na luta salarial, especialmente a partir da gestão do professor Geraldo Gonçalves, percebeu-se que esse fenômeno não se manifestou como um processo teórico-prático consciente e consistente entre a maioria dos professores, já que parte dos docentes, em momentos de greves e paralisações, não seguiram as deliberações do sindicato ou encerraram a greve de forma individual, ou seja, sem considerar as decisões coletivas tomadas no âmbito do sindicato; 2) que a falta de consciência teórico-prática sobre o centralismo democrático, em certa medida, também foi estendida para a diretoria sindical, tendo em conta que a condução da luta para que o poder público garantisse e oferecesse condições para a formação continuada dos professores foi marcada por escassa discussão com a categoria sobre o tema, além de poucas informações e a partir de definições com relevantes interferências unilaterais dos governos; 3) que a perspectiva religiosa da massa dos professores, que orientou a crença de transformação associada a poderes metafísicos, indicou prejudicar o potencial de mudança a partir da realidade concreta; e 4) os impasses para o desenvolvimento de uma unidade cultural promovida pela classe subalterna, de forma que os processos culturais liberais ainda foram predominantes na educação.

Esses limites foram associados ao processo formativo dos professores, o qual foi representado na investigação pela formação continuada com base no nível acadêmico dos

docentes. Quando analisada a relação entre a elevação intelectual e a consciência política das massas no movimento de luta por hegemonia, foi evidenciado que não houve interesse dos governos locais e, portanto, da hegemonia vigente, para que os professores elevassem o seu nível intelectual e fosse mediação para o progresso cultural das massas. Tal afirmação se constituiu devido ao modo unilateral em que foi elaborada e reformulada a legislação que subsidiou a formação continuada de professores das redes municipal e estadual de ensino, fato que desestimulou a progressão dos docentes aos níveis acadêmicos mais altos, mestrado e doutorado, de maneira que esse processo ficou a cargo dos interesses e das iniciativas individuais de cada professor que tivesse condições de se financiar.

Não ao acaso, foi verificado que a quantidade de professores com mestrado e doutorado foi demasiadamente baixa, de forma que no período de 2003 e 2015 havia mais docentes leigos (sem graduação) do que professores com mestrado e doutorado. Situação que indica que as legislações repressivas e reacionárias locais obstaculizaram a formação continuada dos professores para atingir níveis acadêmicos mais elevados.

Esse cenário indicou o favorecimento de uma perspectiva de naturalização e de conformação da subordinação entre as classes sociais e do domínio intelectual hegemônico entre os professores. Conforme os dados analisados no decorrer da pesquisa, verificou-se que quanto menor foi o nível acadêmico do docente maior o distanciamento ao centralismo democrático e ao sindicalismo teórico. Houve uma tendência, nessas condições, do professor não acatar as deliberações sindicais e a seguir as orientações da direção escolar, caracterizando, com isso, menor autonomia e independência do grupo subalterno.

Apesar dessa tendência, identificou-se que esse processo de intelectualização dos professores é mediação do desenvolvimento da consciência política coletiva e não efeito isolado e estanque. As análises mostraram a existência de outros elementos de interferência na construção da formação profissional e humana dos docentes, os quais puderam influenciar o desenvolvimento político da classe subalterna, inclusive para o fortalecimento de um movimento sindical mais independente. Desse modo, foi considerado que, juntamente à ascensão intelectual, faz-se fundamental a apropriação dos saberes históricos para que seja dada condições de criticidade e de compreensão dos docentes para transformação da realidade presente e concreta.

Considerando as relações estabelecidas no sindicalismo brasileiro, no sindicalismo docente nacionalmente e no movimento sindical docente da Educação Básica pública de Campo Grande - MS entre os anos de 2003 e 2015, considera-se que há forças contraditórias em

distintos setores da sociedade civil e da sociedade política que trabalham para manter ou para resistir à hegemonia burguesa liberal. Nessas condições e considerando as singularidades locais, defende-se, em tese, que, ainda que o movimento sindical docente da Educação Básica pública de Campo Grande/MS tenha manifestado avanços políticos e econômico-corporativos para a categoria docente em processos episódicos relevantes, os limites de seu processo formativo pareceram derivar do domínio da hegemonia liberal burguesa em suas concepções ético-morais e políticas. Com isso, o sindicalismo teórico prevaleceu como o movimento que conduziu a organização coletiva dos professores da Educação Básica pública de Campo Grande/MS, tendo em conta as distintas questões que indicaram dificultar o avanço real de uma nova hegemonia ou de um novo bloco-histórico.

REFERÊNCIAS

ACP. **ASSEMBLEIA GERAL - ESTADO/REME - LIVRO 02/07/2007 A 10/08/2015.** Campo Grande/MS, 2007.

ACP. **ASSEMBLEIA GERAL - ESTADO/REME - LIVRO 02/07/2007 A 10/08/2015.** Campo Grande/MS, 2008.

ACP. **ASSEMBLEIA GERAL - ESTADO/REME - LIVRO 02/07/2007 A 10/08/2015.** Campo Grande/MS, 2009.

ACP. **ASSEMBLEIA GERAL - ESTADO/REME - LIVRO 02/07/2007 A 10/08/2015.** Campo Grande/MS, 2010.

ACP. **ASSEMBLEIA GERAL - ESTADO/REME - LIVRO 02/07/2007 A 10/08/2015.** Campo Grande/MS, 2011.

ACP. **ASSEMBLEIA GERAL - ESTADO/REME - LIVRO 02/07/2007 A 10/08/2015.** Campo Grande/MS, 2012.

ACP. **ASSEMBLEIA GERAL - ESTADO/REME - LIVRO 02/07/2007 A 10/08/2015.** Campo Grande/MS, 20013.

ACP. **ASSEMBLEIA GERAL - ESTADO/REME - LIVRO 02/07/2007 A 10/08/2015.** Campo Grande/MS, 2014.

ACP. **ASSEMBLEIA GERAL - ESTADO/REME - LIVRO 02/07/2007 A 10/08/2015.** Campo Grande/MS, 2015.

ACP. **ATA REGISTRO DE ASSEMBLEIAS GERAIS – ESTADO E REME – 05/08/96 A 24/05/2007.** Campo Grande, 2003.

ACP. **ATA REGISTRO DE ASSEMBLEIAS GERAIS – ESTADO E REME – 05/08/96 A 24/05/2007.** Campo Grande, 2004.

ACP. **ATA REGISTRO DE ASSEMBLEIAS GERAIS – ESTADO E REME – 05/08/96 A 24/05/2007.** Campo Grande, 2005.

ACP. **ATA REGISTRO DE ASSEMBLEIAS GERAIS – ESTADO E REME – 05/08/96 A 24/05/2007.** Campo Grande, 2006.

ACP. **ATA REGISTRO DE ASSEMBLEIAS GERAIS – ESTADO E REME – 05/08/96 A 24/05/2007.** Campo Grande, 2007.

ACP. **LIVRO – ATAS – ACP ASSEMBLEIAS.** Campo Grande, 2015.

ACP. **Estatuto.** Campo Grande, 2018. Disponível em: <http://www.acpms.com.br/?s=estatuto>. Acesso em: 30/03/2021.

ACP. Secretaria Jurídica. **Levantamento de filiados da ACP da rede municipal e da rede estadual**. Campo Grande, 2021a.

ACP. Secretaria Jurídica. **Política Salarial – Estado – Publicações no Diário Oficial de MS**, Mato Grosso do Sul, 2021b.

ACP. Secretaria Jurídica. **Reajuste Salarial REME – Publicação no Diogrande Diário Oficial de Campo Grande-MS**, Campo Grande, 2021.

ACP, Secretário Geral. Entrevista concedida à Caroline Correia Maciel. Campo Grande/MS, 24 jun., 2021c. [A entrevista encontra-se na tese de doutorado intitulada Hegemonia e contra hegemonia nas lutas sindicais da Educação Básica de Campo Grande/MS (2003 e 2015)].

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo L. C. O governo Lula foi uma surpresa muito bem-sucedida para os grandes capitais. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, 2014. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5449&secao=441> Acesso em: 21/04/2018.

ANTUNES, Ricardo L. C. **O novo sindicalismo**. São Paulo: Brasil Urgente, 1985.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2.ed., São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Riqueza e miséria do trabalho II**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Uma esquerda fora do lugar: o governo Lula e os descaminhos do PT**. Campinas: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial: luta contra a pobreza**. Washington, 2000.

BIASOTTO, W. V.; TETILA, J. L. C. **O movimento reivindicatório do Magistério Público Estadual de Mato Grosso do Sul – 1978-1988**. Campo Grande: UFMS, 1991.

BOITO JUNIOR, Armando; BERRINGER, Tatiana. **Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma**. Rev. Sociol. Polit. vol.21 no.47. Curitiba. Sept., 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S010444782013000300004>. Acesso em: 09/02/2020.

BOITO JUNIOR, Armando. Hegemonia Neoliberal e o sindicalismo no Brasil. Rev. Crítica Marxista, n. 3, p. 1-18, 1996. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2011/sociologia/artigos/CM3armando.pdf. Acesso em: 10/02/2021.

BOITO JUNIOR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. Tese (Livre-Docência) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p. 290, 2013.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento Marxista**. 2 ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BRAGA, Ruy. A formação do precariado pós-fordista no Brasil: limites do atual modelo de desenvolvimento periférico. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BRANCO, Sofia. Movimento Sindical aposta na fusão para enfrentar os desafios da globalização. Destaque, 2006. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=referencia+de+noticia+em+site&oq=referencia+de+noticia+em+&aqs=chrome.0.0i512j69i57.25916j0j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 13/11/2020.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Histórico das metas para inflação**, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicometas>. Acesso em: 20/04/2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Variação acumulada no ano durante o Plano Real (%) dezembro 1995 a dezembro 2022**, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precosconsumidor-amplo.html?edicao=20932&t=series-historicas>. Acesso em: 02/01/2022.

BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Produto Interno Bruto (PIB)**, Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 20/04/2021.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) – Quotas do Salário-Educação. Brasília/DF, 2019. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/financiamento/salario-educacao/area-para-gestores/consultas>. Acesso em: 15/03/2021.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP): Sinopse da Educação Básica**, 2007. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 20/04/2021.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP): Sinopse da Educação Básica**, 2008. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 20/04/2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP): **Sinopse da Educação Básica**, 2009. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 20/04/2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP): **Sinopse da Educação Básica**, 2010. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 20/04/2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP): **Sinopse da Educação Básica**, 2011. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 20/04/2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP): **Sinopse da Educação Básica**, 2012. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 20/04/2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP): **Sinopse da Educação Básica**, 2013. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 20/04/2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP): **Sinopse da Educação Básica**, 2014. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 20/04/2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP): **Sinopse da Educação Básica**, 2015. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 20/04/2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP): **Sinopse da Educação Básica**, 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 20/04/2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP): **Sinopse da Educação Básica**, 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 20/04/2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP): **Sinopse da Educação Básica**, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 20/04/2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP): **Sinopse da Educação Básica**, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 20/04/2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ações e Programas**, Brasília/DF, S/D. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/acoes-e-programas>. Acesso em: 10/10/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Aplicação dos Recursos do FUNDEB, Brasília/DF, S/D. Disponível em: [file:///C:/Users/carol/Downloads/aplicacao_dos_recursos%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/carol/Downloads/aplicacao_dos_recursos%20(1).pdf). Acesso em: 10/03/2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**, Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php>. Acesso em: 30/04/2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, referente às Diretrizes e Bases da Educação**/DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 14.113, de 27 de agosto de 2020, referente à Emenda Constitucional nº 108**, Brasília/DF, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996**, referente Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, Brasília/DF, 1996b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9424.pdf>. Acesso em: 20/11/2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 referente à aprovação e providências do plano nacional de educação**, Brasília, DF, 2014.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008 referente ao Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN)**. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 010172, de 09 de janeiro 2001, aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília/DF, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso em: 15/02/2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 referente à regulamentação do FUNDEB**, Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Manual de Orientação, Brasília/DF, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Fundebef/manual2%5B1%5D.pdf>. Acesso em: 20/06/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **PDE Interativo**, Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://pdeescola.mec.gov.br/index.php/o-que-e-pde-escola>. Acesso em: 20/02/2021

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Decenal de Educação para Todos**, Brasília, DF, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. **O PNE 2011-2020: Metas e Estratégias**, Brasília/DF, 2011. Disponível em: http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas_tecnicas_pne_2011_2020.pdf. Acesso em: 10/03/2020.

BRASIL, Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014, aprovação do Plano Nacional de Educação – PNE**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 25/05/2019.

BRASIL, Tribunal de Contas da União. **Auditoria Cidadã**, 2014. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/?s=2014>. Acesso em: 07/07/2020.

BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral. Eleição para presidência, Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores>. Acesso em: 18/09/2022.

BÚFALO, Joseane Maria Parice. **Nem só de salário vivem as docentes de creche: em foco as lutas do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Campinas (STMC 1988-2001)**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2009.

BUSSAB, Wilton de O., MORETTIN, Pedro Alberto. **Estatística Básica**. 5 ed. São Paulo: SARAIVA, 2002.

CAMPO GRANDE/MS. Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano (PLANURB). Ed. 24, Campo Grande, 2017. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/>. Acesso em: 20/04/2021.

CAMPO GRANDE/MS. **Decreto n. 10.343, de 22 de janeiro de 2008**, referente à consolidação da Lei Complementar n. 19, de 15 de julho de 1998, Campo Grande/MS, 2008. Disponível em: <http://www.tce.ms.gov.br/storage/docdigital/2010/07/bfe12bfcd9febfec89741e2c8e33c312.pdf>. Acesso em: 08/08/2021.

CAMPO GRANDE/MS. **Lei Complementar nº 19, de 15 de julho de 1998**, referente ao Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público da Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS, 1998. Disponível em: <https://cm-campo-grande.jusbrasil.com.br/legislacao/257086/lei-complementar-19-98>. Acesso em: 15/03/2021.

CAMPO GRANDE/MS. **Lei Complementar n. 190, de 22 de dezembro de 2011**, referente ao Estatuto do Servidor Público Municipal, Campo Grande/MS, 2011. Disponível em: <https://www.campogrande.ms.gov.br/seges/downloads/lei-complementar-n-190-de-22-de-dezembro-de-2011-estatuto-do-servidor-municipal>. Acesso em: 03/04/2022.

CAMPOS, Cauê Vieira. As relações entre o movimento sindical e os governos petistas (2003-2016). **Temáticas**, Campinas, SP, v. 27, n. 53, p. 185–224, 2019. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11606>. Acesso em 23/11/2020.

CAVALCANTE, Sávio. O setor de telecomunicações no Brasil: tendências da prestação de serviços e da situação do trabalho na década de 2000. In: **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

CHIROQUE, S. Sindicato docente. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

CHISNALL, Peter. *Marketing Research: Analysis and Measurement*. McGrawHill: 1973.

COSTA, Dayanni Madalena. **Tensões e influências no contexto das políticas de avaliação em larga escala: uma análise da participação das confederações de trabalhadores em educação do Brasil e da Argentina**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Faculdade de Educação, São Leopoldo, 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. A Democracia como Valor Universal. In: SILVEIRA, Ênio *et al.* **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Democracia e Socialismo**: questões de princípio e contexto brasileiro. São Paulo: Cortez, 1992.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política**: a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1994.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Sistema Nacional de Educação: Desafio para uma Educação Igualitário e Federativa. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1187-1209, set./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/STwFwhmwJLWTsqMpBKPVDKw/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 05/06/2021.

DEL ROIO, Marcos. Gramsci e a emancipação do subalterno. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, n. 29, p. 63-78, nov., 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/SGm4TV8CbnyNpf5rrHCRs9h/?format=pdf&lang=pt> Acesso: 15/09/2022.

DIEESE. As greves em 2005, **Estudos & Pesquisas**, São Paulo, n. 20, 2006. Disponível em: https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2005/estpesq20_greves2005.pdf. Acesso em: 04/03/2021.

DONATO, D. P. Sindicalismo Docente na Cidade de Curitiba. In: **Educação e Conflito**: luta sindical docente e novos desafios. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2012.

EDITORIAL. A metamorfose do PT na rota do poder. In. O Estado de São Paulo, 27 out. 2002. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20020827-39760-nac-15-gera16-not>. Acesso em: 06 out. 2019.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 1975.

FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola; FERNANDES, Solange Jarcem. Vencimento salarial de professores na esfera municipal em tempos de fundos contábeis. **Fineduca**, Porto Alegre, v. 4, n. 5, p. 1-22, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/66312/37981>. Acesso em: 25/04/2021.

FERNANDES, Solange Jarcem. **A Gestão dos Fundos Contábeis para o Financiamento do Ensino no Município de Campo Grande**. 2013. 284 f. Tese (Doutorado em Educação), Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2013.

FERREIRA JUNIOR, Amarílio. **Professores e Sindicalismo em Mato Grosso do Sul (1979-1986). Campo Grande-MS**: Ed. UFMS, 2003.

FETAPERGS. **Tabela Salário-Mínimo**. Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: <http://www.fetapergs.org.br/index.php/noticias/noticias-filiados/itemlist/category/100-itens-do-menu>. Acesso em: 05/05/2021.

FETEMS. **Estatuto**. Mato Grosso do Sul, 2022. Disponível em: <http://www.acpms.com.br/?s=estatuto>. Acesso em: 30/03/2021.

FETEMS. **Ranking Salarial 2017**. Mato Grosso do Sul, 2017. Disponível em: <https://fetems.org.br/fetems/wp-content/uploads/2021/12/12-ranking-2017.pdf>. Acesso em: 20/08/2020.

FREITAS, Helena Costa Lopes. A reforma do Ensino Superior no campo da formação dos profissionais da Educação Básica: as políticas educacionais e o movimento dos educadores. **Educ. Soc.**, vol.20, no.68, p.17-43. Dez. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301999000300002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20/04/2020.

FREITAS, Rosana de C. Martinelli. O governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectivas. **Rev. Katálysis**, v. 10, n. 1, p. 65-74, jun, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/XXMFZGsQ6G3ZB7G5xSbHZgD/?lang=pt>. Acesso em: 23/02/2021.

FREY, Klaus. Capital Social, Comunidade e Democracia. **Revista Política e Sociedade**, Florianópolis: UFSC, n. 2, p. 175-187, abril, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/4958/4317>. Acesso: 10/09/2019.

FRIGOTTO Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. **Outubro**, n. 18, p. 97-175, 2009. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-18-Artigo-07.pdf>. Acesso em: 28/08/2020.

GALVÃO, Andréia. **Neoliberalismo e Reforma Trabalhista no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

GALVÃO, Andréia. Sindicalismo e Neoliberalismo. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

GENTILI, Pablo; OLIVEIRA, Dalila Andrade. A procura da igualdade: dez anos de política educacional no Brasil. In: SADER, Emir; **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 253-264.

GENTILI, Pablo; SUAREZ, Daniel; STUBRIN, Florencia; GINDIN, Julian. Reforma educativa y luchas docentes en América Latina. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1251-1274, set.-dez. 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22620.pdf> > Acesso em: 30/10/2018.

GINDIN, Julián. **Por nós mesmos: o sindicalismo docente de base na Argentina, no Brasil e no México**. Azougue, 2015.

GOMES, Keiti da Rocha. A crise financeira e o comportamento do mercado brasileiro: entre euforia e incerteza. In: ACIOLY, Luciana; LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira (Orgs.). **Crise Financeira global: mudanças estruturais e impactos sobre os emergentes e o Brasil**. Brasília: Ipea, 2011.

GOUVEIA, Andréa Barbosa; FERNANDES, Maria Dilneia Espíndola. Agenda sindical de professores da Educação Básica: desafios postos a partir do Piso Salarial Profissional Nacional. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 14, n. 1, jan.-abr. 2019. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/12414/209209210266>. Acesso em: 05/05/2019.

GOUVEIA, Adréa Barbosa; FERRAZ, Marcos Alexandre dos Santos. Financiamento da Educação e Luta Sindical: conflitos em uma grande rede de ensino. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 134, p.285-302, jan.-mar., 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v37n134/1678-4626-es-37-134-00285.pdf>. Acesso em: 05/11/2018.

GOUVEIA, Adréa Barbosa; FERRAZ, Marcos Alexandre dos Santos. Política educacional pública e sindicalismo docente na Região Metropolitana de Curitiba (PR). *Jornal de Políticas Educacionais*, n. 10, p. 12-27, ago./dez., 2011. Disponível em: http://www.jpe.ufpr.br/n10_2.pdf. Acesso em: 23/03/2021.

GOUVEIA, Andréa Barbosa; FERRAZ, Marcos. Sindicalismo docente e política educacional: tensões e composições de interesses corporativos e qualidade da educação. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 111-129, abr./jun., 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n48/n48a08.pdf>. Acesso em: 05/03/2018.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: Introdução ao estudo da filosofia, a filosofia de Benedetto Croce (vol.1). Civilização Brasileira, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: Maquiavel. Notas sobre o Estado e Política (vol.3). Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: Os intelectuais; O princípio educativo; Jornalismo e o princípio (vol.2). Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio; BORDIGA, Amadeo. **Conselhos de Fábrica**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

GRAMSCI, Antonio. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

GREVE: professores de Mato Grosso do Sul não aderem à paralisação nacional. **Rádio Coração 95,7 FM**, Dourados, 2011.

GUIBU, Fábio; CORRÊA, Hudson. Professores de Mato Grosso do Sul e Recife entram em greve. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u12839.shtml>. Acesso em: 13/09/2021.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

JARDIM, Maria Aparecida Chaves. **Entre a solidariedade e o risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula**. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

JARDIM, Maria Aparecida Chaves. Fundos de pensão no Brasil: novo *ethos* sindical? In: **Colóquio Internacional Saber e Poder**. Campinas, Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2008.

LAMOSO, Lisandra Pereira. “Neodesenvolvimentismo” brasileiro: implicações para integração regional no âmbito do Mercosul. Soc. nat. vol.24 no.3 Uberlândia Sept./Dec. 2012. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S198245132012000300002> > Acesso em: 20/12/2019.

LEHER, Roberto. **Um Novo Senhor da Educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo**. Outubro, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 19-30, 1999. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-3-Artigo-03.pdf>. Acesso em: 02/04/2020.

LIKERT, Renses. *A Technique for the measurement of attitudes*. **Archives of Psychology**, New York, n.140, v.22, p.1-55, jun, 1932. Disponível em: https://legacy.voteview.com/pdf/Likert_1932.pdf. Acesso em: 12/09/2020.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário Gramsciano**. 1 ed., São Paulo: Boitempo, 2017.

LULA, Luiz Inácio Lula da Silva. O necessário, o possível e o impossível. In: SADER, Emir. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUZ, Silvia Letícia Oliveira. **Sindicalismo e educação no estado do Pará: as repercussões da luta sindical sobre o trabalho docente (2003-2016)**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em Educação, Belém, 2017.

MACIEL, Caroline Correia. **Políticas de formação docente: implementação do programa institucional de bolsas de iniciação à docência (PIBID) no Mato Grosso do Sul**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande-MS, 2017.

MACIEL, Caroline Correia. Questionário para professores da Educação Básica pública de Campo Grande/MS. Campo Grande, 2021. Questionário concedido à Caroline Correia Maciel.

MACIEL, David. **A crise atual no Brasil**. 2015. Disponível em: Disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2015/05/Conjuntura-David-Maciel.pdf>. Acesso em: 20/03/2020.

MALINA, André. **Gramsci e a Questão dos Intelectuais**. Campo Grande-MS: UFMS, 2016.

MANCEBO, Deisi. Crise político-econômica no Brasil: breve análise da educação superior. **Educ. Soc.**, v. 38, n. 141, p. 875-892, out/dez., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/nZy4FYc4TStyLtQTB5RhXLG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21/03/2020.

MARTINS, André Silva. Estratégias burguesas de obtenção do consenso nos anos de neoliberalismo da Terceira Via. In: NEVES, Lúcia M. W. **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005. p. 127-174.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATO GROSSO DO SUL. **Educação (Campo Grande)**: Interação com a Sociedade. Dourados, 2014. Disponível em: http://www.uems.br/pos_graduacao/detalhes/educacao-campo-grande-mestrado-profissional/interacoes_sociedade. Acesso em: 12/06/2022.

MATO GROSSO DO SUL. **Lei Complementar nº 87, de 31 de janeiro de 2000 referente ao Estatuto dos Profissionais da Educação Básica do Mato Grosso do Sul, MS, 2000**. Disponível em: https://www.tjms.jus.br/legislacao/public/pdf-legislacoes/lei_complementar_n._87-t.pdf. Acesso em: 15/04/2021.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar – SEMAGRO/MS. **Série Histórica – PIB MS**, Campo Grande, 2017.

MATO GROSSO DO SUL. Tribunal Regional Eleitoral. **Eleições de 1996, votação geral da capital**, Campo Grande-MS, 1996. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ms-resultado-eleicao-municipal-1996-campo-grande/@@download/file/TRE-MS-Resultado-Eleicao-Municipal-1996-Campo-Grande.pdf. Acesso em: 20/01/2023.

MELLO, Marco Antonio Lirio. **O espírito, o corpo e o jogo: intelectuais orgânicos coletivos na ATEMPA (Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre) e suas formulações e ações em torno das políticas curriculares da Secretaria Municipal de Educação**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Porto Alegre, 2015.

MELO, Marlene Catarina O. L. Participação como meio não institucionalizado de regulação de conflitos. In: FLEURY, Maria T. L. ; FISHER, Rosa M. (orgs.). **Processos e relações do trabalho no Brasil: movimento sindical, comissões de fábrica, gestão e participação, o modelo japonês de organização da produção no Brasil (CCQ e Kanban)**. São Paulo, Atlas, 1985.

MELO, Savana Diniz Gomes. Trabalho docente e organização sindical em Minas Gerais. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 93-110, abr.-jun. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n48/n48a07.pdf>> Acesso em: 05/11/2018.

MIGUEL, Juliana Danielly de Rezende. **Organização Sindical: A FETEMS e a luta pela valorização do magistério da Educação Básica no estado do Mato Grosso do Sul**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2012.

MOTTA, V. C. Ideologias do capital humano e do capital social: da integração à inserção do conformismo. **Trab. Educ. Saúde**. Rio de Janeiro, v.6, n.3, p. 559-571, nov. 2008.

MOUFFE, Chantal (org.). **Gramsci and Marxist Theory**. Londres e Boston, Routledge & Kegan Paul, 1979.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia M. W. **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

NORONHA, Eduardo. Ciclos de greve, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007, São Paulo, n. 76, p. 68-119, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/8JCGHMP45KzKf8CxfLdnctv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03/03/2021.

NUCCI, Leandro Picoli. **O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR): desafios na implementação do regime de colaboração em Mato Grosso do Sul**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2013.

OLIVEIRA, Dalila A. A qualidade total na educação: os critérios da economia privada na gestão da escola pública. In: BRUNO, Lúcia (Org.). **Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 1996.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. DOSSIÊ: "AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DOS NOVOS GOVERNOS NA AMÉRICA LATINA" Das políticas de governo à política de estado: reflexões sobre a atual agenda educacional Brasileira. **Educ. Soc.** vol.32. n.115 Campinas. abr./jun. 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S010173302011000200005>. Acesso em: 15/11/2020.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de.; SOUSA, Sandra Zákia. Introdução. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de.; SANTANA, Wagner. (Orgs.). **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO, 2010, p. 13-35.

OTA, Neiba. André ingressa no STF contra piso salarial de professor. **Correio do Estado**, Campo Grande/MS, 2008. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/cidades/andre-ingressa-no-stf-contr-piso-salarial-de-professor/11550/>. Acesso em: 02/9/2022.

PAVÃO, Eugênio da Silva. **Formação, estrutura e dinâmica da economia do Mato Grosso do Sul no contexto das transformações da economia brasileira**. 2005. Dissertação (Mestrado em Economia Industrial) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

PEDRINI, D. M.; ADAMS, Telmo; SILVA, V. R. **Controle Social de Políticas Públicas**. São Paulo: Paulus, 2007.

PIMENTA, Alexandre Marinho. A questão trabalhista no Governo Bolsonaro e os dilemas do movimento sindical brasileiro. **Marxismo 21**, 2019. Disponível em: https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/12/Alexandre_Pimenta-A-quest%C3%A3o-trabalhista-no-Governo-Bolsonaro-e-os-dilemas-do-movimento-sindical-brasileiro-1.pdf. Acesso em: 23/11/2020.

PINTO, Eduardo Costa; *et al.* A economia política dos governos Dilma: acumulação, bloco no poder e crise. **IE-UFRJ Discussion Paper**. Rio de Janeiro. fev. 2016. Disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2016/06/Economia-pol%C3%ADtica-governo-Dilma.pdf>. Acesso em: 17/02/2018.

PIOTTE, Jean-Marc. **La pensée politique de Gramsci**. Paris, Anthropos, 1970.

PITON, Ivania Marini. **POLÍTICAS EDUCACIONAIS E MOVIMENTO SINDICAL DOCENTE: Reformas Educativas e Conflitos Docentes na Educação Básica Paranaense**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, p. 293, Campinas, 2004.

PROFESSORES de MS rejeitam índice de 6% e discutem greve para fevereiro. **Midiamax**, Campo Grande-MS, dez. 2010. Disponível em: <https://www.fatimanews.com.br/brasil/professores-de-ms-rejeitam-indice-de-6porcento-e-discutem-greve-para-f/109751/>. Acesso em: 20/03/2022.

POCHMANN, Marcio. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI. In: **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 145-156.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

RANKING de salários das redes estaduais de educação do Brasil. Portal de Professores de Educação Básica de São Paulo, São Paulo, 18 de fev. de 2018. Disponível em:

<https://www.pebsp.com/ranking-de-salarios-das-redes-estaduais-de-educacao-do-brasil/>. Acesso em: 20/06/2020.

RODRIGUES, Robson da Silva. **A valorização do trabalho do professor? Considerações a partir de uma análise das políticas federais, das políticas estaduais e da APEOESP**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-graduação em Educação, São Paulo, 2017.

RODRIGUEZ, Margarita Victória; FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. Conjuntura Política e Sindicalismo de Professores da Educação Básica (1998-2012). In: GOUVEIA, Andréa Barbosa; FERRAZ, Marcos. **Educação e Conflito: luta sindical docente e novos desafios**. Curitiba: Appris, 2012.

RODRIGUEZ, Margarita Victória; FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. Professores e Sindicatos: do Associativismo corporativo à organização autônoma. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 48, p. 131-147, abr./jun., 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n48/n48a09.pdf>. Acesso em: 10/02/2018.

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria; VARGAS, Marilda Bonini. A formação dos professores na América Latina: um balanço dos debates nos fóruns internacionais 1966-2002. In: RODRÍGUEZ, Margarita Victoria; ALMEIDA, Maria de Lourde Pinto. **Políticas Educacionais e formação de professores em tempos de globalização**. Brasília: Liber Livro Editora, 2008. p. 37-56

SANTOS, Adriano. Na usinagem do capital o desmonte é o trabalho. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

SANTOS, Cleginaldo. **Pereira dos Santos. Comando de luta e a Educação Municipal em Goiânia (2010-2014)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2017.

SANTOS, Frank Ferreira. **Reforma Sindical no Governo Lula: restou algo do consenso?**. Em Tese, v. 5, n. 1, ago./dez., p. 98-122, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2008v5n1p98/12344>. Acesso em: 23/06/2020.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica**. 11^a ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Rev. Bras. Educ.**, v. 12, n. 34, jan/abr., 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?lang=pt>. Acesso em: 10/06/2022.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Rev. Katál**. Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 41-49, jan./jun., 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802009000100006/10236>. Acesso em: 20/07/2021.

SGUISSARDI, V. (Org.). **Educação superior: velhos e novos desafios**. São Paulo: Xamã, 2000.

SILVEIRA, R. de C. **Neoliberalismo: conceito e influências no Brasil – de Sarney a FHC**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 176, 2009.

SILVA, Juan Carlos. **A política educacional do governo José Serra (2007- 2010): uma análise da atuação da APEOESP**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2013.

SILVA, Sidney Jard. Sindicalismo do setor público nos anos 90: persistência da lógica do conflito. **Tempo da Ciência**, p. 123-143, 2005. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/450/365>. Acesso em: 15/06/2020

SHIROMA, Eneida Oto. Política de Profissionalização, aprimoramento ou desintelectualização do professor?. **Intermeio: Revista do Mestrado em Educação, Campo Grande/MS**, v. 9, n. 17, p. 64-83, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/2605/1877>. Acesso em: 05/06/2022.

SÓRIA, Sidartha. Sindicalismo e fundos de pensão no governo Lula: da segurança do Estado à aposta no mercado. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

STF derruba ADI contra a lei do Piso. APEOESP Blog palavras da Presidência. São Paulo, 2011. Disponível em: <https://apeoesp.wordpress.com/2011/04/07/stf-derruba-adi-contra-a-lei-do-piso/>. Acesso em: 20/05/2022.

STOCKMANN, Daniel. **Trabalho e Conflito: A luta docente pela hora-atividade em Mato Grosso do Sul**. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Programa de Pós-graduação em Sociologia, p. 117, Dourados, 2015.

TEIXEIRA, Jaime. Entrevista concedida à Caroline Correia Maciel. Campo Grande/MS, 23 de ago., 2021. [A entrevista encontra-se no apêndice da tese de doutorado intitulada Hegemonia e contra hegemonia nas lutas sindicais da Educação Básica pública de Campo Grande/MS (2003-2015)].

TIEZZI, S. **A organização da política social do governo Fernando Henrique**. Rev. São Paulo em Perspectiva, n. 18, v. 2, p. 49-56, jun., 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/CyfyQpS5pVdhJqdSGnwdxzG/?lang=pt>. Acesso em: 07/08/2020.

TORRES, R.M. Melhorar a qualidade da Educação Básica? As estratégias do Banco Mundial. In: TOMASI, L. et al. (Org.) **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, PUC, 1996. p. 125-93.

VIEIRA, Rafaela. O transformismo petista: considerações acerca das transformações históricas do Partido dos Trabalhadores no Brasil. **Memórias**, n. 17, p. 1-54, jul.-dez., 2012. Disponível

em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-88862012000200003.
Acesso em: 03/03/2021.

ANEXO A— Quadro sobre a quantidade de atas, as discussões e as conquistas registradas sobre a luta salarial entre os anos de 2006 a 2008

Quadro 15 – Luta salarial da rede municipal e da rede estadual (2006-2008)

Rede/Ano	Quantidade de atas sobre salário/total	Principais discussões salariais	Conquistas
Município 2006	3/4	Incorporação da GRATEF integral; Reajuste a partir do IPCA – 5% - para abril; Reestruturação da carreira – do nível I para o II sair de 1,42 para 1,5; criação de lei para gratificação do especialista	Incorporação de 7,5% da GRATEF; Reajuste de 5%; Reestruturação da carreira – do nível I para o II – 1,45; Gratificação de 20% para o especialista
Município 2007	4/5	Proposta da mesa diretora: Reajuste de acordo com a variação do salário mínimo mais ganho real; Incorporação integral da gratef ativos e aposentados; Pagamento da regência de classe para os aposentados que não recebem; Reestruturação da carreira - PH1 para PH2 de 47,5% para 50%; Pagamento da função gratificada especial ao professor Regente de 1º ano do Ensino Fundamental e aos professores da zona rural. Aprovação por votação: reajuste de 20% de ganho real; Prefeitura oferece 5% e incorporação da GRATEF 7,5% em maio e 7,5 em outubro – reajuste total de 8,5%; Discussão sobre o PSPN.	5% reajuste; 7,5 % incorporação de gratificação - totalizando 8,56%; 1,72% de alteração da estrutura de carreira; 20,0% de Regência de classe para quem não recebia (incentivo financeiro ao inativo); Restou ainda 7,5% da gratificação que será incorporada em outubro.
Município 2008	4/5	Propostas de reajustes salariais da base: a partir da variação do salário-mínimo, ampliação da regência de 20% para 35% com limite de até 50% até dezembro. 1ª Proposta da prefeitura: índice de reajuste do salário base de 5% reajustar a regência de classe para: a 27 e meio por cento em maio de 2008 traz o que corresponde a um percentual de 6,24%. 2ª proposta da prefeitura: reajuste	reajuste no salário base é de 5%; dois-reajuste a regência de classe para a) 35% em primeiro de maio de 2008, b) 40% a partir de 1º de outubro do ano de 2008., c) 50% em 1º de março do ano de 2009.

		no salário base é de 5%; dois-reajuste a regência de classe para a) 35% em primeiro de maio de 2008, b) 40% a partir de 1º de outubro do ano de 2008., c) 50% em 1º de março do ano de 2009. Esclarecimento sobre o PSPN e solicitação para piso 20h.	
Estado 2006	3/4	Reajuste salarial a partir da inflação de 2006; Antecipação do reajuste para fevereiro; Reajuste da regência; Reajuste de 18,5%; regência passa de 60% para 85%;	Regência passa de 60% para 80%, mais reajuste salarial a partir da inflação, o que significa reajuste de 12,5%; ficou estabelecido em lei que em fevereiro de 2007 a regência passa de 80% para 100%.
Estado 2007	5/8	Atraso de salário do mês de dezembro de 2006; Não pagamento dos 20% na Regência de classe previsto na lei complementar nº 109/2004; PSPN – panfletagem	Pagamento de 2006 a partir de empréstimo com o banco; Incorporação de 80% para 100% da Regência, mas não houve reajuste salarial.
Estado 2008	5/5	Incorporação da regência de classe 20% que corresponde a um índice de 8%; B. inflação de janeiro de 2007 a março de 2008-índice de 4.69 por cento; C. Ganho real/ganho nominal -índice de 3% - reajuste de 2007; manutenção do acordo com o governo de 17,93%, dá 16,57% e o restante fica para 2009, 1, 36%. Isso porque o acordo inicial era 22%; implantação PSPN.	Incorporação da regência de classe 20% que corresponde a um índice de 8%; B. inflação de janeiro de 2007 a março de 2008-índice de 4.69 por cento; C. Ganho real/ganho nominal - índice de 3% - reajuste de 2007; Reajuste de 16,57 e foi expurgado o 1,36%.

Fonte: Fonte: (ACP, 2006); (ACP, 2007); (ACP, 2008); ACP (2021) Organização: MACIEL (2022).

ANEXO B - QUADRO SOBRE A QUANTIDADE DE ATAS, AS DISCUSSÕES E AS CONQUISTAS REGISTRADAS SOBRE A LUTA SALARIAL ENTRE OS ANOS DE 2009 A 2011.

Quadro 16 — Luta salarial da rede municipal e da rede estadual - de 2009 a 2011

Rede/Ano	Quantidade de atas sobre salário/total	Discussões salariais centrais	Conquistas
Município 2009	3/3	Implantação do PSPN na rede municipal, exigência do piso para 20h. Proposta dos professores: 4 parcelas de 106 reais e 73 centavos em 2009 e 2010.	10% de reajuste; integralização do piso até 2012; Aplicar 80% da receita do FUNDEB em salário.
Município 2010	2/2	Reajuste salarial – 1ª proposta da prefeitura ficou em torno de incorporar 10% da Regência de Classe ou 6% de reajuste para toda categoria – proposta rejeitada; A proposta dos professores estabeleceu reajuste de 10% e incorporação de 100% da Regência de Classe em dois momentos, ou de forma diluída em 2010, 2011 e 2012. A nova proposta da prefeitura: reajuste linear de 8% para toda a categoria E pelo menos 5% de incorporação da regência ao salário base; no mês de setembro seria discutido um calendário de incorporação – proposta aceita.	Reajuste linear de 8% para toda a categoria e pelo menos 5% de incorporação da regência ao salário base.
Município 2011	5/5	Houve movimento paredista e muitas propostas foram apresentadas e rejeitadas. As propostas da prefeitura ofereciam inicialmente incorporação da regência de 100% e para aqueles que com a incorporação não atingirem 6,5% de reajuste seria complementado até este mínimo, ficando ainda um reajuste linear em outubro de 1,5 %, posteriormente o linear de outubro foi para 3%. Proposta dos professores: reajuste linear de 10% e incorporação da regência. Última proposta da prefeitura: mantém a incorporação da complementação para atingir 6,5% para os que não atingem atingiram e ainda 6,5% linear para outubro – proposta aceita.	Incorporação da complementação para atingir 6,5% para os que não atingirem e 6,5% linear para outubro.

Estado 2009	Nenhuma	_____	A partir de 1º/01/2009 13,45%.
Estado 2010	2/3	Inicialmente reajuste de 5%, posteriormente 6%, para o ano de 2011. As duas propostas foram rejeitadas.	A partir 01/01/2011 – 6% valor nacional.

Fonte: ACP (2009, 2010, 2011) Organização: Maciel (2022).

ANEXO C - QUADRO SOBRE A QUANTIDADE DE ATAS, AS DISCUSSÕES E AS CONQUISTAS REGISTRADAS SOBRE A LUTA SALARIAL ENTRE OS ANOS DE 2012 A 2015.

Quadro 17 — Luta salarial da rede municipal e da rede estadual - de 2012 a 2015

Rede/Ano	Quantidade de atas sobre salário/total	Discussões salariais centrais	Conquistas
Município 2012	3/4	Proposta referente a lei 11738 do ano de 2008 – PSPN. o prefeito confirmou que atende a proposta: a) de 22,25 % em 2012, 6% em maio e 16,22% em dezembro, b)Deixa em lei para o próximo Prefeito o percentual de 26,62%, implanta um terço da jornada a partir do mês de agosto – rejeitada; Nova proposta da prefeitura: 7% em maio, 7% em outubro e 8,22% em dezembro. A hora atividade ficou mantido a necessidade de proceder estudos sobre a aplicabilidade em implantação – aprovada.	7% em maio, 7% em outubro e 8,22% em dezembro.
Município 2013	4/4	Reajuste salarial a partir da integralização do PSPN. Cumprimento do disposto na lei federal nº 11738, do ano de 2008, em seu artigo 4º e da lei municipal nº 5060 do ano de 2012 Proposta da ACP: 31,61%. Proposta da prefeitura: reajuste de 8% o que corresponde a um percentual de 82% do valor do piso nacional.	Em maio, salário 20h subiu de R\$1.191,00 para R\$1.286,00. Em outubro houve um reajuste para 1.322,55,00. Pelos cálculos, houve 8% de reajuste em maio e 3% em outubro.
Município 2014	14/14	Exigência do cumprimento, por parte da prefeitura de Campo Grande sobre aplicação do percentual de 92,20% do piso salarial Nacional de 1697,37 reais para o piso de 20 horas, Lei municipal nº 5.189 de 24/05/2013. Houve greve do dia 03/11/2014 a 19/11/2014.	Parcelamento em 4 vezes no mês de dezembro: 1%; janeiro: 2,8%; fevereiro: 3,0% e março: 1,66 %. Total: 8,46
Município 2015	31/31	Cumprimento da lei 11738/2008. Reajuste do Piso Nacional em 13,01%. Houve greve de 77 dias. Os professores exigiam os 13,01%, mesmo que fossem	A disputa foi judicializada e não houve reajuste.

		parcelados. As propostas da prefeitura não chegaram perto do que foi exigido pelos professores.	
Estado 2012	1/1	Reajuste salarial – três cenários apresentados pela Federação: 1. INPC de 5,8%, mais o valor do piso nacional em maio de 2013; 2. INPC De 5,83% mais a incorporação de 5% da regência em janeiro e mais o valor do piso salarial de 2013 para mês de maio; 3. além do reajuste do piso que deve ter pelo índice do INPC, mais 50% do valor do FUNDEB.	Em 2011 teve 5% de reajuste a partir de 01/01/2012.
Estado 2013	3/3	Integralização do piso por 20h. Proposta do governo: de 2014 a 2018. Proposta da categoria: pelo menos até 2016.	A partir de 01/01/2013 7,84% e incorporação de 5% de Regência de Classe. Índice de 5% + 5,64 a partir de 02/05/2013.
Estado 2014	Nenhuma	_____	Reajuste de 8,5% e 5,5% de Regência.
Estado 2015	4/5	Referência da luta: lei 11738/2008 (lei do piso salarial), e na lei estadual nº 4464/2013. Os professores se manifestam cansados de parcelamento do reajuste do salário. Houve greve de 8 dias. A proposta inicial do governo foi para integralizar o piso por 20h até 2021. Os professores de Campo Grande/MS rejeitaram a proposta, mas a proposta sob conciliação do TJ-MS foi aceita pela categoria do Mato Grosso do Sul.	73,79% do piso – 20h, a partir de 01/01/2015. Integralização do piso em outubro de 2021, garantindo reajuste anual do piso com acréscimo de 4,37% todo décimo mês

Fonte: Fonte: ACP (2012, 2013, 2014, 2015) Organização: Maciel (2022).

ANEXO D - QUESTIONÁRIO PARA A DIRETORIA DAS ENTIDADES REIVINDICATIVAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Dados Pessoais

1) Idade:

2) Formação Acadêmica:

☐ Ensino Médio ☐ Ensino Superior ☐ Ensino Normal

☐ Especialização (lato sensu) ☐ Mestrado (stricto sensu)

☐ Doutorado (stricto sensu)

3) Há quanto tempo é membro da diretoria?

☐ de 1 a 4 anos ☐ de 5 a 8 anos ☐ de 9 a 12 anos

☐ de 13 a 16 anos ☐ de 17 a 20 anos ☐ mais de 20 anos

4) Período de atuação enquanto membro da diretoria:

5) Carga horária de trabalho semanal:

☐ de 1h a 10h ☐ de 10h a 20h ☐ de 20h a 30h ☐ de 30h a 40h ☐ de 40h a 50h ☐ de 50h a 60h ☐ mais de 60h

6) Possui exclusividade com o trabalho na entidade que é membro diretor?

☐ Sim. Mas realizo outros trabalhos na área da educação para complementar a renda.

☐ Sim. Mas realizo outros trabalhos fora da área da educação para complementar a renda.

☐ Sim. Não realizo nenhuma outra atividade para complementar a renda.

☐ Não. Trabalho na(s) escola(s) que estou lotado(a) e realizo atividades enquanto membro da diretoria.

☐ Não. Trabalho na(s) escola(s) que estou lotado(a), realizo outros trabalhos na área da educação e além das atividades enquanto membro da diretoria.

☐ Não. Trabalho na(s) escola(s) que estou lotado(a), realizo outros trabalhos fora da área da educação além das atividades enquanto membro da diretoria.

☐ Outros: _____

7) Área de formação: _____

8) Função que exerce enquanto membro da diretoria: _____

Sindicalização

9) Levando em conta o número de professores das redes municipal e estadual de educação de Campo Grande-MS (9.456 conforme o Censo de 2019), e o número de filiados, pode-se considerar que a base da categoria é bastante presente e participativa quando há convocação de assembleia nessa entidade. Qual sua opinião sobre essa afirmação?

a) Concordo totalmente

b) Concordo

c) Não estou decidido(a)

d) Discordo

e) Discordo totalmente

10) Como avalia a participação da base enquanto grupo que levanta conteúdo/ações para luta do magistério?

- a) Há demanda significativa da base sobre assuntos coletivos distintos
- b) Há demanda significativa da base, mas sobre questões individuais
- c) Há pouca demanda coletiva na entidade que são provenientes da base
- d) Há pouca demanda individual proveniente da base
- e) Não há demanda de conteúdo e ações da base, pois de forma geral essas questões são encaminhadas pela diretoria
- f) Outros: _____

11) Quais os assuntos percebem maior interesse e participação da base?

- a) Salário e qualquer assunto voltado à remuneração
- b) Condições de trabalho
- c) Formação de professores
- d) Previdência
- e) Plano de cargo e carreira
- f) Festividades
- g) Cultural
- h) Alteração ou deliberação de documentos do sindicato/federação (Estatuto por exemplo)
- i) Todos os assuntos elencados acima
- i) Outros: _____

12) Possuem estratégias para participação da base nas atividades sindicais e para filiação? Quais?

12) Quais assuntos considera fundamental ser tratado como pauta coletiva de luta das entidades sindicais?

- a) Salário
- b) Condições de trabalho
- c) Formação de professores
- d) Previdência
- e) Plano de cargo e carreira
- f) Festividades
- g) Cultural
- h) Qualquer assunto que aflija o trabalhador

Salário

13) Recebem demandas de insatisfação relacionada ao salário?

- a) Muito frequentemente
- b) Frequentemente
- c) Ocasionalmente
- d) Raramente
- e) Nunca

14) Se a resposta anterior foi positiva, quais seriam as maiores demandas de insatisfação relacionadas ao salário?

15) Realizam encontros e debates relacionados ao salário?

- a) Muito frequentemente
- b) Frequentemente
- c) Ocasionalmente
- d) Raramente
- e) Nunca

16) Realizam estudos por meio de cursos, seminários, congressos que permitem compreender o assunto salário de forma mais ampliada?

- a) Muito frequentemente
- b) Frequentemente
- c) Ocasionalmente
- d) Raramente
- e) Nunca

17) Em relação ao salário e plano de cargo e carreira alcançado na rede estadual, considera: Necessidades básicas: (alimentação, habitação, locomoção, saúde, segurança, educação e lazer)

- a) Mais que suficiente para as necessidades básicas da família
- b) Suficiente para as necessidades básicas da família
- c) Razoável para as necessidades básicas da família
- d) Pouco para as necessidades básicas da família
- e) Irrisório para as necessidades básicas da família

18) Em relação ao salário e plano de cargo e carreira alcançado na rede municipal, considera: Necessidades básicas: (alimentação, habitação, locomoção, saúde, segurança, educação e lazer)

- a) Mais que suficiente para as necessidades básicas da família
- b) Suficiente para as necessidades básicas da família
- c) Razoável para as necessidades básicas da família
- d) Pouco para as necessidades básicas da família
- e) Irrisório para as necessidades básicas da família

Formação de professores

19) Recebem demandas de insatisfação relacionada a formação de professores?

- a) Muito frequentemente
- b) Frequentemente
- c) Ocasionalmente
- d) Raramente
- e) Nunca

20) Se sua resposta anterior não se referiu ao NUNCA, quais são essas demandas acerca da formação de professores?

21) Realizam encontros e debates relacionados a formação de professores?

- a) Muito frequentemente
- b) Frequentemente
- c) Ocasionalmente
- d) Raramente
- e) Nunca

22) Realizam estudos por meio de cursos, seminários, congressos que permitem compreender o assunto formação de professores de forma mais ampliada?

- a) Muito frequentemente
- b) Frequentemente
- c) Ocasionalmente
- d) Raramente
- e) Nunca

23) A legislação que subsidia a licença-capacitação prevista pela prefeitura de Campo Grande e pelo governo do estado do Mato Grosso do Sul prevê três meses de afastamento. O que acha sobre esse tempo para realização do Mestrado e Doutorado?

- a) Acho mais que suficiente diante das demandas estabelecidas para a realização de uma pós-graduação
- b) Acho suficiente diante das demandas estabelecidas para a realização de uma pós-graduação
- c) Acho razoável diante das demandas estabelecidas para a realização de uma pós-graduação
- d) Acho insuficiente diante das demandas estabelecidas para a realização de uma pós-graduação
- e) Acho irrisório diante das demandas estabelecidas para a realização de uma pós-graduação

Condições de trabalho

24) Recebem demandas de insatisfação relacionada a condição de trabalho dos professores?

- a) Muito frequentemente
- b) Frequentemente
- c) Ocasionalmente
- d) Raramente
- e) Nunca

25) Caso a resposta anterior tenha sido positiva, quais as demandas levantadas pela base acerca das condições de trabalho?

26) Realizam encontros e debates relacionados as condições de trabalho dos professores?

- a) Muito frequentemente
- b) Frequentemente
- c) Ocasionalmente
- d) Raramente

e) Nunca

27) Realizam estudos por meio de cursos, seminários, congressos que permitem compreender o assunto condições de trabalho de forma mais ampliada?

- a) Muito frequentemente
- b) Frequentemente
- c) Ocasionalmente
- d) Raramente
- e) Nunca

28) Como avalia as condições de trabalho dos professores da rede estadual?

- a) Ótima
- b) Boa
- c) Regular
- d) Ruim
- d)Péssima

29) Como avalia as condições de trabalho dos professores da rede municipal?

- a) Ótima
- b) Boa
- c) Regular
- d) Ruim
- d)Péssima

30) Justifique as duas respostas anteriores:

ANEXO E - QUESTIONÁRIO PARA A DIRETORIA DAS ENTIDADES REIVINDICATIVAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Dados Pessoais

1) Idade:

2) Formação Acadêmica:

☐ Ensino Médio ☐ Ensino Superior ☐ Ensino Normal

☐ Especialização (lato sensu) ☐ Mestrado (stricto sensu)

☐ Doutorado (stricto sensu)

3) Há quanto tempo é membro da diretoria?

☐ de 1 a 4 anos ☐ de 5 a 8 anos ☐ de 9 a 12 anos

☐ de 13 a 16 anos ☐ de 17 a 20 anos ☐ mais de 20 anos

4) Período de atuação enquanto membro da diretoria:

5) Carga horária de trabalho semanal:

☐ de 1h a 10h ☐ de 10h a 20h ☐ de 20h a 30h ☐ de 30h a 40h ☐ de 40h a 50h ☐ de 50h a 60h ☐ mais de 60h

6) Possui exclusividade com o trabalho na entidade que é membro diretor?

☐ Sim. Mas realizo outros trabalhos na área da educação para complementar a renda.

☐ Sim. Mas realizo outros trabalhos fora da área da educação para complementar a renda.

☐ Sim. Não realizo nenhuma outra atividade para complementar a renda.

☐ Não. Trabalho na(s) escola(s) que estou lotado(a) e realizo atividades enquanto membro da diretoria.

☐ Não. Trabalho na(s) escola(s) que estou lotado(a), realizo outros trabalhos na área da educação e além das atividades enquanto membro da diretoria.

☐ Não. Trabalho na(s) escola(s) que estou lotado(a), realizo outros trabalhos fora da área da educação além das atividades enquanto membro da diretoria.

☐ Outros: _____

7) Área de formação: _____

8) Função que exerce enquanto membro da diretoria: _____

Sindicalização

9) Levando em conta o número de professores das redes municipal e estadual de educação de Campo Grande - MS (9.456 conforme o Censo de 2019), e o número de filiados, pode-se considerar que a base da categoria é bastante presente e participativa quando há convocação de assembleia nessa entidade. Qual sua opinião sobre essa afirmação?

a) Concordo totalmente

b) Concordo

c) Não estou decidido(a)

d) Discordo

e) Discordo totalmente

10) Como avalia a participação da base enquanto grupo que levanta conteúdo/ações para luta do magistério?

- a) Há demanda significativa da base sobre assuntos coletivos distintos
- b) Há demanda significativa da base, mas sobre questões individuais
- c) Há pouca demanda coletiva na entidade que são provenientes da base
- d) Há pouca demanda individual proveniente da base
- e) Não há demanda de conteúdo e ações da base, pois de forma geral essas questões são encaminhadas pela diretoria
- f) Outros: _____

11) Quais os assuntos percebem maior interesse e participação da base?

- a) Salário e qualquer assunto voltado à remuneração
- b) Condições de trabalho
- c) Formação de professores
- d) Previdência
- e) Plano de cargo e carreira
- f) Festividades
- g) Cultural
- h) Alteração ou deliberação de documentos do sindicato/federação (Estatuto por exemplo)
- i) Todos os assuntos elencados acima
- i) Outros: _____

12) Possuem estratégias para participação da base nas atividades sindicais e para filiação? Quais?

12) Quais assuntos considera fundamental ser tratado como pauta coletiva de luta das entidades sindicais?

- a) Salário
- b) Condições de trabalho
- c) Formação de professores
- d) Previdência
- e) Plano de cargo e carreira
- f) Festividades
- g) Cultural
- h) Qualquer assunto que aflija o trabalhador

Salário

13) Recebem demandas de insatisfação relacionada ao salário?

- a) Muito frequentemente
- b) Frequentemente
- c) Ocasionalmente
- d) Raramente
- e) Nunca

14) Se a resposta anterior foi positiva, quais seriam as maiores demandas de insatisfação relacionadas ao salário?

15) Realizam encontros e debates relacionados ao salário?

- a) Muito frequentemente
- b) Frequentemente
- c) Ocasionalmente
- d) Raramente
- e) Nunca

16) Realizam estudos por meio de cursos, seminários, congressos que permitem compreender o assunto salário de forma mais ampliada?

- a) Muito frequentemente
- b) Frequentemente
- c) Ocasionalmente
- d) Raramente
- e) Nunca

17) Em relação ao salário e plano de cargo e carreira alcançado na rede estadual, considera: Necessidades básicas: (alimentação, habitação, locomoção, saúde, segurança, educação e lazer)

- a) Mais que suficiente para as necessidades básicas da família
- b) Suficiente para as necessidades básicas da família
- c) Razoável para as necessidades básicas da família
- d) Pouco para as necessidades básicas da família
- e) Irrisório para as necessidades básicas da família

18) Em relação ao salário e plano de cargo e carreira alcançado na rede municipal, considera: Necessidades básicas: (alimentação, habitação, locomoção, saúde, segurança, educação e lazer)

- a) Mais que suficiente para as necessidades básicas da família
- b) Suficiente para as necessidades básicas da família
- c) Razoável para as necessidades básicas da família
- d) Pouco para as necessidades básicas da família
- e) Irrisório para as necessidades básicas da família

Formação de professores

19) Recebem demandas de insatisfação relacionada a formação de professores?

- a) Muito frequentemente
- b) Frequentemente
- c) Ocasionalmente
- d) Raramente
- e) Nunca

20) Se sua resposta anterior não se referiu ao NUNCA, quais são essas demandas acerca da formação de professores?

21) Realizam encontros e debates relacionados a formação de professores?

- a) Muito frequentemente
- b) Frequentemente
- c) Ocasionalmente
- d) Raramente
- e) Nunca

22) Realizam estudos por meio de cursos, seminários, congressos que permitem compreender o assunto formação de professores de forma mais ampliada?

- a) Muito frequentemente
- b) Frequentemente
- c) Ocasionalmente
- d) Raramente
- e) Nunca

23) A legislação que subsidia a licença-capacitação prevista pela prefeitura de Campo Grande e pelo governo do estado do Mato Grosso do Sul prevê três meses de afastamento. O que acha sobre esse tempo para realização do Mestrado e Doutorado?

- a) Acho mais que suficiente diante das demandas estabelecidas para a realização de uma pós-graduação
- b) Acho suficiente diante das demandas estabelecidas para a realização de uma pós-graduação
- c) Acho razoável diante das demandas estabelecidas para a realização de uma pós-graduação
- d) Acho insuficiente diante das demandas estabelecidas para a realização de uma pós-graduação
- e) Acho irrisório diante das demandas estabelecidas para a realização de uma pós-graduação

Condições de trabalho

24) Recebem demandas de insatisfação relacionada a condição de trabalho dos professores?

- a) Muito frequentemente
- b) Frequentemente
- c) Ocasionalmente
- d) Raramente
- e) Nunca

25) Caso a resposta anterior tenha sido positiva, quais as demandas levantadas pela base acerca das condições de trabalho?

26) Realizam encontros e debates relacionados as condições de trabalho dos professores?

- a) Muito frequentemente
- b) Frequentemente
- c) Ocasionalmente
- d) Raramente
- e) Nunca

27) Realizam estudos por meio de cursos, seminários, congressos que permitem compreender o assunto condições de trabalho de forma mais ampliada?

- a) Muito frequentemente
- b) Frequentemente
- c) Ocasionalmente
- d) Raramente
- e) Nunca

28) Como avalia as condições de trabalho dos professores da rede estadual?

- a) Ótima
- b) Boa
- c) Regular
- d) Ruim
- d)Péssima

29) Como avalia as condições de trabalho dos professores da rede municipal?

- a) Ótima
- b) Boa
- c) Regular
- d) Ruim
- d)Péssima

30) Justifique as duas respostas anteriores:

ANEXO F – DOCUMENTOS FORNECIDOS PELA SECRETARIA JURÍDICA DA ACP REFERENTES À POLÍTICA SALARIAL DAS REDES MUNICIPAL E ESTADUAL

1. Política Salarial da rede municipal entre os anos de 1998 e 2020

2 / 2 — 50% +



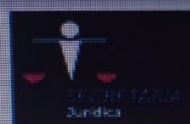

REAJUSTE SALARIAL REME – PUBLICAÇÕES NO
DIAGRANDE DIÁRIO OFICIAL DE CAMPO GRANDE-MS

2008	Decreto 10.455	14/04/2008	2.522	15/04/2008	02 a 04		523,08
2008	Lei 4.619	03/04/2008	2.515	04/04/2008	04 e 05		
2007	Correção	11/05/2007	2.297	11/05/2007	01		
2007	Lei 4.461	27/04/2007	2.290	02/05/2007	01 a 03		463,41
2007	Decreto 9.809	02/01/2007	2.211	03/01/2007	01		411,93
2006	Lei 4.428	22/12/2006	2.207	26/12/2006	04 e 05	Escala Vertical	
2006	Decreto 9.678	13/07/2006	2.098	14/07/2006	01 a 03		411,92
2005	Res. Semad 04	15/10/2005	1.916	17/10/2005	09	Aposentado	
2005	Decreto 9.411	15/10/2005	1.916	17/10/2005	04 e 05	Outubro	365,56
2005	Lei 4.324	15/10/2005	1.916	17/10/2005	01 e 02		365,56
2005	Decreto 9.256	12/05/2005	1.811	13/05/2005	01 a 03	Maio	363,64
2005	Lei 4.275	05/05/2005	1.806	06/05/2005	01 a 03	Maio	362,59
Xxx	Xxxxxxx	Xxxxxxxxxxx	Xxxx	Xxxxxxxxxx	Xxxxxx	Xxxxxx	Xxxxxx
2004	Lei 4.146	01/04/2004	1.539	02/04/2004	01 a 04	Maio/Outubro	315,22
2003	Lei 4.035 republi.	30/04/2003	1.333	06/06/2003	01 a 04	Maio/Outubro	280,50
2003	Lei 4.035	30/04/2003	1.308	02/05/2003	01 a 04	Maio/Outubro	
2002							
2001							
2000	Lei 3.726	03/04/2000	549	04/04/2000	01 a 03	Maio	
1999	Lei 3.669	28/10/1999	440	26/10/1999	02 a 04	Outubro	
1998	Lei 3.442	24/03/1999	1.806	06/05/2005	01 a 03	Março	

Janeiro de 2005: salário professor 20h estava ... 315,22



ACP
ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO BRASIL
FUNDADA EM 1962



**REAJUSTE SALARIAL REME – PUBLICAÇÕES NO
DIOGRANDE DIÁRIO OFICIAL DE CAMPO GRANDE-MS**

ANO	DOC	DATA	DIOGRANDE	DATA	PÁGINAS	TABELAS	PROF. PH-1 20H
2021	Em andamento....						
2020	Lei 6.288	25/09/2019	5.694	26/09/2019	1	A mesma	2.117,73
2019	Lei 6.288	25/09/2019	5.694	26/09/2019	1	1º dezembro 3,1386%	2.117,73
2019	Lei 6.026	26/06/2018	5.278	28/06/2018	1	1º outubro 1,00%	2.053,28
2018	Lei 6.026	26/06/2018	5.278	28/06/2018	1	1º maio 3,04% 1º dezembro 3,665%	2.032,95
2017	Lei 5.818	14/07/2017	4.942	17/07/2017	01	1º Julho 0,25% 1º agosto 0,25% 1º setembro 0,25% 1º outubro 0,25% 1º novembro 0,25% 1º dezembro 5,77%	1.887,43
2016	Lei 5.702	30/05/2016	4.581	31/05/2016	01 e 02	1º/05/2016	1.753,55
2015	Lei 5.411	04/12/2014	4.163	04/12/2014	01 e 02	Março	1.697,37
2015	Lei 5.411	04/12/2014	4.163	04/12/2014	01 e 02	Fevereiro	1.680,40
2015	Lei 5.411	04/12/2014	4.163	04/12/2014	01 e 02	Janeiro	1.629,47
2014	Lei 5.411	04/12/2014	4.163	04/12/2014	01 e 02	Dezembro	1.581,95
2014	Lei 5.321	06/05/2014	4.012	07/05/2014	05 a 07	Outubro...	1.697,37
2014	Lei 5.321	06/05/2014	4.012	07/05/2014	05 a 07	Maio/Outubro	1.564,97
2013	Lei 5.189	24/05/2013	3.775	27/05/2013	01 a 03	Outubro...	1.322,55
2013	Lei 5.189	24/05/2013	3.775	27/05/2013	01 a 03	Maio/Outubro	1.286,30
2012	Lei 5.060	03/04/2012	3.495	05/04/2012	01 e 02	1º dezembro 8,22%	1.191,02
2012	Lei 5.060	03/04/2012	3.495	05/04/2012	01 e 02	1º outubro 7%	1.110,92
2012	Lei 5.060	03/04/2012	3.495	05/04/2012	01 e 02	1º maio 7%	1.042,71
2011	Lei C. 173	03/05/2011	3.269	04/05/2011	01		946,11 -
2011	Lei 4.942	03/05/2011	3.269	04/05/2011	03 e 04	Maio/Outubro	974,49
2010	Lei C. 165	21/10/2010	3.140	22/10/2010	01		
2010	Lei 4.835	30/04/2010	3.024	03/05/2010	01 a 03	Maio/Outubro	621,42
2009	Correção	10/06/2009	2.805	10/06/2009	03 a 05		575,39
2009	Lei 4.727	12/05/2009	2.785	13/05/2009	01 a 03		
2008	Correção	17/04/2008	2.524	17/04/2008	01		



POLITICA SALARI....docx



POLITICA SALARI....doc

2 – Política Salarial da rede estadual entre os anos de 1994 e 2020




POLÍTICA SALARIAL – ESTADO – PUBLICAÇÕES NO DIÁRIO OFICIAL DE MS

ANO	DOC	DATA	DIÁRIO	DATA	PÁG	PROFESSOR A-1 20HS E 40HS	ESPECIALISTA A-1 30HS E 36HS	TABELAS
2020	Lei Comp. nº 277	15/10/20	10.303	16/10/20	2 a 20	3.723,13 (20h) 7.446,26 (40h)	5.584,70 (30h) 7.446,26 (36h)	
2019	Lei Comp. nº 266	11/07/19	9.942	15/07/19	2 a 7	2148,49 (20h) 4296,98 (40h)	4834,10 (30h) 6445,47 (36h)	A partir de 1º de outubro/2019 6%
2018	Lei 5.168	05/04/18	9.629	05/04/18	8	1.851,36 (20h) 3.702,72 (40h)	4.176,00 (30h) 5.554,08 (36h)	Índice 3,04% A partir 1º/04/18
2018	Lei 5.173	06/04/18	9.631	09/04/18	3			
2018	Lei 200	13/08/15	8.961	14/07/15	1	1.796,74 (20h)	4.052,80 (30h)	Previsão 4,9% piso Outubro 2018 82,53%
	Lei 5.066	29/09/17	9.504	29/09/17	1 e 2	3.593,48 (40h)	5.390,22 (36h)	Índice 3,04%
	Lei Comp. 239	29/09/17	9.504	29/09/17	1			Total: 7,672%
2018	Lei 5.168	05/04/18	9.629	05/04/18	8			
2017	Lei 200	13/08/15	8.961	14/07/15	1	Índices 2,94% 4,7%	Setembro/17	A partir 1º/12/17 78,16%
	Lei Comp. 239	29/09/17	8.504	29/09/17	1		Dezembro/17	2,94% A partir

								A partir
								2
								1º/10/17 82,53% 4,7%
2016	Decreto 14.407	23/02/16	9.111	24/02/16	2 a 3	1.575,88 (20 h)	4.727,66 (36h)	A partir 1º/2/16
						3.151,78 (40h)	3.545,74 (30h)	A partir 1º/10/18 78,16%
2015	Decreto 14.290 República	21/10/15	9.032	26/10/15	1	1.415,13 (20h)	4.245,39 (36h)	A partir 1º/1/15
			9.035	29/10/15	1	2.830,25 (40h)	3.184,04 (30h)	73,79%
2015	Decreto 14.147	04/03/15	8.844	05/03/15	3	1.331,42 (20h)	3.994,25 (36h)	A partir 1º/01/15
						2.662,80 (40h)	2.995,69 (30h)	69,42%
2014	Lei 4.464/13	19/12/13	8.581	20/12/13	3	1.178,14 (20h)	3.534,42 (36h)	A partir 1º/01/14 8,5% + regência 5,5% regência Restante em 2015
						2.356,28 (40h)	2.650,04 (30h)	
2013	Lei 4.464/13	19/12/13	8.581	20/12/13	3	904,66 (20h)	2.569,68 (36h)	13,01% Índice 5% + 5,64%
						1.085,84 (20h)	2.714,61 (36h)	A partir 02/05/13
	Lei 4.350	24/05/13	8.441	27/05/13	6	2.171,69 (40h)	2.035,95 (30h)	Total: 7,84%
2012	4.820	14/12/12	8.335	17/12/12		903,67 (20h)	2.711,01 (36h)	A partir 1º/01/13 7,84% sem regência Inc. 5% regência
						1.807,34 (40h)	2.033,26 (30h)	
						1.084,40 (20h)	3.253,21 (36h)	
						2.168,81 (40h)	2.439,91 (30h)	
2011	Lei C. 156	19/12/11	8.092	20/12/11	1/2	696,11 (20h)	2.088,36 (36h)	Reajuste 5%

						1.392,21 (40h)	1.566,24 (30h)	a partir 1º/01/12 Regência 35% a partir 1º/01/12 8,33%
2011	Lei 4.143	19/12/11	8.092	20/12/11	2	718,18 (20h)	1.988,88 (36h)	Inc. 5% regência
						1.436,37 (40h)	1.615,91 (30h)	
2010	Lei 3.989	16/12/10	7.849	17/12/10	7 a 9	662,96 (20h)	1.988,88 (36h)	A partir 1º/01/11 + valor nacional 6%
						1.325,92 (40h)	1.491,66 (30h)	
2009	Lei 3.603	18/12/08	7.365	19/12/08	3 a 6	498,75	1.496,68	A partir 1º/01/09
2009	Lei C. 131	18/12/08	7.365	19/12/08	7	Inc. financeiro	Inc. financeiro	A partir 1º/01/09 13,45%
2009	Lei 3.669	15/05/09	7.460	18/05/09	2 a 6	498,75 (20h)	1.496,24 (36h)	Não aplica ao magistério 6% a partir 1º/05/09
						997,51 (40h)	1.122,19 (30h)	A partir 1º/01/09 13,45%
2008	Lei 3.603	18/12/08	7.365	19/12/08	7 e 4	760,00 (20h)	2.280,00 (36h)	A partir 1º/01/09
	Lei C. 131	18/12/08	7.365	19/12/08	7	1.520,00 (40h)	1.710,00 (30h)	vencimento base +
	Lei C. 126	15/05/08	7.214	16/05/08	1	390,78 (20h)	1.172,23 (36h)	regência inc. financeiro
	Lei C. 3.519	15/05/08	7.214	16/05/08	9	781,55 (40h)	879,25 (30h)	60% (lei 131 18/12/08) 1º/05/08 20% + 4,79% +3% total:

								16,57% 88% regência
2007	Lei C. 109	23/12/04				301,71 (20h) 603,42 (40h)	905,13 (36h) 678,85 (30h)	A partir 05/2008 salário base + regência Regência de 80% p/ 100% a partir 02/2007
2006	Lei 3.603	18/12/08	7.365	19/12/08	3 a 7	513,83 (20h) 1.027,66 (40h) 301,71 (20h) 603,42 (40h)	1.541,48 (36h) 1.156,11 (30h) 905,18 (36h) 678,85 (30h)	A partir 1º/02/08 12,5% Incorp. Regência 80% 1º/05/06 - 3% 1º/06/06 - 2,69 %
2005						428,19 (20h) 856,38 (40h) 456,74 (20h) 913,47 (40h)	1.284,57 (36h) 963,43 (30h) 1.370,21 (36h) 1.027,66 (30h)	7% salário base a partir 1º/02/05 Inc. regência 50% A partir 1º/07/05 - 60%
2004	Lei C. 109	23/12/04				243,59 (20h) 487,18 (40h) 255,19 (20h) 510,38 (40h) 266,79 (20h) 533,58 (40h)	1.096,15 (36h) 822,11 (30h) 1.148,35 (36h) 947,39 (30h) 1.200,55 (36h) 900,11 (30h)	1º/01/2004 Venc. Base 1º/02/2004 Venc. Base

								1º/03/2004 Venc. Base
2003	Lei 2.791	30/12/03						
2002	Decreto 10.686	06/03/02	5.706	07/03/02	1 a 3			Revog. Decreto 10.144 de
	Resolução SEGES 329	21/05/02	5.757	22/05/02	4			29/11/00
2001								
2000	Decreto 10.144	29/11/00	5.706	07/07/02	1	210,90 (20h)	632,70 (36h)	Piso salarial a partir
						421,80 (40h)	474,53 (30h)	1º/02/00 +
	Lei 2.082	14/01/00	5.182	17/01/00	6/7			regência + Adic. Tempo de serviço
1999								
1998	Lei 1.837	06/04/98						
1997								
1996	Decreto 7.972	14/10/94						
1995	Lei 1.562	23/03/95						
	Decreto 7.972	14/10/95						
1994	Decreto 7.972	14/10/94						Abono 70,00 a partir
	Lei 1.840							15/10/94
1993								
1992								
1991								
1990								

ANEXO G - DOCUMENTOS FORNECIDOS PELA SECRETARIA JURÍDICA DA ACP, REFERENTES À FILIAÇÃO DAS REDES MUNICIPAL E ESTADUAL

1 – Quantidade de filiados da rede estadual entre os anos de 2003 e 2020




Levantamento tendo como base os filiados da ACP dos meses de maio e novembro de cada ano, da Rede Estadual.

ANOS	MAIO	NOVEMBRO
2003	Ativos: 1580 Aposentados: 928 Convocados:	Ativos: 1628 Aposentados: 1095 (alguns outros municípios 40) Convocados: 99
2004	Ativos: 1629 Aposentados: 1633 Convocados:	Ativos: 1629 Aposentados: 1663 Convocados: 86
2005	Ativos: 1613 Aposentados: 1618 Convocados	Ativos: 1605 Aposentados: 1613 Convocados: 46
2006	Ativos: 1268 Aposentados: 1605 Convocados: 46	Ativos: 1632 Aposentados: 1847 Convocados: 110
2007	Ativos: 1459 Aposentados: 1722 Convocados: 38	Ativos: 1679 Aposentados: 1842 Convocados: 98
2008	Ativos: 1426 Aposentados: 1642 Convocados: 42	Ativos: 1704 Aposentados: 1842 Convocados: 76
2009	Ativos: 1528 Aposentados: 1840 Convocados: 40	Ativos: 1816 Aposentados: 1852 Convocados: 82



ACP
 SINDICATO CAMPO-GERENCIAL DOS
 PROFESSORES DE EDUCAÇÃO PÚBLICA
DESDE 1952



2010	Ativos: 1212 Aposentados: 1289 Convocados: 52	Ativos: 1241 Aposentados: 1293 Convocados: 76
2011	Ativos: 1204 Aposentados: 1145 Convocados: 64	Ativos: 1299 Aposentados: 1347 Convocados: 110
2012	Ativos: 1109 Aposentados: 1371 Convocados: 62	Ativos: 1068 Aposentados: 34+4+1401 Convocados: 138
2013	Ativos: 1049 Aposentados: 1394 Convocados: 65	Ativos: 1001 Aposentados: 1413 Convocados: 34+05+76
2014	Ativos: 1112 Aposentados: 1421 Convocados: 99	Ativos: 1063 Aposentados: 1430 Convocados: 75
2015	Ativos: 1057 Aposentados: 1430 Convocados: 76	Ativos: 1035 Aposentados: 1452 Convocados: 94
2016	Ativos: 863 Aposentados: 1465 Convocados: 72	Ativos: 917 Aposentados: 1509 Convocados: 49
2017	Ativos: 893 Aposentados: 1511 Convocados: 62	Ativos: 887 Aposentados: 1557 Convocados: 50
2018	Ativos: 845 Aposentados: 1549 Convocados: 104	Ativos: 826 Aposentados: 1551 Convocados: 143
2019	Ativos: 737	Ativos: 722



ACP
SINDICATO CAMPOGRANDENSE DOS
 PROFESSORES DE EDUCAÇÃO PÚBLICA
DESDE 1952



	Aposentados: 1534 Convocados: 89	Aposentados: 1521 Convocados 96
2020	Ativos: 583 Aposentados: 1516 Convocados: 88	Ativos: 552 Aposentados: 1507 Convocados: 97
2021 (1º bimestre)	Ativos: 508 Aposentados: 1472 Convocados: 17	

Maria Aparecida do Nascimento
 Secretária Jurídica

2 – Quantidade de filiados da rede municipal entre os anos de 2003 e 2020




Levantamento tendo como base os filiados da ACP dos meses de maio e novembro de cada ano, da Rede Municipal.

ANOS	MAIO	NOVEMBRO
2003	Ativos: 1313 Aposentados: 200	Ativos: 1315 Aposentados: 250
2004	Ativos: 1297 Aposentados: 198	Ativos: 1318 Aposentados: 186
2005	Ativos: 1277 Aposentados: 150	Ativos: 1232 Aposentados: 165
2006	Ativos: 1251 Aposentados:	Ativos: 1504 Aposentados: +05=1509
2007	Ativos: 1534 Aposentados: 217 + 39 (licença) = 256	Ativos: 1646 Aposentados: 228 + 40 (licença) = 268
2008	Ativos: 1600 Aposentados: 234 + 41 = 275	Ativos: 1577 Aposentados: 246 + 41 (licença) = 287
2009	Ativos: 1731 Aposentados: 248 + 40 = 288	Ativos: 1682 Aposentados: 250 + 38 (licença) = 297
2010	Ativos: 1698 Aposentados: 258 + 37 (licença) = 295	Ativos: 1741 Aposentados: 276 + 51 (licença) = 327
2011	Ativos: 1739 Aposentados:	Ativos: 1781 Aposentados:

2 / 4 50% +




	37(licauo)+280=317 Convocados: 114	304+37(licauo)=341 Convocados: 120
2012	Ativos: 1779 Aposentados: 312+35=347 Convocados: 137	Ativos: 1724 Aposentados: 301+34=335 Convocados: 146
2013	Ativos: 1941 Aposentados: 32+307=339 Convocados: 78	Ativos: 1750 Aposentados: 32+313=345 Convocados: 148
2014	Ativos: 2047 Aposentados: 32+346=378 Convocados: 201	Ativos: 2104 Aposentados: 31+359=390 Convocados: 214
2015	Ativos: 2194 Aposentados: 27+343=370 Convocados: 215	Ativos: 2242 Aposentados: 27+356=383 Convocados: 192
2016	Ativos: 2791 Aposentados: 38+349=387 Convocados: 827	Ativos: 2101 Aposentados: 22+354=376 Convocados: 169
2017	Ativos: 1957 Aposentados: 20+403=423 Convocados: 174	Ativos: 1887 Aposentados: 20+406=426 Convocados: 209
2018	Ativos: 1923 Aposentados:	Ativos: 2004 Aposentados: 412+18=430

3 / 4



50%



ACP
SINDICATO CAMPO-GRANDENSE DOS
PROFESSORES DE EDUCAÇÃO PÚBLICA
DESDE 1952



	406+19=425 Convocados: 185	Convocados: 261
2019	Ativos: 2032 Aposentados: 422+17=439 Convocados: 170	Ativos: 1996 Aposentados: 456+17=473 Convocados: 205
2020	Ativos: 1960 Aposentados: 09+114=123 Convocados: 490	Ativos: 1871 Aposentados: 07+32=39 Convocados: 508
2021 (1º bimestre)	Ativos: 1773 Aposentados: 15+942=957 Convocados: 34	

Maria Aparecida do Nascimento
Secretaria Jurídica

ANEXO H – DOCUMENTOS REFERENTES AO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO E À ANUEÊNCIA DOS PRESIDENTES DA ACP SOBRE A TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

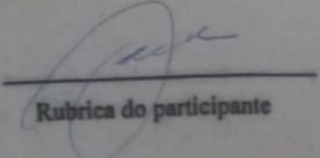
Sr(a) foi selecionado(a) e está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada: **HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA NAS LUTAS SINDICAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA DE CAMPO GRANDE/MS (2003-2015)**, que tem como objetivo em analisar o movimento sindical docente das redes municipal e estadual da educação básica pública do município de Campo Grande/MS a partir das lutas acerca do salário e da formação continuada entre os anos de 2003 e 2015.

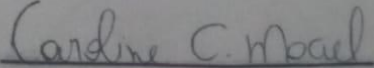
A pesquisa terá duração de aproximadamente vinte e quatro meses, com o término previsto para fevereiro de 2023. Suas respostas não serão tratadas de forma anônima e confidencial, pois os presidentes sindicais são agentes públicos e, em outras fontes da pesquisa, como em notícias de jornais do município ou dos veículos sindicais, sua identidade acaba sendo revelada. Os dados coletados serão utilizados apenas nesta pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição que forneceu os seus dados, como também na que trabalha.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder as perguntas a serem realizadas sob a forma de entrevista semiestruturada. A entrevista será realizada por meio remoto a partir da plataforma Google Meet.

Sr(a) não terá nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras. O benefício relacionado à sua participação será de aumentar o conhecimento científico para a área da educação, em especial para o campo da história, das políticas e da educação.


Rubrica do participante


Rubrica da pesquisadora

Sr(a) receberá uma cópia deste termo onde consta o celular/e-mail do pesquisador responsável, podendo tirar as suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Os riscos previstos a partir da investigação dessa pesquisa podem estar atrelados a possíveis constrangimentos relacionados aos questionamentos sobre os conflitos presentes no movimento do sindicalismo docente da educação básica pública. Os benefícios esperados estão em obter conhecimento sobre as relações produzidas acerca do movimento sindical docente para garantir o direito dos trabalhadores docentes representados nas políticas de salário e de formação de professores.

Conforme recomendação do CNS 466/12 os dados obtidos na entrevista ficarão na guarda do pesquisador pelo período de 5 anos e após esse período será descartado.

Pesquisador Principal: Caroline Correia Maciel

Telefone para contato: (67) 98151-5931

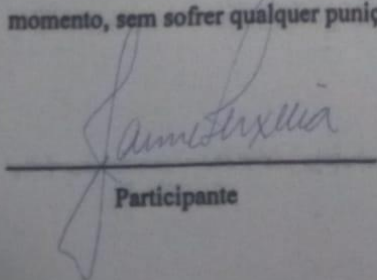
E-mail: carol.maciell85@hotmail.com/ doutoradocarl2018@gmail.com

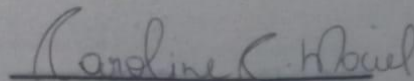
Nome do Orientador: Margarita Victoria Rodriguez

Para perguntas sobre seus direitos como participante no estudo chame o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFMS, no telefone (067) 33457187.

Campo Grande, MS, 23 de agosto de 2021.

Declaro estar ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.


Participante


Caroline Correia Maciel
Pesquisadora

desse século, é uma política forte de terceirização, isso é muito ruim. Hoje a reforma administrativa se passar da forma que ela está uma escola poderá ser terceirizada inteira para uma ONG, uma cooperativa administrar. Isso é muito ruim. As reformas trabalhistas que tiveram aí foram muito ruins, porque é evidente que a gente vê essa pandemia ano passado os dois estados que tiveram mais grave a pandemia, logo na primeira onda forte, os dois estados com maior problema foram o Rio de Janeiro e o Amazonas. E por incrível que pareça os hospitais todos terceirizados, perde qualidade. Então eu acho que a nossa preocupação é essa hoje. Nós conseguimos, a duras penas e com muito trabalho, praticamente duas gerações de professores aí, melhorar a qualidade da escola pública. Porque melhorou, ninguém pode dizer que não. "Ah, mas não é a escola ideal". Ainda não é a ideal, mas melhorou bastante. Mas a gente entende que a terceirização desenfreada com a quantidade de professores não efetivos e a possibilidade até de você botar uma ONG, botar uma escola para ser gerida por militares que é o projeto da escola cívico-militar do bolsonaro, você pode terceirizar de cabo a rabo todas as funções dentro da escola, isso é uma preocupação nossa com a qualidade da escola pública e também é uma preocupação com a carreira dos nossos professores. Então o professor hoje, se tem uma carreira que valorize você vai dizer para a sociedade o seguinte: "Olha, nós não estamos interessados com a qualidade da escola que vai ser entregue ao seu filho vai piorar a qualidade. Eu to falando da educação, mas essa reforma administrativa vai impactar a educação, a saúde, vai piorar a segurança, você vai ter cada vez mais segurança terceirizada, privatizada, passa para o estado ser legalista. Então é isso, eu acho que as condições estão dadas, a gente vai ter que lutar muito para manter aí... Se a gente voltar aos 10 primeiros anos deste século estaríamos num caminho bem bom para a educação. Esses anos de 20 a 30 não nos parece que vai ser tão virtuosa quanto a primeira década deste século para a educação pública.

Caroline: Ah, entendi. Terminamos então professor.

Jaime: Caroline, espero ter contribuído, tá bom?

Caroline: Com certeza, eu só vou deixar aqui... Deixa eu interromper a gravação para a gente poder sair.

Jaime: Tá legal.

Eu

estou de acordo.

li toda a transcrição da entrevista e

Assinatura do entrevistado

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

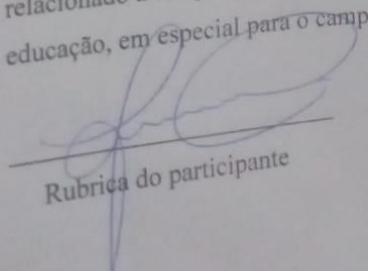
Sr(a) foi selecionado(a) e está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada: **HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA NAS LUTAS SINDICAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA DE CAMPO GRANDE/MS (2003-2015)**, que tem como **objetivo** em analisar o movimento sindical docente das redes municipal e estadual da educação básica pública do município de Campo Grande/MS a partir das lutas acerca do salário e da formação continuada entre os anos de 2003 e 2015.

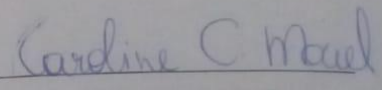
A pesquisa terá duração de aproximadamente vinte e quatro meses, com o término previsto para fevereiro de 2023. Suas respostas serão tratadas de forma **anônima e confidencial**, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada, ou seja, seu nome não será pronunciado. Os dados coletados serão utilizados apenas nesta pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

Sua participação é **voluntária**, isto é, a qualquer momento você pode **recusar-se** a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e **retirar seu consentimento**. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição que forneceu os seus dados, como também na que trabalha.

Sua **participação** nesta pesquisa consistirá em responder as perguntas a serem realizadas sob a forma de **entrevista semiestruturada**. A entrevista será realizada por meio remoto a partir da plataforma Google Meet.

Sr(a) não terá nenhum **custo ou quaisquer compensações financeiras**. O **benefício** relacionado à sua participação será de aumentar o conhecimento científico para a área da educação, em especial para o campo da história, das políticas e da educação.


Rubrica do participante


Rubrica da pesquisadora

Sr(a) receberá uma cópia deste termo onde consta o celular/e-mail do pesquisador responsável, podendo tirar as suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Os riscos previstos a partir da investigação dessa pesquisa podem estar atrelados a possíveis constrangimentos relacionados aos questionamentos sobre os conflitos presentes no movimento do sindicalismo docente da educação básica pública para melhorar, porém, serão minimizados pela privacidade e confidencialidade das respostas. Os benefícios esperados estão em obter conhecimento sobre as relações produzidas acerca do movimento sindical docente para garantir o direito dos trabalhadores docentes representados nas políticas de salário e de formação de professores.

Conforme recomendação do CNS 466/12 os dados obtidos na entrevista ficarão na guarda do pesquisador pelo período de 5 anos e após esse período será descartado.

Pesquisador Principal: Caroline Correia Maciel

Telefone para contato: (67) 98151-5931

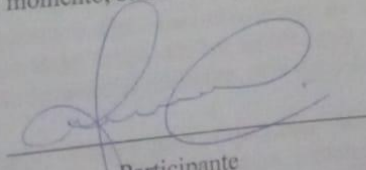
E-mail: carol.maciell85@hotmail.com/ doutoradocarol2018@gmail.com

Nome do Orientador: Margarita Victoria Rodriguez

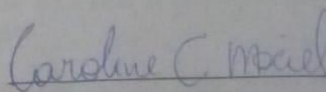
Para perguntas sobre seus direitos como participante no estudo chame o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFMS, no telefone (067) 33457187.

Campo Grande, MS, 09 de agosto de 2021.

Declaro estar ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.



Participante

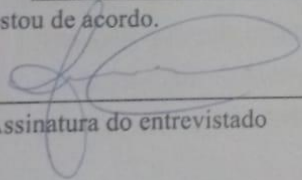


Caroline Correia Maciel
Pesquisadora

que você não pode tirar ele de lá, porque pode né, se juntar vários professores na eleição direta, "Ah eu não gosto do diretor porque ele cobra o horário ali", aí ele vai sair e é errado cobrar o horário? Não é, mas isso acontece então eu penso assim que, a gestão, ela é um espelho, ela é a base, se o gestor é um cara sisudo, vai ficar todo mundo com cara feia, se ele é um cara democrático, vai ficar todo mundo... Agora, Democracia é diferente de libertinagem, eu penso dessa forma, eu acho muito bonito quando diretor, que não é fácil, ele consegue convencer de que você tem que fazer um bom trabalho e que você consiga ver qual é o seu ponto mais positivo dentro do trabalho e consiga explorar isso em você porque a escola também precisa de atividades extra sala de aula e nem todo professor trabalha o conteúdo na sala de aula como aquele que vai fazer uma festa junina e as duas atividades eu acho que são importantes na escola, não festa junina, pensando em tirar dinheiro de aluno, mas festa junina com cultura. Então, eu acho que tem que respeitar cada profissional, né, e ele saber enquanto gestor, porque se for uma matéria, um conteúdo que você vai aprender para depois aplicar na gestão dele, ver as qualidades de cada profissional, aí sim vai ser um gestor de verdade e aí a gente vai ter profissionais muito mais contentes para trabalhar, sabe e, não com obrigação, não a ferro e fogo, você vai por castigo né: "você faz isso porque vai acontecer isso", então é muito delicado, então eu ainda prezo pelo gestor que convence, que agrada... mais ou menos assim.

Carol: Então tá. Eu vou parar aqui de gravar.

Eu Wilson Guedes da Silva li toda a transcrição da entrevista e estou de acordo.


Assinatura do entrevistado

**ANEXO I – QUADROS REFERENTES ÀS PRODUÇÕES ACADÊMICAS
ENCONTRADAS EM FORMATO DE ARTIGO, DE TESES E DE DISSERTAÇÕES NAS
PLATAFORMAS DA SCIELO, DA OASISBR, DA ANPED E DA BDTD**

Quadro 18: Produções científicas em formato de artigo da plataforma de busca de dados da Scielo

Autor/Ano	Título	Resumo Geral	Considerações/ resultados
SOBREIRA, Henrique Garcia/ 2001	Alguns Aspectos Da Reorganização Do Movimento Dos Professores Públicos Do Estado Do Rio De Janeiro (1977-1980)	História do movimento dos professores públicos conduzidos pelo Centro Estadual de Profissionais de Ensino do Rio de Janeiro, entre 1977-1980.	A possível formação de hegemonia do magistério entre 1977 e 1980 com a base gramsciana de formação do movimento não demonstrou ser suficiente pelos resultados futuros.
GENTILI, Pablo; SUAREZ, Daniel; STUBBRIN, Florencia; GINDIN, Julian/ 2004	Reforma educativa y luchas docentes en América Latina.	Análise dos conflitos políticos e sociais relacionados à educação no contexto de 18 países da América Latina. Críticas às propostas das políticas neoliberais e discussões de novas alternativas de sistemas educacionais.	Uma base teórica crítica é fundamental para explicar os conflitos das lutas e reformas educativas que são veladas e obscuras sob a tendência neoliberal nos países da América Latina.
FERREIRA, Marcia Ondina Vieira/ 2006	Somos todos trabalhadores em educação? Reflexões sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalista.	Implicações do fenômeno da sindicalização docente sobre as identidades da categoria.	Proletarização e a inclusão de funcionários nas entidades sindicais docentes.
FERREIRA, Marcia Ondina Vieira/ 2007	Notas sobre as relações entre identidade e sindicalismo docente.	Investigação sobre as relações entre a temática das identidades docentes e o fenômeno da sindicalização do professorado	Necessidade de examinar a posição das organizações docentes como agentes nos processos de reforma educacional na América Latina e a sindicalização docente, vista por meio das lentes das análises de gênero.

FERREIRA, Marcia Ondina Vieira/2008	Desconforto e invisibilidade: representações sobre relações de gênero entre sindicalistas docentes.	Representações sobre relações de gênero na educação e as trajetórias sindicais de diretoras/es do 24º Núcleo do CPERS/SINDICATO (Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - Sindicato dos Trabalhadores em Educação)	Valorização do comportamento masculino no ambiente sindical, tal como no educacional. Importante estimular o alcance, pelas mulheres, de tecnologias do poder, num sentido foucaultiano.
ROSSO, Sad Dal; CRUZ, Hélvia Leite; RÊSES Erlando da Silva/ 2011	Condições de emergência do sindicalismo docente	Surgimento do sindicalismo docente da Educação Básica na formação dos sindicatos de São Paulo e Rio de Janeiro.	Volume e densidade de trabalhadores docentes para existência do sindicalismo dos professores (associativismo). Valorização pela feminização no ambiente sindical e a discussão de subjetivação e identidade foram outras categorias de considerações relevantes.
GINDIN, Julián/2013	Sindicalismo dos trabalhadores em Educação: tendências políticas e organizacionais (1978-2011).	Tendências políticas e organizacionais dos trabalhadores em educação entre 1978-2011. Criação, unificação e divisão de entidades sindicais da educação e suas filiações, desfiliações e o crescimentos das filiações relativas à Central Única dos Trabalhadores (CUT).	Unificação sindical dos professores com outros segmentos de trabalhadores, ativismo docente nas redes estaduais, atuação dos sindicatos estaduais nas redes municipais, conversão das associações em organizações sindicais de forma muito rápida participação ativa do sindicalismo docente na construção da CUT e a recomposição político sindical de forma desigual entre os estados.
MELO, Savana Diniz Gomes/2013	Trabalho docente e organização sindical em Minas Gerais	Análise as redes públicas de ensino e organizações sindicais que representam seus docentes na capital do estado de Minas Gerais.	Heterogeneidade das organizações sindicais estudadas. Piso salarial, carreira docente, condições de trabalhos, carreira dos

			educadores infantis, universalização da educação infantil, e transformação social são algumas pautas verificadas nos diferentes sindicatos de MG.
TELLO, César/ 2013	As políticas docentes e a perspectiva sindical na Argentina, México e Chile: discussões e negociações. Os casos de CTERA, SNTE e o "Colegio de profesores" nos últimos vinte anos.	Dinâmica do sindicalismo docente na Argentina, México e Chile nos anos de 1990 e 2000 até meados da segunda década, em relação à políticas educacionais desenvolvidas sob a perspectiva neoliberal e pós-neoliberal.	Características distintas do sindicato docente dos três países. O sindicato do Chile (COL) e do México (SNTE) mostraram negociações com governos com desenvolvimento de matrizes políticas saindo do próprio sindicato. Diferente do que ocorreu na Argentina no (CTERA).
GOUVEIA, Andreia Barbosa; FERRAZ, Marcos Alexandre dos Santos/ 2013	Sindicalismo docente e política educacional: tensões e composições de interesses corporativos e qualidade da educação.	Interesse corporativo-trabalhista e política educacional sob a ótica dos sindicatos.	Interesses corporativos e generalistas, e diversidade de representação em função da descentralização dos Sistema de Ensino do Brasil.
RODRIGUEZ, Margarita Victoria; FERNANDES, Maria Dilneia Espíndola/ 2013	Professores e sindicatos: do associativismo corporativo à organização autônoma.	Organização sindical dos professores das redes estadual e municipal de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, no período de 1977 a 2010. As alterações no movimento sindical, do associativismo às alterações nas estruturas sindicais.	Organização em sindicatos devido a redemocratização, unificação da categoria da rede estadual do Mato Grosso do Sul, no entanto, dificuldade de pertencimento dos trabalhadores e o caráter associativista da ACP que realiza um papel colaborativo com os governos de Campo Grande-MS
GOUVEIA, Adréa Barbosa; FERRAZ,	Financiamento da Educação e Luta Sindical: conflitos em	Disputa dos professores com um gestor de uma grande rede de	Diferentes pautas em relação ao reajuste do piso desde sua implementação. Nota-se que

Marcos Alexandre dos Santos/2016	uma grande rede de ensino.	ensino em relação a lei do piso salarial.	o SISSMAC está em contínua avaliação de seus direitos.
---	----------------------------	---	--

Fonte: SCIELO (S/D); Organização: (MACIEL, 2018).

Quadro 19: Produções científicas em formato de artigo da plataforma oasisbr

Nome/ Ano	Título	Resumo geral	Considerações/ Resultados
VIANNA, Claudia/ 2001	A Produção Acadêmica Sobre Organização Docente: Ação Coletiva e Relações de Gênero.	Produção acadêmica sobre a ação coletiva do professorado no Brasil, nas décadas de 1980 e 1990, para o exame da realidade paulista e a verificação das relações de gênero na constituição da militância.	Os trabalhos contribuíram para compreender a motivação da organização docente da década de 1980 e seu declínio nos anos de 1990 proveniente dos insucessos dos movimentos grevistas. Além disso, evidenciou-se que a participação sindical é evidenciada por identidades masculinas e femininas.
TAVARES, Manuel/ 2004	Escola e sindicalismo docente: os Grupos de Estudo nos Cadernos "O Professor"	Organização docente de Portugal em meados dos anos de 1960 e 1970 mediante grupos de estudo e publicação dos cadernos "O Professor".	A produção da revista "O Professor" pôde ser considerada como uma espécie de consciência coletiva de uma categoria que se via desvalorizada socialmente. Essa via, portanto, foi uma forma forçada e consciente de participação no processo educacional.
RICARDO, Maria Manuel Calvet/ 2004	A emergência do sindicalismo docente na imprensa do Estado Novo: os grupos de Estudo do Pessoal	A imprensa como peça fundamental para o processo de formação do associativismo e do sindicalismo docente de Portugal.	As publicações da imprensa A Capital salientando a importância de associação dos professores para realizar atividades reivindicatórias,

	Docente do Ensino Secundário (GEPDES)		posteriormente a mesa redonda organizada pelo Diário de Lisboa com apelo a formação de um sindicato docente, entre outras ações como colóquios e outras publicações foram fundamentais para constituir as associações e os sindicatos dos professores.
FERREIRA, Márcia Ondina Vieira/ 2004	Mulheres e homens em sindicato docente: um estudo de caso	Relação entre participação feminina e masculina no Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul — CPERS/Sindicato — filiação e presença nas diretorias.	Inversão da proporcionalidade homens/mulheres na base da categoria em relação às direções da entidade, de tal forma que, mesmo estando as mulheres bem representadas nesse sindicato, são os homens que ocupam os lugares com maior poder de mando e prestígio.
PINTASSILGO, Joaquim/ 2007	Associativismo docente e construção da identidade profissional no contexto do Estado Novo. O exemplo do «Sindicato Nacional dos Professores» Entre o final dos anos 50 e o início dos anos 70	O trabalho do Sindicato Nacional dos Professores (do Ensino Particular) português no processo de profissionalização docente. Período de estudo entre final dos anos de 1950 e início dos anos de 1970.	Não houve refúgio setorial de luta, de forma que os dirigentes se posicionaram pela dignificação da profissão docente e valorização da formação de toda classe (categoria grifo meu). Houve a associação de outros setores de serviço da educação e a criação de fundo de assistência do sindicato.
FERNANDES, Rogério/ 2010	Movimentações da classe docente em Portugal (finais da década de 60)	Percursos do associativismo e do sindicalismo docente em Portugal entre 1890 e 1990, sua história e motivações.	Todo o processo histórico de formação dos professores portugueses, desde os grupos de estudos,

			a imprensa, até o processo de associativismo e sindicalização foram fundamentais para a organização dos professores. Todavia, foi após a criação do Ciclo Preparatório de Ensino Secundário, em que os docentes perceberam direitos sendo perdidos que se iniciou uma nova agenda de discussão crítica e novas ações.
FERREIRA, Carlos Serrano/ 2011	Pauperização e alienação do trabalho docente: contradições e perspectivas para o movimento dos trabalhadores de educação.	Rejeição e apresentação de conceitos sobre o trabalhador docente. A partir disso, discute, com base no referencial marxista, o trabalho docente e o movimento da unificação dos trabalhadores da educação das redes públicas do Rio de Janeiro.	Rejeição às concepções de “proletarização docente”, “semiprofissionais” e outras “inovações” ecléticas. Evidenciou-se o aprofundamento da alienação e da precarização na vida do docente e em suas condições de trabalho. Buscou-se, mesmo que com as dificuldades mediadas pelos governos e pelas burocracias reformistas e centristas presentes na CNTE, CUT e CTB, um novo caminho revolucionário para encaminhar a as reivindicações da educação de forma unitária e revolucionária.
SILVA, Hugo Leonardo Fonseca/ 2010	Sindicalização e Educação Política: os trabalhadores em	Processo histórico de constituição de uma identidade política por parte dos trabalhadores em educação por meio da organização	É no engajamento que os trabalhadores da educação têm criado uma prática política objetivando a

	educação construindo uma identidade política	e luta político-sindical. Buscou-se realizar uma reflexão apoiada em Lucács (2003) e Marx (2003).	libertação de determinismos sociais, constituindo leis, realidades, utopias e solidariedade. O sindicato, como instituição organizativa dos trabalhadores, é expressão de capacitação e de práticas e ações concretas dos trabalhadores diante dos conflitos e contradições dessa sociedade. Nesse sentido, o sindicato se conforma como um importante espaço de construção da identidade política dos trabalhadores.
RÊSES, Erlando da Silva/ 2011	O sentido da prática sindical entre os atores sociais do sindicalismo docente da Educação Básica da cidade maravilhosa.	O sentido da prática sindical dos atores sociais do sindicalismo docente da Educação Básica do Rio de Janeiro.	Conforme as concepções de mundo constituídas pelos sujeitos participantes dos sindicatos, seja por sua integração em partidos políticos ou não, ou outras questões, percebeu-se encaminhamentos distintos. O SEPE, por exemplo, deu destaque à discussão da identidade social do professor por meio da designação de trabalhador, reforçando a tese da proletarianização docente; já o SINPRO-Rio, sindicato docente do ensino privado, manifestou maior atenção à formação e carreira dos dirigentes sindicais, destacando sua

			própria história de militância.
DÍAZ, José Maria Hernández/ 2013	Associações de professores e sindicatos em Espanha, durante a transição da ditadura de Franco para a democracia (1970-1983)	Do associativismo à emergência do sindicalismo livre dos professores da Espanha no processo de transição da ditadura de Franco para a democracia. Associativismo, sindicalismo e movimentos de renovação pedagógica configuram as discussões que indicam a construção da identidade profissional e democrática do amplo setor dos docentes do país.	Os anos de 1970 representaram na Espanha o surgimento do livre sindicalismo dos professores, mesmo que ainda pouco consistente, com a possibilidade de confronto a outras Associações de Professores e a participação política progressista. Ocorreu também nesse período a reforma educativa com a explosão de iniciativas científicas, de formação de professores e o aumento das relações associativas entre os docentes de outros países no contexto europeu e mundial.
ROCHA, Maria da Consolação; ROCHA, Wanderson Paiva/ 2014	A precarização do trabalho educacional na prefeitura de Belo Horizonte: desafios para a ação sindical.	A precarização das condições de trabalho e das relações trabalhistas dos profissionais da rede Municipal de Educação de Belo Horizonte a partir da luta em defesa da escola pública e as ações governamentais.	As diversas formas de vínculo empregatício estabelecidas no estado de BH no campo da educação começaram a gerar uma fragmentação dos trabalhadores da educação e uma maior dificuldade de organização coletiva. Além disso, as ações do governo levou preocupações no campo sindical sobre debates e lutas a respeito da precarização do trabalho na educação infantil, as privatizações nas contratações dos

			profissionais da educação, a garantia do 1/3 da jornada de trabalho para planejamento e a organização e estrutura sindical cuja pauta se da pela construção de sindicatos por ramo de atividade assim como em 1980 e 1990.
SOUZA, Ângelo Ricardo; BRUEL, Ana Lorena/ 2017	Sindicalismo Docente e a Gestão Democrática da Educação no Brasil	Abordagem e amplitude que os sindicatos de professores no Brasil dão ao princípio constitucional da gestão democrática da educação e como tal entendimento interfere na definição de sua pauta educacional/pedagógica	Os dados empíricos da pesquisa mostram que os sindicatos tendem a apresentar respostas ao panorama local mais do que à conjuntura regional ou nacional e, predominantemente, o foco dos sindicatos recai sobre a gestão da escola, com poucos olhares sobre a necessidade de democratização da gestão dos sistemas de ensino. O estudo mostra, ainda, que o assunto não é uma prioridade também para a CNTE, e os materiais por ela produzidos são um tanto insipientes, dificultando orientar o posicionamento e a ação dos sindicatos e do movimento docente.
TONUS, Loraci Hofmann/ 2017	A organização docente no contexto dos anos 90	A influência da crise capitalista e dos paradigmas do neoliberalismo no desmonte que caracteriza as organizações de trabalhadores, especialmente dos sindicatos de	Diversos fatores indicam contribuir para a desmotivação de professores em relação ao engajamento nas lutas sindicais, são eles:

		trabalhadores em educação no final do século XX.	grevismo, descentralização, eleição de diretores, patrulhamento ideológico, representatividade sindical, e ausência de uma utopia construída coletivamente.
GOUVEIA, Andréa Barbosa; FERNANDES, Maria Dilneia Espíndola/ 2018.	Agenda sindical de professores da Educação Básica: desafios postos a partir do Piso Salarial Profissional Nacional	A ampla mobilização dos sindicatos docentes para que a definição da remuneração seja incorporada à regra nacional. O cenário de crise de 2015 com restrições aos direitos sociais tem colocado em risco as conquistas para valorização dos professores. Paraná e Mato Grosso do Sul foram os dois <i>lócus</i> de estudo.	A implantação e de manutenção do PSPN por indução do Governo Federal e a consequente atuação sindical pela sua aplicabilidade foram decisivos para a valorização do magistério. Houve maior desigualdade entre salários no estado do Mato Grosso do Sul do que do Paraná, mas mesmo assim, a aprovação da Lei No 11.738/2008 (BRASIL, 2008), que instituiu o PSPN, foi fundamental para a elevação da massa salarial docente. Com a aprovação da Emenda Constitucional No 95/2016 (BRASIL, 2016), que prevê a contenção de gastos públicos, o movimento sindical docente deverá ter uma nova pauta de reivindicação para aplicabilidade do PSPN.

Fonte: (OASISBR, S/D); Organização: Maciel, 2021.

Quadro 20 - Produções científicas referente às publicações em anais da Anped

Nome/ Reunião	Ano/	Título	Resumo geral	Considerações/ Resultados
ALMEIDA, Maria Isabel/ 2000/ Reunião	23^a	Desenvolvimento Profissional Docente: uma atribuição que também é do sindicato	O sindicato como instância formadora dos professores: novas contribuições ao desenvolvimento profissional tendo em vista a importância sobre a consciência sobre a concepção de profissionalismo docente atrelado à valorização profissional de forma articulada às condições de trabalho e salário. Ênfase da discussão sobre o (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo).	O sindicato pode se tornar parceiro no desenvolvimento dos professores, atuando no âmbito da sua formação contínua e articulando a dimensão técnico-pedagógica do fazer docente com a político-sindical. Parece-nos importante que os sindicatos assumam que a formação dos professores também é um território de sua competência. Esse é o primeiro passo para que eles se coloquem como mais um espaço para repensar o trabalho dos professores e valorizar a profissão docente.
FERREIRA, Maria Ondina Vieira/ 2004/ 27^a Reunião		Representações sobre relações de gênero entre sindicalistas do CPERS/Sindicato	Participação de homens e mulheres num sindicato de trabalhadores da educação do ensino básico público no Rio Grande do Sul.	Fica evidente que no ambiente educacional circulam representações dicotômicas diferenciando o comportamento masculino do feminino, com valorização do primeiro. Evidencia-se, portanto, a valorização do comportamento masculino no ambiente sindical, tal como no educacional. Importante estimular o alcance, pelas mulheres, de

			tecnologias do poder, num sentido foucaultiano.
FERREIRA, Maria Ondina Vieira/ 2006/ 29ª Reunião	“Discutir Educação é discutir o trabalho docente”: O trabalho docente segundo dirigentes da CTERA – <i>Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina.</i>	A sindicalização e percepção do trabalho docente como profissional ou proletarizado, segundo uma central de trabalhadores em educação, a CTERA.	Os significados que os dirigentes da CTERA dão aos conceitos de “trabalhador em educação” e de “profissional docente”, é possível dizer que, para ele e elas não há contradição entre ser trabalhador e buscar a profissionalidade. A defesa da identidade de trabalhador da educação articula a luta contra a retirada de direitos trabalhistas e o papel protagônico dos professores e professoras no desenvolvimento de projetos educacionais.
D’AVILA, Eduardo da Costa Pinto/ 2015/ 37ª Reunião	Políticas Educacionais e a participação em conselhos: um estudo de caso através da entrada do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE/RJ) no grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental (GIEA/RJ)	Estudo de caso a partir da entrada do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE/RJ) no Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental (GIEA/RJ).	Evidenciou-se que a política de CIEA no Rio de Janeiro apresentou na prática uma participação social limitada. A análise do material empírico apontou que embora o SEPE-RJ tenha conseguido conquistas, entre os próprios conselheiros no Rio de Janeiro não há consenso sobre o caráter do conselho, suas responsabilidades e os critérios de participação da sociedade civil. A pesquisa concluiu que a CIEA no Rio de Janeiro não realiza

			avaliação e acompanhamento de projetos de EA. A pesquisa evidenciou dúvidas entre os próprios conselheiros quanto à legitimidade dos representantes de Redes.
CORONEL, Márcia Cristiane Volz Klumb/ 2015/ 37ª Reunião	Pesquisas sobre gênero e sindicalismo docente: o que dizem a respeito da participação sindical das mulheres?	Uso do conceito de gênero na produção sobre sindicalismo docente realizada em Programas de Pós-Graduação da área de Ciências Humanas. Abordagem sobre os possíveis motivos que levam, ou não, mulheres docentes à participação sindical.	Considera-se que o gênero se torna uma alternativa de não prosseguir em desconhecer a respeito da maioria feminina militante das entidades sindicais do professorado, sobretudo, possibilitando identificarmos as dificuldades que as militantes enfrentam e que precisam ser eliminadas totalmente, a fim de se alcançar a igualdade desejada nestes espaços.

Fonte: (ANPED, S/D); Organização: Maciel, 2021

Quadro 21: Relatórios de pesquisa de teses e dissertações na página BDTD e oasisbr.

Nome/Ano	Título	Descritor	Relatório de pesquisa
MANFREDI, Silva Maria/1994	Leitura e construção de uma história da educação sindical - Brasil 1945/1990	Sindicalismo docente	Tese
LEITE, Ivonaldo Neres/2002	Sindicatos, trabalho e educação: um estudo do posicionamento do sindicalismo docente brasileiro e português durante a década de 1990	Sindicalismo docente	Tese

PITON, Ivania Marini/ 2004	Políticas educacionais e movimento sindical docente: reformas educativas e conflitos docentes na Educação Básica paranaense	Sindicalismo docente	Tese
HERGESEL, Salatiel dos Santos/ 2005	A participação do sindicato dos professores do ensino oficial do estado de São Paulo (APEOESP) na formação político-pedagógica do professor	Sindicalismo docente	Dissertação
BRAGA, Virna Ligia Fernandes/ 2006	Entre a honra e o mercado: análise do processo de formação do movimento sindical docente em Juiz de Fora (1934-1964)	Sindicalismo docente	Dissertação
OLIVEIRA, Wellington/ 2006	A trajetória histórica do movimento docente de Minas Gerais: da UTE ao Sind-UTE.	Sindicalismo docente	Tese
BIAVATTI, Vania Tanira/ 2006	Sindicalismo docente e modos de subjetivacao na contemporaneidade.	Sindicalismo docente	Tese
REIS, Rute Rodrigues/ 2006	O movimento docente e o debate sobre financiamento educacional: o caso da APEOESP	Sindicalismo docente política educacional	Dissertação
GIN DIN, Julian José/ 2006	Sindicalismo docente e Estado: as práticas sindicais no México, Brasil e Argentina	Sindicalismo docente política educacional	
PAULA, Ricardo Pires/ 2007	Entre o sacerdócio e a contestação: uma história da Apeoesp (1945-1989)	Sindicalismo docente política educacional	Tese

Cruz, Elvia Leite/ 2008	Condições de construção histórica do sindicalismo docente de Educação Básica	Sindicalismo docente	Tese
SILVA, Reni Gomes/ 2008	Educação: campo de luta – um estudo sobre os congressos do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – APEOESP (1997 – 2006)	Sindicalismo docente política educacional	Dissertação
RÊSES, Erlando da Silva/ 2008	De vocação para profissão: organização sindical docente e identidade social do professor.	Sindicalismo docente política educacional	Tese
SILVA, Tarsísio Firmino, 2009	A construção de valores sobre o trabalho docente e a saúde do trabalhador: das políticas públicas aos enunciados sindicais	Sindicalismo docente	Dissertação
BUFALO, Joseane Maria Parice/ 2009	Nem só de salário vivem as docentes de creche: em foco as lutas do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Campinas (STMC 1988-2001)	Sindicalismo docente	Tese
VIEIRA, Josenilton Nunes/ 2009	O sindicato como espaço de construção da Profissão Docente	Sindicalismo docente	Tese
COSTA, Dayanni Madalena/ 2010	Tensões e influências no contexto das políticas de avaliação em larga escala: uma análise da participação das confederações de trabalhadores em educação do Brasil e da Argentina	Sindicalismo docente	Tese
MATOS, Alessandro Rubens/ 2010	Trajetória do sindicato dos profissionais em educação no	Sindicalismo docente política educacional	Dissertação

	ensino municipal (sinpeem): 1986-2004		
GINDIN, Julián José/ 2011	Por nós mesmos: as práticas sindicais dos professores públicos na Argentina, no Brasil e no México	Sindicalismo docente	Tese
SANTOS, Maria Oliveira/ 2012	Prática sindical docente e seus nexos com a formação política dos professores	Sindicalismo docente	Dissertação
CAVALCANTE, Jannaiara Barros/ 2012	Sindicalismo docente: a luta dos professores da rede pública estadual no Recife no período da transição democrática	Sindicalismo docente	Dissertação
OLIVEIRA, Júlio César/ 2012	Professores e o sindicalismo público municipal: algumas experiências em destaque: São Leopoldo e Bagé, RS (1988-2005)	Sindicalismo docente	Dissertação
PINTO, Flavia Virginia Melo/ 2012	Práticas informacionais na organização político-sindical dos professores da rede municipal de Belo Horizonte	Sindicalismo docente	Dissertação
HIRO, Cassio Hideo Diniz	História e consciência de classe na educação brasileira lutas e desafios políticos dos trabalhadores em educação de minas gerais (1979 1983)	Sindicalismo docente	Dissertação
LANÇA, Héliida/ 2013	O jornal sindical e a formação política: o caso da Udemo junto aos diretores de escola da rede estadual paulista.	Sindicalismo docente	Dissertação
SILVA, Juan Carlos/ 2013	A política educacional do governo José Serra (2007-2010): uma análise da atuação da APEOESP	Sindicalismo docente Política educacional	Dissertação
SILVA, Robson Santos Camara/ 2013	O sindicalismo docente da Educação Básica no	Sindicalismo docente	Tese

	Maranhão: da associação à emergência do sindicato	Política educacional	
CORONEL, Márcia Cristiane Volz Klumb/ 2014	Gênero e sindicalismo docente: uma análise da produção acadêmica na pós-graduação	Sindicalismo docente	Dissertação
DINIZ, Eder Carlos Cardoso/ 2014	Sindicalismo, docência e formação política do professor da Educação Básica pública	Sindicalismo docente	Dissertação
PESSOA, Marcio Kleber Moraes/ 2015	A Crise do Sindicalismo e o Caso do Sindicato APEOC: uma análise a partir da greve de 2011 CEARÁ	Sindicalismo docente	Dissertação
ALMEIDA, Danusa Mendes/2015	Mediações e distinções entre associativismo e sindicalismo de professores públicos no Ceará (1962-1992): A APEOC/Sindicato e o SINDIUTE	Sindicalismo docente	Tese
RAPOSO, Danielle Maria Vieira Alves/ 2015	Identidade profissional docente e participação sindical	Sindicalismo docente	Tese
ALMEIDA, Danusa Mendes/ 2015	Mediações e distinções entre associativismo e sindicalismo de professores públicos no Ceará (1962-1992): A APEOC/Sindicato e o SINDIUTE	Sindicalismo docente política educacional	Tese
MELLO, Marco Antonio Lirio/ 2015	O espírito, o corpo e o jogo: intelectuais orgânicos coletivos na ATEMPA (Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre) e suas formulações e ações em torno das políticas	Sindicalismo docente política educacional	Dissertação

	curriculares da Secretaria Municipal de Educação		
DANTAS, Vanessa Amorim/ 2016	Aspectos históricos e políticos da associação de professores do estado do Maranhão (1976-1989)	Sindicalismo docente	Dissertação
OLIVEIRA, Edgard Leite/ 2016	Greve dos trabalhadores da educação da Rede Estadual de Minas Gerais em 2011- experiências e sujeitos	Sindicalismo docente	Tese
Souza, João Felipe/ 2017	Estratégia democrática e popular e luta sindical docente no Distrito Federal	Sindicalismo docente	Dissertação
SILVA, Glaucia Maria dos Reis/ 2017	Feminismo e classismo: memórias, relações e disputas no Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais	Sindicalismo docente	Dissertação
SANTOS, Cleiginaldo Pereira/ 2017	Comando de luta e a educação municipal em Goiânia (2010-2014)	Sindicalismo docente	Dissertação
KASPER, Sandra Regina Severo	A luta internacional dos trabalhadores em educação: um estudo sobre os sindicatos em educação pública da fronteira Brasil-Paraguai-Argentina.	Sindicalismo docente	Dissertação
DANTAS, Adenilde de Souza/ 2017	Lentes de gênero sobre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe (SINTESE)	Sindicalismo docente	Dissertação
LUZ, Silvia Letícia D'Oliveira/ 2017	Sindicalismo e educação no estado do Pará: as repercussões da luta sindical sobre o trabalho docente (2003-2016)	Sindicalismo docente	Tese
RODRIGUES, Robson da Silva/ 2017	A valorização do trabalho do professor?	Sindicalismo docente política educacional	Dissertação

	Considerações a partir de uma análise das políticas federais, das políticas estaduais e da APEOESP		
OLIVEIRA, Maria Crisneilândia Bandeira/ 2017	História, embates políticos, sindicais e organizativos dos professores das instituições do ensino privado de Osasco e região (SINPROSASCO) (1985-1992)	Sindicalismo docente política educacional	Dissertação
FORTES, Mayara Pinheiro/ 2018	Sindicato e partido em um estado periférico da formação social brasileira: o SINPROESEMMA e o PCdoB no Governo do Maranhão	Sindicalismo docente	Dissertação

Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)/ Portal brasileiro de publicações científicas em acesso aberto – oasisbr; Organização: (MACIEL, 2018).